

VERSÃO CORRIGIDA

Paula Marques Braga

**Intervenções Urbanas em Áreas Centrais Históricas:
Paisagens Particulares *versus* a Banalização da Paisagem**

Contradições entre a Preservação do Patrimônio Cultural e a Promoção do Turismo em
Intervenções Realizadas no Centro Histórico de Salvador e no Bairro do Recife

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Arquitetura e Urbanismo, do Instituto de Arquitetura e
Urbanismo de São Carlos, da Universidade de São Paulo,
para obtenção do Título de Doutor em Ciências

Área de Concentração: Teoria e História da Arquitetura e
Urbanismo

Orientador: Professor Doutor Manoel Rodrigues Alves

São Carlos
2013

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

B813i Braga, Paula Marques
Intervenções urbanas em áreas centrais históricas: paisagens particulares versus a banalização da paisagem contradições entre a preservação do patrimônio cultural e a promoção do turismo em intervenções realizadas no Centro Histórico de Salvador e no Bairro do Recife / Paula Marques Braga; orientador Manoel Rodrigues Alves. São Carlos, 2013.

Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Área de concentração em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo - Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2013.

1. Áreas centrais históricas. 2. Intervenções urbanas. 3. Patrimônio cultural. 4. Processo de containerização do espaço urbano. 5. Turismo cultural. 6. Urbanização. I. Título.

FOLHA DE JULGAMENTO

Candidata: Arquiteto e Urbanista **Paula Marques Braga**

Título da tese: **“Intervenções urbanas em áreas centrais históricas: paisagens particulares versus a banalização da paisagem. Contradições entre a preservação do patrimônio cultural e a promoção do turismo em intervenções realizadas no Centro Histórico de Salvador e no Bairro do Recife”**

Data da defesa: 27/11/2013

Comissão Julgadora:

Resultado:

Prof. Dr. **Manoel Antônio Lopes Rodrigues Alves (Orientador)**
(Instituto de Arquitetura e Urbanismo - IAU/USP)

Aprovada
27/11/13

Prof. Dr. **Ruy Sardinha Lopes**
(Instituto de Arquitetura e Urbanismo - IAU/USP)

Aprovada
27/11/13

Prof. Dr. **Wilson Ribeiro dos Santos Junior**
(Pontifícia Universidade Católica de Campinas - PUCCAMP)

Autor

Prof. Dr. **Luís Antônio Jorge**
(Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - FAU/USP)

APROVADA

Prof. Assoc. **Leandro Silva Medrano**
(Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - FAU/USP)

APROVADO

Coordenador e Presidente da Comissão de Pós-Graduação: do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo: Prof. Assoc. **Márcio Minto Fabrício**

Aos meus pais, pelo exemplo de amor e dedicação ao ensino e à pesquisa e pela lição de que para poder ensinar é preciso, antes de tudo, estar sempre disposto a aprender.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de deixar aqui registrado meu mais sincero agradecimento, ainda que breve diante da riqueza de sua contribuição, àqueles que, de diferentes maneiras, participaram para o desenvolvimento deste trabalho.

Ao Professor Doutor Manoel Rodrigues Alves, pela orientação criteriosa e atenta, desde as discussões referentes ao projeto de pesquisa e no desenvolvimento dos temas inerentes a este trabalho.

Aos Professores Doutores Fernanda Sánchez e Ruy Sardinha Lopes, pelas valiosas contribuições no momento do exame de qualificação, que enriqueceram os debates e deram nova perspectiva a questões aqui inseridas.

À Professora Doutora Glacir Teresinha Fricke que, como coordenadora do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade São Francisco, me deu a oportunidade de ingressar na atividade docente, experiência valiosa para quem pretende seguir a carreira acadêmica, pela confiança e compreensão nos momentos difíceis da pesquisa.

Aos Professores Doutores Wilson Ribeiro dos Santos Júnior e Maria Cristina Schicchi, que me acompanharam e prepararam nos primeiros passos da pesquisa acadêmica, pelo conhecimento compartilhado e a amizade construída com o tempo.

À Jecilda Mello e Cícero Mello, que coordenam a AMACH, por sempre me acolherem de forma generosa quando vou a Salvador, pelas informações necessárias à pesquisa e, sobretudo, pelo rico aprendizado de vida a cada conversa.

À Ana Carolina Sousa, assistente social da Prefeitura de Recife, que prontamente me recebeu nesta cidade, pelo auxílio com dados para a pesquisa e pelo cuidado que demonstra ter com as fragilidades daqueles que habitam a Comunidade do Pilar.

Ao meu pai, Antonio Claudio, que pelo compromisso com a excelência, nos fez capazes de buscar sempre o melhor resultado, pelo incentivo a buscar sempre novos horizontes.

A minha mãe, Raquel, mulher corajosa e inteligente que é espelho daquilo que pretendo um dia alcançar, pelo exemplo de perseverança, pelo amor incondicional e pelo auxílio de todas as horas que, sem medir esforços, me acompanhou nesta empreitada.

A minha irmã, Claudia, companheira de todas as horas, com quem divido tantos momentos, dos mais alegres às nossas maiores saudades, pelo carinho de sempre e pela paciência e dedicação especial com a diagramação das imagens que ilustram este trabalho.

Ao meu marido, Bruno, com quem divido sonhos e a vida, pelo incentivo de todas as horas, pela paciência com as dificuldades do caminho, por compartilhar comigo este amor às cidades, às ruínas que guardam suas histórias e às pessoas que nelas habitam.

“O Monumento assegura, acalma, tranquiliza, conjurando o ser do tempo. Ele constitui uma garantia das origens e dissipa a inquietação gerada pela incerteza dos começos. Desafio à entropia, à ação dissolvente que o tempo exerce sobre todas as coisas naturais e artificiais, ele tenta combater a angústia da morte e do aniquilamento”.

Françoise Choay
A alegoria do patrimônio

“Tudo era um tanto sujo, usado e possuindo essa patina melancólica, familiar e simpática, das coisas que atravessam várias gerações, sem serem substituídas - coisas que o homem escravizou a si, dando-lhes apenas um direito de duração, menos que de conforto, menos que de elegância. Onde todos os objectos têm essa evidência de servidão, pode existir espírito; mas onde as coisas possuem apenas um cunho de consideração e de valia material, existe somente o bezerro de ouro”.

Augustina Bessa-Luís
A sibila

RESUMO

BRAGA, P. M. **Intervenções Urbanas em Áreas Centrais Históricas:** Paisagens particulares *versus* a banalização da paisagem. Contradições entre a preservação do patrimônio cultural e a promoção do turismo em intervenções realizadas no centro histórico de Salvador e no Bairro do Recife. Tese (doutorado). Instituto de Arquitetura e Urbanismo – São Carlos. Universidade de São Paulo, São Carlos, 2013.

Investigação crítica dos processos de intervenção urbana em áreas centrais históricas. Analisa o aprofundamento das formas de segregação causadas pela valorização desses espaços, a redefinição do papel da cultura e a contraposição entre discursos e políticas, revelando a contradição entre produção socializada do espaço e sua apropriação privada. Discute aspectos do processo de empresariamento da produção da cidade, que incorpora o Patrimônio Cultural de áreas históricas às dinâmicas de promoção das cidades no mercado mundial, no qual a diferenciação é fundamental à competitividade. Trata-se da mercantilização da cultura que resulta na banalização da paisagem urbana, reduz e simplifica aspectos culturais, convertidos em objetos de consumo. Propõe o estudo de intervenções realizadas no Centro Histórico de Salvador e no Bairro do Recife. Para tanto, estabelece marcos conceituais específicos, definidos a partir dos elementos definidores da Urbanização e do Processo de Containerização do Espaço Urbano e de questões relativas à preservação do Patrimônio Cultural, considerando-se as relações entre Patrimônio Arquitetônico, Patrimônio Imaterial e as formas de vivência estabelecidas no território. Nesse sentido, o turismo, que privilegia as atividades de comércio e serviço em detrimento da habitação, é a chave de inserção dos marcos conceituais propostos e revela o processo de substituição e / ou afastamento dos grupos de usuários locais. Em nossas análises encontramos, no lugar do Turismo Cultural, apresentado como um modelo adequado para conciliar rentabilidade econômica, melhoria da qualidade do ambiente urbano e preservação do Patrimônio Cultural, um turismo predatório, direcionado para o mercado e voltado à média e alta renda, situação que privilegia grupos específicos direcionados ao consumo e compromete significativamente Identidades Culturais anteriormente estabelecidas. Em meio ao Processo de Privatização do Espaço Urbano, observa-se o comprometimento da cultura local face à ausência de seus agentes produtores e a desarticulação da dinâmica urbana cotidiana. A preocupação com essa temática se justifica porque o processo de conformação de novas dinâmicas urbanas compromete, ao menos em parte, a paisagem urbana anteriormente constituída. Sem as formas de apropriação e usos cotidianos anteriores, atrelados ao Patrimônio Imaterial e aos vínculos estabelecidos com o tempo, o que concede ao Patrimônio Arquitetônico e ao espaço urbano características específicas, vemos a transformação da paisagem em um cenário artificial, vigiado e controlado, para usos dirigidos, em horários determinados. Neste quadro de análise, a tese pretende contribuir com o debate sobre as formas contemporâneas de produção do espaço urbano, especialmente quanto ao papel das Áreas Centrais Históricas, levando à reflexão quanto às nuances entre a preservação de sua paisagem particular e os processos de banalização a que estão sujeitas.

Palavras-chave: Áreas centrais históricas. Intervenções urbanas. Patrimônio cultural. Processo de containerização do espaço urbano. Turismo cultural. Urbanização.

ABSTRACT

BRAGA, P. M. **Urban Interventions in Historical Central Areas:** Particular landscapes *versus* the trivialization of the landscape. Contradictions between the preservation of cultural patrimony and tourism promotion in the interventions made in the historic center of Salvador and in the Recife District. Thesis (PhD). Architecture and Urbanism Institute - Sao Carlos. Sao Paulo University, Sao Carlos, 2013.

Critical investigation of the urban intervention processes in historic central areas. It analyzes the deepening of the segregation forms caused by the appreciation of these spaces, the redefinition of the culture role and the contrast between discourses and policies, revealing the contradiction between socialized production of space and its private appropriation. It discusses aspects of the production of the city entrepreneurship process, which incorporates the Cultural Patrimony of historical areas to the promoting dynamic of the cities in the world market, in which differentiation is the key to competitiveness. This is the commodification of culture that results in the trivialization of the urban landscape, reduces and simplifies the cultural aspects converted into objects of consumption. It proposes the study of interventions realized in the historic center of Salvador and in the Recife District. To do so, it establishes specific conceptual frameworks, defined from the defining elements of the Urbanization and Containerization Process of the Urban Space and of issues related to the preservation of the Cultural Patrimony, considering the relationship between Architectural Patrimony, Intangible Patrimony and ways of living established in the territory. In this sense, tourism, which focuses on the activities of trade and service over housing, is the key of the integration of proposed conceptual frameworks and reveals the process of replacement and / or removal of local user groups. In our analysis we have found, in the place of Cultural Tourism, presented as a suitable model for reconciling economic profitability, improvement of the urban environment quality and preservation of Cultural Patrimony, a predatory tourism, directed to the market and geared to middle and high-income, status which privileges specific groups targeted to consumption and significantly undermines Cultural Identities previously established. Amid the Privatization Process of Urban Space, there is the commitment of the local culture with the absence of its producing agents and the disarticulation of the quotidian urban dynamics. The concern with this topic is justified because the process of shaping new urban dynamics compromises, at least in part, the urban landscape previously constituted. Without the appropriation forms of and earlier quotidian use, linked to the Intangible Patrimony and to the links established along the time, which gives to the Architectural Patrimony and to the urban space specific characteristics, we see the transformation of the landscape in an artificial setting, monitored and controlled to directed uses, at certain times. In this framework of analysis, the thesis aims to contribute to the debate on contemporary forms of urban space production, especially regarding to the role of Historical Central Areas, leading to a reflection about the nuances between preserving their particular landscape and the trivialization processes to which they are subjected.

Keywords: Historical central areas. Urban interventions. Cultural patrimony. Containerization process of urban space. Cultural tourism. Urbanization.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| CONSIDERAÇÕES INICIAIS | 19 |
| I. DEFINIÇÃO DOS PARÂMETROS DE ANÁLISE | |
| 1. A Conceituação dos Marcos Teóricos. Urbanização e Processo de Containerização do Espaço Urbano | 31 |
| 2. A Crítica Consolidada. O Papel da Cultura no Mercado Mundial de Cidades e a Gentrificação | 49 |
| 3. A Delimitação dos Estudos de Caso. A Realidade Brasileira em Foco | 55 |
| 3.1. Centro Histórico de Salvador | 57 |
| 3.2. Bairro do Recife | 61 |
| II. DIMENSÕES DO PATRIMÔNIO CULTURAL | |
| 4. Patrimônio Arquitetônico e Imaterial. Atributos Particulares das Áreas Históricas | 67 |
| 5. Cultura e Identidade. A Vivência como Elemento Fundamental ao Patrimônio Cultural | 75 |
| 6. Caracterização do Território. A Conformação do Espaço Urbano e a Construção da Identidade | 83 |
| 6.1. Centro Histórico de Salvador. Fundação e Transformações Urbanas | 85 |
| 6.2. Bairro do Recife. Resgate Histórico e Reconfigurações do Território | 95 |
| III. DESAFIOS ÀS INTERVENÇÕES URBANAS | |
| 7. A Exploração Turística de Áreas Históricas. O Turismo Cultural e sua Contra-face Predatória | 109 |
| 8. Mecanismos de Intervenção. A Necessidade da Preservação como Justificativa e o Consumo da Cultura como Resultado | 123 |
| 9. Movimentos de Resistência. A Contestação como Instrumento de Transformação | 135 |
| 10. Discurso e Prática em Intervenções Urbanas em Áreas Centrais Históricas. As experiências de Salvador e Recife | 143 |
| 10.1. Centro Histórico de Salvador. Do Programa de Recuperação do Centro Histórico ao Plano de Reabilitação do Centro Antigo | 145 |
| 10.1.1. Primeiras Intervenções. Os Modelos Iniciais e a Instauração do Conflito | 147 |
| 10.1.2. A Consagração como Patrimônio da Humanidade. Uma Retomada do Projeto Turístico para a Área | 151 |
| 10.1.3. Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador. Fases de Intervenção, Diretrizes e Formas de Atuação | 155 |
| 10.1.4. Momento de Inflexão. Queda do Turismo, Críticas e Mobilização Popular | 163 |
| 10.1.5. Uma Nova Proposta? O Plano de Reabilitação e a Retomada da Sétima Etapa de Intervenção | 167 |
| 10.2. Bairro do Recife. Do Plano de Revitalização do Bairro do Recife ao Complexo Recife-Olinda | 175 |
| 10.2.1. Propostas Iniciais. Os Primeiros Planos de Preservação | 177 |

| | |
|--|-----|
| 10.2.2. A Estruturação de Novas Bases de Intervenção. A Demanda Social e a Tendência ao Turismo | 181 |
| 10.2.3. Plano de Revitalização do Bairro do Recife. Pólos de Intervenção e Estratégias | 185 |
| 10.2.4. Momento de Mudança. A Desarticulação do Plano de Revitalização e o Início de uma Nova Proposta | 195 |
| 10.2.5. O Complexo Turístico Cultural Recife-Olinda e a Retomada do Pólo Pilar | 197 |
| 11. Leitura dos Percursos Realizados | 203 |
| | |
| CONCLUSÃO | 227 |
| | |
| BIBLIOGRAFIA | |
| Referências Bibliográficas | 241 |
| Bibliografia Consultada | 253 |



Rua Marquês de Olinda - Bairro do Recife (BRAGA, Jul. 2012)

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O questionamento inicial que deu origem a esta tese de doutorado surgiu na fase final de elaboração da pesquisa de mestrado¹. Naquele momento, o estudo das dinâmicas deflagradas pelo *Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador*, objeto de estudo, revelava, para além da busca por entender as problemáticas enfrentadas pelas fases de intervenção já consolidadas, novas possibilidades de análise, posto que o processo encontrava-se ainda em curso. Esta perspectiva apontava, naquele contexto, para um quadro formado, de um lado, pelas problemáticas resultantes das formas de intervir até então impostas a este Centro Histórico enquanto, de outro, e em decorrência das conseqüências atreladas a esta forma de intervir, parecia esboçar-se uma aparente mudança na forma de condução das ações de intervenção.

A partir deste panorama geral, dois conjuntos de questões se revelaram de forma clara na transição deste Programa de Recuperação ao que agora seria denominado *Plano de Reabilitação Integrado e Participativo*. O primeiro deles corresponde à queda da atividade turística, uso privilegiado pela intervenção, tema que as mudanças na forma de condução do plano deveriam contemplar, resgatando o potencial econômico da área a partir desta atividade. A segunda questão fundamental, e que reforça o privilégio à atividade turística, diz respeito à expulsão da população moradora da área, conflito que resul-

tuou em um processo de disputa desta pelo direito de permanência, representado pela organização da Associação dos Moradores e Amigos do Centro Histórico – AMACH. Nesse sentido, a nova premissa de atuação anunciava a incorporação da questão habitacional ao projeto e a garantia de permanência dos antigos moradores, questão que até então rendia críticas efusivas ao programa. Destes dois conjuntos decorre, ainda, o processo de esvaziamento da área, com a redução do número de visitantes e a ausência de usos cotidianos e da população residente. Outros elementos apontados como fundamentais à revisão das formas de intervir até então adotadas incluíam a ampliação do perímetro de atuação e a reorganização das responsabilidades de cada órgão envolvido no processo.

Esta reformulação, ainda incipiente, apontava para a continuidade do processo a partir de novas diretrizes, anunciando uma mudança no curso da proposta até então vigente. Esta insistência em atuar sobre a área é um marco importante deste processo em particular, que reafirma o valor atribuído às riquezas arquitetônicas e às formas de manifestação cultural singulares que a área abriga, transformadas em elementos de promoção da cidade do Salvador no contexto do Turismo Cultural mundial. No entanto, a aparente alteração na perspectiva de intervenção inspirava cuidados já que o discurso, apenas, não garante a realização das intenções na prática.

Deste modo, a pesquisa de mestrado era concluída ainda carregada das inquietudes quanto às difíceis formas de intervir em territórios consolidados em nossas cidades, exigindo análises mais

1. A pesquisa de mestrado, intitulada *Reabilitação Urbana no Centro Histórico de Salvador: Patrimônio Cultural, Turismo e Participação Social*, foi desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, sob a orientação do Professor Doutor Wilson Ribeiro dos Santos Júnior, entre os anos de 2007 e 2008.

aprofundadas quanto a estes projetos urbanos de intervenção em particular, práticas polêmicas e desafiadoras. Foi este panorama, a perspectiva de análise aberta a partir da indagação quanto à forma de condução do novo plano a partir daquele momento, e como as novas questões levantadas passariam a ser tratadas – se encontrariam de fato o caminho para soluções das problemáticas enfrentadas e a dificuldade em conciliar interesses diversos – que conduziram aos questionamentos abordados através da continuidade da pesquisa no âmbito do doutorado.

A partir destas condicionantes, o tema de pesquisa, intervenções urbanas em Áreas Centrais Históricas, foi aos poucos sendo repensado e reconstruído, exigindo pensar as condicionantes e questões que o envolvem em um contexto mais amplo. Este corresponde aos processos de empresariamento da produção da cidade aos quais se vinculam grandes projetos urbanos definidos pelas políticas urbanas na contemporaneidade. Estes são elaborados atrelados à necessidade de tornar as cidades competitivas no mercado mundial de cidades, em que os aspectos culturais são fundamentais à diferenciação. Neste contexto, as Áreas Centrais Históricas desempenham importante papel devido ao Patrimônio Cultural que guardam, o que nos exige associar às análises deste processo, os aspectos complexos da preservação do Patrimônio Cultural e das relações de identidade que o envolvem.

Dentro desta perspectiva, as questões a serem abordadas dizem respeito às relações contraditórias estabelecidas entre a promoção das cidades no mercado mundial através da atividade turística e

a preservação e manutenção dos aspectos culturais particulares do Patrimônio Cultural. Devemos considerar em que medida, e a partir de quais características e mecanismos de intervenção, os aspectos particulares de uma determinada localidade passam a fazer parte do processo de empresariamento da cidade, alvos de processos de financeirização e mercantilização da cultura.

Como parte deste conjunto de intervenções, passa-se a observar, ao contrário da preservação da pluralidade de formas de representação que o Patrimônio Cultural originalmente abriga, um processo hegemônico de decisão quanto o quê e como preservar, a partir de uma visão reducionista e homogeneizante da imagem de cidade que se deseja veicular. Esta “nova imagem” é fruto, sobretudo, da recuperação, e adaptação a novos usos, do Patrimônio Arquitetônico, cuja finalidade é atrair um novo público visitante. Em nome de um alegado Turismo Cultural, tanto o espaço urbano quanto as práticas que nele se processam, vinculadas ao Patrimônio Imaterial, são reconfiguradas para o consumo.

A este espaço, marcado pela cenarização e embelezamento, valendo-se principalmente do Patrimônio Arquitetônico, resultado da implantação de um turismo negligente com as particularidades locais e que ignora a relação da população local com o território, estabelecida através de formas cotidianas de apropriação e aquelas às quais se atribui a denominação de Patrimônio Imaterial, denominamos espaço turistificado. Nele, o Patrimônio Cultural, como resultado do conjunto de intervenções promovidas, que englobam temáticas relativas às mudanças de

uso e dos grupos sociais correspondentes, acaba sendo alvo de um processo de banalização.

Este processo, que resulta na banalidade, está também relacionado, como nos indica Pardo (2004), à globalização, e ocorre vinculado ao consumo. Na sociedade de consumo, a propaganda é elemento fundamental à competitividade e, consequentemente, ao aumento na venda de determinados produtos. Entendendo a cidade como um produto a ser vendido, o Patrimônio Cultural é o elemento de diferenciação que a torna competitiva. Sendo o objetivo final o consumo, este produto deve ser adaptado ao potencial público consumidor. Para tanto, as Áreas Centrais Históricas, através de projetos de intervenção urbana, são alvo de processos de simplificação de seus elementos, permitindo uma aproximação superficial do visitante. Como parte deste processo de banalização, as particularidades locais, ainda que não completamente destituídas do lugar, são sobrepostas pelo cenário que o público visitante possa consumir.

A fim de embasar este conjunto de análises, a pesquisa foi estruturada a partir de dois blocos fundamentais, a reflexão relativa à necessidade de reformulação e reconfiguração dos referenciais teóricos e o estabelecimento dos objetos empíricos de estudo, sendo a escolha de casos inseridos na realidade brasileira e suas particularidades, justificada pela necessidade de contribuir para uma possível mudança de quadro que nos afeta diretamente. Elaborada a partir da análise conjunta destas duas vertentes, a pesquisa partiu de uma escala macro – apresentação e discussão dos referenciais teóricos

e dos objetos selecionados para estudo – até a aproximação entre eles a partir do reconhecimento de similaridades entre ambos, resultando no exercício de reflexão quanto às dinâmicas práticas da intervenção com o apoio da fundamentação conceitual.

A possibilidade de utilização de marcos conceituais relativos a processos de produção da cidade contemporânea para estudo de intervenções urbanas em Áreas Centrais Históricas no contexto brasileiro constitui-se como parte da hipótese levantada pela pesquisa. Esta se baseia em dois conceitos que são auxiliares às análises dos processos de empresariamento da produção da cidade e financeirização da cultura, *Urbanalização* e, vinculado a ele, o *Processo de Containerização do Espaço Urbano*.

A *Urbanalização*, segundo Muñoz (2005), corresponde a um conjunto de elementos que caracterizam um processo de “urbanização banal do território” e dizem respeito à repetição indistinta de aspectos semelhantes em diferentes lugares. Como resultado deste processo, cidades diferentes passam a apresentar referenciais similares, caracterizando as formas e funções urbanas da cidade contemporânea. A descrição do *Processo de Containerização do Espaço Urbano* é fruto do desdobramento, para o contexto do espaço urbano, do conceito de *Container*. De acordo com Solà-Morales (2002, p. 96-101) estes elementos se constituem em acumuladores de capital (econômico, cultural, simbólico). Nesse sentido o espaço urbano, quando direcionado a atividades específicas, sem interação com o entorno, e direcionadas a um público específico, passaria a funcionar segundo esta lógica. Neste contexto, busca-

se verificar a validade e pertinência da hipótese a fim de que uma nova base conceitual possa contribuir para a compreensão dos processos de transformação do espaço urbano e comprometimento das características particulares locais, definidoras do Patrimônio e da Identidade Cultural, a partir de processos de intervenção.

Os aspectos vinculados ao Patrimônio Cultural e as questões relativas à Identidade Cultural correspondem à segunda parte da hipótese que se deseja colocar em discussão. Esta diz respeito à compreensão dos aspectos que configuram o Patrimônio Cultural acrescidos dos elementos definidores das identidades locais, a partir do vínculo estabelecido entre indivíduo, ou grupos de indivíduos, e o lugar, considerado neste estudo uma relação fundamental à discussão da relação contraditória entre singularidade e banalidade, fundindo-se às questões relativas aos marcos conceituais anteriormente apresentados. Neste contexto, busca-se discutir o papel dos aspectos culturais como fator fundamental à revisão de instrumentos de intervenção, considerando-se a problemática da permanência da população local e manutenção dos aspectos culturais locais como contexto que a atividade turística deve observar.

Esta compreensão do Patrimônio Cultural em um sentido mais amplo é importante porque, ainda que sejam as edificações o primeiro chamariz de interesse para estas áreas, elas prescindem do contexto onde estão inseridas para serem plenamente vivenciadas e compreendidas. Essa ambiência depende de um conjunto que engloba manifestações culturais diversas, que podem vir a ser reconhecidas

como Patrimônio Imaterial, bem como dinâmicas e formas de apropriação cotidianas, desenvolvidas e mantidas pela população local.

Associa-se a esta problemática, ainda, a dificuldade em determinar políticas adequadas de intervenção. Isso ocorre devido aos conflitos existentes entre a necessidade de conservar os atributos arquitetônicos, ligados ao imaginário consolidado do passado e, ao mesmo tempo, valorizar a sua própria existência, como parte indissociável das dinâmicas urbanas da cidade contemporânea. O que se observa, em muitos casos, é uma contradição entre a motivação para a intervenção e o resultado por ela produzido, inviabilizando seu próprio objetivo inicial, a preservação e promoção das características particulares.

A mudança de usos, direcionando a atividades de comércio e serviços em detrimento da habitação, voltados ainda a um público visitante e não à população local, contribui para a redefinição do papel dos aspectos culturais destas áreas, simplificados e transformados em objetos de consumo. Passa-se a observar não mais as características culturais que dão ao território o papel de lugar de memória (material e imaterial), dando lugar a novas formas de apropriação. Estas, pautadas em atividades de ócio e consumo, não sendo propícias à formação de laços efetivos, posto que efêmeras, entram em conflito com as anteriores formas de interação, consolidadas.

Considerando que as formas de apropriação e a definição dos grupos sociais são elementos fundamentais à conformação dos aspectos locais

particulares, deve-se considerar também o papel dos movimentos sociais como meio de contestação às formas de intervir que observamos serem impostas de maneira hegemônica e homogeneizante em muitas de nossas cidades. As alterações significativas de usos e usuários que os processos de intervenção empreendidos caracterizam, evidenciam o *Processo de Privatização do Espaço Urbano*, que resultará em comprometimento significativo dos contextos culturais locais.

No que diz respeito à definição dos objetos empíricos de análise, o primeiro deles corresponde ao Centro Histórico de Salvador, dada a necessidade da continuidade do acompanhamento e análise das formas de intervir ali inseridas. Para complementar estes estudos, foi selecionado ainda o Bairro do Recife, núcleo fundador da cidade do Recife. A escolha destas áreas para estudo se justifica pelas semelhanças que apresentam, são cidades históricas, capitais importantes em nosso país, cujo centro histórico apresenta características específicas. Quanto à escala do projeto implantado e à importância funcional destas áreas na cidade, estes objetos de estudo são também semelhantes. Por outro lado, apresentam particularidades e diferenças em relação a determinados aspectos, tais como a complexidade da intervenção, a continuidade do processo e o grau de envolvimento da população local.

Quanto à discussão que se pretende colocar quanto às intervenções urbanas em Áreas Centrais Históricas, a seleção destes objetos para estudo se faz pertinente por apresentarem aspectos e percursos que dialogam com as questões aqui colocadas.

Dentre estes aspectos podemos citar, por exemplo, o processo de decadência das áreas centrais e sua posterior valorização a partir do reconhecimento do Patrimônio Cultural que abrigam. Em Salvador, o Centro Histórico, núcleo fundador da cidade, perdeu investimentos quando da expansão da cidade pela orla e da formação de novos centros administrativos e comerciais. O interesse pela área foi retomado quando reconhecida como Patrimônio da Humanidade, em 1985, incentivando a intervenção que passaria a ocorrer a partir da década de 1990. Na cidade do Recife, além da descentralização de usos e do surgimento de novos bairros, o Bairro do Recife, local de fundação da cidade, sofreu ainda com a decadência e obsolescência da atividade portuária, que desencadeou um processo de degradação dos equipamentos e estagnação e abandono da área.

Vemos também, nestes casos, o uso das políticas de preservação como molas propulsoras dos investimentos e o direcionamento destes à atividade turística. Este último aspecto, no entanto, iniciadas as intervenções, cujas características serão analisadas neste trabalho, não se sustentou ao longo do tempo com o sucesso que se pretendia, revelando as contradições inseridas nas formas de intervir. Estas, ao intentarem promover o turismo, acabaram por comprometer os aspectos motivadores da atividade. O Centro Histórico de Salvador é um exemplo desta contradição. Inicialmente, este objetivo foi alcançado, dado o interesse que as ações despertaram sobre a área até então estigmatizada por uma imagem de degradação e precariedade. No entanto, passado este momento inicial, o interesse pela área

decaiu, levando a um novo quadro de esvaziamento, este registrado por diversas publicações². O Bairro do Recife, da mesma forma que em Salvador, também tinha como base das ações empreendidas, concentradas nos pólos Bom Jesus e Alfândega, como veremos, também a promoção turística destas áreas, através do direcionamento a atividades específicas. Estas, no entanto, também tiveram um tempo restrito de interesse, não continuado com o tempo.

As contradições entre as diretrizes de intervenção e as reais ações empreendidas passaram a se revelar a medida que, para a implantação de novos usos, voltados ao consumo, foram promovidas a remoção da população local e a redução do uso habitacional, este mais presente no caso de Salvador e observado de forma restrita em Recife.

Estabelecidas estas questões, o desenvolvimento da pesquisa se deu a partir do estudo dos conceitos e análise de aspectos gerais, somados às questões relativas aos estudos de caso, considerando a formulação de três blocos fundamentais de investigação. Sendo assim, em um primeiro momento, em *I. Definição dos Parâmetros de Análise*, buscou-se compreender os marcos teóricos relativos às dinâmicas urbanas, Urbanização e Processo de Containerização do Espaço Urbano. É também retomado, nesta primeira parte, o aporte teórico já consolidado para análise de intervenções em áreas

2. Como exemplo, podemos citar a edição do Jornal Folha de São Paulo (Caderno Cotidiano) de julho de 2007, ano em que o projeto começa a passar por novas reformulações. Esta reportagem ressalta a ocupação do centro histórico por mendigos e usuários de drogas, o que aumenta a sensação de insegurança e reforça ainda mais o esvaziamento do local pelos turistas.

históricas, o conceito de Gentrificação³. A apresentação dos estudos de caso, através da delimitação do objeto de estudo, encerra este primeiro momento.

O segundo grupo de questões, reunidas em *II. Dimensões do Patrimônio Cultural*, corresponde aos elementos relativos ao Patrimônio Cultural, considerando o Patrimônio Arquitetônico e Imaterial e os aspectos relativos à Identidade Cultural e ao sentimento de pertencimento. Nos casos analisados são identificadas as singularidades de cada processo histórico de formação e desenvolvimento dos mesmos, a fim de permitir uma maior compreensão do contexto em análise. Foram considerados neste item aspectos como o caráter histórico destas áreas e a importância das mesmas como lugar de memória para a cidade, evidenciando seu papel como parte da cidade contemporânea, o que reforça a necessidade de uma leitura integrada aos processos de análise das dinâmicas urbanas que nelas se processam.

Na terceira parte, *III. Desafios às Intervenções Urbanas*, por fim, são abordados temas relativos à temática do Turismo Cultural, e os desvirtuamentos que o levam às características do turismo predatório e analisados os aspectos que configuram os modos de intervir aplicados a Áreas Centrais Históricas. Considerando o papel dos movimentos

3. Em português, o termo *Gentrification* recebeu a denominação de “Gentrificação”, podendo ainda ser apresentado como “Enobrecimento”. Estes são utilizados, da mesma forma que o original em inglês, para descrever processos de intervenção que acarretam em problemas como a expulsão da população local (alterações de sua composição social original), geralmente de menor renda e mudanças de usos, a valorização do turismo acima das questões sociais e que leva ainda à transformação da cultura local em cultura de massa, pelo processo chamado de indústria cultural, descaracterizando-a.

sociais como elemento fundamental ao questionamento das formas de intervir, este tema é discutido a partir da visão de diferentes autores. Em seguida, são resgatados os dados referentes a cada um dos projetos de intervenção desenvolvidos, considerando-se as diretrizes e objetivos apresentados por estes planos, relativamente aos resultados obtidos.

Por fim, retomando os estudos até aqui compreendidos, são feitas as análises dos estudos de caso, reunindo os elementos anteriormente levantados, a partir dos aspectos identificados como envolvidos nos processos, que são, funcionais, sociais, espaciais, visuais e culturais. Com isso, ao invés de nos determos aos aspectos pontuais desses processos, buscou-se ampliar a ótica de compreensão dos mesmos, através da análise conjunta de conceitos contemporâneos referentes às novas dinâmicas urbanas e aqueles que se referem aos aspectos culturais, de natureza material e imaterial.

Esse exercício permitiu trazer as áreas históricas ao centro da questão contemporânea, permitindo aprofundar os estudos, a partir da ampliação do leque de possibilidades de análise. A compreensão dos componentes culturais, considerando-se tanto os aspectos materiais quanto imateriais e as formas de interação construídas na vida cotidiana, também contribuiu para a busca por novas diretrizes de intervenção e para o questionamento quanto à possibilidade de formulação de novos caminhos de análise que possam auxiliar no resgate do uso público do espaço e na preservação simbólica e identitária destas áreas.

A preservação do Patrimônio Cultural é tema fundamental à conservação das feições particulares de Áreas Centrais Históricas em nossas cidades. Ao mesmo tempo, também as intervenções urbanas e as formas de promoção do Turismo Cultural têm o tema do Patrimônio Cultural como mote central, sendo apresentadas como meios para a preservação, justificando assim as ações pretendidas. Mas o percurso das intervenções vai revelar a contradição existente entre o que alegam, a preservação, e o que de fato ocorre, a exploração econômica dos atributos culturais. Geralmente, estes efeitos estão diretamente relacionados às formas de turismo predatório e segregador e às problemáticas referentes à questão habitacional. Questiona-se assim qual é de fato a imagem de cidade que se deseja preservar. Através de uma análise conjunta de conceitos, apoiada na investigação de casos brasileiros de intervenção em Áreas Centrais Históricas, propõe-se uma nova perspectiva de abordagem das questões referentes às intervenções urbanas nestas áreas, parte fundamental e origem de nossas cidades.



Largo do Pelourinho - Centro Histórico de Salvador (BRAGA, Out. 2012)

I. DEFINIÇÃO DOS PARÂMETROS DE ANÁLISE

1. A Conceituação dos Marcos Teóricos. Urbanização e Processo de Containerização do Espaço Urbano

Ao observarmos os processos de conformação e configuração da cidade contemporânea, em um primeiro momento, poderíamos ter a falsa idéia de que as Áreas Centrais Históricas não participam das novas dinâmicas urbanas estabelecidas. De fato, a produção do espaço urbano, as intervenções urbanas em áreas consolidadas e os processos de conformação e produção de novas espacialidades, são muitas vezes tratados de forma dissociada pelas ações de intervenção e planejamento das cidades, revelando um processo de fragmentação do tecido urbano. Reis denuncia este descompasso entre as “práticas de preservação” e o planejamento ao constatar que estes:

Constituem-se como processos de trabalho independentes, elaborados separadamente e poucas vezes harmonizados significativamente *a posteriori*. Descompasso semelhante ocorre entre os serviços de fiscalização para o cumprimento das normas. Responsáveis pela preservação do patrimônio cultural, consciente ou inconscientemente, interferem diretamente nas diretrizes de planejamento urbano, sem delegação para isso e, reciprocamente, planejadores urbanos passam simbolicamente seus tratores sobre os bens culturais, quando não o fazem em campo, materialmente, igualmente sem atribuição para isso. (REIS, 2011, p. 117)

Gomes (2011, p. 129) compartilha desta mesma opinião quando aponta que as atividades de preservação deveriam estar vinculadas àquelas correspondentes ao urbanismo. Desta forma, estas passariam a ser entendidas como complementares e não independentes, processo este fruto da “(...) desarticulação entre gestão urbana e preservação, típica do caso brasileiro (...)”.

Ainda assim, mesmo que muitas vezes tratadas de forma dissociada, tanto a produção do espaço urbano quanto as ações sobre áreas históricas, estão intimamente relacionadas ao esforço de promoção das cidades no mercado mundial. Observamos esta dinâmica no contexto do processo de empresariamento da produção da cidade, que se revela a partir da transformação do espaço em mercadoria.

Nesse sentido, as Áreas Centrais Históricas participam desse processo ao serem, as atividades ali exercidas, direcionadas ao setor turístico, que vincula atividades de lazer, comércio e serviços. Estas transformações ocorrem no contexto do processo de financeirização da cultura, em que os atributos particulares, reunidos sob o título de Patrimônio Cultural, são entendidos como elemento potencial à promoção das cidades no mercado mundial. Como parte deste processo de mercantilização da cultura, as características do Patrimônio Cultural são adaptadas a um novo público, novos usos e às novas dinâmicas estabelecidas, pautadas pelo consumo, consequên-

cias que processos globais e hegemônicos de intervenção imprimem à cidade. Estes são fruto da articulação entre estado e iniciativa privada e da imposição de modelos de intervenção urbana que ignoram o significado do Patrimônio Cultural e os vínculos estabelecidos através das formas de sociabilidade cotidiana, assim redefinindo a cultura. Faz-se necessária, portanto, a busca por novas formas de reflexão acerca desses modelos de intervenção urbana.

No que diz respeito à constituição e produção de novos espaços urbanos nas cidades, estes têm sido caracterizados por um processo que cria paisagens indistintas, sem relação com as particularidades locais. Segundo Corrêa (2011, p. 68), “(...) a arquitetura dos novos bairros e dos centros comerciais e financeiros das cidades européias, americanas e também brasileiras (...)” se torna semelhante:

(...) pela uniformidade, homogeneidade, repetição e neutralidade cultural e estética ditada por princípios arquitetônicos submetidos aos ciclos do capital e da moda. (CORRÊA, 2011, p. 68)

É justamente esta característica do processo de configuração de novos espaços urbanos, o fato de tornarem as cidades portadoras de paisagens semelhantes, que faz do Patrimônio Cultural um elemento fundamental para a diferenciação da imagem das cidades no mercado global. Deste modo, estas áreas participam ativamente das dinâmicas urbanas contemporâneas de promoção das cidades.

(...) o patrimônio histórico e a cultura, de uma maneira geral (e o espe-

táculo que eles ajudam a configurar) se tornaram “ingredientes” essenciais da cidade contemporânea e uma das marcas dos processos socioespaciais em curso. Isto, porém, não quer dizer necessariamente que hoje exista uma superação da mencionada desarticulação entre as ações dos órgãos públicos voltados para a preservação do patrimônio e daqueles voltados para o planejamento de nossas cidades. (GOMES, 2011, p. 129)

Contraditoriamente, na tentativa de promover as cidades através de seus aspectos culturais locais, as Áreas Centrais Históricas acabam passando por processos semelhantes de descaracterização e perda de aspectos particulares. Isso ocorre porque estas propostas de intervenção urbana também se fazem pautadas em elementos semelhantes, muitas vezes voltados à promoção do turismo, vinculadas a processos hegemônicos de decisão quanto o que deve ser preservado e divulgado, ignorando a pluralidade característica da apropriação por diferentes grupos sociais. Esta característica reducionista das intervenções pode levar a processos de homogeneização, reforçados ainda pela adoção de:

(...) fórmulas consagradas através do mundo e a preocupação com o legado histórico e com a cultura dentro da perspectiva de consumo, com a indefectível associação entre cenário urbano “histórico”, consumo “cultural”, entretenimento e turismo (...) sensação de nada se parecer mais entre si do que centros antigos “restaurados” dentro dessa lógica. (GOMES, 2011, p. 138)

Os projetos de intervenção dirigidos ao Centro Histórico de Salvador e ao Bairro do Recife são pautados neste mesmo desejo de promoção das cidades e, apesar de inseridos em contextos diferentes, portadores de trajetórias históricas e culturais distintas, são desenvolvidos a partir de estratégias semelhantes, pautadas em parcerias público-privadas. Estas se baseiam em três aspectos fundamentais – definição de um perímetro de intervenção, atribuição de novos usos e tratamento conferido às edificações e espaços públicos.

Sobre estes aspectos, que serão retomados quando da análise das intervenções urbanas, neste momento, pode-se antecipar que, com a definição de um perímetro de intervenção, desconsidera-se a relação da área com o entorno, não englobando as relações de usos e dinâmicas cotidianas que esta deveria estabelecer com o conjunto da cidade, passando a funcionar de forma autônoma. Quanto à atribuição de novos usos, esta se dá acompanhada da alteração do perfil do público usuário destas áreas, contrapondo morador e visitante. A partir do momento em que se tem um novo grupo usuário, observa-se o estabelecimento de novas dinâmicas urbanas pois este passa a se apropriar do espaço da forma que lhe é característica, implicando em novas formas de sociabilidade, substituindo ou reduzindo as anteriormente estabelecidas. Os aspectos culturais locais, atrelados à memória da população, de quem depende sua manutenção no tempo, são reconfigurados, transformados em objetos a serem consumidos.

O terceiro aspecto, que diz respeito às atividades de conservação e restauro de edificações e

espaços públicos, contribui para reforçar o processo de segregação da área em relação ao entorno devido ao contraste entre a preservação do Patrimônio Arquitetônico abrangido pelo perímetro de intervenção e a má conservação e o processo de degradação das edificações do entorno. Em conjunto, estes aspectos irão marcar o empobrecimento da diversidade sócio-cultural local, decorrente da alteração e do direcionamento de usos e dos grupos usuários.

Isto porque a representatividade cultural de uma determinada área na cidade é fruto de uma série de interações e vínculos estabelecidos entre o habitante e o lugar, através de formas cotidianas de apropriação. Nesse sentido, devemos pensar na cidade não apenas como aquela que é definida pelas ações de intervenção mas também aquela que se configura a partir das formas cotidianas de apropriação pela população. Neste processo de intervenção, a diversidade cultural é reinventada e os fragmentos históricos são transformados em mercadoria (ARANTES, 2008), através da espetacularização do Patrimônio Cultural. Observa-se, neste contexto, um processo de homogeneização ou resingularização das características particulares (GUATTARI, 2006, p. 158, 159). Estas transformações são evidenciadas ainda por processos de Privatização do Espaço Urbano, em que o direcionamento a novos usos implica em um novo público usuário para estas áreas. Este, por sua vez, não carrega os mesmos referenciais de identidade e pertencimento que os grupos historicamente estabelecidos no território.

As transformações observadas na composição da paisagem urbana em Áreas Centrais Históricas

cas, a partir de intervenções pautadas nos aspectos aqui mencionados, que tomam os aspectos culturais locais como motivadores das intervenções, mas que acabam por descaracterizá-los, nos exige dar continuidade aos questionamentos já estabelecidos sobre este tema. Para tanto, a ampliação dos marcos conceituais tradicionalmente utilizados para estudo de intervenções desta natureza, como por exemplo o termo Gentrificação, que retomaremos adiante, pode vir a contribuir com este processo. Desta forma, propomos o uso dos aspectos definidores da *Urbanização* e do *Processo de Containerização do Espaço Urbano*.

Ao conceituar a Urbanização, Muñoz⁴ (2005) coloca que esta diz respeito à urbanização banal do território, a partir da repetição indistinta de aspectos semelhantes em diferentes lugares, fazendo com que cidades diferentes estabeleçam referenciais similares, caracterizando as formas e funções urbanas da cidade contemporânea. O autor (MUÑOZ, 2008, p. 19) coloca ainda que, dessas mudanças significativas nas formas urbanas, surge uma nova categoria, a cidade multiplicada⁵.

A descrição do Processo de Containerização do Espaço Urbano decorre do rebatimento, para o contexto do espaço urbano, do conceito de Container, cunhado por Solà-Morales (2002, p. 96-101)

4. Francesc Muñoz é doutor em geografia, especialista em urbanismo e desenho de estratégias territoriais. É professor e diretor do Observatorio de La Urbanización e do mestrado em Intervención e Gestión da Paisagem, da Universidad Autónoma de Barcelona.

5. Esta nova conformação de cidade é resultado de três processos simultâneos – nova definição de centralidade urbana e funções a ela associadas; multiplicação dos fluxos e formas de mobilidade no território e novas maneiras de habitar a cidade e o território (MUÑOZ, 2008).

para classificar equipamentos, ou conjuntos deles, que se voltam à acumulação de capital, seja ele econômico, simbólico ou cultural. Sob esta ótica, busca-se compreender de que forma este processo, que contempla aspectos tais como o direcionamento a atividades e público específicos, sem interação com o entorno e que se desenvolvem de forma auto-referenciada, pode ser observado em Áreas Centrais Históricas que passam por processos de intervenção urbana e que, pela forma como se estruturam, também com especialização de usos e direcionamento a determinado público usuário, levam a processos de redução e comprometimento do valor simbólico local.

Consideramos que estes marcos, utilizados para descrever alguns dos aspectos das dinâmicas urbanas da cidade contemporânea, podem ser também utilizados para análise das Áreas Centrais Históricas que passam por intervenções urbanas nos moldes que serão aqui apresentados. Esta hipótese se coloca posto que estas áreas, quando tratadas de forma dissociada do conjunto da cidade, passam a configurar, ao mesmo tempo, uma paisagem singular e homogênea. A singularidade local decorre das características particulares reunidas como Patrimônio Cultural - características arquitetônicas, urbanísticas e imateriais. O aspecto de homogeneidade, por sua vez, diz respeito ao caráter de síntese destes mesmos elementos culturais que as intervenções promovem, reduzindo significados à possibilidade do consumo.

As novas dinâmicas urbanas incentivadas pelas intervenções são direcionadas a usos especí-

ficos, como ócio, consumo e entretenimento, vinculados à promoção destas no mercado global, neste caso através do turismo. Esta atividade e a forma como a ela são associados os aspectos culturais locais, para legitimar sua implantação, se configura como a chave de inserção destes marcos conceituais como possibilidade de análise do tema proposto. Isso porque, nas intervenções urbanas analisadas, tanto em Salvador quanto em Recife, a determinação do turismo como uso prioritário, privilegiando atividades de comércio e serviços, em detrimento sobretudo da habitação, aparece de forma clara.

Nestes dois casos, os projetos desenvolvidos partiram da delimitação da área de intervenção, definindo um perímetro segregado do entorno. Em Salvador foi selecionado um setor do Centro Histórico para intervenção e, no Bairro do Recife, a definição das áreas se deu a partir da divisão do Bairro em pólos de atuação. Estabelecidas as áreas de projeto, foram determinados os usos prioritários e os grupos sociais aos quais se destinariam. Nestas áreas, a forma de tratamento das edificações e dos espaços públicos se configura de maneira a conduzir o olhar e os percursos do visitante, aspecto reforçado pelos roteiros turísticos. As edificações, restauradas, passam a funcionar como uma barreira que delimita a área de circulação e o entorno não pode ser compreendido porque excluído das dinâmicas ali presentes.

É esta mesma modalidade de turismo que Muñoz associa à produção de paisagens urbanas homogêneas, às quais ele dá a denominação de paisagens urbanais, que podem ser produzidas e reproduzidas independentemente do lugar e sua

caracterização, alheias ao território onde estão inseridas, fruto de um processo de banalização do território. No caso das Áreas Centrais Históricas, esta banalização se dá pela forma como esse patrimônio consolidado é tratado e incorporado pelas dinâmicas urbanas através das intervenções.

Para aplicar os conceitos de *Banalidade* e *Banalização* aos processos de produção e conformação do espaço urbano na cidade contemporânea, o autor utiliza como referência as conceituações de Pardo (2004), que caracteriza a banalidade como uma “condição da sociedade contemporânea”, vinculada à cultura e ao consumo de massa. Segundo este autor, a banalidade é o resultado do processo de banalização, que se dá em escala global e se constitui a partir de dois grupos, o “sistema de gosto” (formado pelos elementos energia e diversão) e o “sistema de brilho” (cujos elementos são suavidade e limpeza), coordenadas estabelecidas sob a ótica da propaganda, que tem por intenção divulgar e influenciar o consumidor a adquirir produtos de consumo que fazem parte da vida cotidiana⁶.

Da mesma forma que uma propaganda deve passar a imagem de um produto de qualidade, segurança e que garanta diversão e satisfação, Muñoz identifica estes mesmos elementos na análise do território dentro do processo de empresariamento da produção da cidade. Deste modo, áreas históricas, para que possam ser consumidas dentro deste processo de promoção das cidades no mercado mundial, têm sua imagem simplificada, “limpa” de qualquer interferência para garantir a diversão

6. Para melhor compreender esta temática ver PARDO (2004).

e o não questionamento, promovendo um contato superficial com o espaço urbano, sem as complexidades, conflitos e diferenças que nele residem. O público alvo, a quem as ações de intervenção se dirigem, é o visitante, e as formas de atuação sobre o território moldam o espaço (MUÑOZ, 2008, p. 68-71) para que a atividade turística possa ser implantada.

Segundo o autor (MUÑOZ, 2008, p. 190), o problema de fato não é a atividade turística em si, mas a forma como esta é implantada e conduzida em cada localidade, o que vai de encontro às análises quanto às diferentes vertentes do turismo. Nestas análises contrapõe-se o Turismo Cultural, cujo objetivo é promover o conhecimento a partir da valorização da diversidade, e o turismo predatório, em que estes mesmos elementos são simplificados e reconvertidos em objetos de consumo. Estas duas modalidades de turismo podem ser observadas associadas aos projetos de intervenção aplicados às Áreas Centrais Históricas de Salvador e Recife. Nestes casos, o Turismo Cultural foi apresentado como forma de incremento econômico, contribuindo tanto para a promoção destas áreas quanto para a conservação do Patrimônio Cultural. No entanto, as intervenções empreendidas revelaram um turismo predatório, ao transformarem os aspectos culturais em objeto de consumo atrativo a um novo público visitante, negligenciando a preservação das particularidades locais.

O turismo predatório, implantado de forma sistemática e massiva, é aquele que se vincula ao entretenimento e volta-se ao consumo visual e temático dos aspectos espaciais, históricos e cultu-

rais locais, transformando a cultura, bem como os espaços a ela associados, em mercadoria. Neste contexto de mercantilização da cultura, os usos até então estabelecidos e vinculados à habitação e às formas de apropriação cotidiana da população local são sobrepostos pelos novos usos impostos pelas intervenções, redefinindo as relações de sociabilidade e levando assim a um processo de segregação dos grupos usuários. Isso ocorre a partir do entendimento do setor cultural como um agente econômico potencial, comprometendo as características particulares das localidades. Com isso, evidencia-se a apropriação de porções do território por grupos sociais específicos e a diferenciação entre as classes sociais e estilos de vida, reforçando a constituição de fronteiras e a segregação social no espaço urbano (MUÑOZ, 2004), configurando um Processo de Privatização do Espaço Urbano e comprometendo as relações de sociabilidade.

Contra estes efeitos de redução da dimensão socio-cultural que o direcionamento à atividade turística pode acarretar, Muñoz (2008, p. 208-211) indica a necessidade de construção de espaços urbanos social ou culturalmente diversificados e funcionalmente complexos, priorizando o uso público dos espaços, ao invés de privatizá-los pela segregação fundada na diferenciação social, e que permitam a identificação coletiva e o reconhecimento do lugar como singular. Entendemos que as Áreas Centrais Históricas seriam naturalmente portadoras destas características de que fala o autor, mas que alvo de formas de intervir que privilegiam o turismo, têm apagadas as diferenças inerentes às culturas locais.

Duque (2008, p. 116-118) compartilha da mesma opinião de Muñoz quanto à descaracterização do tecido urbano através de intervenções que visam a inserção das cidades no mercado global. Segundo este autor, a mudança na configuração espacial das áreas históricas ocorre através da implantação de uma modalidade de turismo qualificado como cultural quando na verdade não o é. Ele apenas apropria-se do discurso da cultura para validar a exploração econômica das mesmas, transformando-as em um cenário espetacularizado e controlado, para o qual contribui o tratamento diferenciado do entorno e a redução do conjunto de funções urbanas anteriormente ali estabelecidas.

O caráter público dessas áreas fica comprometido já que se tornam segregadas do entorno, transformadas em espaços para consumo. Estes espaços, que podem ser controlados através de parcerias público-privadas se tornam similares, na análise de Duque, a um “parque temático”. Esta relação que o autor estabelece entre as áreas históricas incorporadas pelo mercado do turismo e a expressão “parque temático”, diz respeito ao processo de tematização da paisagem urbana, pela redefinição e redução de usos e das formas de apropriação, conferindo-lhes um aspecto de artificialidade, o que também revela a proximidade destas análises com o conceito de Urbanização.

De acordo com os estudos desenvolvidos por Muñoz (2005, p. 79), a Urbanização se dá a partir de três processos, que são - Especialização Econômica e Funcional do Território; Segregação Morfológica dos Ambientes Urbanos e Tematização

da Paisagem. É a partir da caracterização destes processos, e das interações existentes entre eles, que buscamos compreender a pertinência e possibilidade de uso deste ao estudo de intervenções urbanas em Áreas Centrais Históricas. Deste modo, passamos agora à análise destes processos.

Quanto à Especialização Econômica e Funcional do Território a que Muñoz (2008) se refere, esta diz respeito à implantação de novos usos e funções específicas, transformando as áreas em espaços destinados ao ócio e consumo em tempo parcial. Com isso, é reduzida a diversidade de atividades possíveis por que os usos passam a ser direcionados a um conjunto específico de funções, que em nossos estudos identificamos estarem relacionadas ao desenvolvimento e promoção do turismo. Estas alterações podem ser observadas nas edificações, com a redução do uso habitacional e demais atividades cotidianas, por exemplo. Este processo pode se estender aos espaços públicos, que se transformam também em palco de representação de uma nova imagem, compatível com a redução do capital social e cultural. Estas alterações ocorrem de acordo com a lógica do processo de empresariamento da produção da cidade e reconversão dos aspectos culturais em objetos de consumo, o que também contribui para o processo de homogeneização do espaço urbano.

Nos estudos de caso analisados, que serão melhor desenvolvidos adiante, este primeiro processo pode ser observado. As duas intervenções analisadas foram pautadas na implantação de usos vinculados à atividade turística, portanto destinadas ao

consumo e entretenimento. Com isso, ao invés da diversidade de usos, priorizou-se aqueles vinculados ao comércio e serviços, reduzindo, ou até mesmo eliminando, a habitação e demais atividades ligadas ao cotidiano.

A esta alteração de usos e funções está atrelado o segundo processo identificado por Muñoz, a Segregação Morfológica dos Ambientes Urbanos. Esta relação se dá na medida em que a mudança de usos restringe e redefine os grupos sociais que passam a participar das novas dinâmicas estabelecidas. A reconfiguração dos novos grupos usuários, que irá diferenciar aqueles que podem ou não se apropriar destes espaços, marcará um processo de segregação e dará origem a um processo de Privatização do Espaço Urbano. Evidencia-se ainda um processo de redefinição do papel do estado em relação ao espaço urbano, em que as políticas públicas passam a ser definidas pelas possibilidades de investimentos em determinados setores da economia, e voltado ao uso de determinados grupos de habitantes ou consumidores, comprometendo o caráter de coletividade. Esta referência que Muñoz faz às formas de apropriação e ao processo de Privatização do Espaço Urbano está presente em outros autores que também se voltam ao estudo do Espaço Urbano, como Carlos (2011) e Costa (2010).

No que diz respeito à apropriação, Carlos (2011, p. 38-45) a classifica como uma “atitude essencialmente humana”. O homem se apropria daquilo que se dá a sua volta, transformando-o “em um objeto que lhe é próprio”, envolvendo espaço e tempo determinados. Para esta autora, para melhor

compreender a apropriação, é fundamental considerar o Habitar. É a partir dele que se estabelecem as relações cotidianas e os vínculos efetivos com o lugar e com os outros. Este é o uso que se constitui como a forma de apropriação que permite a “constituição da identidade e da memória”, e que vinculamos à caracterização do Patrimônio Cultural, formado pelo Patrimônio Arquitetônico e Imaterial.

(...) o uso dá significado e sentido à vida através da construção de referenciais que, localizados apontam a construção de uma identidade fundada numa língua, numa religião, numa cultura. Nesse contexto, a relação com o mundo é construída a partir de um ponto no qual o indivíduo se reconhece e a partir de onde constrói uma teia de relações com o outro e, através destas, com o mundo que o cerca, guardando uma história na medida em que o tempo implica duração e continuidade. Nesse sentido, o habitar definido como ato social, atividade prática, não se reduz a uma localização, mas estende-se ao plano da reprodução social que transcende o plano do individual. (CARLOS, 2011, p.58)

A medida em que os novos usos são implantados, são deixadas de lado a habitação e outras atividades que se constituiriam como parte do cotidiano do morador, impondo novos comportamentos. Deixa de haver a apropriação como forma de construção identitária e criação de vínculos e interação com o outro, sendo a produção do espaço caracterizada pelo controle e hierarquização dos grupos sociais

que passam a participar desta produção (CARLOS, 2011).

Quanto mais o espaço é submetido a um processo de funcionalização, mais é passível de ser manipulado, limitando-se, com isso, as possibilidades da apropriação. Nesse processo, o indivíduo se reduz à condição de usuário, enquanto o ato de habitar, como momento de apropriação criativa, se reduz ao de morar, ou seja, à simples necessidade de abrigo. Esse processo materializa-se no plano do lugar – como aquele em que se instaura o vivido – ao passo que o plano do imediato, a morfologia, reproduz uma hierarquia social que vai em direção à segregação sócio-espacial, fragmentação dos espaços-tempos da vida humana em seus acessos diferenciados, marcando as diferenças de classes. (CARLOS, 2011, p.65)

A alteração das formas de apropriação acarreta em aspectos do Processo de Privatização do Espaço Urbano, porque associada à definição dos grupos de usuários que passam a participar deste novo espaço de consumo. Nas áreas históricas, sendo ainda as formas de apropriação associadas à construção identitária e de caráter simbólico, a privatização é também associada ao comprometimento dos aspectos particulares locais, empobrecendo-os.

Segundo Costa (2010, p. 67, 77), privatiza-se o que deveria ser preservado coletivamente. Esta relação, enfatiza Carlos (2011, p. 59, 138, 139), é contraditória, visto que a produção do espaço deveria ser fruto de um processo cujo sujeito deveria ser

a sociedade. No entanto, sendo o acesso aos espaços condicionado ao uso, que os transforma em mercadoria, a possibilidade de apropriação passa a ser dirigida a determinados grupos. Os indivíduos passam a ser divididos e hierarquizados de acordo com a possibilidade de consumo, que define o acesso aos lugares da cidade e aos espaços públicos.

Sob esta perspectiva, estabelece-se a segregação, apontada por Muñoz. Com a substituição de formas de interação e práticas, passa-se a configurar uma nova sociabilidade e também a fragmentação do espaço urbano. Esta fragmentação, de acordo com Costa (2010, p. 14), é fruto de um processo de “valorização diferencial do espaço urbano”. No caso das intervenções analisadas, este processo decorre daquilo que o autor denomina ser fruto da relação entre “valorização simbólica e valorização econômica dos bens culturais, valor de mercado no contexto histórico”. Sobre este processo de fragmentação, coloca Sposito:

(...) não há unidade espacial, porque a ação sobre o espaço e a sua apropriação são sempre parcelares, na cidade atual. Diferentes pessoas movimentam-se e apropriam-se do espaço urbano de modos que lhes são peculiares, segundo condições, interesses e escolhas que são individuais, mas que são, também, determinados historicamente, segundo diversas formas de segmentação: idade, perfil cultural, condições socioeconômicas, segmentação profissional, preferências de consumo de bens e serviços etc. (SPOSITO, 2012, p. 134)

Deste conjunto de aspectos resulta a Tematização da Paisagem, terceiro processo destacado por Muñoz (2008, p. 88-90), conseqüência das transformações dos modos de produção e da economia e da perda das características de diversidade e coletividade. Esta nova paisagem, homogênea, irá marcar a sobreposição das especificidades do lugar por novos aspectos visuais. A estas paisagens comuns, Muñoz (2008, p. 43) também dará a denominação de a-territoriais, que diz respeito ao fato destas paisagens não possuírem identificação com os aspectos particulares de uma determinada localidade, não traduzindo de forma direta as características físicas, sociais e culturais que a compõem. Sorkin (2004) identifica este processo como resultado da ruptura de vínculos historicamente estabelecidos entre o território e as múltiplas dimensões que o caracterizam.

Esta forma de produção banal do território de que fala Muñoz, no caso das Áreas Centrais Históricas, se revela a partir do momento em que há a manipulação de elementos que lhes são particulares em prol da mercantilização da cultura, elemento que garante a diferenciação e competitividade no mercado mundial através da exploração cultural pelo turismo global. Com isso, estas áreas, com aspectos culturais, históricos e populacionais específicos, passam a sofrer transformações similares, acarretando na conformação de paisagens homogêneas (MUÑOZ, 2008). Estas são resultado do processo de adaptação e síntese do Patrimônio Cultural, a partir da eleição de determinados aspectos para preservação e promoção.

Isso ocorre porque as características físicas do território não são suficientes para garantir a singularidade destas áreas, que depende também dos aspectos culturais imateriais e das formas de vivência, atrelados à população local. Neste processo, considera-se apenas o potencial turístico que estas áreas apresentam, em detrimento da memória a elas vinculada. Segundo Costa:

A mercantilização dos núcleos propicia uma “banalização pela cenarização” que acaba por “mascarar” o sentido dado inicialmente a esses bens, enquanto símbolos de identidade, cultura e memória das nações e dos povos da humanidade; infelizmente, não assumem plena função na vida da *coletividade*, atendem, sobretudo, os anseios exclusivos de uma classe e não são, verdadeiramente, compartilhados e preservados para a posteridade e toda humanidade, de acordo com as diretrizes do Comitê do Patrimônio Mundial, via Convenção. (COSTA, 2010, p.78)

A crítica que o autor faz a este processo, evidenciando ainda a contradição inserida na preservação do Patrimônio Cultural, que ao mesmo tempo em que os valoriza também os tornam alvo de exploração, que pode levar à descaracterização, o aproxima das colocações de Muñoz quanto à Urbanização. Isso porque a Urbanização é também caracterizada pela manipulação da história e simplificação dos elementos, impondo uma nova cultura, um passado falsamente recuperado (MUÑOZ, 2005; 2008, p. 43, 50). Como resultado final, tem-se o com-

prometimento dos aspectos culturais e a arquitetura transformada em cenário, passando agora a representar um espaço vigiado e controlado.

Em Londres, por exemplo, cidade que é considerada um dos três destinos urbanos mais significativos do turismo global, Muñoz (2008, p. 95-109) aponta que as operações urbanas nas Docklands, ao longo do Tâmsa, permitem identificar o processo de especialização econômica e elitização. Isso porque a área passou por um processo de intervenção que privilegiou a habitação de alto padrão, através da substituição da população residente por outra de maior poder aquisitivo. Neste processo foi fundamental a participação do poder público, que permitiu uma ampla atuação do capital privado que, por sua vez, priorizou a implantação de serviços especializados, voltados ao ócio e entretenimento. Essas ações, segundo as análises do autor, retratam o processo de tematização deste território e a transformação da história e da cultura local em objeto de consumo.

Em outro exemplo, em que Muñoz (2008, p. 126-149) apresenta as ações imobiliárias e urbanísticas em Buenos Aires, Argentina, hoje uma das dez maiores aglomerações urbanas do mundo, ele aponta que a Urbanização, neste caso, foi decorrente de operações de intervenção nos bairros La Boca e San Telmo-Montserrat e Puerto Madero. O autor coloca que estas ações marcaram um processo de especialização funcional das áreas e sua apropriação por novos atores, levando a uma polarização social. Com isso, o espaço urbano passou a ter uma leitura fragmentada, “como uma seqüência de ilhas”, sendo

que parte delas foi favorecida pela ação especulativa do mercado, enquanto outras ficaram ao largo desses processos (Figura 01).

As intervenções promovidas nestes espaços apontam, segundo Muñoz:

(...) o alcance e os riscos que os processos de Urbanização significam para a cidade entendida em sua dupla dimensão, como substrato físico construído e como emaranhado de relações sociais entre quem habita (...). (MUÑOZ, 2008, p. 126, tradução da autora)

O funcionamento destas áreas como uma ilha especializada é reforçado pelas características de vigilância e controle. Estas reforçam o estabelecimento de fronteiras no espaço urbano, físicas ou simbólicas, que isolam essas áreas do contexto onde estão inseridas, dissociando-as do entorno.

Este aspecto da Urbanização, a transformação de setores da cidade em territórios segregados, tanto pela não interação física com o entorno quanto pela descontinuidade das dinâmicas urbanas devido ao processo de especialização econômica e funcional, visto que direcionados a usos e usuários específicos, nos permite incorporar às análises o segundo marco conceitual indicado neste capítulo, o Processo de Containerização do Espaço Urbano.

De acordo com Solà-Morales, os Containers constituem acumuladores de capital, tenham eles viés econômico ou cultural. Estes passam a constituir novos cenários de consumo ritualizado de objetos e cultura, de caráter seletivo e homogêneo.

Bairro La Boca



BRAGA, Jan. 2011
Recepção aos turistas



BRAGA, Jan. 2011
Caminito

Os turistas são recepcionados por dançarinos de tango, dança típica argentina, e convidados a tirar fotografias com eles, como lembrança da visita. Processo semelhante poderá ser observado em Salvador, através da figura da baiana, incorporada como chamariz turístico do centro histórico.

Os imóveis em bom estado de conservação, ao longo do Caminito, que concentra a atividade turística no bairro, destoam do entorno e destacam a área do conjunto. A circulação de turistas é restrita a este setor, havendo pouco contato com o restante da área.

Puerto Madero



BRAGA, Jan. 2011
Restaurantes ao longo do Puerto Madero



BRAGA, Jan. 2011
Vista do Puerto Madero

A recuperação do Puerto Madero transformou esta área portuária em um amplo espaço destinado à atividade turística, apresentando períodos de baixa dinâmica urbana, ficando praticamente vazia durante boa parte do dia, adquirindo movimento mais intenso no período noturno. Os galpões recuperados receberam diversos restaurantes, que ocupam também a área externa, aproveitando-se da vista de todo o conjunto, que evidencia o contraste entre os galpões recuperados e o processo de verticalização, acompanhado por uma nova produção arquitetônica.

FIGURA 01

Buenos Aires, Argentina

Estes espaços, exemplificados pelo autor como museus, estádios, centros comerciais, parques temáticos de entretenimento, edifícios históricos a serem visitados ou centros turísticos, têm por característica não serem sempre públicos, mas também não exatamente privados, onde é possível identificar uma distinção destes espaços em relação ao entorno.

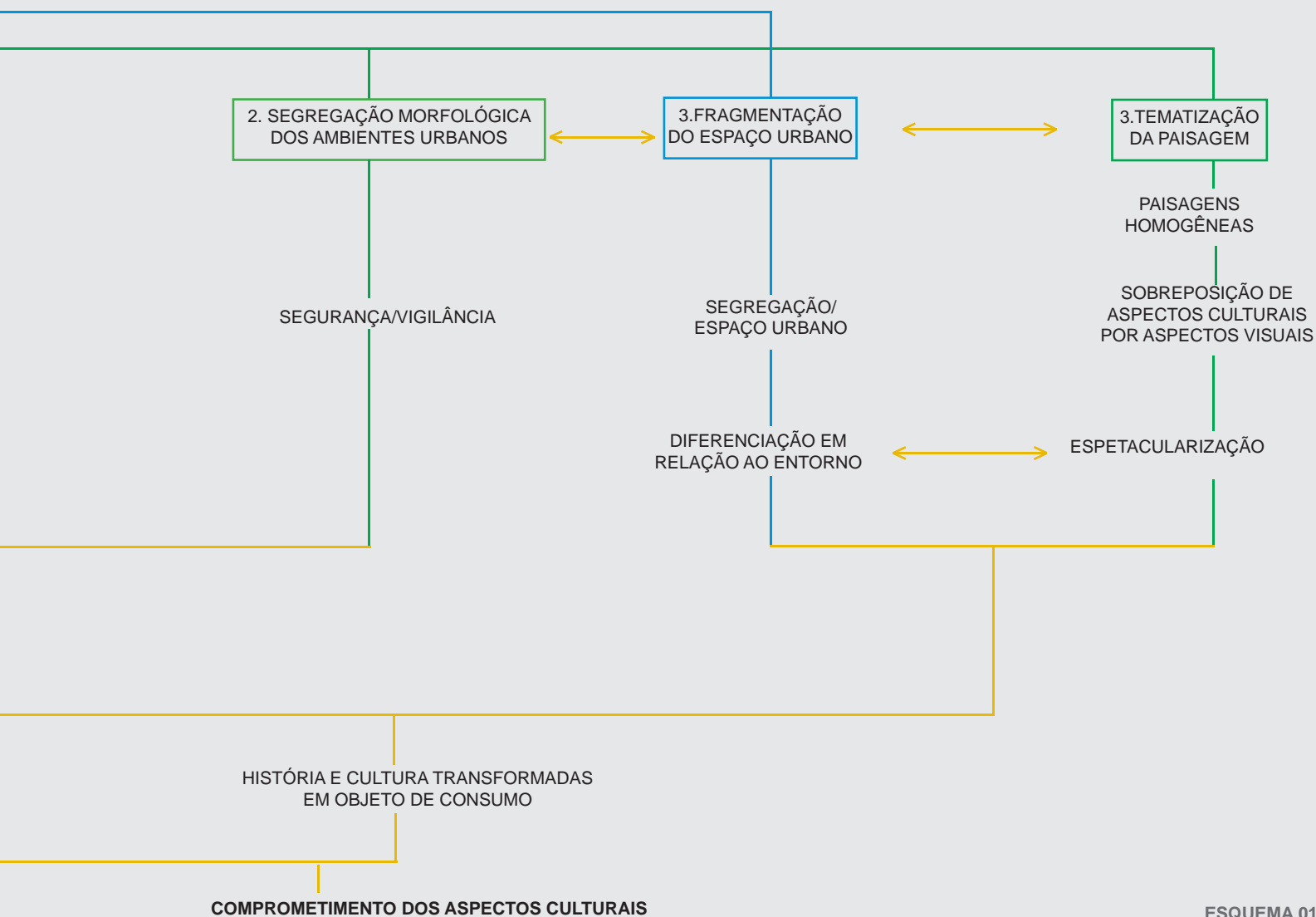
Considerando esta característica de separação, Sorkin (1996) acrescenta ainda que estes passam a funcionar como um instrumento de segregação, dividindo coisas e pessoas de acordo com o consumo, parte do processo de empresariamento da cidade. Assim como Muñoz descreve a Urbanização, Sorkin irá classificar os Containers como espaços especializados, nos quais não ocorrem acontecimentos espontâneos e onde as diferenças são eliminadas, reduzindo a sociabilidade do espaço público, originalmente o lugar da diversidade e do conflito, agora relacionado a grupos específicos. Estas alterações acarretam no comprometimento dos aspectos culturais locais e das formas cotidianas de apropriação. Aos projetos que apresentam estas características, sobretudo quando voltados à atividade turística, Sorkin (2004) irá associar a tematização e espetacularização, também utilizadas por Muñoz para caracterizar a Urbanização.

A destruição das relações de sociabilidade e redefinição das mesmas, também é destacada por Carlos (2004, p. 14, 43). Segundo a autora, os novos usos e as novas formas de apropriação do espaço, transformam-no em mercadoria, e este uso delimitado tende a substituir as relações anteriores por ou-

tras, mediadas pela mercadoria.

Estas transformações levam à criação de novos espaços, que Bauman (2001, p. 112-116) classifica como “espaço público não civil”. Segundo o autor, estes espaços públicos não civis podem ser de dois tipos, de não permanência e de consumo. Este último é o espaço controlado e segregado, destinado ao consumo e entretenimento a tempo parcial. Sendo assim, não favorece a criação de vínculos e sim encontros superficiais, nos quais se restringe a possibilidade do encontro e o convívio com o diferente. Nesse processo de fragmentação do espaço perde-se as relações familiares, de vizinhança e com os objetos, comprometendo os referenciais urbanos individuais e coletivos e a memória social (CARLOS, 2004, p. 13). Essa classificação nos leva às reflexões quanto ao Processo de Containerização.

Quando Muñoz (2008, p. 190) indica que as paisagens urbanais podem ser entendidas como “morfologias urbanas autistas”, ele está associando a formação destas paisagens ao Processo de Containerização do Espaço Urbano (Esquema 01). Isso ocorre porque estas paisagens não estabelecem relações com o território, desconsiderando as características locais, fazendo com que o espaço urbano, ou conjunto deles, aos quais via de regra se associam edificações, passem a ser tratados como novos fragmentos urbanos especializados (MUÑOZ, 2008). Este processo pode se dar até mesmo em zonas urbanas consolidadas porque nestas, através de intervenções que privilegiam o consumo cultural através da atividade turística, a atividade urbana passa a se dar de forma autônoma e auto-referenciada.



ESQUEMA 01

Relação entre os Marcos Teóricos

Estas passam a funcionar como objetos independentes, que não participam de forma orgânica do tecido e dos espaços urbanos, voltando-se à economia de serviço, consumo e entretenimento. As funções são simplificadas, estabelece-se o intercâmbio e ritual de consumo e o espaço é tematizado para ser visitado em tempo parcial, evidenciando características do Processo de Containerização do Espaço Urbano, onde a experiência urbana é estandardizada, banalizada.

De forma semelhante, podemos encontrar em Choay (2001, p. 226) análises que vão de encontro ao Processo de Containerização. Esta relação se faz presente quando a autora coloca que a transformação dos espaços em bens de consumo cria uma “embalagem” em torno do Patrimônio Cultural, excluindo as populações locais e as atividades tradicionais e cotidianas, o que implica no comprometimento dos aspectos culturais locais que antes caracterizavam e definiam estes territórios. De acordo com Solà-Morales (2002, p. 198-200), tanto os objetos arquitetônicos quanto as estruturas urbanas, ao perderem seu valor cotidiano e serem convertidos em espaços de produção e intercâmbio de mercadorias, passam a fazer parte de um mercado de valores. Esse processo, que também se caracteriza pela redução do bem cultural a objeto de consumo a tempo parcial, faz com que estas áreas percam aspectos singulares da cultura local que as caracterizam. Com o comprometimento da qualidade de vida cotidiana, estas passam a se constituir em áreas objetificadas e ritualizadas.

A redução da possibilidade de acontecimentos espontâneos, frutos da interação cotidiana entre a população e os espaços que ocupa, que as intervenções urbanas em Áreas Centrais Históricas promovem, e que nos permite a análise através da Urbanização e do Processo de Containerização do Espaço Urbano, evidencia ainda o que Delgado (2007, p. 111-113) irá denominar “vida social falseada”. Para explicá-la, o autor também faz uso do conceito de Container. De acordo com suas colocações, quando o conceito de Container é transposto à análise do espaço urbano, através do Processo de Containerização do Espaço Urbano, é possível aproximá-lo às ações de intervenção em Áreas Centrais Históricas.

Esta relação é possível a partir do momento em que os projetos de intervenção empreendidos nestas áreas promovem a reconfiguração do território em função do interesse econômico de promoção das cidades através da atividade turística. Elas dialogam com as características do Processo de Containerização no que diz respeito à transformação do território em função de interesses econômicos específicos. A partir do momento em que as ações se voltam ao direcionamento de usos e usuários específicos, estas promovem a redução dos componentes tipológicos, sob a ótica da tematização e espetacularização das mesmas, reduzindo o valor simbólico.

O turismo e a indústria que o sustenta têm papel fundamental na determinação desta “vida social falseada”, pois condicionam ao visitante a forma de olhar e se dirigir a essas áreas. Constitui-se uma nova situação cultural, na qual a realidade é substi-

tuída por uma imagem definida *a priori*, a partir das ações de intervenção, com a simplificação dos elementos constitutivos dessas áreas. Ao mesmo tempo, com a remoção da população anterior, impedindo a mescla social, atividades e práticas cotidianas vão sendo substituídas por outras, que se constituem em usos direcionados, transformando os espaços públicos em áreas homogêneas, vigiadas e controladas para consumo do território, comprometendo o valor social local, assim como aponta Muñoz ao descrever a Urbanização.

Nas análises de Salvador e Recife, será possível identificar estes aspectos aqui mencionados. Isso porque, em linhas gerais, ambos projetos pautaram-se em um processo de especialização funcional voltado a um público consumidor específico. Estas alterações, reforçadas ainda pelo tratamento conferido às edificações, marcaram um processo de ordenamento e controle destes territórios, reforçando a segregação espacial. Esta segregação dos diferentes grupos sociais, constituindo fronteiras que revelam um Processo de Privatização do Espaço Urbano, foi reforçada pela ausência e/ou confinamento do uso habitacional nas áreas de intervenção. A forma de lidar com estes aspectos resultou em desdobramentos quanto aos aspectos culturais locais.

Esta implicação se mostra de forma bastante evidente em Salvador, já que, como veremos, o Centro Histórico, pelas formas de ocupação pelas quais passou, abrigou, ao longo do tempo, uma série de movimentos e manifestações culturais. Estas, criadas e mantidas pela população local, tiveram sua continuidade comprometida a partir do momento em

que esta população foi removida do local para implantação da intervenção. Em Recife, por outro lado, ainda que não existam na área formas de representação cultural com a mesma intensidade daquelas observadas em Salvador, as formas de utilização cotidiana daquele lugar foram comprometidas pelo direcionamento aos novos usos implantados.

Nos estudos desenvolvidos quanto às intervenções urbanas realizadas no Centro Histórico de Salvador e no Bairro do Recife podemos identificar que, além das alterações dos aspectos físicos e relações sociais apontadas por Muñoz, estão associadas também alterações nos aspectos culturais. No que diz respeito a este último elemento, se torna determinante identificar e caracterizar a forma como os grupos sociais agem, se pela construção da cultura, apropriação pelos habitantes, ou consumo, para o qual o Patrimônio Cultural adquire valor de troca, fazendo com que o aspecto imaterial seja recriado pela apropriação do novo usuário, levando ao comprometimento da leitura do existente, tornando-o uma paisagem banal.

Este capítulo teve por objetivo apresentar os marcos conceituais entendidos como pertinentes aos estudos aqui pretendidos, bem como contextualizá-los dentro da temática das intervenções urbanas em Áreas Centrais Históricas. Desta forma, entendemos a Urbanização como a noção dentro da qual, tanto o Processo de Containerização do Espaço Urbano, também aqui apresentado, como a Gentrificação, como exemplo de conceito já amplamente utilizado, podem ser entendidos como parte deste processo maior.

Considerando ainda que a intenção deste trabalho é verificar a pertinência do uso desta base conceitual como forma possível de compreensão e análise crítica das conseqüências infringidas pelos processos de intervenção nas áreas em estudo, os capítulos seguintes buscam aproximar de forma mais clara os marcos conceituais aqui abordados aos estudos de caso realizados. Esta aproximação se caracteriza, de um lado, através da verificação de relações possíveis entre estes marcos teóricos e os demais aspectos envolvidos nestes processos, como Patrimônio Cultural e Turismo. Para tanto, é fundamental analisar a relação estabelecida entre o Patrimônio Arquitetônico, Imaterial e as relações estabelecidas entre a população e o local, como conjunto definidor da paisagem singular que estas áreas representam. De outro, a aproximação deste conjunto de elementos relativamente aos estudos de caso se dá a partir da identificação do Patrimônio Cultural que as áreas em estudo abrigam e da análise das formas de intervir adotadas, quais os mecanismos de atuação empregados e o papel atribuído aos aspectos culturais nesse processo. Deste modo, busca-se questionar de que forma os elementos particulares definidores da paisagem urbana e dos aspectos culturais locais podem estar, ainda que de forma contraditória, vinculados ao processo de Urbanização destes territórios.

2. A Crítica Consolidada. O Papel da Cultura no Mercado Mundial de Cidades e a Gentrificação

O reconhecimento do processo de crescimento e transformação de uma cidade se revela a partir dos marcos edificadas e do desenho do traçado urbano, consolidados ao longo do tempo. Este conjunto de referências nos permite identificar os aspectos definidores da identidade de uma cidade, revelando o passado de um tecido em constante transformação.

No Brasil, as dinâmicas de expansão e desenvolvimento, que se tornam mais evidentes a partir dos anos 1950, momento em que nossas cidades ainda seriam caracterizadas por um centro único (ALVES, 2012, p. 112), são exemplo significativo deste processo. Isso porque, a partir deste período, mudanças no sistema de transportes, o processo de industrialização e o estabelecimento de novos hábitos de consumo, passariam a participar das transformações na configuração do espaço urbano.

Neste processo de produção do espaço urbano, em que o tecido urbano da cidade é reconfigurado e perde o caráter de unidade, ele passa a ser reconhecido pela conformação de fragmentos de tecido urbano⁷. Estes passam a se caracterizar como centralidades monofuncionais, comerciais, empre-

7. Inicialmente, a determinação de uma área como centro da cidade era dada a partir da acessibilidade e menor tempo de locomoção, o que deixa de ser fator determinante a partir da década de 1960, com as novas condições de locomoção e a "vulgarização do automóvel" no Brasil, fazendo com que o centro deixasse de ser fundamental para diminuir distâncias. Além disso, o deslocamento de atividades como administração pública, bancos e cinemas para fora do centro tradicional também contribuiu para o processo (VILLAÇA, 1998).

sariais, de serviços, cultural, religioso, simbólico, de mercado, entre outros, dirigidos a determinados grupos (ALVES, 2012, p. 112; CARLOS, 2002).

Estas novas centralidades passam a ser alvo preferencial dos investimentos, tanto públicos quanto privados, deslocados dos centros tradicionais, que passam a sofrer com o abandono de antigas estruturas e alterações e esvaziamento de usos e usuários. Ainda assim, mesmo com a precariedade do estado de conservação, estes mantêm as feições que nos remetem à história e cultura próprias de cada localidade, constituindo-se em valores arquitetônico e cultural fundamentais.

Este mesmo processo ocorre em Salvador, em que a expansão urbana pela orla marítima e a descentralização de funções levaram a um processo de esvaziamento da área central, e em Recife, cujo processo de esvaziamento do Bairro do Recife está atrelado ao deslocamento da atividade portuária e ao surgimento de novos bairros. Da mesma forma, será possível verificar que mesmo com o precário estado de conservação das edificações, estas áreas se tornaram representativas do Patrimônio Cultural, tanto pelo acervo arquitetônico que guardam quanto pelos bens culturais de natureza imaterial que ali se manifestam.

Estes registros se caracterizam a partir de elementos tais como os estilos arquitetônicos, com seus ornamentos, cores e texturas, a disposição das

edificações no lote e a relação estabelecida com o entorno, o dimensionamento e traçado das vias e o desenho dos espaços públicos. Este conjunto passa a receber a denominação de Patrimônio Cultural a partir do momento em que se reconhece o valor dos monumentos, da arquitetura vernacular e dos conjuntos arquitetônicos no processo de formação histórica, econômica, social e cultural de nossas cidades, e se transforma em importante ferramenta de estudo do espaço urbano.

Estes aspectos são ainda reforçados pela Identidade Cultural, vínculo construído ao longo do tempo, através dos modos de vida, formas de apropriação e sentimento de pertencimento. Deste modo, é possível verificar a singularidade e particularidades de cada localidade, sem as quais o patrimônio construído perderia representatividade.

Dada a importância, participação e o significado deste tema para a vida da cidade, a temática relativa ao Patrimônio Cultural é constantemente revisitada. Nesse processo, amplia-se o olhar sobre o mesmo que, inicialmente atrelado ao reconhecimento de valor e estudo do edifício, através do tombamento, restauro e conservação de suas características arquitetônicas, com o tempo tem seu campo de abrangência ampliado, até nos depararmos com as intervenções urbanas em grande escala.

Esta ampliação da perspectiva de análise em um primeiro momento foi justificada pelo reconhecimento, ao longo do tempo, da necessidade de incorporar a compreensão do edifício, objeto primeiro de estudo, também em relação a outras condicionantes fundamentais. Dentre elas, tem-se a relação

da edificação com o entorno, a fim de preservar não apenas a edificação em si, mas a paisagem na qual está inserida e que contribui para sua leitura.

Ainda, com o avanço das teorias preservacionistas, entendeu-se que apenas a conservação física dos imóveis, apoiada no instrumento legal do tombamento, não seria suficiente para a manutenção destes no tempo. Havia a necessidade de dotar este patrimônio de novos usos, compatíveis com as demandas que a cidade contemporânea exigia de seus marcos consolidados. Com isso, passaram a fazer parte do repertório da preservação tanto as adaptações de infra-estrutura na parte interna das edificações, quanto os projetos de adição de novas estruturas ao já construído.

O passo seguinte viria inserir as áreas históricas em projetos mais abrangentes de intervenção urbana⁸, extrapolando as dimensões até então entendidas como pertinentes ao Patrimônio Cultural, passando a compreendê-lo também como um potencial vetor de incremento econômico para as cidades. O próprio processo de tombamento e, sobretudo, o reconhecimento de determinadas áreas como Patrimônio da Humanidade, contribuíram para que as áreas históricas passassem a ser alvos preferenciais das intervenções, devido ao interesse turístico que suscitam.

Arantes (2011), ao analisar processos de

8. A diversidade de diretrizes e formas de intervir que passaram a se configurar levou a uma gama de terminologias utilizadas para classificar estes projetos. O primeiro termo utilizado foi Renovação Urbana, na década de 1950, vinculado às operações no pós-segunda Guerra, em áreas centrais européias. Depois dele vieram Revitalização, Reconversão, Requalificação, Reabilitação, entre outros. Para melhor compreender as especificidades das classificações utilizadas, consultar Schicchi (2004) e Vasconcellos e Fernandes de Mello (2006, p. 53-65).

intervenção urbana ditas “planejamento estratégico”, mas que ela define como “eufemismo para *gentrification*”, termo que descreveremos adiante, destaca o papel fundamental atribuído à cultura nesse processo de legitimação das formas de intervir. Utilizando como exemplos a área de habitação de Battery Park, em Manhattan, nos anos 1960, e a área portuária de Londres nos anos 1970, entre outros, a autora destaca o discurso que coloca a cultura como fator fundamental destes processos, atuando em duas frentes essenciais às cidades. Estas são o papel da cultura como formadora da identidade do indivíduo com o lugar, enaltecendo a necessidade da sua preservação (justifica-se aí os processos de intervenção) e, ao mesmo tempo, como elemento que possui grande apelo junto ao mercado mundial (no qual as cidades almejam ser competitivas), tendo o papel de “imagem publicitária”. Desta forma, destaca:

Rentabilidade e patrimônio arquitetônico-cultural se dão as mãos, nesse processo de *revalorização urbana* – sempre, evidentemente, em nome de um alegado civismo (como contestar?...). E para entrar neste universo dos negócios, a senha mais prestigiosa – a que ponto chegamos! (de sofisticação?) – é a cultura. (ARANTES, 2011, p. 31)

O resultado final, como aponta Arantes (2011, p. 31), aspecto este que será reforçado pelos autores estudiosos da Gentrificação, é que estas ações, na verdade, resultam em um processo de diferenciação entre “(...) quem sai e quem entra, só

que agora se trata de uma apropriação do espaço legitimada pelo *upgrading* cultural”.

A partir da necessidade de preservação do patrimônio construído e da cultura local, que tornam as Áreas Centrais Históricas singulares e a preservação indispensável, os projetos de intervenção urbana passaram a se apoiar no discurso da preservação para legitimar as ações pretendidas. Para tanto, estas propostas passaram a apresentar, em sua grande maioria, um corpo de diretrizes pautadas no restauro, conservação e adequação das edificações (Patrimônio Arquitetônico) e na necessidade de atendimento dos aspectos sociais e manutenção da população local, considerando as formas de uso e apropriação tradicionais e consolidadas (Patrimônio Imaterial). Ao contrário, no entanto, as ações empreendidas não confirmaram estas intenções.

Ao mesmo tempo em que estas intervenções promovem o restauro das edificações e as adaptações necessárias para abrigar novos usos, utilizando-se das teorias vigentes⁹, elas ignoram que este Patrimônio Arquitetônico, apenas em seu aspecto físico, não encerra toda a representatividade histórica e cultural da área. Este prescinde dos aspectos imateriais do patrimônio, como manifestações culturais, tradições orais, música, dança, culinária e o convívio cotidiano com o lugar para ter significado.

A fim de atender ao real objetivo destas intervenções, a promoção turística das áreas com o intuito de tornar as cidades competitivas no mercado

9. No caso brasileiro, as normativas para intervenção e restauro de edificações têm amparo legal nos órgãos municipais, estaduais e, em âmbito nacional, através do IPHAN. Estas regras são definidas na legislação brasileira à luz de parâmetros internacionais, como as Cartas Patrimoniais.

mundial, o Patrimônio Cultural sofre um processo de mercantilização. Neste, o Patrimônio Arquitetônico é adaptado para receber novos usos, privilegiando-se atividades de comércio, serviços e lazer, e um novo público. Da mesma forma, o Patrimônio Imaterial, como as festas tradicionais, é transformado em espetáculo, levando a uma visão reducionista dos significados e valores que estas práticas guardam. Este processo caracteriza a simplificação dos elementos culturais, convertidos em objeto de consumo. Em muitos casos, este processo é ainda reforçado pela remoção da população local, acentuando ainda mais o comprometimento da conservação dos atributos culturais locais, posto que é esta população, e as relações que ela estabelece com o espaço, que contribui para a construção da Identidade Cultural particular a cada localidade.

A análise dos projetos de intervenção realizados nas Áreas Centrais Históricas de Salvador e Recife virão confirmar a ineficiência e o caráter predatório destas intervenções. Apesar de alegarem ter por intenção a preservação do Patrimônio Cultural, devido à forma como se estruturam, com o direcionamento a usos e grupos de usuários específicos e ausência da população local, esta é prejudicada. Evidencia-se deste modo a fragilidade destes projetos, em que os elementos definidores das particularidades locais passam por um processo de homogeneização para viabilizar o consumo e o entretenimento, resultando na banalização dos aspectos culturais.

A crítica que se estabeleceu quanto a esta forma de atuação passou a questionar os resultados obtidos pelos mecanismos de intervenção adotados.

Denunciava-se assim a problemática social envolvida nestas propostas e a difícil relação entre preservação do Patrimônio Cultural, manutenção dos grupos sociais locais e exploração turística.

Um destes conceitos consolidados, já largamente utilizado e entendido como base conceitual fundamental para análise dos processos de intervenção em áreas históricas é *Gentrificação* – e seu desdobramento, *Gentrificação Turística*. Estes se referem às dinâmicas urbanas pós intervenção, considerando-se os efeitos negativos resultantes destes processos. A origem do termo Gentrificação, aponta Bidou-Zachariasen¹⁰ (2006, p. 22), nos remete às análises realizadas pela socióloga inglesa Ruth Glass, ao relatar transformações ocorridas no centro de Londres nos anos sessenta. O termo foi utilizado para descrever o processo de substituição da população residente de áreas desvalorizadas no centro da cidade e sua ocupação por novo grupo populacional, de maior renda, promovendo uma valorização do solo urbano¹¹.

Authier (2006, p. 121) nos traz o significado deste conceito a partir do *Oxford American Dictionary*. Segundo esta fonte, Gentrificação caracteriza o movimento de famílias de classe média para zonas urbanas, aumentando o valor dos imóveis e provocando, como efeito secundário, a expulsão das famílias pobres. Por estas definições, podemos obser-

10. A publicação coordenada pela autora traz uma coletânea de artigos sobre o tema, alguns deles contemplados neste trabalho.

11. Este mesmo exemplo, como vimos no capítulo anterior, foi retomado por Muñoz (2008) quando dos estudos referentes ao conceito de *Urbanização*, o que reforça a possibilidade de que este novo corpo conceitual possa ser utilizado para a análise de intervenções urbanas desta natureza, assim como anunciado na introdução deste trabalho.

var que a origem deste conceito está relacionada à questão habitacional, pois este uso se mantém como principal, promovendo-se a substituição da faixa de renda dos indivíduos que se apropriam de determinadas áreas da cidade. É por este motivo que, quando transpomos este conceito para a análise de intervenções em Áreas Centrais Históricas, se faz necessário particularizar o termo – *Gentrificação Turística*. Isso porque, neste caso, observamos a mudança do público usuário e a valorização econômica dessas áreas, como o conceito original nos apresenta. No entanto, o uso habitacional raramente permanece, sendo substituído por outros usos diversos.

Em uma análise mais abrangente deste conceito, Smith (2006) caracteriza a Gentrificação como um processo de revalorização de áreas anteriormente abandonadas pelas classes altas. Segundo ele, a primeira associação feita com o conceito procurava dar-lhe uma característica positiva, ligada às idéias de regeneração e limpeza. Denuncia com isso que a Gentrificação não é um “efeito colateral”, e sim uma intenção, parte do planejamento da intervenção. O autor enfatiza que essas transformações físicas do ambiente, geradas pela Gentrificação, via de regra criam um conflito urbano, camuflando a realidade econômica, social e cultural.

Com isso, contribuem para a transformação do espaço em um produto do consumo, a destruição de comunidades locais e a formação de uma fronteira imaginária, que divide o espaço urbano em termos de classe e raça. Smith ressalta ainda que a Gentrificação se apresenta de formas diferentes em cada localidade, devido aos contextos culturais

e econômicos locais e que, como resultado, produz paisagens urbanas que as classes médias e altas possam consumir.

Ao analisar o caso de Bruxelas, Criekinghen (2006, p. 99, 100) aponta que o processo de Gentrificação leva à conformação de um espaço sofisticado e homogêneo. Este se dá a partir de um espaço urbano degradado, seja ele habitado ou não, marcado pela transformação no aspecto exterior através da renovação dos edifícios existentes – conservando ou mudando funções ou construindo edificações para uma nova população. O autor acentua ainda a necessidade de se fazer uma distinção entre a *Gentrificação Residencial* e a do *Consumo*, seja ele comercial, turístico ou de lazer. Esta distinção é fundamental pois, do contrário, as análises levariam a uma falsa impressão de que apenas a presença de um público de maior renda na área central fosse suficiente para provocar a alteração no tecido urbano.

Independentemente da “categoria” de Gentrificação que os projetos de intervenção em áreas urbanas consolidadas têm produzido, o fato é que, a partir dos questionamentos que ele suscita, evidencia-se o comprometimento dos aspectos culturais e a denúncia à retirada de parcela da população destas áreas, substituindo-a por outros grupos em função da renda.

Mesmo nos estágios preliminares do enobrecimento, a apropriação cultural é um processo que se dá em duas etapas. Primeiramente, um grupo social não relacionado de modo nativo à paisagem ou ao vernacular assume uma perspectiva de ambos. Em segundo

lugar, imposição de sua visão – convertendo o vernacular em paisagem – conduz a um processo material de apropriação espacial. (ZUKIN, 2000, p. 89)

Se o Patrimônio Cultural é composto pela relação intrínseca entre Patrimônio Arquitetônico e Patrimônio Imaterial, este último produzido e mantido pela população, sua remoção, além da problemática social que apresenta, desdobra-se ainda em comprometimento dos aspectos culturais locais, análise que deve ser aprofundada. Estas implicações vão refletir em uma nova conformação do espaço urbano. Esta tem por característica a produção de fragmentos urbanos, que se destacam da malha urbana da cidade, dando origem a cenários diferenciados. Da mesma forma, se torna também relevante a relação entre cultura e os processos de resistência, caracterizados pelos movimentos sociais organizados pela população excluída, às formas de intervir adotadas. Estes processos irão revelar não apenas a segregação de determinados grupos sociais quanto ao usufruto do espaço, mas também uma leitura parcial do Patrimônio Cultural, o que pode levar ao empobrecimento dos aspectos culturais locais.

Considerando-se a complexidade das ações de intervenção em territórios consolidados, pautadas tanto na necessidade de preservação da Identidade Cultural quanto no uso desta como forma de promoção turística das áreas, se faz necessário resgatar a reflexão sobre este tema, contribuindo para a continuidade do debate já instaurado. Para tanto, consideramos fundamental retomar as questões relativas

ao Patrimônio Cultural e aos processos de apropriação do espaço urbano que permitem a criação de vínculos entre indivíduos, ou grupos de indivíduos e os espaços em que vivem, habitam e trabalham, contribuindo para a conformação da Identidade Cultural. Sendo o turismo a atividade principal vinculada a estas áreas, a partir de diretrizes de intervenção direcionadas para este fim, é também importante retomar este tema e entender como o Turismo Cultural participa, ou deveria de fato participar, destes projetos. Deve-se ainda considerar que a expulsão da população já denunciada pela Gentrificação, as transformações no Patrimônio Cultural e a relação destes com o turismo, influenciam na composição do tecido urbano destas áreas, abrangendo dinâmicas, usos e formas de apropriação diversos.

Busca-se, deste modo, verificar a possibilidade de entendimento e análise crítica das consequências das formas de intervir em Áreas Centrais Históricas, tanto no que diz respeito à paisagem urbana quanto às formas de apropriação, e portanto configuração do Patrimônio Cultural, a partir dos elementos que definem a Urbanização, bem como identificar características do Processo de Containerização do Espaço Urbano. Isto porque, estes também abordam aspectos do processo de redução e conversão dos lugares em espaços de consumo, comprometendo a ligação entre Patrimônio Arquitetônico e Imaterial e a Identidade Cultural local. A partir destas colocações, os capítulos seguintes buscarão desenvolver estes questionamentos, tendo como base os estudos de caso selecionados nas cidades de Salvador e Recife.

3. A Delimitação dos Estudos de Caso. A Realidade Brasileira em Foco

Neste primeiro momento abordaremos os estudos de caso selecionados com a intenção de delimitar as áreas definidas para análise, tanto na cidade de Salvador quanto em Recife. Estas, que correspondem às Áreas Centrais Históricas destas cidades, serão abordadas ao longo de todo o texto, sempre relacionadas à temática em foco em cada fase.

Quanto a Salvador, como descreveremos adiante, o primeiro projeto de intervenção analisado, o *Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador*, iniciado em 1991, estava direcionado a setores do Centro Histórico. Já o plano mais recente, *Centro Antigo de Salvador. Plano de Reabilitação Integrado e Participativo*, cuja formulação passou a ocorrer a partir de 2007, abrange uma área maior de atuação. O foco da pesquisa, neste caso, permanece sendo o Centro Histórico e os setores que receberam maior destaque na primeira fase do processo. No entanto, entendê-los no contexto mais amplo da nova área de projeto permitirá uma leitura mais abrangente dos mesmos.

A fim de enriquecer este estudo, foi ainda selecionado para análise o Bairro do Recife, núcleo fundador da cidade de Recife, alvo de intervenções a partir da década de oitenta do século XX, consolidadas através do *Plano de Revitalização do Bairro do Recife*. Tendo sido este projeto dividido em Pólos, nossa atenção se volta aos Pólos Bom Jesus e Al-

fândega, que receberam maior investimento durante as fases de execução do Plano, e ao Pólo Pilar, que concentra ainda hoje as maiores problemáticas sociais inseridas no contexto desta intervenção.

Ao aproximar os estudos de caso selecionados à conceituação proposta, busca-se consolidar a análise dos conceitos, bem como verificar a pertinência da utilização dos mesmos para compreensão e crítica de intervenções urbanas em Áreas Centrais Históricas. Objetiva-se, assim, contribuir para a reflexão quanto às formas de intervir nestas áreas e para a leitura das mesmas como parte fundamental das dinâmicas urbanas da cidade contemporânea, considerando o papel fundamental exercido pela Cultura nestes processos.

3.1. Centro Histórico de Salvador

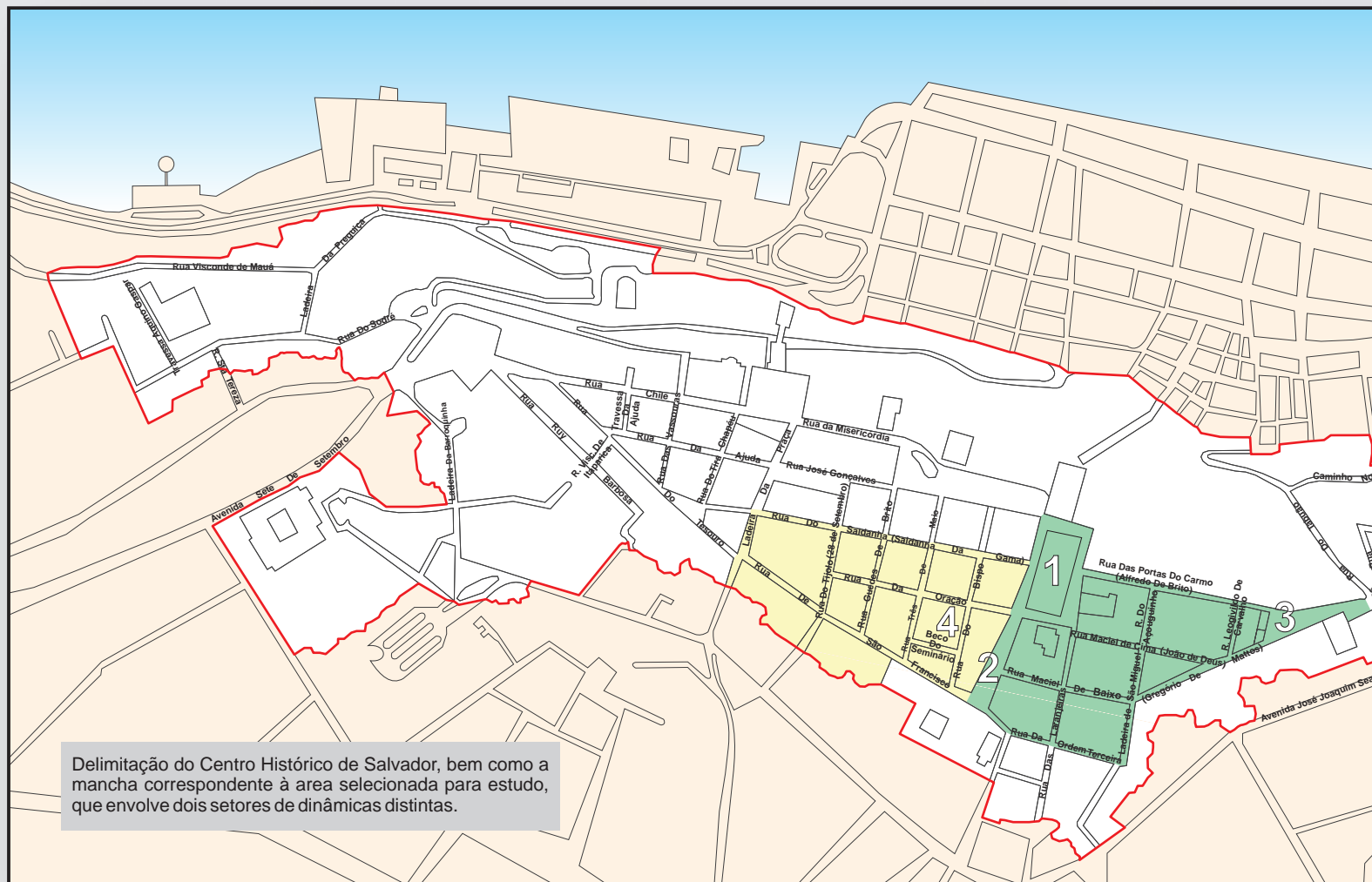
O *Centro Histórico de Salvador* corresponde à área tombada pelo IPHAN em 1984 e amparada legalmente pelo Decreto – Lei 25, de novembro de 1937. Este faz parte de uma área maior denominada *Centro Tradicional de Salvador*, que abrange também o *Antigo Centro*. O Centro Histórico é ainda dividido em cinco sub-áreas, delimitadas de acordo com a diversidade e concentração de edificações patrimoniais e os tipos de usos e dinâmicas urbanas a elas associados.

As ações de intervenção promovidas a partir de 1991, quando teve início o *Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador*, conduzido pelo Governo do Estado, selecionaram alguns setores deste Centro Histórico para atuação. Deste modo, a área principal de estudos definida para a pesquisa teve por base os impactos produzidos por este projeto na área de intervenção. Esta inclui monumentos históricos tombados e áreas degradadas e sua delimitação foi pautada pelos espaços públicos Terreiro de Jesus, Cruzeiro de São Francisco e Largo do Pelourinho, de grande visibilidade na cidade e como chamariz turístico.

A área definida para estudo abrange, além das edificações que compõem este perímetro, e aquelas que estão dentro dele inseridas, também a área que compõe a sétima etapa de intervenção, evidenciando o limite estabelecido pelo projeto, que delimita o que participa ou não do “novo” espaço

constituído. Estas áreas, no contexto das análises aqui empreendidas, foram denominadas Setor 1 e Setor 2, respectivamente (Figura 02). Esta relação é fundamental para a análise da mudança promovida pelo projeto na paisagem urbana, evidenciando os processos de segregação dos grupos sociais, fragmentação do espaço urbano e o Processo de Privatização do mesmo.

Os estudos desenvolvidos nos permitem aproximar as análises quanto à composição inicial da área às ações de intervenção implementadas na mesma e aos efeitos por elas produzidos. Com isso será possível observar de que maneira as intervenções promovidas alteraram e / ou descaracterizaram aspectos particulares deste território, evidenciando novas dinâmicas que por fim foram fundamentais para o questionamento das formas de intervir com base nos conceitos propostos.



SETOR
1



BRAGA, Jun. 2008
1. Terreiro de Jesus

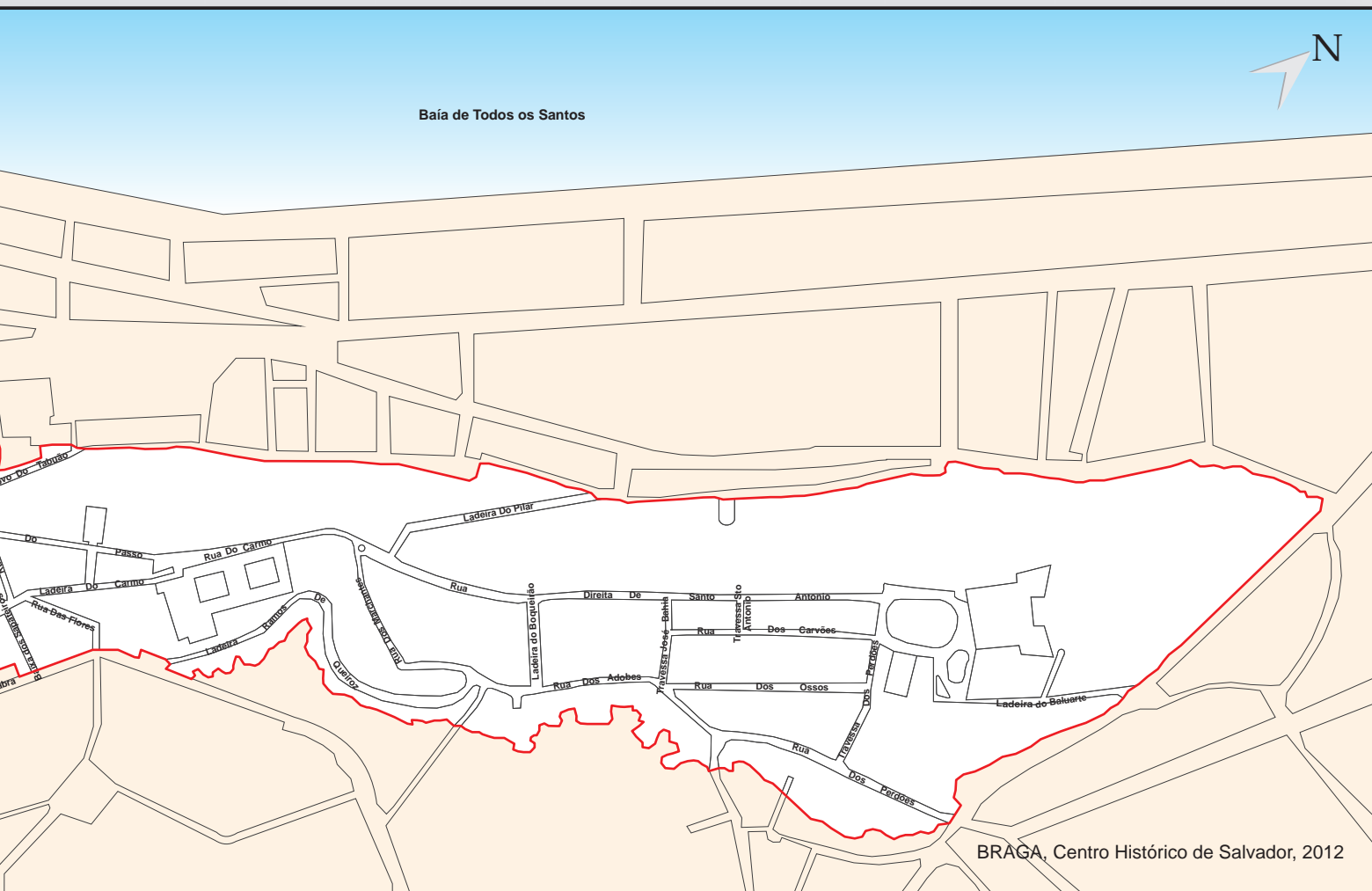


BRAGA, Out. 2012
2. Cruzeiro de São Francisco



BRAGA, Jun. 2008
3. Largo do Pelourinho

O Setor 1, delimitado pelos três espaços públicos indicados no mapa e destacados nas imagens, abrange as quadras que receberam maior destaque durante as fases de intervenção do Programa de Recuperação, direcionadas à atividade turística.



SETOR 2



BRAGA, Out. 2012

4. Área da Sétima Etapa

O Setor 2 corresponde à área da sétima etapa de intervenção, que abriga a população remanescente do processo de expulsão, prática recorrente no Programa de Recuperação. Diferentemente dos monumentos recuperados da área turística, este Setor abriga imóveis em precário estado de conservação, muitos deles em ruínas e com risco de desabamento, como vemos na imagem.

FIGURA 02

Centro Histórico de Salvador:
Área de estudo

3.2. Bairro do Recife

Em Recife, as análises realizadas tiveram como foco principal o *Bairro do Recife*. Este é parte tanto do perímetro do centro da cidade (juntamente com os bairros da Boa Vista, de São José, Santo Antonio e Santo Amaro) quanto do Centro Histórico (este englobando também os bairros de Santo Antonio, São José e Boa Vista). Este último recebe ainda a denominação de *Bairro do Recife Antigo*.

A área do Bairro do Recife abrange toda a ilha do Recife, uma área plana com 100 Ha de extensão¹². Ela está delimitada pelo oceano Atlântico a leste, fachada esta protegida do mar pelos arrecifes, o que favoreceu a implantação do porto, e pelo encontro dos rios Capibaribe e Beberibe, a oeste. A ligação com o continente se dá através de quatro pontes – a ponte Doze de Setembro (antiga Ponte Giratória) ao sul, a ponte do Limoeiro ao norte e as pontes Buarque de Macedo e Maurício de Nassau a oeste.

O *Plano de Revitalização do Bairro do Recife* dividiu a área em setores, de acordo com as diretrizes de intervenção propostas, que serão apresentadas quando da discussão do *Plano de Revitalização*, iniciado em 1989. Ainda que o projeto houvesse estimado um prazo para revisão e continuidade do mesmo, em 2005, isso não ocorreu. O que houve de fato foi o lançamento de um novo programa, o

Complexo Turístico-Cultural Recife-Olinda que, no entanto, não considera a totalidade do Bairro como foco principal, não dando, portanto, continuidade ao plano inicial.

A partir desta subdivisão, e considerando os setores mais representativos das transformações produzidas pela intervenção, a pesquisa destacou aqueles que seriam o foco principal das análises (Figura 03). Estes são os Pólos Bom Jesus, Alfândega e Pilar e a escolha se justifica devido ao fato destes serem representativos, de forma mais significativa, das alterações produzidas pela intervenção. A identificação das particularidades apresentadas por cada Pólo, como edificações representativas do Patrimônio Cultural local, dos usos pré-existentes e aqueles pretendidos pelas intervenções e das alterações nas dinâmicas urbanas a partir do Plano de Revitalização, e sua análise à luz dos marcos conceituais propostos, nos permitirá compreender e avaliar os impactos das formas de intervir nos aspectos culturais locais.

12. A área territorial do Bairro, que está inteiramente urbanizada, é parcelada em 75 quadras, 44 ruas, 6 praças e 383 edifícios (LACERDA, MARINHO, ZANCHETI, s.d.).



Delimitação do Bairro do Recife e as pontes que fazem a sua ligação com os bairros próximos. Em destaque, os três Pólos de intervenção do Plano de Revitalização selecionados para estudo. Através das imagens podemos ver a distinção entre o estado de conservação das edificações correspondentes aos Pólos Alfândega e Bom Jesus e aquelas que fazem parte do Pólo Pilar.

Pólo Alfândega



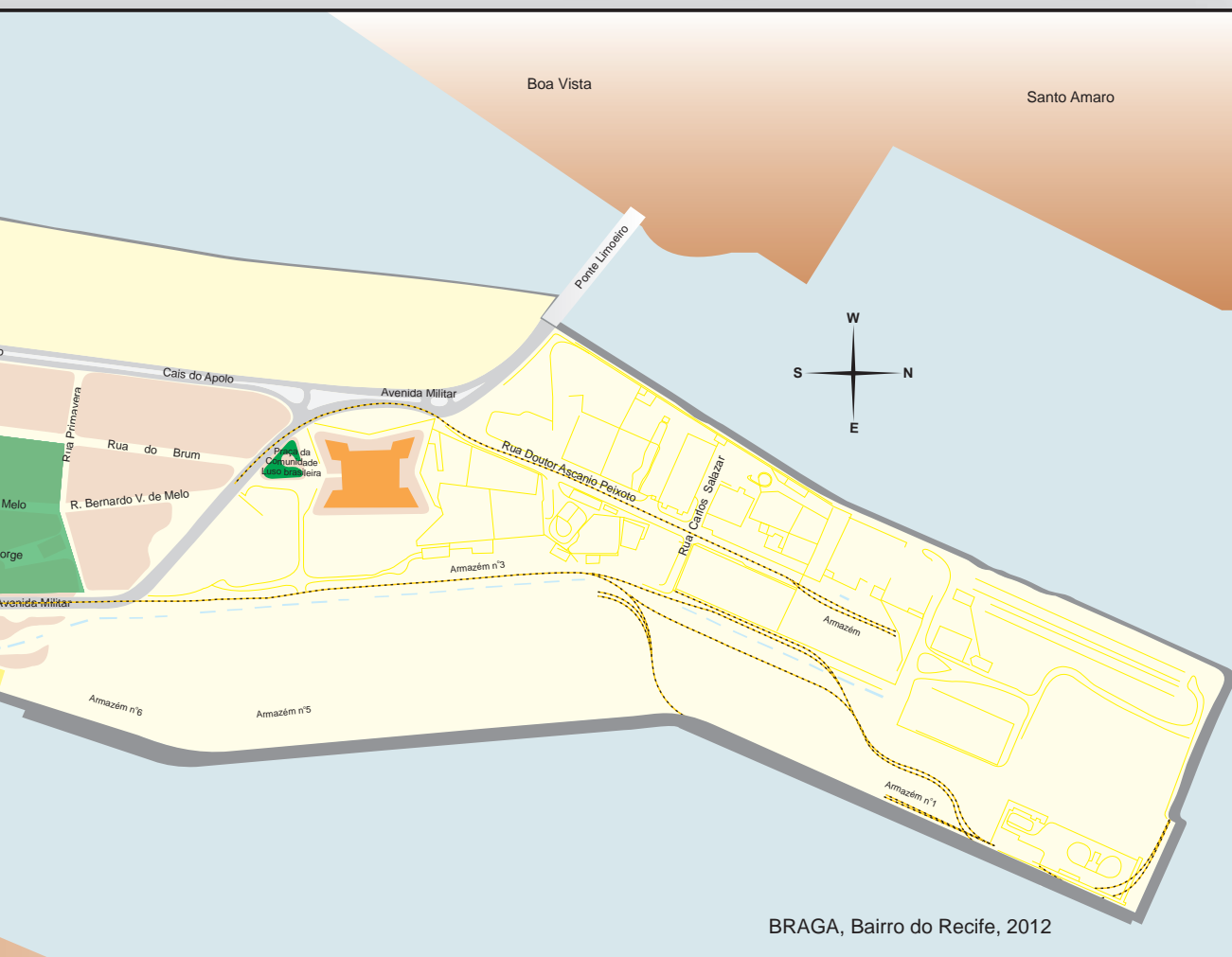
BRAGA, Jun. 2010
Shopping Cultural Alfândega

Pólo Bom Jesus



BRAGA, Jun. 2010
Rua do Bom Jesus

Estes Pólos correspondem às áreas que receberam maior investimento durante a execução do Plano de Revitalização, sendo as atividades direcionadas ao lazer e ao turismo.



Neste Pólo vemos a precariedade das edificações tanto nas unidades habitacionais construídas de forma irregular em alvenaria de tijolos e placas de madeira, da Comunidade do Pilar, quanto nos imóveis mais antigos e em ruínas.

FIGURA 03

Bairro do Recife:
Área de estudo



Rua Marquês de Olinda - Bairro do Recife (BRAGA, Jul. 2012)

II. DIMENSÕES DO PATRIMÔNIO CULTURAL

4. Patrimônio Arquitetônico e Imaterial. Atributos Particulares das Áreas Históricas

De acordo com Arendt (1968, p. 266), ao falarmos de Cultura, o primeiro significado que nos vem à mente diz respeito à natureza e ao cuidado com os monumentos do passado. Esta constatação da autora reforça o fato de associarmos, comumente, a Cultura ao Patrimônio Arquitetônico, marcos edificadas que, ao chegarem aos nossos dias com suas características estéticas, construtivas e materiais, mesmo que minimamente preservadas, deixam de ser apenas uma referência do passado. Esses elementos, que dizem respeito a um momento específico da história, passam a ter a qualidade não apenas de memória, mas de permanência, marcando de forma singular o tecido urbano com sua insistente presença.

No entanto, ainda que possa ser o Patrimônio Arquitetônico a nossa primeira lembrança no que diz respeito à Cultura, a autora (ARENDR, 1968, p. 256) nos lembra que a palavra Cultura¹³ e seu conceito têm origem romana – *colere*, cultivar, habitar, tomar conta, criar, preservar. Ela diz respeito ao trato do homem com a natureza e à preservação da mesma até que se torne adequada à habitação humana.

Retomar a origem do termo nos chama a atenção ao fazer cotidiano que envolve a Cultura (habitar, tomar conta). Dessa forma, podemos dizer que ela está vinculada à maneira como comunidades

13. A utilização da palavra Cultura para designar questões ligadas ao espírito e à alma foi empregada primeiramente por Cícero – *excolere animum*, cultivar o espírito / *cultura animi*, espírito cultivado.

e grupos sociais distintos se apropriam dos espaços da cidade, imprimindo ali expressões culturais particulares que levam a transformações na configuração dos territórios.

Não obstante, este processo de produção de territorialidades não se dá sem conflito, visto que o espaço urbano passa, ao longo do tempo, por diferentes dinâmicas de uso e ocupação, de acordo com os grupos sociais que dele se apropriam, alterando o significado a ele atribuído. Essas mudanças ocorrem devido ao fato do conceito de territorialidade estar atrelado à sociabilidade e ser:

(...) concebido enquanto um processo subjetivo da população de sentir-se parte de um território, pertencente ao lugar. Ou seja, o sentido de pertencimento e a questão de identidade territorial têm relação com a (s) territorialidade (s) de cada grupo social. (VARGAS, 2008, p. 101)

Haesbaert (2004 *apud* VARGAS, 2008, p. 101) lembra ainda a diferença existente entre territorialidade e território. Enquanto este último está relacionado a uma “base material, concreta”, a territorialidade faz referência a uma:

(...) dimensão simbólica, o referencial territorial para a construção de um território, que não obrigatoriamente existe de forma concreta. (VARGAS, 2008, p. 101)

Esta relação entre território e territorialidade, material e imaterial, nos remete ao conceito de Patrimônio Cultural, uma noção ampliada de Patrimônio Histórico e Artístico. Segundo Arantes (2008), o Patrimônio Cultural é formado por um conjunto de bens, de natureza tangível ou intangível, que contribuem para a formação de identidades e são portadores de valores e significados diferenciados de acordo com os diversos grupos sociais que dele se apropriam, delimitando territórios e caracterizando práticas sociais. O Patrimônio Cultural¹⁴ está sujeito a alterações ao longo do tempo sem que isso, necessariamente, configure a descaracterização desse bem, aspecto importante na questão da preservação e salvaguarda do mesmo.

Esta ampliação da noção de Patrimônio é fundamental pois alarga de modo significativo as formas de compreensão quanto aos aspectos culturais e formação de identidades locais, até então representadas pelo Patrimônio Arquitetônico. Choay (2001) aborda de forma bastante clara este tema ao resgatar a importância das edificações como “categoria exemplar” de Patrimônio Histórico. A autora lembra ainda a importante mudança ocorrida quanto à nomenclatura utilizada para classificar o Patrimônio Histórico representado pelas edificações. Inicialmente tratados como “monumentos históricos”, a partir da década de 1960, quando outros bens, que não apenas os monumentais, passaram a fazer parte deste patrimônio, esta precisou ser revista:

14. Arantes (2008) faz uso também da expressão Patrimônio Ambiental Urbano, que abarca três aspectos da realidade urbana – sua condição de artefato, de campo de forças sociais e de agregado de representações simbólicas.

Quando criou-se, na França, a primeira Comissão dos Monumentos Históricos, em 1837, as três grandes categorias de monumentos históricos eram constituídas pelos remanescentes da Antiguidade, os edifícios religiosos da Idade Média e alguns castelos. Logo depois da Segunda Guerra Mundial, o número dos bens inventariados decuplicara, mas sua natureza era praticamente a mesma. Eles provinham, em essência, da arqueologia e da história da arquitetura erudita. Posteriormente, todas as formas da arte de construir, eruditas e populares, urbanas e rurais, todas as categorias de edifícios, públicos e privados, santuários e utilitários foram anexadas, sob novas denominações: arquitetura *menor*, termo proveniente da Itália para designar as construções privadas não monumentais, em geral edificadas sem a cooperação de arquitetos; arquitetura *vernacular*, termo inglês para distinguir os edifícios marcadamente locais; arquitetura *industrial* das usinas, das estações, dos altos-fornos, de início reconhecida pelos ingleses. (CHOAY, 2001, p. 12)

O momento de ampliação do conceito para Patrimônio Cultural, Pereira (2011, p. 101, 102) localiza nos anos sessenta (“Virada Cultural”) e oitenta (“Virada Comunicativa”) do século XX, que impõem outras questões ao tema da “conservação – restauração”. Esta agora deve passar a incluir temas tais como “(...) significância, linguagens, diversidade, memória coletiva e identidades”.

O debate deslocou-se do eixo estético-histórico para o antropológico-cultural, resultando em novas propostas teóricas. A mudança mais notável foi a inflexão do conceito de patrimônio, que passou do restrito conceito de “Patrimônio Histórico e Artístico” para o amplo conceito de “Patrimônio Cultural”. Acompanhando essa mudança, os principais conceitos da conservação-restauração foram culturalizados e relativizados; e o foco da conservação-restauração mudou, passando dos aspectos materiais para os aspectos imateriais do patrimônio. (PEREIRA, 2011, p. 101, 102)

Desta forma, a atribuição de valor ao Patrimônio Arquitetônico passou a abranger também a necessidade de atenção a outros aspectos. Dentre eles estão os sentidos de lugar, experiência de habitar as cidades e o processo de refazer identidades no espaço urbano. Estes se tornam fundamentais à compreensão da dimensão social do patrimônio na cidade, pois é nela que os sentidos de localização e pertencimento são constantemente refeitos (ARANTES, 2008).

Este caráter processual e dinâmico do Patrimônio Cultural, acrescenta ainda Arantes (2008), aumenta a complexidade das questões que envolvem a preservação e exige a formação de um campo específico para tratar dos mecanismos de proteção de bens e manifestações culturais, o Patrimônio Cultural Imaterial. Este, cuja discussão, originada no âmbito da Unesco, passou a se dar de forma mais efetiva no final da década de 1980, abrange conhecimentos vinculados ao campo do folclore e da cul-

tura popular, questões culturais de grupos étnicos ou populares e que se manifestam em diversos campos como tradições e expressões orais e processuais, música e coreografias. Este patrimônio manifesta-se em diversos campos – artes cênicas, práticas sociais, rituais, eventos festivos e saber-fazer ligado ao artesanato tradicional.

Este processo ocorreu devido ao fato de muitos países não se sentirem representados pela *Convenção sobre a Salvaguarda do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural* (1972)¹⁵, passando a questionar as formas de aplicação da mesma, uma vez que restrita a bens materiais de valor excepcional. Estes países, liderados pela Bolívia, solicitaram que fossem realizados estudos para a salvaguarda do que viria a ser denominado Patrimônio Cultural Imaterial.

Até este momento, ainda que não houvesse o reconhecimento oficial da necessidade de preservação de aspectos culturais de base imaterial, a preocupação com este tema já se anunciava, de certa forma, em algumas Cartas Patrimoniais. Um exemplo a ser citado é a *Recomendação de Nairóbi*, de 1976, que aponta que as ações de intervenção devem considerar os “(...) modos de vida e suas ocupações tradicionais (...)” (CURY, 2004, p. 232). Fonseca (2008) nos lembra também outras iniciativas que já vinham ocorrendo no âmbito da Unesco, como a *Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular*, de 1989. Esta, referente às tradições orais e processuais, de grupos étnicos e populares, lan-

15. Esta Convenção, como lembra Choay (2001, p. 207) associava o conceito de Patrimônio Cultural Universal ao de monumento histórico. Desta forma, abrangia monumentos, conjuntos de edifícios, sítios arqueológicos ou conjuntos que fossem considerados de valor excepcional. Para consultar a Carta na íntegra, ver Cury (2004, p. 177-193).

çava diretrizes cujo intuito era tentar minimizar efeitos negativos da comercialização e do turismo sobre essas formas de representação cultural. No entanto, os resultados práticos dessa recomendação foram muito restritos, dado o fato de não haver fiscalização e acompanhamento dos processos e ainda devido a não obrigatoriedade de compromisso dos países junto à Unesco¹⁶.

Este processo de discussão resultou na aprovação, em outubro de 2003, através de uma Assembléia Geral da Unesco, da *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial*, que passou a vigorar em abril de 2006, ano em que o Brasil aderiu à Convenção (FONSECA, 2008). Em dezembro de 2007, mais de oitenta países já haviam aderido à mesma. Segundo a Unesco:

Entende-se por “patrimônio cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. Para os fins

16. Outros programas da Unesco que podem ser citados dentro desta mesma temática são – “Programa de Salvaguarda das Línguas em Perigo”, de 1993 e “Tesouros Humanos Vivos”, de 1994.

da presente Convenção, será levado em conta apenas o patrimônio cultural imaterial que seja compatível com os instrumentos internacionais de direitos humanos existentes e com os imperativos de respeito mútuo entre comunidades, grupos e indivíduos, e do desenvolvimento sustentável. (CURY, 2004, p. 373)

Esta Convenção reconhece ainda a interdependência entre os patrimônios material e imaterial, que o processo de globalização pode representar um risco de desaparecimento deste patrimônio e ressalta a necessidade do Estado assegurar a participação das comunidades (CURY, 2004, p. 371-390). Dentre os instrumentos estabelecidos por esta Convenção estão incluídas ações que abrangem desde a inscrição desses bens em Listas, da mesma forma como ocorre com os bens de natureza material na Convenção de 1972, até iniciativas para sensibilizar a sociedade, com atividades de educação, capacitação, formação e divulgação¹⁷.

No Brasil, o conceito de Patrimônio Imaterial consta da Constituição de 1988, em contraposição ao conceito de Patrimônio Material. No ano 2000, o Decreto n. 3551/2000 estabeleceu a noção de Patrimônio Imaterial e a criação do *Programa Nacional do Patrimônio Imaterial* e do *Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial*. Este decreto tem por objeti-

17. A lista do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade já conta hoje com 120 bens de valor imaterial reconhecidos, em diversos países. A inscrição mais recente, datada de 05 de dezembro de 2012, diz respeito ao Frevo, ritmo pernambucano. O Brasil já conta com mais outros dois bens reconhecidos nesta mesma Lista, as Expressões Orais e Gráficas dos Wajapi (2003) e o Samba de Roda do Recôncavo Baiano (2005). Para maiores informações consultar o site da Unesco (www.unesco.org).

vo apresentar princípios, diretrizes e mecanismos de preservação desse patrimônio, com o intuito de possibilitar:

(...) o reconhecimento de bens culturais processuais e dinâmicos, do cotidiano, representativos de diferentes grupos formadores da sociedade, aos quais o tombamento não se aplicava. (ALVES, 2008)

A fim de organizar o registro destes bens, foram estabelecidas quatro dimensões para classificar o Patrimônio Imaterial – celebrações, saberes, formas de expressão e lugares expressivos de diferentes identidades que compõem o país. O IPHAN conta hoje com 25 bens culturais registrados, no período de 2002 a 2012. Há ainda vinte processos de registro em andamento¹⁸.

A metodologia envolvida para o levantamento de aspectos referentes ao Patrimônio Imaterial indica que o pesquisador deve considerar as possíveis distorções do seu ponto de vista, devido a um processo de estranhamento da cultura do outro e interpretação de seus signos e símbolos em seu contexto cultural. Dessa forma, é imprescindível que a formulação de políticas de preservação seja feita em conjunto com o segmento social envolvido (VIANNA, 2008).

Concluído o processo, as ações de salvaguarda passam a ser executadas pelo estado, no sentido de dar condições para o desenvolvimento

e reprodução desse bem. Esta atuação do estado se faz necessária, de um lado, no fornecimento de meios que permitam ao grupo social a proteção do bem imaterial e, de outro, junto aos grupos sociais dominantes, na tentativa de “(...) desfazer preconceitos e visões cristalizadas, colonizadas e empobrecedoras da diversidade cultural” (FERREIRA, 2008).

Os instrumentos legais estabelecidos para identificação, proteção e salvaguarda desse patrimônio são o *Registro nos Livros do Patrimônio Imaterial*, o *Inventário Nacional de Referências Culturais* (INRC), o *Programa de Patrimônio Imaterial* e o *Departamento de Patrimônio Imaterial no IPHAN*. A metodologia do INRC é composta de fichas com informações sobre o sítio e a localidade de ocorrência – considerando que as bases territoriais não coincidem necessariamente com fronteiras geopolíticas – definição dos bens culturais, bibliografia, documentos audiovisuais, acervos museológicos, contatos e referências. Através dele é possível a identificação dos bens culturais em seu contexto, destacando significados e importância, questões, problemas, riscos e orientações para políticas de salvaguarda (VIANNA, 2008).

Esta preocupação com o contexto é essencial à preservação dos bens imateriais pois uma das maiores fragilidades à sua manutenção diz respeito à perda do território no qual a comunidade está estabelecida. Sendo esta a detentora das formas de representação, responsável, em âmbito local, pela preservação deste patrimônio, fruto da construção social e que, portanto, diz respeito a todos os indivíduos, sua permanência no local é fundamental.

18. As listas destes registros, bem como os dados referentes a cada Bem Cultural reconhecido como Patrimônio Cultural Imaterial em âmbito nacional, podem ser consultadas no site do IPHAN (www.iphan.gov.br).

Sendo assim, no Brasil, o primeiro passo para a preservação de um bem cultural de natureza imaterial, constitui-se na organização e mobilização da comunidade ou grupo social detentor desse bem em prol do seu reconhecimento, que se configura como uma herança cultural coletiva. Esse reconhecimento pela comunidade é importante, lembra Ferreira (2008), pois ainda que o Patrimônio Imaterial esteja sempre a ela diretamente relacionado, esta pode não ter conhecimento ou domínio de todos os procedimentos que fazem parte do registro de um bem imaterial.

Esta ampliação da participação das comunidades locais nos processos de formulação de políticas públicas é ainda fundamental devido ao fato da salvaguarda desses bens não depender apenas das questões técnicas e legais, assim como aquelas referentes ao tombamento do Patrimônio Cultural Material, mas sim de outros fatores, alheios ao controle do estado (FONSECA, 2008). Dentre estes fatores podemos citar o caráter processual e dinâmico deste patrimônio, portanto sujeito a transformações, sem que isso desconfigure sua representatividade, e o fato de depender do interesse da população envolvida em dar continuidade ao Patrimônio Imaterial através das novas gerações.

Ferreira (2008) também destaca esta particularidade quanto à participação do estado, que diferencia de forma substancial as formas de preservação de bens materiais e imateriais. Enquanto no primeiro caso a política de reconhecimento ocorre liderada pelo estado, através de um grupo restrito de técnicos e especialistas, para aqueles bens de na-

tureza imaterial, se a interferência do estado não se der de forma cautelosa, pode comprometer o bem, "(...) interrompendo um processo que é dinâmico e totalmente integrado ao movimento da vida social".

Este caráter dinâmico do Patrimônio Imaterial, visto que ele é fruto de um processo em constante mutação e que o conteúdo do inventário constitui-se como referência a um dado momento, exige meios de salvaguarda específicos. Estes devem compreender sua natureza de transformação, exigindo um diálogo constante entre estado, comunidade e demais agentes. Deste modo, Sant'Ana (2008) ressalta que o Patrimônio Imaterial deve ser resguardado quanto ao seu caráter de representatividade, e não excepcionalidade, como ocorre com o tombamento dos bens de natureza material.

Analisando esta importância atribuída às comunidades locais à preservação do Patrimônio Imaterial temos que a manutenção dos aspectos culturais identitários depende, diretamente, das formas de apropriação do espaço. Ao mesmo tempo identificamos, nas intervenções analisadas, a alteração de usos, favorecendo atividades de comércio e serviços vinculados ao turismo, voltados ao atendimento de um novo público usuário.

Neste contexto, a cultura local fica comprometida pois o novo público usuário destas áreas passa a estabelecer outras formas de vínculo com as mesmas, influenciando na reconfiguração das formas de apropriação anteriormente estabelecidas. Estas se dão não mais pela convivência direta e constante do morador local, muitas vezes removido destas áreas, e sim através da recriação das

formas de sociabilidade no espaço urbano, estabelecidas pelo consumo e entretenimento e marcadas por um novo tempo de permanência. Este faz com que os vínculos deixem de ser duradouros para se estabelecerem de forma efêmera, restritos ao curto espaço de tempo em que o visitante permanece no local, não havendo comprometimento com a área ou atribuição de um novo caráter que se configure como permanente, sendo constantemente recriada.

Com isso, são percebidas alterações ou mesmo o desaparecimento do Patrimônio Cultural Imaterial. O papel do estado, nestes casos, acaba se dando de forma contraditória, já que muitas vezes participa de forma direta na implantação de formas de intervir predatórias. Arantes (2008) atribui os problemas quanto à implantação das políticas de preservação à difícil relação entre patrimônio e mercado, que transforma “signos de identidade em mercadoria” e muitas vezes os programas de preservação e / ou intervenção implementados acabam por interferir nas condições de reprodução do Patrimônio Imaterial. Esta dificuldade de preservação e a conseqüente perda de características identitárias se dá, segundo Sassen (2005, p. 20-33), em parte, devido ao fato do conceito de identidade ser utilizado dentro dos contextos político e econômico. Isso porque, de acordo com a autora, a economia de informação global deixa de estar condicionada a um lugar específico, comprometendo a variedade dos contextos socio-culturais.

As intervenções, ao visarem a inserção de determinada área no mercado global, através do turismo por exemplo, comprometem a Identidade Cul-

tural por não mais associá-la ao local, o contexto específico no qual foi criada, e sim com as demandas do mercado. Por não mais estarem ligados ao seu lugar de origem, e serem transformados em mercadoria, a ser consumida, os aspectos singulares dos elementos morfológicos e dos componentes culturais destes espaços se perdem, revelando características do Processo de Containerização do Espaço Urbano e da Urbanização.

Estes conceitos podem ser entendidos como auxiliares às análises de intervenções urbanas em Áreas Centrais Históricas pois são parte do contexto de estudos do processo de empresariamento da cidade do qual estas áreas em particular participam. Isso porque, a fim de garantir a inserção das áreas históricas no mercado mundial de cidades, estas, através de projetos de intervenção urbana, têm seus atributos singulares resignificados e simplificados em prol do entretenimento, resultado do processo de financeirização da cultura, no qual este elemento se transforma em uma nova forma de investimento. O fato é que a partir do momento em que o Patrimônio Cultural, via intervenção urbana, passa a se constituir como elemento de promoção da cidade no mercado mundial, as Áreas Centrais Históricas nas quais estão inseridos passam a constituir uma espacialidade diferenciada, negligenciando as relações com o entorno, e especializada como centro do turismo, ócio e consumo.

É neste contexto que a mercantilização da Cultura reconfigura o particular em banal. Banalizar uma área histórica seria fazer com que esta perdesse suas características particulares, fazendo com

que as formas de vivência e atividades desenvolvidas não mais tivessem relação com o território específico e sim se transformassem em parte do mercado global.

Patrimonializar aspectos ou fatos culturais é uma escolha sempre política. Envolve mobilização de segmentos sociais e poderes públicos, definições e justificativas em campo com diferentes interesses em jogo. Idealmente as políticas para o Patrimônio Imaterial são potencialmente inclusivas e transformadoras, na medida em que objetiva não os produtos culturais em si (materializáveis), mas os seres humanos concretos – os agentes – e as condições e processos objetivos de produção e reprodução dos tais *bens culturais* patrimonializáveis. (VIANNA, 2008)

Apontamos aqui que o Patrimônio Cultural é formado pela interação entre Patrimônio Arquitetônico, Material, e o Patrimônio Imaterial, e que é desta relação que se estabelecem os aspectos singulares e as particularidades das áreas históricas. Desta forma, sua salvaguarda é imprescindível e as políticas para este fim são essenciais. O fato é que, ainda que seja necessária a adoção de medidas de preservação do Patrimônio Cultural Imaterial, reconhecida-mente parte fundamental para caracterização das áreas históricas, não restringindo o valor das mesmas ao Patrimônio Cultural Material, o processo de atribuição de valor a práticas específicas acaba por também conferir ao Patrimônio Imaterial um caráter de excepcionalidade.

Ao serem eleitas determinadas práticas, reconhecidas como patrimônio, de certa forma “esquece-se” que o convívio cotidiano é fundamental no processo de apropriação e atribuição de valor a determinadas áreas. A institucionalização deste patrimônio favorece e legitima a valorização de determinadas áreas e práticas, sendo estas apropriadas pelas intervenções em seus discursos e ações. Juntamente com as ações de preservação do Patrimônio Arquitetônico, através das práticas de restauro e conservação, o Patrimônio Imaterial passa também a fazer parte do “novo cenário” resultado das intervenções. Nesta combinação, a representatividade local acaba comprometida, visto que a relação cotidiana do morador com este patrimônio fica prejudicada. Desta forma, não apenas o Patrimônio Cultural, através do binômio Material – Imaterial, deve ser considerado pela intervenção, e sim uma rede de relações mais complexa e que constitui a identidade, o sentimento de pertencimento de determinada população com o território no qual se situa.

5. Cultura e Identidade. A Vivência como Elemento Fundamental ao Patrimônio Cultural

Quando, no capítulo anterior, abordamos o tema Patrimônio Cultural, visto que portador de características e aspectos singulares que diferenciam e particularizam as diferentes áreas de nossas cidades, bem como a necessidade de preservação deste, o fizemos a partir de dois aspectos, considerados fundamentais à definição de um bem como cultural. De um lado, o Patrimônio Arquitetônico, base material do Patrimônio Cultural e, de outro, o Patrimônio Imaterial, intangível.

De fato, a conservação e garantia de manutenção e / ou reprodução destes no tempo são fundamentais, necessidade que se comprova a partir do avanço nas políticas de preservação e nos estudos constantes quanto a esta temática. No que diz respeito ao Patrimônio Arquitetônico podemos citar o tombamento, como meio legal de reconhecimento de valor de um bem, e o restauro, que abrange técnicas específicas quanto à conservação dos aspectos físicos (materiais, técnicas construtivas, ornamentos). Quanto ao Patrimônio Imaterial, mais recente, temos as metodologias para seu reconhecimento e a busca por formas de garantir sua perpetuação no tempo, um trabalho que tem como premissa a participação ativa das comunidades locais, detentoras deste e, por este motivo, por ele responsáveis.

A partir do momento em que estes aspectos, material e imaterial, passam a ser tratados sob o mesmo título de Patrimônio Cultural, devem ser

entendidos como um conjunto indissociável. Desse modo, se o Patrimônio Arquitetônico constitui-se como suporte físico indispensável às manifestações culturais (Patrimônio Imaterial), da mesma forma, são as relações imateriais estabelecidas no espaço que irão conferir significado ao aporte construído.

Paralelamente a essa ampliação, hoje se percebe, muito mais que no passado, que o fim último da conservação não vai ser a manutenção dos bens materiais por si mesmos, mas muito mais a manutenção (e a promoção) **dos valores** incorporados pelo patrimônio, sendo as intervenções ou tratamentos físicos aplicados a esses bens apenas um entre muitos meios para se obter este fim. (CASTRIOTA, 2011, p. 56)

Ainda, se estas relações compreendem valores, aspectos sociais e vínculos entre indivíduos, e destes com o espaço, conseqüentemente, a vida cotidiana, que permite a constituição do processo de identificação do indivíduo com o lugar em que habita e /ou trabalha, e assim tece o sentimento de pertencimento, é parte fundamental à caracterização do Patrimônio Cultural, evidenciando a:

(...) indissociabilidade entre preservação da paisagem construída e manutenção do caráter social de sua ocupação (...). (GOMES, 2011, p. 134)

É este o tema que queremos colocar em discussão neste capítulo, visto que, pela forma como a questão do Patrimônio Cultural tem sido conduzida pelas práticas de intervenção urbana, este não aparece devidamente incorporado aos projetos. Contraditoriamente, um dos aspectos que contribui para que esta problemática se instale diz respeito ao impacto das próprias ações de preservação que, como lembra Pereira (2011, p. 110), podem acarretar em impactos socio-econômicos significativos às áreas protegidas. Isso ocorre porque a preservação, ao apontar a necessidade de resguardar as características de uma determinada área, através do tombamento, por exemplo, leva a um processo de valorização que chama a atenção do mercado, desencadeando em processos de intervenção de viés econômico. Esta relação funda a base do que Costa (2010) denomina “dialética da construção destrutiva”, ao abordar os impactos do reconhecimento de um bem cultural como Patrimônio da Humanidade:

(...) “ultravaloração” do espaço quando esses bens da cultura, ao adquirirem o caráter nobre e soberano do título de reconhecimento internacional, são apropriados, estrategicamente, pela “indústria cultural”, que ressignifica os núcleos urbanos tombados mediante a implantação, na maioria das vezes, de um turismo negligente com a sociedade e com o lugar, que revaloriza o patrimônio, produz novas espacialidades, novas distinções e relega os objetivos primordiais dos órgãos nacionais e internacionais de preservação (...). (COSTA, 2010, p.76)

Dentre os impactos percebidos, tanto Pereira (2011, p. 110) quanto Castriota (2011, p. 59), ressaltam a questão da valorização econômica, através do turismo, que transforma o bem cultural em mercadoria a ser consumida. Quanto ao Patrimônio Arquitetônico, estes autores destacam a alteração de características formais, para adaptação das edificações, destituindo usos cotidianos ligados aos moradores e impondo outros, que servem ao visitante. Nesse ponto, Pereira nos lembra dos processos de Gentrificação, apresentados anteriormente.

Mas não apenas o Patrimônio Arquitetônico é alvo deste “processo de mercantilização da cultura”, com bem analisa Bezerra (2007, p. 69), ao investigar o papel das festas, incorporadas pelas políticas de intervenção, como espetáculos. Ao mesmo tempo em que as festas (ou outras formas de manifestação cultural e mesmo o Patrimônio Arquitetônico) têm o papel de conferir às cidades uma necessária “diferenciação no mercado de cidades”, quando utilizadas como forma de promoção no mercado mundial, “(...) a identidade local é (re) atualizada e sintetizada” (BEZERRA, 2007, p. 73), o que leva a:

(...) inevitavelmente uma leitura fetichizada e reducionista das relações sociais, pois, nas operações de síntese, prevalecem os traços de identidade instrumentais ligados às relações dominantes de poder. (BEZERRA, 2007, p. 73)

Neste processo observa-se que, de aspecto particular e instrumento de diferenciação entre cida-

des no mercado global, o Patrimônio Cultural acaba reduzido e simplificado, a partir do uso da cultura como mercadoria pelas intervenções. Este leva à constituição de paisagens similares, mesmo que em contextos histórico, cultural, social e econômico diferentes, ou seja, a produção de paisagens urbanais, nas palavras de Muñoz. Mais uma vez temos que as bases de preservação nos moldes vigentes não são garantia suficiente à conservação efetiva da Identidade Cultural local.

Outro aspecto de suma importância a ser considerado diz respeito ao embate entre a memória que se deseja preservar e aquela que de fato tem lugar no espaço. Nas palavras de Castriota:

As políticas de preservação trabalham sempre com a dialética lembrar-esquecer: para se criar uma memória, privilegiam-se certos aspectos em detrimento de outros, iluminam-se certos aspectos da história, enquanto outros permanecem na obscuridade. (CASTRIOTA, 2011, p. 50)

Esta é uma ideia central para a questão que buscamos colocar em discussão neste capítulo. A decisão quanto o quê preservar está, via de regra, subordinada ao estado que, em última instância, determina o que deve ou não ser preservado e, mais importante, de que forma se dará a preservação. Com isso atribui-se um caráter de excepcionalidade ao Patrimônio Cultural que ignora o cotidiano e a vivência como elementos definidores da identidade particular de uma determinada área. Este caráter de excepcionalidade, anteriormente diretamente vincu-

lado ao Patrimônio Arquitetônico, que recebe o título de monumental, parece agora também se estender ao Patrimônio Imaterial, um risco ainda maior, posto que envolve diretamente os grupos populacionais locais.

Esta disputa quanto o quê preservar, e de que forma, revela, de um lado, que a cidade não é feita de uma única memória, que diz respeito a todos os indivíduos da mesma maneira. Estas distinções são fruto da “vivência na cidade”, que se dá de forma específica a cada grupo, ainda que a base territorial destas memórias seja a mesma cidade (ABREU, 2012, p. 28). De outro lado, estes embates vão revelar disputas de poder, ressaltando a complexidade do território:

(...) estendendo-se do poder mais visível e “material” das instituições formalizadas ao poder “invisível” e simbólico do imaginário e das representações dos diferentes grupos culturais. (HAESBAERT, 2007, p. 37)

Um exemplo deste processo poderá ser observado no Centro Histórico de Salvador. Neste, temos um embate entre a memória que se quer preservar, ligada ao Patrimônio Arquitetônico, construído por uma elite branca, e a representatividade das formas de apropriação e manifestações culturais ligadas a grupos minoritários negros. Veremos na análise empreendida nesta área que o reconhecimento do valor cultural do Patrimônio Imaterial foi também utilizado para justificar as ações de intervenção, da mesma forma que a necessidade de preservação do

Patrimônio Arquitetônico. Com isso, este foi também incorporado como parte do novo cenário em que se transformaram os setores alvo de intervenção.

Neste processo, a representatividade dos aspectos culturais imateriais ficou comprometida visto que, para dar lugar aos novos usos ligados a atividades de comércio e serviços atrelados ao turismo, a população local, detentora deste Patrimônio Imaterial foi, em sua maioria, removida da área. O Patrimônio Imaterial passa, deste modo, a fazer parte da construção de uma identidade territorial hegemônica e homogênea, esquecendo-se que, como parte do imaginário social, ele prescinde da relação entre o grupo social e o espaço para se estabelecer (BEZERRA, 2007, p. 74). Destes embates poderão surgir conflitos e movimentos de resistência.

Autores como Garzedin (2011, p. 171-175) apontam que o Patrimônio Cultural, ao fazer referência tanto aos aspectos materiais quanto simbólicos, incorpora o conceito de paisagem, fruto da interpretação individual, ou pelo grupo, a partir de um:

(...) processo que inclui seleção, memorização e atribuição de significados, não acontece de maneira igual para todas as pessoas; ela depende de vários fatores, como repertório cultural, frequência ao local, vínculos estabelecidos, história de vida etc. (GARZEDIN, 2011, p. 174).

Augè (1994) reforça a existência da relação entre população e espaço como determinante ao patrimônio ao enfatizar que a formação da identidade está diretamente ligada à constituição do espaço:

(...) o dispositivo espacial é, ao mesmo tempo, o que exprime a identidade do grupo (as origens do grupo são, muitas vezes, diversas, mas é a identidade do lugar que o funda, congrega e une) e o que o grupo deve defender contra as ameaças externas e internas para que a linguagem da identidade conserve um sentido. (AUGÈ, 1994, p. 45)

Nesse sentido, Gutiérrez e Queiroz (2012, p. 168, 181) acrescentam que o uso cotidiano de determinados espaços da cidade, no caso de sua pesquisa, as praças, onde ocorrem relações de vizinhança e manifestações culturais diversas, é o que confere identidade aos moradores. Este sentimento de pertencimento, por sua vez, favorece a apropriação destes mesmos espaços pela população, reforçando seu significado à comunidade.

Almeida (2008, p. 317, 319) aponta que a cultura permite às populações o estabelecimento de relações com o território. Este, por sua vez, diz respeito ao convívio, o estabelecimento de relações sociais, políticas e simbólicas, contribuindo para o estabelecimento da Identidade Cultural. O vínculo entre o homem e o espaço é, deste modo, determinante para a formação da identidade, a que a autora denomina Identidade Territorial. Neste contexto, entende-se a territorialidade como um conjunto de:

(...) questões de ordem simbólico-cultural como também o sentimento de pertencimento a um dado território. (ALMEIDA, 2008, p. 319)

Sobre este tema da Identidade Territorial vale acrescentar as considerações de Haesbaert (1999, p. 712), que indica que esta é uma identidade social, que se define através do território, a partir de relações de apropriação. Scocuglia (2012, p. 79, 80) compartilha deste mesmo pensamento ao apontar que o conceito de território compreende “(...) apreensão do espaço como construção e apropriação humana e referencial de identidade”. Haesbaert, em outro momento, reforça a existência de um:

(...) elo, a nosso ver indissociável, entre território e cultura ou, mais especificamente, entre território e identidade. (HAESBAERT, 2007, p. 35)

As considerações quanto a esta temática, a necessidade de reconhecimento do uso cotidiano pela população local como fundamental à caracterização e manutenção dos aspectos culturais locais, além do Patrimônio Cultural devidamente reconhecido e amparado pelas leis preservacionistas vigentes, são fundamentais às análises das intervenções em Salvador e Recife. Isto porque as intervenções em questão lidam justamente com a problemática da retirada da população local das áreas de projeto. Se considerarmos que há uma relação de reciprocidade entre apropriação do espaço e formação da Identidade Cultural local, e mais, se as críticas às formas de intervir, como aquelas analisadas por Muñoz, nos revelam um processo de cenarização, portanto de artificialidade nas áreas pós-intervenção, há que se assumir que a substituição da população local por um público visitante é determinante nesse processo.

Dentro deste contexto, devemos considerar as formas de apropriação estabelecidas por cada um destes grupos e o tempo de permanência na área. A população estabelece vínculos mais duradouros e significativos pois seu tempo de permanência no local é maior e permite o uso cotidiano, envolvendo relações de habitação, trabalho e lazer, permitindo a consolidação de laços de identidade com a área e demais membros do grupo. A relação do visitante com a área turistificada, ao contrário destas características, devido ao tempo restrito de permanência e à natureza das atividades que norteiam seu comportamento, voltado sobretudo ao consumo, não permite a criação de vínculos com o lugar, que levariam à constituição da identidade e da memória.

A estas transformações, Carlos (2004) classificará como tempo de “curta duração”, considerando-se que a transformação no tempo se dá atrelada às características de uso e formas de apropriação do espaço. Sendo pautadas pelo consumo, as formas de apropriação, vinculadas à atividade turística, implicam em novas formas de vivência desses espaços. Esta redefinição de usos irá implicar em comprometimento de elementos que permitiriam a criação de vínculos e identidade.

Sobre este tema, Carlos (2004) aponta haver uma relação indissociável entre cotidiano, espaço, tempo, identidade e memória. Neste contexto, a relação entre tempo e espaço se dá a partir do uso, posto que é a partir dele que se estabelecem as formas de apropriação. Através destas, as relações sociais se estabelecem e permitem a criação de vínculos, que por sua vez levam à formação da

identidade, articulando à memória. Quando espaço e tempo passam a ser redefinidos em função do lucro, as formas de vivência são também reconfiguradas. Este processo ocorre pois as ações se voltam à exploração econômica das áreas pela reconversão dos atributos locais em mercadoria. As intervenções, confirma Carlos, alteram os usos dos lugares, bem como o tempo de uso destes, o que reflete nas relações sociais tradicionais antes estabelecidas. Deste modo, transformam o lugar. Este processo pode ser observado nas intervenções urbanas em Salvador e Recife posto que voltadas à exploração econômica através do turismo.

É a esse processo que Carlos vai atribuir os termos *Tempo Efêmero*, *Espaço Amnésico* e *Identidade Abstrata*. Ao tempo acelerado e quantitativo, Carlos (2004, p. 55-61) dá a denominação de Tempo Efêmero, ao qual associa o conceito de Espaço Amnésico, que não permite a constituição da memória, pois se constrói sem referências, “(...) um processo que enfoca a ruptura (...)” (CARLOS, 2004, p. 56), levando a uma Identidade Abstrata. Tornados homogêneos, tempo e espaço passam a se caracterizar pela impossibilidade do uso, revelando a formação de novos valores e formas de comportamento. O tempo, que passa a ter por característica a “instantaneidade”, Tempo Efêmero, acarreta no desaparecimento das referências anteriores e assim, há a perda da memória associada ao lugar. Este Tempo Efêmero passa a mediar as relações estabelecidas na cidade.

Os usos passam a ser associados a um espaço homogêneo, normatizado e, com isso, as re-

lações sociais passam a se dar em um espaço sem referência, a que Carlos denomina Espaço Amnésico. Este se caracteriza pela ausência da memória e a banalização dos significados. A destruição das condições para formação da memória coletiva, resultado da redefinição de usos, ruptura dos espaços e produção de relações vazias, pautadas pelo estranhamento e desarticulação dos processos que criam a identidade, leva a uma Identidade Abstrata. Esta passa a ser mediada pela mercadoria. No entanto, ao mesmo tempo em que a homogeneidade se impõe, lembra Carlos, também passam a se formar forças que tendem a resistir a este processo. Ao mesmo tempo em que novos valores são impostos pela sociedade de consumo, a possibilidade do resgate do lugar passa a ser representada pelos movimentos sociais, que questionam estas transformações, evidenciando a sobreposição de formas de vivência na cidade.

Quando a população anterior é substituída por um novo público usuário, esta alteração se dá associada a um processo de simplificação das estruturas que compõem o espaço urbano, levando à perda de sua imagem singular, processo este que irá de encontro à constituição de paisagens homogêneas de que trata Muñoz ao definir a Urbanização. Compromete-se os elementos identitários ligados à memória e, com isso, a reprodução da vida urbana passa a seguir, de acordo com Delgado (2007), a lógica do shopping center. De acordo com esta lógica, os elementos da vida urbana são reduzidos, direcionados ao consumo. Nesta situação, a identidade é dada *a priori* e a memória é, portanto, falseada, ao

contrário de serem plurais e conflitantes. Constitui-se, dessa forma, uma memória oficial, marcada pela perda de pontos referenciais, organização e simplificação da leitura do ambiente urbano, o que o autor (DELGADO, 2007, p. 117) classifica como “tematização da vida urbana”.

Sobre estas práticas uniformizadoras e homogeneizadoras, assim como apontado por Muñoz quando da descrição da Urbanização, Delgado (2007) dirá que, fazendo uso de uma política de “produção de identidade”, como a *Monumentalização*, se estabelece uma forma de organização do território que, através da legitimação de uma política de lugares e da memória, subtrai os signos da identidade coletiva, levando a uma produção simbólica que permite vigiar e controlar.

Esse processo leva à conformação de uma cultura urbana hegemônica, comprometendo a identidade, cultura e memória, fundamentais no processo de definição dos grupos sociais que detêm a legitimidade de propriedade dessas áreas. Esta cultura hegemônica e homogênea causa a destruição de aspectos emblemáticos singulares, através de produções simbólicas e instituição de “imaginários urbanos oficiais, uniformes e uniformizadores” (DELGADO, 2007, p. 102-109).

Para que o patrimônio imaterial continue desempenhando um papel social, político, econômico e cultural significativo, deve fazer parte da vida das comunidades. (SCHLÜTER, 2009, p. 253)

Deve-se somar, ao Patrimônio Cultural, o sentimento de pertencimento. Este é essencial para que o Patrimônio Arquitetônico tenha significado e para que o Patrimônio Imaterial possa ser continuado. Deste modo seria estabelecida de fato a preservação da diversidade cultural como elemento singular de caracterização e diferenciação das cidades no contexto mundial.

Trata-se não somente de defender um direito à diferença, cuja ênfase remonta aos movimentos ditos alternativos dos anos 60, mas também de resistir ao sem-sentido de uma sociedade globalmente mercantilizada e onde tudo é passível de transformar-se em valor contábil, ou seja, onde a primazia das relações e dos valores sociais está vinculada à acumulação de capital. Paralelo a esta mercantilização, a identidade também pode ressurgir como uma forma, consciente ou não, de contraposição ao processo excludente engendrado pela globalização. (HAESBAERT, 1999, p. 170, 171)

O Patrimônio Arquitetônico representa o espaço físico, material, que serve de base para as diversas formas de manifestação cultural, tanto aquelas que possuem características específicas (dança, culinária etc), reconhecidas como Patrimônio Imaterial, quanto aquelas que não possuem um elemento de definição e classificação. Estas se estabelecem a partir da vivência cotidiana, relação de proximidade e pertencimento a um determinado território que se dá pelo convívio e que constitui a Identidade Cultural. Por este motivo se faz importante a participação

da população para a definição das políticas de intervenção. Isso porque a cultura não se dá *a priori*, mas sim é fruto das relações estabelecidas pelas pessoas ao se apropriarem dos espaços da cidade, fazendo com que a cultura seja construída com o tempo pelos diferentes grupos (CLAVAL, 1999, p. 73).

É preciso reconhecer a diversidade, e não eleger apenas elementos específicos do Patrimônio Cultural como atributos a serem preservados. A decisão quanto o quê e como preservar, quando fruto de uma posição hegemônica, vinculada às relações de poder, pode levar à homogeneização, à segregação e ao conflito. Intervenções urbanas dirigidas à promoção turística, ao tratarem de forma desvinculada os diferentes elementos que configuram o Patrimônio Cultural, podem levar à perda dos referenciais culturais, banalizando significados.

A relação indissociável entre Patrimônio Arquitetônico, Patrimônio Imaterial e as relações de apropriação e vivência dos diferentes grupos sociais no território, seria o meio de preservação das particularidades locais contra os efeitos negativos da incorporação dos aspectos culturais ao contexto de promoção das cidades no mercado global. Promoção esta que se vale, justamente, do atributo particular que a cultura representa como elemento de diferenciação e competitividade mas que, contraditoriamente, contribui para banalizar.

6. Caracterização do Território. A Conformação do Espaço Urbano e a Construção da Identidade

A delimitação dos objetos de estudo tem por objetivo permitir identificar a inserção destas áreas no tecido urbano das cidades selecionadas. Assim temos, em Salvador, um trecho do Centro Histórico como foco de análise, sendo este ainda parte de um território mais abrangente, o Centro Tradicional de Salvador. Da mesma forma, em Recife, a área selecionada para análise é caracterizada por pólos, parte do Bairro do Recife, este integrante do Centro Histórico da cidade.

Estabelecidos os limites físicos das áreas de estudo, é fundamental compreendê-las enquanto parte do processo histórico de construção das cidades das quais fazem parte, pois, como veremos, estas estão inseridas no núcleo fundador destes territórios. Esta retrospectiva histórica compreende dados referentes à origem, fundação e processos de desenvolvimento e transformação de cada uma das áreas selecionadas. A identificação destes elementos nos permitirá uma visão mais ampla das transformações ocorridas nestas áreas ao longo do tempo, evidenciando assim os diferentes significados a elas atribuídos em momentos distintos, consequência dos diferentes usos e formas de apropriação associados.

Com isso, será possível entender as dinâmicas que nelas se processaram e de que forma participaram da produção do espaço urbano e contribuíram e / ou conduziram aos projetos de intervenção em estudo. Da mesma forma, são destacados, den-

tro deste processo de constituição e consolidação destas áreas, o Patrimônio Cultural a elas vinculado, tanto Arquitetônico quanto Imaterial.

Reconhecer os aspectos históricos e culturais que fazem parte da construção da identidade das áreas históricas aqui atendidas será fundamental à compreensão dos projetos de intervenção adotados em cada caso, visto que a necessidade de preservação dos aspectos culturais é parte importante da justificativa das intervenções empreendidas. Neste contexto, poderemos verificar de que maneira os mecanismos de intervenção adotados, ao se apropriarem das questões relativas ao Patrimônio Cultural, ao invés de contribuírem para a preservação dos atributos singulares locais, levaram ao comprometimento dos aspectos culturais.

6.1. Centro Histórico de Salvador. Fundação e Transformações Urbanas

O Centro Histórico de Salvador corresponde ao núcleo inicial da cidade, tendo sido marcado, de forma bastante significativa, pelos processos de construção e transformação da cidade, descritos a seguir. Estes processos justificam a escolha deste centro como objeto de estudo, dada a complexidade das dinâmicas urbanas ocorridas nesta área e as conseqüências destas para o Centro Histórico.

A construção da cidade, fundada em 1549 por Tomé de Sousa (CALMON, 1925, p. 37), teve início sobre uma escarpa e expandiu-se em direção ao mar, ocupando uma estreita faixa costeira. Com isso, originou-se a divisão de Salvador em Cidade Alta e Baixa¹⁹, separadas por um desnível de sessenta metros, condições favoráveis à instalação do porto e defesa do território.

A Cidade Baixa era formada por apenas uma rua, na qual localizavam-se **casas de comerciantes** atacadistas e o porto, considerado um elemento essencial nas relações entre metrópole e colônia, estabelecendo entre elas ligações comerciais e administrativas (DOMINGUES; KELLER, 1958, p. 182). A Cidade Alta, por outro lado, era composta de muitas ruas e duas praças públicas, a Praça do Palácio e o Terreiro de Jesus, onde foram erguidos os edifícios da administração colonial e de atividade comercial, fruto da expansão da cultura canavieira,

19. A ligação entre as Cidades Alta e Baixa foi consolidada em 1872, com a construção do Elevador Lacerda, hoje um de seus mais conhecidos cartões-postais, pelo engenheiro Antonio de Lacerda.

que enriqueceu os fazendeiros e também a cidade-metrópole (DOMINGUES; KELLER, 1958, p. 183 – 189). Nela, no século XVII, iniciou-se a construção das principais edificações da cidade como igrejas, solares, monumentos e as edificações coloniais do Pelourinho, principalmente pelo investimento de grandes proprietários rurais (CALMON, 1925, p. 118).

O caráter de núcleo fundador da cidade, a concentração de importantes edificações, significativas ao Patrimônio Arquitetônico, bem como as transformações que nesta área viriam a ocorrer posteriormente, marcando períodos de enriquecimento e decadência, tendo efeitos tanto sobre o patrimônio construído quanto sobre a formação da Identidade Cultural e do Patrimônio Imaterial a partir da apropriação por diferentes grupos sociais, são fundamentais à compreensão do Centro Histórico de Salvador no contexto contemporâneo. Da mesma forma, esses elementos são essenciais à análise que se propõe aqui desenvolver quanto às ações empreendidas neste centro histórico a partir do *Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador*, tendo em vista que os discursos de preservação do Patrimônio Cultural, bem como da manutenção na área da população por ele responsável, foram considerados elementos fundamentais para justificar e legitimar a intervenção, que analisaremos adiante.

Quanto às transformações ocorridas no centro de Salvador, Santos (1995, p. 16, 17) divide estas dinâmicas em três momentos distintos. O primeiro refere-se à existência de um centro único. No segundo momento ocorreu uma multipolarização, com especializações e redistribuição de funções. Segundo o autor, foi neste momento que ocorreu a decadência do velho centro, marcando uma mudança funcional da cidade do Salvador. Por fim, o terceiro momento caracteriza-se pelo *“rejuvenescimento parcial do centro velho adaptado às exigências do turismo e dos turistas”* (SANTOS, 1995, p. 17), em uma clara referência ao projeto de intervenção iniciado em 1991.

Em suas palavras:

(...) ao lado dos habitantes que têm uma lógica de consumo do centro ligada ao seu poder aquisitivo e à sua capacidade de mobilização, vêm os turistas, que são os homens de lugar nenhum, dispostos a estar em toda parte e que começam a repovoar, a recolonizar, a refuncionalizar e a revalorizar, com a sua presença e o seu discurso, o velho centro. (SANTOS, 1995, p. 16)

O primeiro momento, denominado pelo autor como *“centro único”*, refere-se ao processo de fundação da cidade e à consolidação da área como seu espaço central, núcleo fundador, a partir do qual toda a malha urbana de Salvador se desenvolveu. Nesta fase evidencia-se a constituição de aspectos que se tornariam fundamentais para o reconheci-

mento da importância histórica do Centro de Salvador – o traçado urbano, a configuração das praças e a qualidade arquitetônica do aporte construído.

Considerando-se a sub-divisão do Centro Histórico – este é caracterizado por cinco sub-áreas²⁰ (Figura 04) – este núcleo central inicial corresponde em boa parte à sub-área B03. Esta é definida como a mais antiga do conjunto arquitetônico do Centro Histórico, construída em sua maior parte no século XVIII, tendo sido a zona residencial mais nobre da cidade e que apresenta grande quantidade de monumentos bem conservados. No entanto, em decorrência da decadência enfrentada pela área, há também um grande número de imóveis degradados e descaracterizados pela má conservação, muitos deles ocupados de forma irregular por uma população de menor renda (IPAC, 1998). Como veremos adiante, esta área é o foco principal da atividade turística, com lojas, bares e restaurantes e intenso comércio informal.

Nas sub-áreas A01 e A02 estão situados monumentos importantes e em bom estado de conservação. Observa-se hoje a predominância do comércio formal, integrando-as à dinâmica comercial e cotidiana da cidade, enquanto as residências concentram-se em poucas áreas. Nas sub-áreas C04 e C05, por outro lado, o uso residencial é intenso, sendo os moradores, em parte, proprietários dos imóveis, ainda que mais recentemente estas áreas tenham gerado maior interesse da iniciativa privada em investir em atividades como restaurantes e pousadas.

20. Governo do Estado da Bahia, IPAC, Conder, 1995.

Esta importância do Patrimônio Arquitetônico reunido no Centro Histórico de Salvador pode ser verificada pelos tombamentos concedidos pelo IPHAN a diversos monumentos localizados na área, de forma isolada. Dentre eles podemos citar a Catedral Basílica do Salvador (25 de maio de 1938), a Igreja da Ordem Terceira de São Francisco (25 de maio de 1938) e a Igreja de São Pedro dos Clérigos (25 de setembro de 1941)²¹.

O reconhecimento do valor arquitetônico do Centro Histórico se consolidaria com o tombamento de todo o conjunto, sob a denominação de *Conjunto arquitetônico, paisagístico e urbanístico Centro Histórico da Cidade de Salvador* (19 de julho de 1984). Finalmente, em 1985, o título de Patrimônio da Humanidade viria confirmar sua relevância. Além da importância histórica e arquitetônica da área, outro aspecto a ser ressaltado corresponde às manifestações culturais de diversas naturezas que ali têm lugar, promovidas por organizações tradicionais de origem negra. Como veremos adiante, a relação do estado com estas manifestações se dá de forma conflituosa, ainda que o discurso oficial reconheça a importância destas para a caracterização da área. O que observamos de fato é que, ao contrário da manutenção desta população na área, a política de intervenção adotada pautou-se em um processo maciço de expulsão das famílias residentes.

Hoje, seguindo as recomendações relativas à conservação do Patrimônio Cultural, além do Patrimônio Arquitetônico, reconhece-se o valor do Patrimônio Imaterial. No caso de Salvador, consta atu-

21. A lista completa está disponível no site do IPHAN.

almente como Patrimônio Imaterial reconhecido pelo IPHAN o “Ofício das Baianas de Acarajé”, registrado em 14 de janeiro de 2005 no *Livro dos Saberes*. Este se refere à “*Prática tradicional de produção e venda, em tabuleiro, das comidas de baiana, feitas com azeite de dendê e ligadas ao culto dos Orixás*”. Através dos projetos de intervenção realizados no Centro Histórico, a imagem da Baiana como elemento que remete fortemente à cultura, e portanto identidade singular de Salvador, viria a ser associada à promoção turística da área, passando a se configurar como parte do cenário urbano que o turista visita e consome.

O segundo momento destacado por Santos diz respeito ao período de decadência da área, fruto de transformações que levaram a alterações profundas nas dinâmicas urbanas locais, alterando o significado desta para a cidade e deslocando para outras áreas o papel de centralidade e referência, anteriormente representado por este centro. Neste período de transformação identificamos três aspectos fundamentais que, gradativamente, reforçaram este processo de decadência. São eles, a transferência do governo colonial para a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro²², em 1763; o deslocamento do centro econômico e financeiro para São Paulo, no século XIX e, no final do século XIX e, sobretudo, no século XX, o processo de expansão da cidade, com o surgimento de novos bairros.

22. A transferência foi justificada pela maior proximidade com as minas e “oferecia melhores vantagens, quanto à vigilância do vice-rei sobre as costas do sul e as fronteiras com os espanhóis” (CALMON, 1925, p. 100).

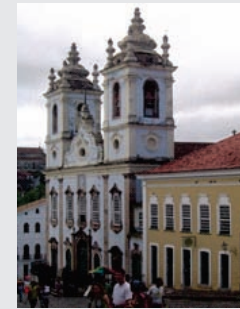
SUB-ÁREA
**B
03**



BRAGA, Jun. 2008
Faculdade de Medicina



BRAGA, Jun. 2008
Igreja de São Domingos



BRAGA, Jun. 2008
Igreja N. Sra. do
Rosário dos Pretos



O Centro Histórico de Salvador é dividido em cinco sub-áreas de acordo com as características arquitetônicas e as dinâmicas de uso e ocupação que apresentam. As imagens selecionadas são representativas do Patrimônio Arquitetônico que a área guarda.

Ofício das baianas de acarajé:

Sua receita tem origens no Golfo do Benim, na África Ocidental, tendo sido trazida para o Brasil com a vinda de escravos dessa região. A atividade de produção e comércio é predominantemente feminina, e encontra-se nos espaços públicos de Salvador, principalmente praças, ruas, feiras da cidade e orla marítima, como também nas festas de largo e outras celebrações que marcam a cultura da cidade. A indumentária das baianas, característica dos ritos do candomblé, constitui também um forte elemento de identificação desse ofício, sendo composta por turbantes, panos e colares de conta que simbolizam a intenção religiosa das baianas. (...) Os aspectos referentes ao Ofício das Baianas de Acarajé e sua ritualização compreendem: o modo de fazer as comidas de baianas, com distinções referentes à oferta religiosa ou à venda informal em logradouros soteropolitanos; os elementos associados à venda como a indumentária própria da baiana, a preparação do tabuleiro e dos locais onde se instalam; os significados atribuídos pelas baianas ao seu ofício e os sentidos atribuídos pela sociedade local e nacional a esse elemento simbólico constituinte da identidade baiana. A feitura das comidas de baiana constitui uma prática cultural de longa continuidade histórica, reiterada no cotidiano dos ritos do candomblé e constituinte de forte fator de identidade na cidade de Salvador. (IPHAN)

SUB-ÁREA
A
01



BRAGA, Jun. 2008

Praça Municipal,
Palácio do Visconde do Rio Branco
e Elevador Lacerda

SUB-ÁREA
A
02



BRAGA, Jun. 2008

Santa Casa de Misericórdia
e Museu

SUB-ÁREA
C
04



BRAGA, Jun. 2007

Largo do Carmo

SUB-ÁREA
C
05



BRAGA, Jun. 2007

Rua Direita de Santo Antonio

C 05

BRAGA, Sub-áreas do Centro Histórico de Salvador, 2013.

SUB-ÁREA
B
03



BRAGA, Jun. 2012

Recepção aos turistas

O aspecto Imaterial do Patrimônio Cultural, o "Ofício das Baianas de Acarajé", é reconfigurado e apropriado pela dinâmica turística na área. Neste sentido, a figura da baiana passa a participar deste novo cenário, recebendo os turistas e os incentivando a visitar as lojas instaladas nas antigas edificações.

FIGURA 04

Centro Histórico de Salvador:
Sub-áreas e Patrimônio Cultural

Esta última dinâmica revela mudanças significativas quanto aos aspectos administrativo, comercial e habitacional, fazendo com que o processo de decadência da área central da cidade se desse de forma bastante incisiva. Isso ocorre, segundo Gottschall e Santana (2006, p. 35) sobretudo a partir dos anos 1960, fazendo com que a área apresentasse queda progressiva de valor imobiliário e acentuada descaracterização, perdendo espaço para os subcentros especializados, devido à modernização de Salvador e à transferência de atividades econômicas para outras regiões, acompanhando os eixos de deslocamento das famílias mais abastadas e dos investimentos públicos.

Quanto às áreas de concentração das atividades administrativas, Vasconcelos (2002, p. 19) aponta que a transferência das atividades governamentais estaduais para o Centro Administrativo, no início dos anos 1970, contribuiu para a degradação dos imóveis da área central.

A descentralização de atividades públicas e privadas causou grande impacto no Centro Histórico da cidade, levando a uma aceleração de sua decadência e a intervenções e renovação por decisão governamental. (VASCONCELOS, 2002, p. 19)

Da mesma forma ocorreu o processo de perda de valor do centro como área comercial, sobretudo entre os anos 1970 e 1990, com as novas formas de implantação comercial, como os shopping centers e outros centros comerciais nas novas

centralidades (subcentros). Com isso, o comércio tradicional, que se desenvolvia no centro da cidade, sofreu um grande impacto, resultando na sua gradativa “popularização” (rua Chile, Praça da Sé). A área sofreu ainda o impacto da concorrência a seus equipamentos culturais, como os cinemas, acentuando o processo de abandono.

As novas formas de implantação comercial revolucionaram o comércio de Salvador, com a abertura dos novos shopping centers neste período, e que causaram grande impacto no comércio tradicional da área central da cidade. (VASCONCELOS, 2002, p. 348)

Por fim, no que se refere à habitação, o Centro Antigo, até então ocupado por uma população nobre, formada por homens de negócios, grandes comerciantes, exportadores e importadores, senhores de engenhos e funcionários da administração pública, passa gradativamente por um processo de abandono por estas classes dominantes, que se deslocam em direção ao sul, para os novos núcleos habitacionais.

Este conjunto de transformações nas dinâmicas urbanas da cidade marcou a decadência da área central, processo este que ficou visível através da má conservação das edificações, fazendo com que os prédios, sem manutenção, ficassem comprometidos, contribuindo para aumentar ainda mais a imagem de degradação. Outro fator importante observado neste período foi que, com a saída das classes dominantes, e também com o abandono pelo

poder público, que deixa de ter interesse em investir na área, uma nova população passou a se apropriar do Centro Antigo. A nova população moradora local, ao contrário da anterior, era marcadamente uma população pobre, de baixa escolaridade, que fixou residência na área de forma precária.

Com esta nova população, que estabelece com a área novos vínculos, o centro de Salvador passa por mais uma importante alteração, a mudança de suas feições culturais. As novas formas de apropriação, trazidas por estes novos grupos, conferem à área um novo significado, através do surgimento de diversos movimentos culturais.

Como nos lembra Moura (2006, p. 112-133), a imagem do Centro Histórico de Salvador sempre esteve associada à música, dança e formas de manifestação cultural diversas. Se até os anos 1960 a área era ocupada por diversas casas noturnas, com ritmos variados, e também pelos cinemas, que atendiam a uma população de classe média, com a decadência da área, explicitada pelo fechamento destes equipamentos e abandono dos frequentadores de classe média, o perfil do usuário local passou a se alterar. Ainda assim, a área não deixou de ser um referencial cultural importante.

Dentre os grupos que passaram a se formar podemos citar o afoxé Filhos de Gandhi, formado em 1949, por trabalhadores do porto, a Capoeira, o Carnaval, o bloco Ilê Aiyê (1974) e o Grupo Cultural Olodum (1979). Estes se instalaram na área, cresceram e passaram a configurar uma forte Identidade Cultural, dando-lhe novo significado. Sobre a formação destes grupos, Andrade (2009, p. 109, 110) res-

salta que foram de “(...) fundamental importância no sentido de promover a afirmação da auto-estima de grupos populares marginalizados”.

Por outro lado, ressalta Moura (2006), esta consolidação das manifestações culturais representadas por estes movimentos, com o crescimento dos grupos, chamou a atenção da mídia. Através da Bahiatur, estes aspectos foram utilizados de forma a definir a “cara da Bahia”, associando, para o mercado, a música e a dança ao Centro Histórico.

O período de máximo esplendor do afro, veio, então, configurar uma identificação estética, temática e arquitetônica entre o Centro Histórico e o componente criativo, musical, negro e pobre de Salvador. Em contrapartida, foi um elemento definidor para que o embrião da cidade viesse a se reconfigurar em função do turismo industrialmente organizado, sendo que para isto concorreram também diversas estratégias governamentais na forma de projetos e outros tipos de apoio. (MOURA, 2006, p. 122)

Com isso, o Centro Histórico de Salvador, que já era portador de importante significado devido ao Patrimônio Arquitetônico, passa também a ser conhecido e reconhecido pelas manifestações culturais ali presentes, como danças, músicas e tradições religiosas, que configuram o Patrimônio Imaterial. Bonduki (2010, p. 329, 330) chama a atenção para o fato destes movimentos culturais originados na área terem desencadeado um processo de reabilitação da mesma, ainda que “(...) numa perspectiva total-

mente diferente daquela que a elite propugnava”. Mais tarde, como o Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador viria confirmar, estes movimentos passaram a ser utilizados como importante vetor de promoção da área pelas estratégias de intervenção, intensificadas a partir da década de 1990.

Assim como a intervenção buscou criar um cenário televisivo falso do casario colonial, pintando as fachadas com tintas sintéticas de cores variadas e eliminando a pátina do tempo, a cultura negra instalada na área – antes tão combatida, marginalizada e estigmatizada pelas elites baianas – tornou-se um atrativo do novo ambiente, com forte apelo turístico. (BONDUKI, 2010, p. 330)

No entanto, poderemos observar quando da análise das intervenções realizadas que estas, de forma contraditória, não tratariam a valorização da cultura local de forma integrada à manutenção da população residente, detentora destes atributos, na área. O Carnaval é um exemplo dos eventos que perdem seu caráter inicial de vínculo com as comunidades locais quando passa a ser tratado como atividade econômica, conduzida por grandes empresários. Neste processo, observa Serpa (2007, p. 113), o Carnaval deixa de ter o caráter de festa popular para se transformar em atração turística, espetacularizado com os blocos e trios elétricos.

Nas palavras de Bonduki:

Esta incorporação da questão cultural negra no marketing da operação não significou, entretanto, a permanência da população moradora local, tecido social que dava consistência e autenticidade ao Pelourinho, criando um território denso, embora marcado pela pobreza, marginalidade e deterioração física. A intervenção buscou mostrar a cultura negra e esconder a população que a cria (...). (BONDUKI, 2010, p. 331)

Desta forma, chegamos ao terceiro momento enunciado na trajetória definida por Santos, o enfoque turístico dado ao Centro Histórico. Apesar da decadência do Centro Histórico de Salvador e do surgimento de novos vetores econômicos e espaciais, que comprometeram algumas das características da área, sua importância como identidade e referência cultural para toda a cidade foram mantidas (FRANCO, 1995, p. 32). Aproveitando-se da necessidade de recuperação física e social da área e da visibilidade adquirida através do reconhecimento da mesma, em 1985, como Patrimônio da Humanidade, o Governo do Estado dá início a um amplo projeto de intervenção. Este atingiria seu auge através do Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador, iniciado em 1991.

Os critérios para inscrição de um bem cultural na lista do Patrimônio Mundial consideram o valor universal excepcional, a autenticidade e a comprovação de que o estado interessado adotou medidas de proteção, em âmbito nacional, do bem cultural em

questão. Dentre as cinco diretrizes utilizadas pela Unesco para o reconhecimento de um bem, que podem ser consideradas isoladamente ou em conjunto, o Centro Histórico de Salvador foi reconhecido a partir de dois deles²³:

IV. É um excepcional exemplo de um tipo de construção ou conjunto arquitetônico ou paisagem que ilustre significativo (s) estágio (s) da história humana, ou; VI. É direta ou claramente associado com eventos ou tradições vivas, com idéias ou com crenças, com obras artísticas e literárias de importância universal excepcional (o Comitê considera que esse critério deve justificar a inclusão na lista somente em excepcionais circunstâncias ou aliadas a outros critérios). (SILVA, 2003, p. 93 e 94)

No entanto, ao contrário da preservação e valorização das particularidades locais, considerando-se tanto os aspectos materiais, a qualidade e importância do Patrimônio Arquitetônico, quanto imateriais e características da ocupação cotidiana da área, a forma de condução do plano agravou ainda mais a problemática enfrentada pela área. Os aspectos culturais locais foram aos poucos, ao invés de recuperados e resguardados, se perdendo em meio a uma intervenção marcada pelo Processo de Privatização do Espaço Urbano, através da alteração das dinâmicas e formas de uso anteriores e substituição da população usuária local.

23. Para verificar o conjunto de diretrizes definidas pela UNESCO consultar Silva (2003, p. 93, 94).

Estas alterações levaram ao estabelecimento de novas formas de apropriação, contribuindo para que o Centro Histórico se distanciasse das características anteriores que lhe conferiam singularidade, caindo no lugar comum dos centros turistificados. Estes aspectos serão retomados e aprofundados através da discussão das intervenções empreendidas na área a partir da década de 1990.

A identificação dos elementos que fazem parte do processo histórico de construção do núcleo central de Salvador e das características do processo de conformação e configuração do espaço urbano da cidade relativamente a este espaço central nos revela dois elementos fundamentais à compreensão das intervenções urbanas direcionadas à área. O primeiro deles diz respeito à conformação das características do Patrimônio Cultural que configuram a identidade singular deste centro histórico, bem como o papel da vivência entre os grupos de indivíduos e o lugar para a caracterização do território. O segundo elemento, que decorre do anterior, corresponde ao interesse que estes aspectos culturais suscitam como agentes econômicos potenciais.

Nesse sentido, torna-se pertinente a análise destas intervenções no contexto dos processos de empresariamento da cidade, que visam a promoção das cidades no mercado mundial, pautados em projetos de intervenção urbana. O Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador, ao incorporar o Patrimônio Cultural às ações de intervenção, também participa destes processos, o que se revela a partir da redefinição do papel da cultura quando da revalorização deste espaço para o turis-

mo. O entendimento do significado e importância dos aspectos culturais que caracterizam este centro histórico e das transformações na paisagem urbana se constitui, desta forma, como elemento indispensável à análise das intervenções realizadas à luz dos marcos teóricos definidos, a fim de explorar a contraditória relação entre paisagem particular e homogeneização.

6.2. Bairro do Recife. Resgate Histórico e Reconfigurações do Território

A origem do Bairro do Recife deriva do Porto do Recife, no século XVI, responsável pela articulação entre a produção primária e o comércio externo. A indústria açucareira possibilitou as primeiras construções, armazéns e forte para defesa. O seu desenvolvimento estava subordinado a Olinda, primeira sede do Governo, que se configurava como centro da vida econômica, social e política (SINGER, 1974, p. 272).

Segundo Almeida (2005, p. 117, 118), a paisagem inicial que marcava a região era formada de elementos naturais integrados em harmonia ao ambiente construído:

Os elementos naturais, os elementos construídos e os edifícios, observados em conjunto, relacionavam-se entre si e com os espaços públicos. Sua articulação se fazia através dos usos praticados, dos sons produzidos, dos marcos verticais ou horizontais estabelecidos, ou das perspectivas proporcionadas pelo seu conjunto. (ALMEIDA, 2005, p. 137)

A autora (ALMEIDA, 2005) ressalta ainda que os aspectos que caracterizam a história da evolução urbana do Recife podem ser divididos em três grandes períodos, que marcam de forma significativa esse processo. Primeiramente, temos a ocupação do sítio pelos portugueses no século XVI, até

o governo flamengo entre 1630 e 1654. O segundo momento inicia-se com o retorno luso-brasileiro após a expulsão flamenga, abrangendo desde o barroco do século XVIII até o período marcado pelo crescimento e modernização urbana do século XIX. O terceiro momento destacado pela autora, por fim, é o intervalo marcado pelos planos e intervenções urbanas na cidade durante a primeira metade do século XX, sobretudo entre as décadas de 1930 e 1950, incluindo os avanços no planejamento urbano quanto à criação e ao ordenamento dos espaços públicos no Recife.

No início do século XVII, Recife se consolida como o maior porto da América em função do crescimento da exportação do açúcar. Com isso, a configuração urbana da cidade, até então restrita a uma faixa paralela à costa, o Bairro do Recife, se estende ao continente. Este processo foi ainda intensificado pela dominação holandesa, em 1630, que reforçou o caráter urbano da cidade e possibilitou a expansão do núcleo inicial que, já no século XVIII, extrapolou os limites da muralha e deu ao Bairro do Recife um significativo impulso econômico e cultural (Prefeitura do Recife, ERBR, 2001).

Este processo de urbanização, citado acima, teve início, segundo Singer (1974, p. 272), em 1637, no governo de Nassau, orientando o traçado e início do plano urbano da ilha de Antônio Vaz, a fim de construir a cidade, que foi chamada de Mauriti-

zstadt (cidade Maurícia, homenagem ao fundador). Essa área passou a ser o centro cívico do núcleo urbano, o Bairro do Recife.

Sob o domínio holandês, o centro da cidade se consolidou e a paisagem urbana passou a ser caracterizada por sobrados (os primeiros haviam sido construídos entre os anos de 1632 e 1635) nos quais se exercia atividade comercial no térreo e habitação nos pavimentos superiores. Esta era a característica da cidade quando sob o domínio português, em 1654 (LACERDA, MARINHO, ZANCHETI, s.d., p. 09).

A expulsão dos holandeses da cidade marcou a transferência da tecnologia da produção açucareira para as Antilhas e levou a uma nova concorrência ao Brasil, que até então detinha o monopólio do mercado mundial de açúcar. Esse processo, ressalta Singer (1974, p. 274, 285), gerou a queda do desenvolvimento do Recife, efeito sentido já na segunda metade do século XVII e que fez com que a cidade ficasse estagnada no período que vai de 1650 a 1800, crescimento retomado apenas quando o setor de mercado externo no nordeste deixa de depender unicamente do açúcar. Ao longo deste período, no ano de 1710, o povoado é elevado à Vila e, no final do século, observa-se a formação dos subúrbios na cidade do Recife (MILFONT, 2005, p. 98).

Este impulso econômico apontado por Singer possibilita a retomada do crescimento tanto econômico quanto urbano de Recife, através do ideal de modernização e melhoramentos tanto da área portuária quanto dos equipamentos urbanos, a partir de 1815, através de projetos de reforma condizentes com os princípios higienistas e sanitaristas da época

(LACERDA, MARINHO, ZANCHETI, s.d., p. 11). Em 1823 Recife é elevada à cidade e em 1827 torna-se a capital da província.

Singer (1974, p. 290) destaca, quanto ao processo de urbanização, no século XIX, o crescimento da cidade em ritmo acelerado. As edificações eram caracterizadas por galpões de armazenagem, arquitetura funcional típica do século XIX, com alta taxa de ocupação dos lotes e poucos ornamentos nas fachadas. O crescimento urbano observado na primeira metade do século XIX fez dos bairros do Recife (trapiches de açúcar, oficinas, armazéns de algodão e residências), Santo Antônio (comércio varejista, administração pública e residências) e São José (uso residencial), os espaços mais urbanizados até então (LACERDA, MARINHO, ZANCHETI, s.d., p. 10).

Com o avanço do processo de urbanização, o Bairro do Recife deixa de ser visto apenas como porto e passa a ser parte da cidade, abrigo de um comércio exportador e importador, casas de comissionários, armazéns, oficinas e negócios. Na segunda metade do século, com a estagnação da produção de açúcar e algodão e a ascensão do café em São Paulo como principal produto de exportação do país, o nordeste passa por nova decadência econômica, o que propicia o aumento da população urbana, pois grande parte da população dos engenhos se desloca para as cidades. Com isso, agravam-se os problemas de insalubridade, impulsionando os discursos higienistas, pela modernização, limpeza, embelezamento e transformação social da cidade (Prefeitura do Recife, ERBR, 2001, p. 06, 07).

Estas dinâmicas afetarão diretamente o Bairro do Recife. O processo de modernização, e com ele a ampliação dos usos observados no Bairro, além da atividade portuária, contribuirão para fortalecer a imagem do Bairro como área central da cidade. Por outro lado, o crescimento dos bairros de Santo Antonio e São José irá marcar transformações importantes no Bairro do Recife, que perderá, ao longo do tempo, investimentos, deslocados para novas áreas da cidade, que com ele passarão a concorrer, processo este reforçado ainda pela imagem de insalubridade associada às atividades portuárias.

Esse processo de abandono e perda de investimentos culminará, em última instância, nos processos de intervenção em análise nesta pesquisa. Como poderemos verificar adiante, o *Plano de Revitalização do Bairro do Recife*, alvo de nossa análise, baseava-se em dois pontos principais, dar novos usos ao Bairro, na tentativa de reverter o processo de esvaziamento que se observava até então, e assegurar a preservação do Patrimônio Cultural, também prejudicada por este processo de deslocamento da população, e dos investimentos, para novos bairros.

As obras de modernização do porto começaram em 1907, segundo o projeto de Alfredo Lisboa, elaborado e aprovado em 1887²⁴. Mas as maiores transformações no Bairro do Recife ocorreram entre 1910 e 1913, quando muitos imóveis foram demolidos para dar lugar a avenidas e ruas largas –

24. Em 1887 foi aprovado o *Projeto de Melhoramentos do Porto do Recife*, sob a responsabilidade de Alfredo Lisboa, o que ia de acordo com o que vinha ocorrendo em diversos portos no Brasil, como Rio de Janeiro, Santos, Salvador, São Luiz e outros. Este projeto foi o primeiro a se concretizar, depois de 25 outros projetos e tentativas de aparelhar o porto desde 1815 (LUBAMBO, 1992, p. 118).

avenida Rio Branco, Marquês de Olinda, Alfredo Lisboa e, no encontro destas, o Marco Zero (Prefeitura do Recife, ERBR, 2001, p. 08). Esta configuração pode ser percebida hoje no Bairro e contribuiu para a divisão da área em setores de intervenção, no contexto do Plano de Revitalização do Bairro do Recife. O novo conjunto arquitetônico que se formou levou à elitização da propriedade do Bairro e à diminuição do aspecto habitacional.

Lubambo (1992, p. 120) aponta que a principal razão para a evasão do Bairro foi a supervalorização gerada com a reforma, que nas avenidas principais ficou em torno de 400% entre 1910 e 1913. A consequência imediata para a cidade foi o adensamento de áreas próximas e crescimento da expansão urbana²⁵, marcando mais uma vez a queda de interesse pelo Bairro e o crescimento de áreas vizinhas, que passam a concorrer de forma mais significativa com o Bairro do Recife.

A diminuição do uso habitacional na área é um aspecto fundamental para a posterior análise do projeto de intervenção implementado no Bairro. Uma das maiores problemáticas envolvidas em processos de intervenção urbana em Áreas Centrais Históricas diz respeito à dificuldade em conciliar a valorização econômica destas áreas para fins turísticos com a garantia de permanência da população moradora local, elemento fundamental à identificação e preser-

25. Lubambo (1992, p. 120) lembra ainda que, iniciadas as obras de intervenção, em um primeiro momento buscou-se a manutenção dos usos pré-existentes. Neste período pode-se observar uma redução da população residente do Bairro à quase metade, de 8.000-10.000 habitantes em 1910, para 5.000 habitantes no ano de 1913. Aos poucos o uso residencial foi novamente se consolidando. Em 1923, 40% dos 1272 edifícios existentes eram de uso residencial, abrigando 6.304 pessoas.

vação dos aspectos culturais locais. Nesse sentido, a não existência da habitação no Bairro do Recife foi apontada pelo projeto como um elemento facilitador do processo de intervenção. Situação contrária poderá ser identificada no caso de Salvador, em que a problemática habitacional está fortemente vinculada às críticas recebidas pelo projeto de intervenção.

Lacerda, Marinho e Zancheti (s.d., p. 13) reforçam que esta supervalorização do Bairro, através das reformas de 1910/13, lhe conferiu um novo status, oferecendo comércio e serviço para um público de alto poder aquisitivo. No entanto, essas atividades não se consolidaram porque o porto abrigava dinâmicas que entravam em conflito com esse padrão para média e alta renda. Ao redor do porto havia atividades de comércio e serviço voltadas aos empregados que nele trabalhavam, como cabarés, prostituição, alimentação barata etc Estabelecia-se então o conflito entre “Bairro nobre e Bairro marginal”.

Segundo Lubambo (1992, p. 120), a sobra dos terrenos desapropriados foi dividida em lotes, muitas vezes maiores que os antigos, vendida em hasta pública, com exigências contratuais (prazo de construção e normas estéticas). As primeiras construções passaram a ser erguidas na principal avenida, a Rio Branco, a partir de 1912-1913. Os novos proprietários dos terrenos eram bancos, companhias de seguro, de serviço de importação e exportação, firmas construtoras e comerciantes nacionais e estrangeiros. Este mecanismo permitiu:

(...) apropriação do espaço urbano “renovado” por quem detinha condições de pagar pela valorização imobiliária

imprimida à área depois da reforma. (LUBAMBO, 1992, p. 120)

A partir da década de 1920, novos valores e estilos passaram a ter lugar e o novo discurso associado versava sobre a necessidade de experimentar novos sentimentos e impressões sobre a reforma do “velho” Bairro. Isso fez com que a questão da preservação passasse a ser incorporada às discussões referentes à produção da cidade (LUBAMBO, 1992, p. 121). Esta necessidade de atender aos aspectos da preservação foi ainda impulsionada, em 1937, pela criação do SPHAN, Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e com ele foram determinadas diretrizes e recomendações para o tratamento e tombamento de edifícios. Nesse período foi também incorporada a noção de conjunto urbano.

A partir de então, o debate sobre o “reformular” ou “preservar” foi ganhando espaço e influenciando a maneira de pensar dos intelectuais, técnicos e instituições que tinham interesses ou aos quais competiam as iniciativas de intervenção urbana. (LUBAMBO, 1992, p. 121)

Durante o Movimento de 30, assume a prefeitura o engenheiro Lauro Borba, que cria a *Comissão do Plano da Cidade*, que engloba intervenções no bairro Santo Antonio e projetos de embelezamento, remodelação e expansão da cidade (OUTTES, 1992, p. 131, 132). Com isso, ainda que fossem feitos investimentos no Bairro do Recife, como a construção de novas edificações, o bairro de Santo

Antonio passa a atrair a população de alta e média renda, com negócios de luxo e atividades de lazer, passando, o Bairro do Recife, a atender um público de menor renda, empregados do porto e marinheiros dos navios.

Esse processo de perda de interesse pelo Bairro continua nos anos sessenta, acarretando em uma desvalorização imobiliária do mesmo. Além de estar ainda muito ligado às atividades do porto, outro processo de alteração das dinâmicas da cidade atinge a área. A expansão do setor industrial no estado leva à formação da Região Metropolitana do Recife e as transformações no sistema viário propiciam a descentralização de diversas atividades e movimento populacional. Com isso, o Bairro do Recife passa a ter pouca representatividade financeira para a cidade (LACERDA, MARINHO, ZANCHETI, s.d.).

O crescimento das periferias associado aos novos padrões produtivos contribuiu para o esvaziamento dos centros urbanos, vindo o Bairro do Recife a perder a condição de espaço central. Assim, o tecido urbano e social passou por uma estagnação econômica e conseqüente desvalorização imobiliária. Paradoxalmente, no Bairro do Recife, mantiveram-se importantes instituições, empresas e entidades da Cidade. (LACERDA, MARINHO, ZANCHETI, s.d., p. 12)

Esta perda de “condição de espaço central” diz respeito ao surgimento de outras áreas de interesse para investimentos, o que fez com que o Bairro do Recife, mais uma vez, perdesse interesse e se

desvalorizasse. Ao mesmo tempo, o aporte construído, ainda que em estado de má conservação, se manteve, guardando as características arquitetônicas do núcleo inicial da cidade. Estes aspectos serviriam de justificativa para a intervenção proposta pelo *Plano de Revitalização*.

Essa desvalorização da área favoreceu a ampliação da ação portuária, assim como ocorrido com o entorno da Igreja do Pilar, desapropriado em 1975 para instalação de edifícios do porto. Estes, no entanto, nunca foram construídos devido à implantação do porto de Suape, iniciada em 1978, comprometendo de forma definitiva toda a estrutura do Bairro, acentuando o processo de esvaziamento e deterioração da área. Nesse processo, que se estendeu até 1987, a população local, que era predominantemente residencial, foi desalojada, e a cobertura dos imóveis foi demolida, dando início ao processo de degradação da área, isolada pela construção de um muro. Este favoreceu a ocupação informal das calçadas, marcando o início da constituição da Favela do Rato, hoje denominada Comunidade do Pilar, nome dado em 1997²⁶.

Localizada proximamente à Rua Bom Jesus, a Favela do Rato está no frágil limite. Ela é a mais contundente evidência pública de que o Bairro do Recife não se tornou um deserto de pessoas, mas é também a face mais cruel de sua história, porque espelha a pobreza de um país, a qual nem sempre pode ser vista e ouvida por todos. (LEITE, 2007, p. 151)

26. Prefeitura do Recife, *Projeto de Trabalho Técnico Social Comunidade do Pilar*.

Em 1993, antes da implantação do *Plano de Revitalização do Bairro do Recife*, os habitantes da área eram caracterizados por famílias de baixa renda, empregados em atividades informais e no subemprego (LACERDA, MARINHO, ZANCHETI, s.d.). O levantamento inicial da Comunidade, quando do início do *Plano de Revitalização do Bairro do Recife*, constatou 78 barracas (22 de uso residencial, 29 de uso comercial, 21 de uso misto e 6 fechadas) e 330 habitantes. Em 1995, quando as intervenções no Pólo Bom Jesus davam resultados, a Comunidade do Pilar, além de ocupar as calçadas, avançou para o interior dos lotes desocupados, através da abertura do muro. Um novo levantamento realizado neste período identificou 268 barracas (197 de uso residencial, 34 de uso comercial e 37 de uso misto) e 961 habitantes. Em 1997, a Secretaria de Educação Municipal instalou ali uma escola para atender à Comunidade. No ano de 1998, a URB/Recife, através da Diretoria de Projetos Urbanos, elaborou um projeto arquitetônico para abrigar a população da Comunidade do Pilar, que será descrito adiante (Prefeitura do Recife, *Projeto de Trabalho Técnico Social Comunidade do Pilar*).

Esta área passou a fazer parte do *Plano de Revitalização* sob a denominação Pólo Pilar, considerando-se a necessidade de melhoria das condições de moradia desta população e do viés social que o Plano alegava ter. No entanto, a análise do projeto revelará que os maiores investimentos se deram nos setores de perfil turístico, Bom Jesus e Alfândega, de interesse dos empresários, enquanto a Comunidade do Pilar não foi efetivamente incorpo-

rada ao Plano.

A partir destas transformações, novas dinâmicas de usos passaram a se estabelecer no local. Como exemplo podemos citar a implantação de edificações de grande porte, como a sede da prefeitura da cidade do Recife, o Tribunal Regional do Trabalho, o edifício sede da Caixa Econômica Federal e as sedes do Banco do Brasil e Bandeirantes. Outro aspecto importante destas transformações está associado à mudança do perfil do novo público usuário, que passou a se caracterizar por uma população flutuante, ocupando a área apenas no horário comercial, levando ao esvaziamento do Bairro no período noturno e nos finais de semana.

A estrutura urbana existente foi modificada sem que com isso fosse estabelecida uma nova estrutura que permitisse interligar suas partes. E muitas vezes se deram as costas para os elementos naturais, que, se considerados no conjunto urbano, contribuiriam para uma identidade da cidade. (ALMEIDA, 2005, p. 133)

Outros efeitos sentidos dizem respeito à conservação do Patrimônio Cultural. As mudanças nas formas de apropriação do Bairro fizeram com que este perdesse o caráter cultural e de lazer (LACERDA, MARINHO, ZANCHETI, s.d.). Os autores (s.d., p. 20) ressaltam que, ainda que as edificações da área estivessem em precário estado de conservação, este significativo estoque de área construída ociosa apresentava potencialidade econômica e para o turismo, nacional e internacional.

A condição de ser o Bairro do Recife área geográfica central, de contar com um acervo histórico-cultural importante, a ociosidade da utilização do estoque construído e, sobretudo, a qualidade de seu ambiente urbano, se recuperado, constituem fatores que podem induzir a uma alteração das atuais tendências de ocupação de seu espaço. Tal perspectiva leva a selecionar as atividades de serviços empresariais modernos e pessoais, o turismo, a cultura e o lazer, como atividades capazes de redefinir o atual estilo de ocupação do Bairro do Recife. (LACERDA, MARINHO, ZANCHETI, s.d., p. 21)

Associado ao potencial apontado para a área, sua institucionalização como *Sítio Histórico do Bairro do Recife*, através da Zona Especial de Preservação do Patrimônio Histórico (ZEPH 09), através do Decreto de Lei Número 11.962 / 80 (VIEIRA, 2008, p. 120), impulsionou essas ações, pelo reconhecimento da necessidade de preservação das características históricas e arquitetônicas da área (Figura 05). Outro aspecto importante diz respeito ao tombamento do Bairro do Recife, em 1998, pelo IPHAN, sob a denominação de “*Conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico do antigo Bairro do Recife*”.

Neste caso, ao contrário de Salvador, o tombamento do Bairro viria a contribuir para legitimar as intervenções que já vinham sendo realizadas na área. Uma particularidade quanto ao tombamento do Bairro é lembrada por Leite (2007, p. 80), que ressalta que enquanto a maioria das propostas de

tombamento de conjuntos urbanos se baseia na homogeneidade dos sítios, a principal justificativa para o tombamento desta área foi pautada nas transformações urbanas e alterações de estilos ocorridas ao longo do tempo.

Além da representatividade arquitetônica e urbanística da área, que consolida seu papel como núcleo fundador da cidade e se constitui como registro da trajetória de formação e mudanças ocorridas no Bairro do Recife ao longo do tempo, seguindo a ampliação do Patrimônio Cultural ao campo do Imaterial, temos registrada a importância do Frevo como forma de expressão musical. Este foi inscrito pelo IPHAN no *Livro das Formas de Expressão*, em 2007. Sua relevância foi ainda reforçada ao ser reconhecido como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, pela Unesco, em cinco de dezembro de 2012.

O reconhecimento do valor do Patrimônio Cultural, que culmina em uma série de intervenções, coloca a discussão quanto à necessidade de preservação e adaptação deste patrimônio a usos contemporâneos, bem como o potencial turístico que apresenta e a conciliação entre diferentes usos e atendimento à problemática social local. Através da análise das formas de intervir desenvolvidas a partir da elaboração do *Plano de Revitalização do Bairro do Recife*, busca-se entender como estes aspectos foram incorporados aos processos de intervenção e de que forma contribuíram para a alteração das dinâmicas urbanas e das formas de apropriação estabelecidas na área.

1



BRAGA, Jun. 2010
Shopping Cultural Alfândega
e Edificações de grande porte



BRAGA, Jun. 2010
Igreja Madre
de Deus

2



BRAGA, Jul. 2012
Praça do Marco Zero



A seleção de imagens aqui apresentada é representativa da diversidade do Patrimônio Arquitetônico que a área abriga, havendo exemplares de diferentes períodos, marcando uma paisagem urbana heterogênea.

3



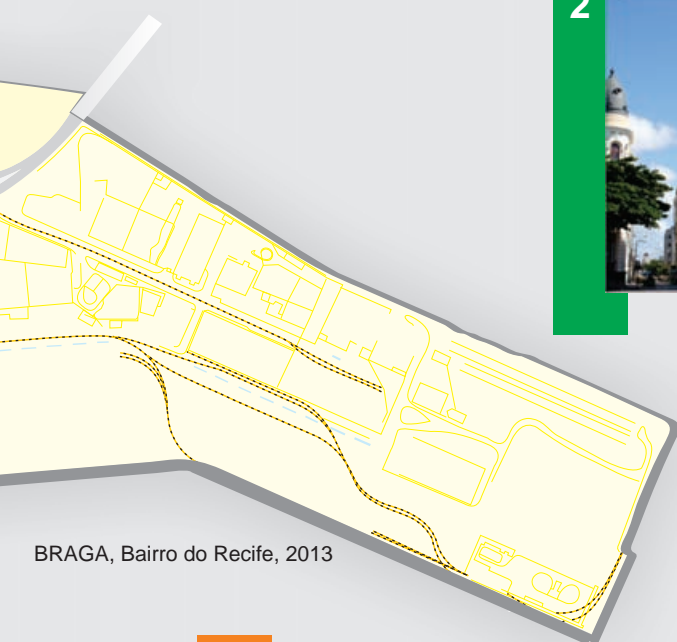
BRAGA, Jun. 2010
Praça Arsenal da Marinha



BRAGA, Jun. 2010
Torre Malackoff

Frevo:

O Frevo é uma forma de expressão musical, coreográfica e poética, densamente enraizada em Recife e Olinda, no Estado de Pernambuco. Gênero musical urbano, o Frevo surge no final do século 19, no carnaval, em um momento de transição e efervescência social como uma forma de expressão das classes populares na configuração dos espaços públicos e das relações sociais nessas cidades. As bandas militares e suas rivalidades, os escravos recém-libertos, os capoeiras, a nova classe operária e os novos espaços urbanos foram elementos definidores da configuração do Frevo. Do repertório eclético das bandas de música, composto por variados estilos musicais, resultaram suas três modalidades, ainda vigentes: Frevo-de-rua, Frevo-de-bloco e Frevo-canção. Simultaneamente à música, foi-se inventando o passo, isto é, a dança frenética característica do Frevo. Improvisada na rua, liberta e vigorosa, criada e recriada por passistas, a dança de jogo de braços e de pernas é atribuída à ginga dos capoeiristas, que assumiam a defesa de bandas e blocos, ao mesmo tempo em que criavam a coreografia. Produto desse contexto sócio-histórico singular, desde suas origens, o Frevo expressa um protesto político e uma crítica social em forma de música, de dança e de poesia, constituindo-se em símbolo de resistência da cultura pernambucana e em expressão significativa da diversidade cultural brasileira. (IPHAN)



BRAGA, Bairro do Recife, 2013



BRAGA, Jun. 2010
Praça do Marco Zero



BRAGA, Jul. 2012
Paço do Frevo

A referência ao Frevo, Patrimônio Imaterial reconhecido pela UNESCO, se faz presente tanto na exploração turística desta expressão cultural, através da venda do guarda-chuva (acessório utilizado na dança) aos visitantes, quanto no restauro de uma edificação que abrigará atividades relacionadas ao tema.



BRAGA, Jul. 2012
Igreja do Pilar

FIGURA 05

Bairro do Recife:
Patrimônio Cultural, referências do Patrimônio
Arquitetônico e Imaterial

Resgatar a trajetória de constituição do Bairro do Recife, bem como identificar o processo de formação e as transformações ocorridas na composição da paisagem urbana e nas dinâmicas urbanas ali instituídas, nos permite destacar o papel do Patrimônio Arquitetônico no contexto do processo de conformação do espaço urbano desta cidade, assim como o Patrimônio Imaterial, cujas manifestações culturais ali têm lugar. Da mesma forma que em Salvador, também aqui se faz presente a incorporação dos aspectos culturais ao contexto dos processos de empresariamento da cidade que se estruturam a partir da valorização e resignificação do Patrimônio Cultural em prol da atividade turística.

Considerando estas relações entre preservação do Patrimônio Cultural e intervenções urbanas voltadas ao turismo, questiona-se a possibilidade de análise destes projetos de intervenção a partir dos marcos conceituais propostos, que também fazem parte do contexto de análise dos processos de conformação e configuração do espaço urbano na cidade contemporânea pautados na valorização e promoção das cidades no mercado global, em que as particularidades locais são fundamentais.



Rua do Bispo - Centro Histórico de Salvador (BRAGA, Jun. 2012)

III. DESAFIOS ÀS INTERVENÇÕES URBANAS

7. A Exploração Turística de Áreas Históricas. O Turismo Cultural e sua Contra-face Predatória

Os projetos de intervenção urbana nas Áreas Centrais Históricas de Salvador e Recife, foco de discussão neste trabalho, assim como outras propostas de intervenção nas quais ao componente cultural é atribuído o papel de instrumento de promoção das cidades no mercado mundial, baseiam-se em ações sobre o território que têm por intenção, fundamentalmente, promover a recuperação do patrimônio construído a fim de transformar essas áreas em centros do Turismo Cultural. Essas intervenções, ainda que se revelem predatórias ao longo de sua implantação, como por exemplo através da remoção da população local, legitimam-se muitas vezes nas próprias Cartas Patrimoniais, o que pode dificultar, em determinados casos, uma análise crítica desses projetos, devido ao aparente atendimento de diretrizes aceitas, de modo geral, como corretas.

O que se deve ressaltar é que estas intervenções se pautam em uma leitura parcial das indicações presentes nas Cartas que, em algumas situações, apontam a atividade turística como pertinente a estas áreas. Estas Cartas trazem, no entanto, ressalvas quanto à atenção que se deve ter ao contexto local, considerando as interferências entre os aspectos econômico, cultural e social, sendo estes dois últimos muitas vezes deixados de lado por estes projetos²⁷.

27. As Normas de Quito, de 1967, são um exemplo desta recomendação de atribuição do uso turístico às áreas históricas. No entanto, esta mesma Carta alerta para a necessidade de implantação de “me-

No caso brasileiro, Gomes (2011, p. 133, 134) destaca que, desde o ano de 1973, com a criação do Programa de Cidades Históricas, através da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, sendo posteriormente transferido para o IPHAN, já se vislumbrava a possibilidade de exploração turística de conjuntos monumentais. Este programa, inicialmente voltado à região nordeste, e posteriormente levado a todo o Brasil, aponta o autor, abria caminho para que a preservação de áreas históricas fosse associada “(...) às demandas e exigências do desenvolvimento do turismo”.

Desse modo, todas as ações empreendidas seriam justificadas sob a alegação de que estes projetos, pautados no turismo, constituiriam um modelo adequado para conciliar rentabilidade econômica, melhoria de qualidade do ambiente urbano, preservação do Patrimônio Arquitetônico e inserção das cidades no mercado global. No entanto, estudos levantados por Avila (2009) apontam que, ao contrário de ser um aspecto positivo, o turismo pode gerar impactos negativos sobre a economia, a cultura e os aspectos sociais, desconsiderando as demandas das populações locais.

didias reguladoras” para garantir a manutenção dos atributos locais e da população ali instalada. Uma análise mais aprofundada desta e de outras Cartas pode ser encontrada em BRAGA; SANTOS JÚNIOR (2009), disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/09.107/59>>. As Cartas Patrimoniais podem ainda ser consultadas na íntegra em CURY (2004).

Esta contradição se revela, por exemplo, quando comparamos a definição de Turismo Cultural com as intervenções urbanas realizadas no Centro Histórico de Salvador e no Bairro do Recife. O Turismo Cultural, de acordo com o Conselho Internacional dos Museus (ICOM), apresentado na declaração de Quebec (1976), deve promover o “conhecimento de monumentos e sítios histórico-artístico” e implica em “benefícios sócio-culturais e econômicos (...) para toda a população implicada” (AMARAL 2006, p. 59). Esta modalidade de turismo diz respeito ao atrativo exercido pela cultura humana (história, cotidiano, artesanato), com o intuito de:

(...) ver coisas novas; ampliar conhecimentos; observar particularidades e hábitos de outros povos; conhecer civilizações e culturas diferentes (...). (SANTOS, 2006, p. 100, 101)

No entanto, através dos estudos realizados, poderemos ver que nem todos estes aspectos são atendidos, sobretudo aqueles que dizem respeito a “toda população implicada”, uma vez que, embora seja o morador quem de fato cria vínculos com o lugar, valoriza-se mais o visitante. Tanto em Salvador quanto em Recife, locais em que as intervenções urbanas se pautaram no desenvolvimento da atividade turística, é possível observar um processo de sobreposição das dinâmicas anteriormente estabelecidas, como aquelas vinculadas à habitação, por novas formas de interação com o território, embaçadas, sobretudo, no ócio e entretenimento. Este desvirtuamento do Turismo Cultural, que pode ser

observado nestes casos, decorre das diretrizes de intervenção adotadas, que não privilegiaram a população local, historicamente estabelecida no território, e por isso detentora do vínculo com o local. Sobre tudo em Salvador, em que a área de maior interesse turístico corresponde justamente à área de grande concentração populacional, estes aspectos podem ser observados.

Esta incongruência irá demonstrar, na verdade, não o Turismo Cultural e sim aquele que é denominado turismo predatório. Este se configura a partir do direcionamento para novos usos, vinculados a atividades de comércio e serviços para as classes de média e alta renda. Privilegia, assim, grupos específicos, direcionados ao consumo. Deste modo, compromete de forma significativa as identidades locais anteriormente estabelecidas, que seriam o principal atrativo à atividade turística. Isso ocorre porque o Patrimônio Cultural, além do Patrimônio Arquitetônico, tem sua representatividade reconhecida através do Patrimônio Imaterial e das formas de vivência e vínculos estabelecidos entre a população e o lugar.

A medida em que o patrimônio construído é adaptado às novas demandas de uso, atreladas ao ócio e lazer, outros usos, como a habitação, são destituídos, comprometendo a manutenção da população anterior, à qual se vincula a constituição e conservação dos referenciais culturais locais. Nesta perspectiva, não apenas o Patrimônio Arquitetônico é apropriado por este processo de mercantilização da cultura, mas também o Patrimônio Imaterial, sintetizado para fazer parte do novo cenário instituído. Este aspecto reducionista dos atributos culturais

pode ser observado tanto em Salvador quanto em Recife, em que as imagens da baiana e do frevo, respectivamente, foram incorporadas às intervenções, desconsiderando-se, no entanto, as populações por elas responsáveis.

Outro aspecto importante e que deve ser considerado, ainda que de difícil controle, diz respeito ao próprio comportamento do turista. Segundo Camargo (2009a, p. 78), esta falta de compreensão do turista em relação ao local visitado se dá pelo fato do tempo do turista estar associado ao ócio, um momento de “fuga da realidade”. Este aspecto é agravado, de acordo com Avila (2009, p. 117, 122), por faltar ao turista um amplo entendimento das características particulares do local visitado, o que pode gerar um estranhamento em relação ao local e, ao mesmo tempo:

(...) perda de identidade, teatralização, descaracterização e banalização da cultura e criação de cenários para agradar ao olhar do turista. (AVILA, 2009, p. 117)

Camargo (2009a, p. 82) lembra ainda que, devido ao contato do turista com a área e, portanto, com a população local, ser extremamente superficial, isso pode enfatizar preconceitos anteriores. Esta visão estigmatizada das áreas históricas, como locais de “(...) prostitutas, vendedores e desocupados”, lembra Coriolano (2006, p. 36), é utilizada para justificar a retirada da população anteriormente ali estabelecida, enaltecendo o turismo como atividade de grande impacto econômico. Este aspecto é bas-

tante pertinente quando analisamos o Centro Histórico de Salvador, área que carrega, desde os anos 1930, um estigma de área violenta e perigosa.

Desta forma, se faz pertinente, dada a importância atribuída à atividade turística dentro do contexto de promoção das cidades no mercado global, também aprofundar o entendimento de Turismo Cultural, temática esta, cada vez mais, alvo de estudos específicos. Por fim, considerando-se que a noção de *Sustentabilidade* tem sido cada vez mais associada tanto às políticas de intervenção quanto ao turismo, abordá-la se mostrou pertinente. A intenção aqui não é defender uma conceituação para o termo, até mesmo porque, esclarece Acselrad²⁸, não se pode chamar Sustentabilidade de conceito, dada a polifonia que envolve sua definição, hoje mais caracterizada como um conjunto de declarações utilizadas para validar os mais diversos projetos.

O que se pretende é entender, nos casos analisados, como esta noção é utilizada para legitimar as ações de intervenção. Para tanto, buscou-se reunir a visão de diferentes autores sobre o tema, considerando o viés político, econômico, técnico, social e cultural. Além destes elementos, utilizados para caracterizar o discurso da Sustentabilidade, deve-se considerar aspectos como competitividade e possíveis processos de segregação socio-espacial, consequência prática de muitos discursos que alegam a manutenção da diversidade socio-cultural como premissa de um projeto de intervenção sustentável, o que de fato não ocorre. Isso porque, quando

28. Palestra “Sustentabilidade no contexto do Planejamento Urbano”, proferida junto ao Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, em 04 set. 2012.

nos debruçamos sobre as propostas de intervenção, ao invés de observarmos os aspectos positivos que carregam os discursos do Turismo Cultural e da Sustentabilidade, encontramos um turismo predatório, que não atende ao discurso do desenvolvimento sustentável²⁹ que alegam promover.

De acordo com Camargo (2009a, p. 76), os estudos sobre os impactos ambientais associados ao turismo tiveram início nos anos 1970, passando a abranger, a partir dos anos 80, problemas como o aquecimento global. Apenas a partir da década de 90 as questões foram ampliadas para o ecoturismo e o tema da Sustentabilidade. No entanto, a autora ressalta que esta preocupação se deve mais a:

(...) uma forma de promover certos destinos e criar novos produtos, sem qualquer interesse real por atender às necessidades do entorno ou da comunidade local. (CAMARGO, 2009a, p. 76)

Publicações mais recentes têm se debruçado sobre as questões relativas ao Turismo Cultural propriamente, confrontando-se com a importância de se considerar a preservação do Patrimônio Cultural e o papel da população local para o sucesso da atividade. A análise de trabalhos que se baseiam na crítica ao Turismo Cultural revela que estes são unân-

nimes em apontar que o Patrimônio Cultural deve, em primeiro lugar, servir à comunidade local, para depois servir ao visitante. Até porque, como aponta Camargo (2009b, p. 324), o turista é atraído para visitar lugares singulares e que:

Algo que não convence uma comunidade pode ser aceito de forma momentânea pelos turistas. Mas não se mantém e tal situação acelera seu declive. (CAMARGO, 2009b, p. 324)

O Patrimônio Cultural é reconhecido pelo Turismo Cultural como um atributo que diferencia o lugar, guardando a história, arquitetura e tradições que lhes são próprias, tornando-o atrativo à visitação. Ao mesmo tempo, ao passar por um processo de síntese, com a eleição de aspectos do Patrimônio Cultural a serem preservados e incorporados à intervenção, observa-se um processo de homogeneização que torna as áreas alvo de intervenção semelhantes a outros destinos turísticos. Ao contrário da preservação do Patrimônio Cultural como um todo, garantindo a manutenção da pluralidade dos diferentes grupos que dele participam, sobressaem aspectos da tematização da paisagem e da cultura local.

Daí resultam os conflitos tão questionados, como o deslocamento da população e a simplificação de elementos. Nas palavras de Costa:

Nossa crítica é baseada no caráter preponderantemente estético da apropriação do patrimônio via turismo cultural implantado no espaço social, em sua fetichização e “banalização pela cenarização progressiva” que envol-

29. O conceito de desenvolvimento sustentável foi definido em 1987, a partir de discussões relativas às questões ambientais e diz respeito à capacidade de atendimento das “necessidades das gerações presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras para satisfazer aquelas que lhes serão próprias” (SCHLÜTER, 2009, p. 272), como consta no Relatório Bruntland. Entretanto, lembra Schlüter, este conceito vem sendo redefinido e não é clara a forma de atuação.

vem, distintamente, cidades históricas (...). (COSTA, 2010, p.93)

Isso ocorre, segundo Camargo (2009a, p. 72, 80) porque o turismo participa do processo de padronização que rege a mundialização, levando à falta de diferenciação que:

(...) coloca em perigo algumas atividades tradicionais do local, conduzindo, em alguns casos, ao “monocultivo” econômico. (CAMARGO, 2009a, p. 72)

Estes aspectos nos remetem à identificação de elementos definidores da Urbanização e do Processo de Containerização do Espaço Urbano no contexto de intervenções urbanas de caráter eminentemente turístico. Ao alegarem ter por intenção o desenvolvimento do Turismo Cultural, estas ações indicam dialogar com as possibilidades de preservação do Patrimônio Cultural a partir da divulgação deste e dos recursos gerados para o financiamento de obras de conservação e restauro. No entanto, a partir do momento em que estas mesmas ações voltam-se ao direcionamento de usos e grupos de usuários específicos, implicando no deslocamento, por exclusão ou expulsão, da população anteriormente estabelecida no território, o que desvincula o Patrimônio Arquitetônico de sua base imaterial, o Turismo Cultural dá lugar ao turismo predatório.

É neste contexto em que identificamos os marcos conceituais como possibilidade de análise destas intervenções. A especialização funcional, que

decorre do direcionamento das atividades àquelas ligadas ao entretenimento e consumo, constitui-se no primeiro aspecto abordado por Muñoz como elemento caracterizador da Urbanização. Este mesmo aspecto, o direcionamento a usos vinculados ao consumo, também dialoga com a função de acumulador de capital que a Containerização do Espaço Urbano tem por característica. Esta associação nos parece possível neste contexto pois, a fim de inserir as cidades de forma competitiva no mercado mundial, o atributo cultural passa a ser entendido como uma nova forma de investimento. As intervenções urbanas, no caso das Áreas Centrais Históricas, utilizam esta relação entre Patrimônio Cultural e paisagem particular como elemento de diferenciação e promoção. Deste modo, o capital cultural, através de processos de financeirização e mercantilização da cultura, é convertido em capital econômico, uma visão simplificada e reducionista da diversidade de elementos que o caracterizam.

A mudança de usos, agora vinculados a atividades de comércio e serviço que visam atender ao lazer e ócio, implicam também, para os dois conceitos analisados, em um processo de segregação e redefinição dos grupos sociais. Este aspecto nos remete às questões relativas ao Patrimônio Cultural, que se baseia na relação entre Patrimônio Arquitetônico, Patrimônio Imaterial e formas de vivência estabelecidas no espaço urbano. Excluído um destes elementos, todo o conjunto fica comprometido. A partir daí, coloca-se em risco a dimensão cultural singular das Áreas Centrais Históricas, sob dois aspectos.

A valorização dos aspectos visuais, evidenciada pela recuperação das edificações, marca a diferenciação da área em relação ao entorno. Este processo de fragmentação é reforçado pela especialização funcional, que faz com que a área passe a funcionar de forma autônoma. A sobreposição dos aspectos culturais imateriais pelos aspectos visuais irá caracterizar o processo de cenarização e tematização do espaço urbano, características de paisagens urbanais.

Dentro deste contexto, autores como Avila (2009, p. 113-114, 122) observam a dificuldade em conciliar, de forma balanceada, a participação dos diversos atores envolvidos (população local, poder público, iniciativa privada, visitante) com esta atividade, visto que cada um deles apresenta demandas específicas (sociais, econômicas, de lazer). Neste percurso, as ações promovidas acabam por dirigirem-se a interesses específicos e aqueles que se relacionam aos aspectos sociais e culturais acabam subjugados pelo econômico.

Neste sentido, Murta (2009, p. 137, 138, 146) aponta dois questionamentos fundamentais que devem ser feitos. Primeiramente, qual patrimônio se deseja preservar, se apenas o construído (Patrimônio Arquitetônico) ou também as atividades ali desenvolvidas e as pessoas (tanto o Patrimônio Imaterial quanto formas de apropriação diversas que levam à formação de vínculos afetivos com o lugar). A outra pergunta a ser feita diz respeito ao desenvolvimento que se deseja alcançar a partir da implantação da atividade turística, se apenas econômico ou:

(...)um desenvolvimento integrado, que promova a inclusão social, a melhoria da qualidade de vida das pessoas, a preservação de nossas paisagens culturais e naturais, além da satisfação dos visitantes. Em outras palavras, um desenvolvimento sustentável, do ponto de vista econômico, social, cultural e ambiental. (MURTA, 2009, p. 137, 138)

Vemos aí inserida a temática da Sustentabilidade associada à atividade turística. Murta (2009, p. 151) acentua que a Sustentabilidade dos centros históricos só será possível na medida em que promova a inclusão social e que as pessoas que ali habitam e desenvolvem atividades recebam os turistas e tenham melhores condições de vida³⁰. Cruz (2009, p. 185) compartilha desta idéia ao colocar que o desenvolvimento sustentável é aquele que atende tanto às empresas quanto aos moradores locais. Esta visão é também reforçada por Pons e Plúa (2009, p. 297, 298) que apontam que o “paradigma da sustentabilidade” é representado pela “relação direta e respeitosa com a cultura e o meio natural do local visitado”.

A necessidade de aproximação entre as temáticas do Turismo Cultural e da Sustentabilidade, visão compartilhada pelos autores aqui analisados, se dá pelo fato do sucesso da atividade turística depender “fundamentalmente da qualidade ambiental,

30. No entanto, Camargo (2009a, p. 71, 73) chama a atenção para o fato dos empregos gerados pela atividade turística serem temporários e sem qualificação, sendo os melhores cargos destinados a pessoas de fora da comunidade local. Outro aspecto que a autora levanta é o fato de grande parte da renda gerada pela atividade turística não permanecer no local, portanto não gerando benefícios à população implicada.

cultural e humana” (AVILA, 2009, p. 121). Dentro deste conjunto estariam incluídas ações referentes à melhoria da qualidade de vida da população, preservação dos aspectos culturais locais e identidade da população local com estes aspectos. Estes pontos são raramente atendidos pelos projetos de intervenção, como ocorre tanto no Centro Histórico de Salvador, em que a população foi removida da área para dar lugar à atividade turística, quanto em Recife, em que os maiores investimentos aplicados aos Pólos Alfândega e Bom Jesus, em detrimento do Pólo Pilar, apontam para o mesmo favorecimento às atividades de lazer e entretenimento.

De acordo com Acselrad (2009, p. 43-70), a noção de Sustentabilidade tem sido associada a diversos temas – eficiência, economia, autossuficiência, ética, entre outros – desde 1987, data em que o Relatório Brundtland colocou a discussão no cenário internacional. Estas variações do tema caracterizam, em certa medida, um aspecto de imprecisão em relação ao termo, o que, em última instância, possibilita que este seja empregado de acordo com as intenções pretendidas em cada contexto. Este pode, assim, ser utilizado como uma forma de diferenciar e legitimar, ou deslegitimar, como lembra o autor, ações e atores.

Dentre as diferentes “matrizes discursivas da Sustentabilidade urbana” apresentadas por Acselrad, destacamos aqui os aspectos que se relacionam à questão da preservação, tema em discussão neste trabalho. Neste caso, a Sustentabilidade estaria associada:

(...) não só à materialidade das cidades, mas a seu caráter e suas identidades (...) em estratégias de fortalecimento do sentimento de pertencimento dos habitantes a suas cidades, como de promoção de uma imagem (...) de modo a atrair capitais na competição global (...). (ACSELRAD, 2009, p. 60)

No campo específico da conservação-restauração, Pereira (2011, p. 111) aponta que o conceito de Sustentabilidade foi utilizado pela primeira vez nas décadas de 1970 e 1980, a partir de abordagens economicistas.

Partindo de uma metáfora econômico-ecológica, os bens culturais são entendidos como recursos finitos que devem ser usados sabiamente e, ao mesmo tempo, (p)reservados para apreciação, utilização e modificação pelas futuras gerações. Entretanto, quando posto em prática, o conceito de sustentabilidade econômica mostrou-se frágil. Garantindo sucesso apenas nos casos em que o lucro e o retorno econômico dos investidores foi predominante – privilegiando, *a priori*, a preservação e a reprodução dos valores econômicos, em detrimento dos demais valores culturais. (PEREIRA, 2011, p. 111)

Este autor ressalta ainda que teóricos contemporâneos estão utilizando a noção de “sustentabilidade cultural”, esta:

(...) entendida como a sustentabilidade de significados e valores associados ao patrimônio cultural. A sustenta-

bilidade cultural reflete-se diretamente nos objetivos da conservação-restauração, que passam a ser: usar para as necessidades do presente e transmitir o máximo de significância para as gerações futuras. (PEREIRA, 2011, p. 111)

Neste sentido, se faz pertinente a análise crítica de Sánchez (2009, p. 171-192) quanto às políticas urbanas que se utilizam de “técnicas de manipulação cultural”, entre outros aspectos, como forma de dinamizar a economia das cidades. Neste contexto encontram-se as operações urbanas, muitas delas desenvolvidas a partir de parcerias público-privadas, apresentadas como “sustentáveis”, ao alegarem unir competitividade e sustentabilidade. Ao contrário do que alegam, a autora, que analisa os casos de Curitiba e Barcelona, lembra que estas acabam por levar à expulsão da população, criação de barreiras que fragmentam o espaço urbano e ameaças à identidade.

Denúncia semelhante pode ser aplicada aos casos aqui analisados. Em Salvador, a população moradora foi expulsa da área de intervenção e os imóveis recuperados para atender a atividades de comércio e serviços. Mesmo com a recente obrigatoriedade de atender à demanda habitacional da população remanescente, fruto de reformulações discutidas a partir de 2007, o aspecto segregador e excludente da intervenção permanece. Este fica visível através da distribuição espacial das unidades habitacionais no território, distante das áreas mais valorizadas à intervenção turística. No caso do Bairro do Recife, este processo de segregação é eviden-

ciado pela divisão do território em pólos de intervenção e dos recursos destinados a cada um deles. Em ambos, a questão da Identidade Cultural fica prejudicada por este desvinculamento da relação entre grupo populacional e território, na qual deveria estar fundamentada.

Essa capacidade de as imagens urbanas projetarem códigos sobre o território e sobre a vida social está fundamentada num trabalho de produção simbólica do qual participam ativamente os atores dominantes e, passivamente, a maioria dos cidadãos. (SÁNCHEZ, 2009, p. 173)

Estes aspectos, que tendem a valorizar mais a competitividade econômica do que uma relação equilibrada deste elemento com a preservação do Patrimônio Cultural, podem ser identificados nas áreas históricas que, via políticas de intervenção, têm suas características particulares destituídas em prol da participação no mercado global. Esta incongruência entre formas de intervir e preservação dos aspectos culturais locais, revelando a dificuldade em se promover de fato o Turismo Cultural e garantir a Sustentabilidade, pode ser encontrada também no contexto dos próprios programas de preservação vigentes no Brasil.

Ao analisar o Programa Monumenta, Costa (2010, p. 210, 211) indica que este associa o termo Sustentabilidade aos recursos financeiros e à manutenção dos imóveis, sem fazer menção à necessidade de participação das populações locais, o que seria fundamental.

Na realidade, precisamos ter claro que a efetivação de uma proposta “autosustentável” depende sim da parceria entre o poder público, incluindo a administração municipal e os órgãos de preservação, a iniciativa privada e, sobretudo e *principalmente*, a *sociedade civil consciente* do valor histórico e cultural de seu patrimônio tombado e dos seus deveres para com a materialidade pretérita. (COSTA, 2010, p. 216)

Podemos comprovar esta dificuldade de conciliação entre interesses econômicos e sociais não só através do Programa Monumenta (Ministério da Cultura), como citado por Costa, mas também a partir da análise de outros programas brasileiros de mesmo viés. Estes são o Programa de Revitalização de Sítios Históricos (PRSH, Caixa Econômica Federal), o Programa de Reabilitação Urbana de Sítios Históricos (URBIS, IPHAN), cujas ações limitadas resultaram na criação do Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais (Ministério das Cidades) e, mais recentemente, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Cidades Históricas que, como poderá ser visto, caminha em direção contrária aos anteriores³¹.

Estes programas brasileiros de políticas públicas apresentam objetivos e formas de atuação bastante semelhantes. Em sua maioria, colocam como diretriz principal a conciliação da função habitacional com outros possíveis usos, comerciais e de serviços. Esta suposta conciliação é apresentada

31. Os dados apresentados a respeito destes Programas, exceto quanto ao Programa Urbis, foram retirados dos sites oficiais dos mesmos, em datas diversas, para verificar possíveis alterações. No caso do Programa Urbis, no entanto, o site não está em funcionamento e os dados encontrados, aqui apresentados, foram retirados de Brito (2002).

como forma de se alcançar a Sustentabilidade, tônica constante encontrada na descrição dos mesmos. Nestes programas, a habitação de interesse social é considerada fundamental, pois com ela poderia ser garantida a permanência da população na área, sem exclusão social. Seriam, desta forma, garantidas a renda pelo trabalho e a preservação do Patrimônio Cultural, já que esta população é considerada responsável pela manutenção do Patrimônio Imaterial, conforme indicado pelas políticas de preservação anteriormente apresentadas.

Na prática, pode-se dizer que a viabilização e operacionalização desses programas não apresentam o êxito esperado e ocorrem de forma conflituosa. Prova disso é a constante busca por novos programas, que possam resolver as deficiências apresentadas pelos anteriores. Dada esta situação, a questão que se coloca é a busca por mecanismos viáveis que possam equilibrar e conciliar tanto a função habitacional e formas de uso cotidiano dessas áreas, inseridas na dinâmica urbana das cidades das quais fazem parte e, de outro, a exploração da atividade turística, interesse inerente a essas áreas.

A problemática da questão habitacional é um tema que merece destaque pois este uso representa um dos aspectos mais importantes e ao mesmo tempo mais conflituoso a ser atendido através dos programas de intervenção. Isso porque, ao mesmo tempo em que entende-se a habitação como o uso que garante utilização de uma área em horários variados e que os aspectos culturais são transmitidos e mantidos pelos moradores, já que a permanência favorece a formação de vínculos, esta deixa

de ser atendida pelas ações de intervenção.

Mais uma vez, é possível relacionar estes aspectos às formas de intervir adotadas tanto no Centro Histórico de Salvador quanto no Bairro do Recife. As diretrizes de projeto, nos dois casos, apontam o uso habitacional como fundamental tanto para a melhoria da qualidade de vida da população local, quanto como forma de garantir dinâmicas de uso e ocupação contínuas nestas áreas. Estes projetos alegam, ainda, a importância da população na preservação do Patrimônio Cultural local. No entanto, a prática das ações de intervenção revelam o direcionamento à atividade turística e a eleição de elementos do Patrimônio Cultural para preservação e promoção, valorizando parte deste acervo e não a pluralidade cultural associada à apropriação cotidiana do espaço por diferentes grupos sociais.

Geralmente voltada a uma população de menor renda, a habitação torna-se incompatível com as intenções de incremento turístico voltado a um público de maior renda. A mescla social, apontada pelos programas como fundamental, passa a ser entendida como um entrave ao sucesso dos programas de intervenção e, dessa forma, este uso passa a ser desconsiderado em muitas propostas.

Quanto aos Programas aqui mencionados, observamos que os Programas PRSH, Monumenta e URBIS, propõem uma atuação em parceria, envolvendo ainda os Estados, Municípios e as instituições públicas e privadas³². Estes tem por intuito a “revita-

32. Como condição para participação nestes Programas, os bens culturais devem ser protegidos por legislação específica, seja ela municipal, estadual ou federal. No caso do Programa Monumenta, estes devem ser protegidos pelo IPHAN.

lização de sítios históricos”, melhoria das condições de habitação a fim de manter as famílias residentes, portadoras de vínculos e identidade com o local, diversidade sócio-econômica, através da atração de novas famílias de diferentes faixas de renda e integração da preservação do patrimônio com o desenvolvimento urbano, considerando os aspectos culturais, econômicos, sociais, financeiros e urbanos. Busca-se, assim, atingir o “desenvolvimento Sustentável”, entendido, no contexto destes programas, como resultado da interação equilibrada entre desenvolvimento econômico, preservação do Patrimônio Cultural e garantia de melhoria dos aspectos sociais e de moradia das populações locais.

A partir desta articulação, o PRSH tem por responsabilidade a recuperação da parte interna das edificações³³. O Programa Monumenta fica a cargo da recuperação de fachadas, coberturas, instalações elétricas e capacitação de mão de obra³⁴. O URBIS participa através da viabilização de uma estrutura de gestão compartilhada, considerando as especificidades de cada localidade, para gerenciamento e manutenção das áreas preservadas, avaliação do acervo para fins habitacionais e multifuncionais, intencionando tornar a área competitiva economicamente.

33. Entre as cidades atendidas por este Programa estão Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Salvador, este último através do Projeto Rememorar, que será descrito quando da análise deste estudo de caso.

34. Salvador e Recife, assim como mais 24 cidades, fazem parte deste Programa, pois suas áreas históricas são tombadas e protegidas pelo IPHAN. O critério de seleção dos imóveis em cada área para participação são a representatividade artística da edificação e a urgência de sua recuperação. Em Salvador, este programa está presente na recuperação das fachadas e telhados dos imóveis inseridos na sétima etapa de intervenção. Já em Recife, estão abrangidos os monumentos e espaços públicos inseridos no Pólo Alfândega.

Além desta articulação, o PRSH indica ainda, como parceiros, o SIRCHAL (Rede de Reabilitação de Centros Históricos da América Latina e Caribe), englobando ainda parcerias com o Governo francês, o BID e a Unesco, sendo estes dois últimos também indicados como parceiros pelo Programa Monumenta. O objetivo é elaborar um diagnóstico para estabelecer ações integradas para a conservação do patrimônio.

A parceria entre o governo francês e a Caixa iniciou-se em 2001, com a assinatura de um Protocolo de Intenções, que instituiu o Programa de Cooperação Técnica em Desenvolvimento Urbano CIDADE BRASIL. O intuito desta ação conjunta constitui-se no auxílio ao estabelecimento de metodologias para estudos de viabilidade para reabilitação de habitações³⁵ e o fortalecimento, nos diversos níveis de governo, de uma cultura sobre a reabilitação de áreas urbanas centrais. Este exemplo é hoje considerado de grande importância na área da recuperação de imóveis antigos para a habitação³⁶.

Na França, um dos programas mais importantes é o Programme National de Rénovation Ur-

35. Até 2005, o Programa havia sido implantado em doze capitais estaduais (como São Luis, Belém e Recife, cidade na qual foram realizados estudos para projetos habitacionais na Comunidade do Pilar e no bairro de Santo Antonio), com a realização de atividades de aprimoramento dos profissionais brasileiros e análise e busca por soluções para recuperação dos centros urbanos brasileiros, tendo como base a moradia para população de baixa renda. A participação da França no programa é representada pela Embaixada no Brasil e, desde 2004, tem como coordenador o arquiteto e urbanista francês Eric Bouvard (SANTAMAURO; MOLINA, sd).

36. As informações a respeito das agências francesas podem ser encontradas mais detalhadamente em *Caisse Des Dépôts* (linhas de financiamento, aluguel social), disponível em <<http://www.caissedesdepots.fr/>>, e *Agence Nationale Pour la Renovation Urbaine*, disponível em <<http://www.anru.fr/>>.

baine (PNRU) – Programa Nacional de Renovação Urbana, instituído em lei de 2003³⁷ e que tem sua atuação voltada à transformação de áreas frágeis, classificadas como Zonas Urbaines Sensibles (ZUS) – Zonas Urbanas Sensíveis, ou que apresentem dificuldades sócio-econômicas similares. Os objetivos deste Programa são promover a melhoria dos espaços urbanos, desenvolver equipamentos públicos, reabilitar e transformar em habitação edifícios de locação social, demolir edificações para melhor organização urbana e desenvolver nova oferta de edificações.

Para fazer parte do Programa, as coletividades locais devem elaborar Dossiers que terão sua qualidade avaliada por uma delegação da ANRU, considerando-se como critérios a qualidade do projeto e o engajamento dos participantes financeiros locais. A delegação elabora um parecer dando sua opinião quanto à coerência e pertinência do projeto proposto, ações de acompanhamento do projeto, características operacionais do programa, plano de financiamento e durabilidade da transformação da área. Este último aspecto é bastante interessante, o acompanhamento das áreas após a implantação dos programas visa garantir que os objetivos constantes nos programas de reabilitação sejam devidamente atendidos e que não haja desvirtuamento dos mesmos.

37. O PNRU teve início com a *L'Agence Nationale pour la Rénovation Urbaine* (ANRU) – Agência Nacional pela Renovação Urbana, que passou a aprovar projetos globais financiados com fundos públicos e privados, cujas finalidades estão voltadas ao desenvolvimento do espaço urbano e à busca de meios para facilitar o acesso ao trabalho, educação e cultura, nos bairros (quartiers) mais vulneráveis, com características urbanas, sociais e econômicas mais preocupantes.

Outro Programa de grande importância é o Programme National de Requalification des Quartiers Anciens Degradés (PNRQAD) – Programa Nacional de Requalificação de Bairros Antigos Degradados, definido pela lei “Mobilisation pour l’habitat et de lutte contre l’exclusion” – Mobilização pela Habitação e Luta Contra a Exclusão, de 25 de março de 2009. Seus objetivos voltam-se à recuperação de edificações vazias e viabilização da renovação de edificações existentes, mantendo um mix social nos bairros antigos mais degradados. Esta questão da mescla social é um ponto muito importante, pois muitas das discussões quanto às formas de intervir em Áreas Centrais Históricas apontam justamente para a dificuldade em se manter esta mescla, na maioria das vezes evidenciada pela substituição da população de menor renda pelo visitante de maior poder aquisitivo.

Assim como nas diretrizes dos programas brasileiros, as ações de recuperação neste caso são também pensadas em conjunto, considerando as edificações dentro do contexto em que estão inseridas, levando em conta, portanto, o espaço público como parte das ações de intervenção e a necessidade de incorporar a habitação ao processo. **No entanto, vemos ainda no caso das políticas públicas brasileiras analisadas, uma grande dificuldade de efetivamente alcançar os objetivos propostos.** Esta dificuldade se mostra, nos casos analisados em Salvador e Recife, através dos resultados obtidos pelas intervenções, em que as demandas relativas aos aspectos associados à habitação para população de menor renda, garantindo sua permanência e portanto uma mescla

de grupos sociais e usos, não foram atendidas.

Dessa forma, a partir da observação das problemáticas associadas a estes programas, e como tentativa de sanar suas deficiências, o Ministério das Cidades, no ano de 2003, lançou o Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais, cujos objetivos são a habitação social, a diversidade funcional e a preservação. Ainda aqui nos deparamos com a dificuldade em lidar, através de um mesmo Programa, com áreas que apresentam características diversas, com particularidades que não poderiam ser tratadas a partir das mesmas diretrizes. Sob este aspecto podemos citar, por exemplo, a não distinção entre cidades históricas ou não, diferenças quanto ao porte das cidades atendidas (como Amparo no interior paulista e Belo Horizonte, capital estadual) e da abrangência dos projetos, desde intervenções pontuais até projetos amplos como o Complexo Recife-Olinda.

Mais tarde, no ano de 2009, em um movimento contrário às questões referentes às preocupações quanto à problemática da população local, foi lançado o PAC Cidades Históricas. Sua estruturação principal volta-se ao atendimento das demandas necessárias ao incremento turístico, como infraestrutura, pavimentação, transporte, energia e água, ainda que o discurso da preservação patrimonial, valorização cultural e manutenção da população local permaneça, como forma de atingir um desenvolvimento econômico e social Sustentável.

As dificuldades em atender às diferentes demandas presentes nas áreas históricas decorrem da complexidade dos aspectos nelas inseridos. A to-

mada do Patrimônio Cultural como fator de rentabilidade econômica, quando apropriado pelo turismo de forma predatória, ao invés de favorecer a preservação, acaba por comprometer a conservação dos aspectos particulares locais. As palavras de Arantes ressaltam essa difícil relação:

O patrimônio urbano é bom para o desenvolvimento sustentável das cidades, ele contribui para consolidar a cultura pública e também, porque não, é bom para os negócios. Por todas essas razões, ele deve ser valorizado. O desafio que se apresenta é encontrar o ponto de equilíbrio entre essas forças, ou seja, construir a sustentabilidade da preservação, atentando para os seus aspectos simbólicos, econômicos e socioambientais. (ARANTES, 2008)

O turismo, ao mesmo tempo em que é apontado como forma de divulgação e preservação de uma dada cultura, quando não corretamente ministrado, pode ser prejudicial à manutenção dos aspectos culturais de uma dada localidade. Da mesma forma, associar estas estratégias às políticas sustentáveis tem se revelado, cada vez mais, um discurso distante da prática de projeto.

Isso ocorre porque os reais objetivos apresentados pelos planos de intervenção, como a promoção econômica e turística, geram uma valorização excessiva destas áreas, levando a um enclave social de difícil solução. A questão habitacional, por exemplo, aparece como fundamental, mas a atuação prática se dá de forma restrita à recuperação

física dos imóveis, o que por si só não garante a permanência da população no local. A Sustentabilidade, apontada também como um objetivo a ser atendido, e que seria alcançada, segundo as diretrizes analisadas, através da manutenção dos componentes sociais, com a permanência da população local e usos cotidianos, fica comprometida.

Se faz necessário, portanto, rever as formas de atuação sobre as áreas históricas e a maneira como o turismo nelas se insere, em busca de formas de atuação que possam colaborar com a diversidade cultural. De outro modo, a apropriação da cultura pelos projetos de intervenção via turismo dito cultural, mas voltada apenas ao consumo do espaço, cada vez mais se distanciará dos aspectos particulares locais. Neste contexto, ao contrário de contribuir para a diferenciação no mercado global, estas intervenções contribuirão de fato para a formação de paisagens homogêneas, a partir de uma visão reducionista que leva a um processo de banalização pela síntese dos aspectos relativos ao Patrimônio Cultural para o consumo.

8. Mecanismos de Intervenção. A Necessidade da Preservação como Justificativa e o Consumo da Cultura como Resultado

No capítulo anterior vimos que a atividade turística, quando classificada como “Turismo Cultural”, deveria ter, dentre suas atribuições, o papel de contribuir para a promoção e preservação da cultura local. Esta garantia da manutenção dos atributos particulares do sítio se daria a partir do aproveitamento da divulgação e rentabilidade econômica propiciadas pela atividade para obtenção dos recursos necessários à preservação e conservação do Patrimônio Cultural. Impedir-se-ia, desta forma, sua deterioração e desconfiguração.

No entanto, ao contrário desta premissa, a relação entre promoção turística e preservação cultural tem se revelado, na verdade, uma dicotomia de difícil equação. Este quadro é ainda agravado, como nos aponta Avila (2009, p. 116), pelas “políticas culturais” que, ao contrário de trabalharem pela manutenção dos aspectos culturais locais, passam a funcionar como indutoras de formas predatórias de exploração turística, sem considerar “(...) as tradições e os costumes dos distintos segmentos sociais (...)”.

Este aspecto é também ressaltado por outros autores, assim como Schlüter (2009, p. 253). Ao analisar o uso da gastronomia como forma de atração turística, o autor aponta como problemática a fragilidade das comunidades diante de um processo de “homogeneização da cultura”. Isso ocorre porque as formas de promoção turística de uma dada localidade se apóiam no consumo cultural e, como forma

de agradar ao turista (consumidor), empreendem processos de cenarização e embelezamento que ignoram a comunidade local.

Este “consumo da cultura” está relacionado à Indústria Cultural³⁸, que consiste na exploração de bens considerados culturais (ADORNO, 1999), convertidos em mercadorias a serem consumidas, da mesma forma que outros bens de consumo (AREN-DT, 1968, p. 258). Adorno e Horkheimer apontam ainda que, com o advento da Indústria Cultural na era empresarial, o entendimento de que as artes nascem espontaneamente do povo, assim como se dava nas sociedades antigas, deixa de ocorrer (PUTERMAN, 1994, p. 16).

Este novo termo, segundo Adorno (1999, p. 08), portador da ideologia dominante, representaria um movimento em direção à integração vertical dos consumidores, adaptando os produtos ao consumo de massa e impedindo a formação do indivíduo:

38. O conceito de Indústria Cultural foi utilizado pela primeira vez por Adorno e Horkheimer quando da publicação, por estes autores, do livro “Dialética do Iluminismo”, em decorrência do desenvolvimento das indústrias fonográfica e cinematográfica, que acarretou em um distanciamento entre criadores, artistas e o público (PUTERMAN, 1994, p. 10, 11). Este viria substituir o termo Cultura de Massa, relacionado aos meios de comunicação de massa, utilizado com o intuito de passar a errônea idéia de que esta seria uma cultura surgida das massas (ADORNO, 1999, p. 07, 08). Este conceito surgiu quando, segundo Habermas (2003, p. 198), ocorreu uma mudança na estrutura social da esfera pública, através da passagem do público pensador de cultura ao público consumidor de cultura. O termo Cultura de Massa, acrescenta Puterman (1994, p. 19, 20), apaga as diferenciações inerentes às coletividades, como se não houvesse diferenças entre camadas sociais ou grupos étnicos.

(...) a indústria cultural, que gera a comunicação de massas, leva à imposição das mesmas idéias e dos mesmos gostos e, portanto, a uma uniformização das maneiras de pensar e sentir. (PUTERMAN, 1994, p. 33)

A cultura de massa, resultado desta imposição e direcionamento a idéias e costumes contribui para a perda da diversidade de significados simbólicos que os objetos culturais representam para os indivíduos que compõem os diferentes grupos dentro da coletividade (PUTERMAN, 1994, p. 35). As modificações resumem significados e levam à destruição da cultura em favor do entretenimento, o que empobrece o bem cultural (ARENDR, 1968, p. 260) e leva à perda do conteúdo crítico (ADORNO; HORKHEIMER, 2006). Essa perda de significado, segundo Arendt (1968, p. 258), se dá pois a Indústria Cultural é parte da indústria do divertimento e divertir-se, colocam Adorno e Horkheimer (2006, p. 119), significa estar de acordo. Sendo assim, a Indústria Cultural tira o papel da obra de fazer refletir. Divertir é não ter que pensar.

Mas a afinidade originária de negócio e divertimento aparece no próprio significado deste: a apologia da sociedade. Divertir-se significa estar de acordo. A *diversão* é possível apenas enquanto se renuncia absurdamente desde o início à pretensão inelutável de toda obra, mesmo da mais insignificante: a de, em sua limitação, refletir o todo. Divertir-se significa que não devemos pensar, que devemos esquecer a dor, mesmo onde ela se mostra. Na base do divertimento planta-se a impotên-

cia. É, de fato, fuga, mas não, como pretende, fuga da realidade perversa, mas sim do último grão de resistência que a realidade ainda pode haver deixado. (ADORNO, 2002, p. 41)

No contexto do processo de empresariamento da cidade, em que as Áreas Centrais Históricas passam a contribuir para a promoção das cidades no mercado mundial, através de intervenções urbanas de viés turístico, podem ser também observados elementos que remetem à Indústria Cultural. Esta, quando associada aos processos de intervenção urbana em áreas históricas, contribui para o comprometimento das características culturais locais e, conseqüentemente, da identificação do indivíduo com o lugar, responsável por sua interação a determinado grupo social. Ela impõe uma forma de cultura hegemônica, que desvaloriza o conceito de Cultura anteriormente ligada à idéia de povo, tornando esta última uma cultura dominada.

Aqui temos inseridas as questões relativas ao Patrimônio Cultural e às formas de preservação deste. No processo de mercantilização da cultura e sua transformação em objeto a ser consumido, prevalece uma visão hegemônica que ignora a pluralidade das manifestações culturais e elege aquela que deverá ser preservada e apresentada como cultura dominante. Nesse sentido, as identidades coletivas (cultura popular) acabam substituídas por uma cultura efêmera, de consumo, a desnacionalização e desterritorialização da cultura, ou seja, uma cultura sem memória territorial (BARBERO, 1991).

Estes aspectos apresentam relação tam-

bém com elementos definidores da Urbanização, quando estes denunciam um processo de especialização funcional, também voltado ao entretenimento, como coloca Arendt quanto ao papel da Indústria Cultural. Da mesma forma, poderemos constatar um processo de empobrecimento cultural, efeito da vinculação entre cultura e economia, através da exploração turística das áreas históricas, que transforma esta porção da cidade em espetáculo, a partir da imposição de formas de intervir dominantes, por meio de políticas urbanas uniformizadoras, através das quais a cultura é simplificada para ser consumida.

Estas políticas de intervenção, que reconfiguram e levam a um processo de síntese dos aspectos culturais locais, podem ser observadas em cidades que apresentam contextos socio-culturais e econômicos distintos. O intuito destes projetos é a conformação de uma imagem de cidade que possa ser conhecida e reconhecida rapidamente, através de uma associação superficial de elementos, de modo a facilitar o consumo.

Esse é o caso, por exemplo, da associação do Tango à cultura argentina, utilizado para chamar a atenção do visitante a pontos turísticos estratégicos, como as lojas do Caminito, no Bairro La Boca. Outra situação em que há um processo semelhante de associação pode ser encontrado em Salvador, em que as Baianas, tipicamente vestidas, se colocam em frente a lojas e restaurantes, encaminhando o turista à visita. A venda dos guarda-chuvas coloridos, acessório típico do Frevo, em Recife, segue esta mesma lógica.

Vemos, nestes casos, que os aspectos ima-

teriais da cultura, a música, dança, culinária, são previamente tipificados. Transformados em imagem midiática, toma-se a parte pelo todo, valorizando-se o produto final do Patrimônio Cultural Imaterial, mas não a população que o cria.

Observa-se alterações nas relações sociais anteriormente estabelecidas, pela mudança do perfil da população que passa a se apropriar destas áreas. Substitui-se a população local, que geralmente estabelece vínculos mais duradouros com a área, por um público consumidor, homogêneo, e para o qual a visão desta porção do território descolada do contexto da cidade não chega a ser percebida, ou não compromete as novas formas de interação que passam a estabelecer nesta porção do espaço urbano, segregado do entorno.

Vale ressaltar que, nos processos contemporâneos analisados, observamos uma inversão na relação entre cultura e consumidor. Se ao tratar da Indústria Cultural e Cultura de Massa, nas concepções originais dos termos, Arendt e outros autores se referem à simplificação da cultura ligada às elites para consumo das massas populares, vemos agora um processo inverso em que as culturas populares passam a ser consumidas por um público elitizado. É este o processo que ocorre, por exemplo, no Centro Histórico de Salvador, em que os aspectos imateriais da cultura local, originados dos movimentos populares de grupos minoritários negros, foram incorporados à imagem do Patrimônio Arquitetônico, compondo o novo cenário do centro histórico a ser vendido como chamariz turístico à área.

Vale ainda lembrar que não apenas as in-

tervenções urbanas em Áreas Centrais Históricas, com o intuito de promoção da atividade turística, são alvo de ações que comprometem as particularidades e diferenças que compartilham o mesmo território. Sánchez (2010, p. 442), ao analisar Curitiba e Barcelona, considerando o contexto das renovações urbanas da década de 1990, também destaca este processo de homogeneização segundo “(...) políticas urbanas que perseguem a adaptação do espaço das cidades às pressões do mundo globalizado (...)”. Estas, enfatiza a autora, ao tomarem a perspectiva dominante, camuflar conflitos e diferenças, buscam, de fato, “(...) mostrar uma cidade homogênea e apagar as diferenças políticas, culturais, de classe ou de origem étnica presentes no território urbano”.

O espetáculo urbano das cidades onde vêm sendo implantados grandes projetos com vistas à sua reinserção internacional constitui, pois, um símbolo de renovação e também um potente instrumento de legitimação e de coesão social, que vem sendo acompanhado por ações específicas destinadas a aumentar o grau de satisfação dos cidadãos com os objetivos de tal projeto. Desse modo, reinventar a cidade em sua era olímpica, por exemplo, implica reconstruir sua imagem buscando corrigir percepções negativas das audiências nacional e internacional. Tais esforços recaem em imagens estereotipadas que recortam os territórios da cidade de modo seletivo. Liderada pelas elites políticas e econômicas, essa reinvenção reflete uma visão particular da sociedade, fragmentada, distorcida, simplificada e, portanto, excludente. (SÁNCHEZ, 2010, p. 18)

Em nosso caso, considerando que o desvirtuamento das atribuições da atividade turística como ferramenta de preservação ocorre pela forma como esta é implementada pelos projetos de intervenção, passamos neste momento à análise dos aspectos que identificamos como elementos norteadores destes projetos. Estes se constituem a partir de três ações principais, a saber – a definição de um perímetro de intervenção, a atribuição de novos usos e o tratamento conferido às edificações e aos espaços públicos.

A definição de um perímetro de intervenção revela ser, a área de projeto, uma porção restrita do território, não considerando a área histórica em sua totalidade. Este procedimento induz à leitura do espaço de forma fragmentada, autônoma e autoreferenciada, sem relação com o entorno. Este primeiro elemento será reforçado pelas características dos aspectos seguintes.

Quanto ao segundo aspecto, correspondente à atribuição de novos usos, temos que estes estão ligados às atividades de comércio e serviços para as classes de média e alta renda. A esta mudança de usos, Costa (2010, p. 15) denomina “refuncionalização do patrimônio”, que lhe confere valor de mercado, transformando a cultura em mercadoria e desconsiderando sua relação com o passado.

A atribuição de novas atividades irá impor novas dinâmicas urbanas, que lhes são próprias e, ainda, estabelecer um embate com as formas anteriores de apropriação deste território, devido ao comprometimento das atividades cotidianas anteriormente estabelecidas. Isso porque, associado a estes

usos, voltados primordialmente ao turismo e consumo, tem-se a diferenciação dos grupos sociais que deles participam. Altera-se o perfil do público usuário destas áreas, contrapondo morador e visitante, assim associando, a essa mudança de atividades, um Processo de Privatização do Espaço Urbano, pela expulsão ou exclusão da população local residente.

Segundo Costa (2005), este conflito quanto ao papel destinado aos moradores locais, e a definição da forma como estes farão parte dos processos de apropriação previstos para a área, ocorre porque a indústria do turismo volta-se ao consumo da cidade, transformada em mercadoria. Desta forma, as intervenções podem promover a expulsão ou exclusão da população. No caso da expulsão, caracterizada pela remoção física da população da área, esta torna mais evidente a substituição de usos anteriores por novos pois, juntamente com a retirada da população, desaparecem também o uso habitacional e outros usos cotidianos associados. A exclusão, por outro lado, tem um caráter diverso. Pode-se excluir sem remover fisicamente e, neste caso, caracterizar a não participação da população nas novas dinâmicas estabelecidas prescinde de outros aspectos.

Sánchez (2010, p. 48) também compartilha deste debate ao apontar que intervenções urbanas que têm por intenção transformar o espaço em mercadoria, contribuem para redefinir o “fluxo de pessoas”, a fim de favorecer o consumo. Deste modo, “(..) determinam novas formas de inclusão e exclusão de grupos sociais”, pela especialização funcional e direcionamento a determinadas formas de apropriação do espaço.

De qualquer forma, tanto a exclusão quanto a expulsão provocam um deslocamento das comunidades locais e alterações significativas em suas formas de vivência. Este deslocamento poderá provocar problemas sociais, psicológicos e econômicos às comunidades (HITCHOCK, 1997 *apud* CAMARGO, 2009a, p. 73). Este aspecto da remoção da população local e, vinculado a ele, a contradição entre novos e antigos usos, acarretará em efeitos sobre a construção e preservação da Identidade Cultural local, definida a partir da convivência e interação cotidiana do indivíduo, ou grupo de indivíduos, com o lugar.

A remoção da população “indesejada”, ou seu confinamento em porções restritas dentro da área histórica, não inseridas nos percursos turísticos pelos quais o novo público usuário irá circular, revela, por um lado, a segregação e formação de guetos urbanos de acesso seletivo (BAUMAN, 2001, p. 118). De outro, evidencia processos de espetacularização da sociedade (DUQUE, 2008), elitizando determinados setores e veiculando-se uma nova imagem associada a estas áreas, que esconde as reais problemáticas sociais locais.

Por fim, o terceiro aspecto identificado, o tratamento diferenciado concedido ao patrimônio construído e aos espaços públicos, diz respeito às obras de restauro e conservação (para preservação das características formais) e adaptação das edificações para atender às novas demandas. Como resultado tem-se a organização do território, que marca o processo de monumentalização da área de intervenção em detrimento do entorno, segregado.

O processo de “monumentalização” que se dá através da tomada de elementos da paisagem, transforma-os em fetiches, objetos sacralizados, dotados de valores próprios como se fossem autônomos, imutáveis; independentes, também, do próprio contexto ambiental em que se inserem. (COSTA, 2010, p. 43, 44)

Este irá reforçar as alterações na configuração do espaço urbano impostas pelos aspectos anteriores. Quanto ao primeiro aspecto, ficam mais evidentes as diferenciações e contrastes entre o perímetro de intervenção da área recuperada e o entorno, reforçando a visão fragmentada do território e o estigma de área empobrecida e degradada das áreas adjacentes. Estas ações de intervenção têm ainda por característica o fato de não influenciarem estas áreas contíguas a promoverem ações de recuperação, como muitos projetos apontam. Reforça-se, desta forma, a sensação de descontinuidade do tecido, dificultando ainda mais a interação e acentuando as diferentes dinâmicas e usos conferidos aos espaços, tema do segundo aspecto.

Nos dois casos em estudo neste trabalho, estes aspectos podem ser observados, desde a definição de um perímetro delimitado de intervenção, até as mudanças provocadas pelos novos usos e recuperação de determinados espaços em detrimento de outros. No que se refere à mudança de usos, por exemplo, esta foi utilizada como estratégia de intervenção para viabilizar o turismo nas áreas de projeto. Desta forma, são privilegiadas atividades de lazer, diversão, ócio e consumo, em detrimento do

uso habitacional.

No que diz respeito a Salvador, a problemática associada ao uso habitacional se estabeleceu desde o início das ações de intervenção, na década de 1990. Ainda que o Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador alegasse a necessidade de “melhoria das condições sociais e de habitação da população moradora local”, este aspecto não foi de fato incorporado ao projeto. Como consequência, observou-se a formação de um movimento social (AMACH, Associação dos Moradores e Amigos do Centro Histórico) que passou a questionar esta forma de intervir. Desde então observa-se algumas alterações na proposta de intervenção, mas ainda com foco direcionado ao turismo.

No caso de Recife, o direcionamento de usos se revela na forma de intervir aplicada em cada pólo. Enquanto a habitação era alvo do pólo Pilar, aos pólos Bom Jesus e Alfândega estavam destinadas atividades de comércio e serviços atreladas à atividade turística, tendo sido estes dois últimos pólos a receberem os primeiros investimentos. Estes aspectos serão retomados quando da análise de cada plano, revelando a incongruência do discurso da preservação através da promoção do turismo e os resultados obtidos em cada situação.

Deste conjunto de aspectos depreende-se a importância das Políticas Públicas, que devem exercer um papel fundamental na promoção do turismo, preservação da cultura e conciliação entre interesses dos diversos setores. Nesse sentido, é fundamental definir o papel que estas irão exercer, se reguladoras ou incentivadoras das estratégias de

intervenção que promovem a descaracterização do significado original das áreas históricas.

Muitas das políticas públicas vigentes, conforme analisa Muñoz (2005, p. 79), são na verdade *Políticas Urbanas Festivalizadas*, que objetivam a introdução da cidade no mercado global de produção e consumo, pouco contribuindo para a preservação das características particulares. Dentro deste conjunto estão as transformações nas formas de apropriação dos espaços e dos significados culturais locais, visto que as políticas de intervenção, quando voltadas apenas à transformação dos bens culturais em objetos de consumo, levam a impactos negativos sobre a preservação do Patrimônio Imaterial e sobre as formas de vivência estabelecidas pela população local.

Os exemplos utilizados por Muñoz (2008) são Londres, Berlim, Buenos Aires e Barcelona. Em todos os casos, ainda que cada um tenha passado por uma trajetória específica de intervenção no espaço urbano consolidado, o autor identificou alguns aspectos comuns, como a importância da participação do poder público como colaborador junto às ações da iniciativa privada e as dinâmicas de elitização e privatização do espaço urbano.

Esta análise feita por Muñoz é também abordada por Carlos (2011, p. 76). Segundo esta autora, o Estado participa do processo de financeirização dos espaços, que acarreta em alterações nas relações sócio-espaciais estabelecidas e na definição de novas centralidades, “(...) valorizando e desvalorizando os lugares através de intervenções (...). O Estado, através da política urbana, reorganiza as

relações sociais e de produção”.

(...) sua intervenção aprofunda as desigualdades como decorrência da orientação do orçamento, dos investimentos realizados no espaço, o que desencadeia processos de valorização diferenciados não só entre algumas áreas, mas também em detrimento de outras áreas e de outros setores sociais. (CARLOS, 2011, p.77)

Este processo revela também outra contradição, levantada por Costa (2010, p. 47, 219), a incongruência entre as políticas públicas e a quem elas deveriam se destinar, os habitantes. Isso porque o público alvo das intervenções, como observamos, é o público consumidor e não o morador local. Com isso, aquele que teria maior relação de identidade com a área, e portanto responsável pela sua manutenção, acaba segregado, dando lugar a um público cujo tempo de permanência na área é mais restrito. Tendo por característica o fato de ser voltado ao consumo, este tempo parcial contribui para tornar superficial a apreensão dos espaços públicos e edificações, não permitindo a criação de vínculos efetivos com o local.

(...) o problema é dar suma importância às formas e atribuir-lhes um valor econômico em detrimento de seu valor cultural original, destituindo dessas paisagens as habitações, os usos pretéritos, o sentimento de pertencimento das populações locais e a sobrevivência das comunidades tradicionais, quando a lógica globalizante (aí entendidas as atividades de lazer

e de turismo) organiza de forma específica os espaços dotados de patrimônios culturais, atendendo a demandas exclusivamente externas. (COSTA, 2010, p.245)

Da mesma forma o comprometimento, ao menos em parte, da paisagem urbana anteriormente constituída, devido à redução ou ausência das formas de apropriação e usos cotidianos anteriores, que concedem ao Patrimônio Arquitetônico e ao espaço urbano características específicas, e que contribuem para a formação do Patrimônio Imaterial, poderá ser observado. Sob esta temática está a transformação da paisagem em um cenário artificial, vigiado e controlado a usos dirigidos e em horários pré-determinados, banalizando significados anteriores.

Considerando estes elementos, temos que a sobreposição dos aspectos definidores dos conceitos àqueles referentes às formas de intervir, ao permitir identificar similaridades entre eles, possibilita uma análise conjunta, a fim de verificar a pertinência do uso deste grupo conceitual para análise de intervenções urbanas em Áreas Centrais Históricas, hipótese aqui colocada (Esquema 02). Levando em consideração as contradições identificadas entre as formas como os projetos de intervenção em Salvador e Recife são apresentados e a forma como de fato são conduzidos, se torna possível questionar os elementos definidores destes processos a partir dos aspectos que caracterizam a Urbanização e o Processo de Containerização do Espaço Urbano.

Quanto ao discurso vinculado a estes projetos, temos a questão da necessidade de preser-

vação do Patrimônio Cultural e de incorporação da habitação, promovendo ainda uma mescla social. Ao rebatimento destes elementos na atividade prática da intervenção, no entanto, não encontramos ações correspondentes. O resultado final aponta para um processo de mercantilização da cultura, resultando em efeitos negativos sobre a preservação.

As intervenções urbanas analisadas, baseadas na promoção do turismo da forma como aqui apresentado, considerando a possibilidade de rentabilidade econômica e inserção no mercado global, atingem as dinâmicas anteriormente estabelecidas. Evidencia-se a dificuldade de conciliação entre a preservação do patrimônio construído, adequação com novas formas de utilização e manutenção das manifestações culturais e formas de apropriação anteriores e respeito à pluralidade, marcando um processo de decomposição social e “estetização da memória” (ARANTES, 2008).

Por meio da seleção, da redução e da recombinação de referências culturais, são criados espaços inteiramente novos, em certos casos, situados no interior de bairros ou enclaves onde se deu uma tradicional ocupação por determinada etnia. Completada por imagens-síntese da história de cada grupo étnico, reinterpretada sob o prisma oficial, uma visão simplificada é oferecida aos turistas e cidadãos; uma experiência depurada, que substitui as indisciplinadas complexidades da cidade pela celebração da ordem existente. A produção desses espaços oferece uma “versão melhorada” da realidade complexa. (SÁNCHEZ, 2010, p. 508)

Estes aspectos resultam na composição de imagens semelhantes em contextos distintos, o que nos remete aos marcos conceituais, posto que estes também denunciam o processo de banalização da paisagem urbana a partir da descaracterização da cultura. Visto que nos deparamos com um processo de espetacularização e transformação da paisagem em cenário, as intervenções analisadas contribuem à conformação de imagens semelhantes em contextos diferentes. Nestes casos, a especialização funcional, com o direcionamento a usos vinculados ao atendimento ao turista e a segregação dos grupos sociais no território acarretam em comprometimento do Patrimônio Cultural, banalizando o processo de constituição de identidades.

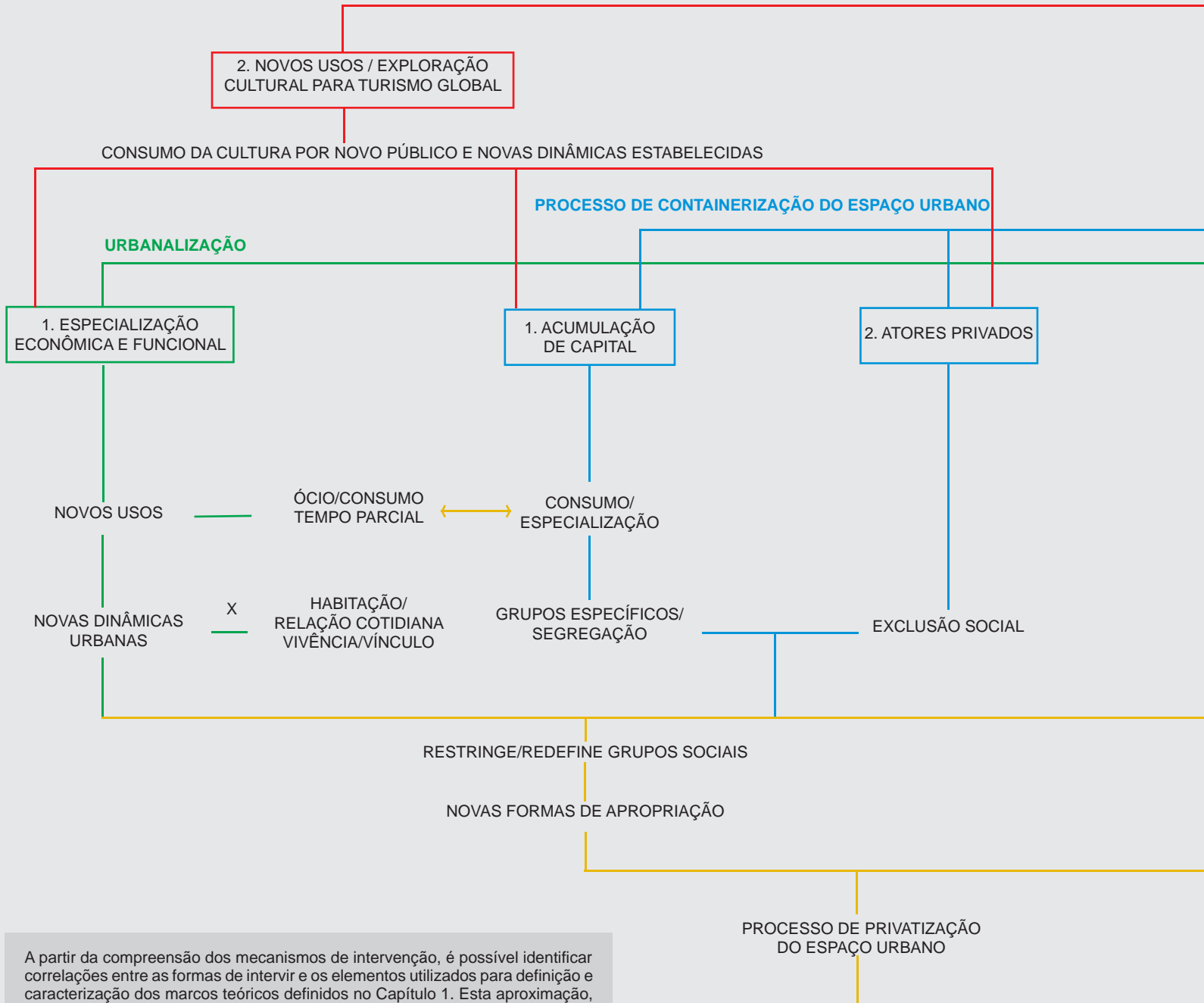
O que parece explicar essa aproximação das cidades, a julgar pelas imagens que delas são vendidas, são as pressões uniformizadoras dos atores hegemônicos para a realização do mundo atual. No mercado de cidades, o diferente é tornado igual, há uma equalização operada por meio das imagens de marca. Como resposta a essas pressões, os projetos de cidade, os modelos de desenvolvimento construídos pelos governos locais junto a agentes privados com interesses localizados, parecem guardar, de fato, semelhanças significativas. (SÁNCHEZ, 2010, p. 71)

Estas transformações reúnem ainda atributos tais como segurança e controle, que se evidenciam no território tanto a partir da distinção entre a área recuperada e o entorno degradado, estabe-

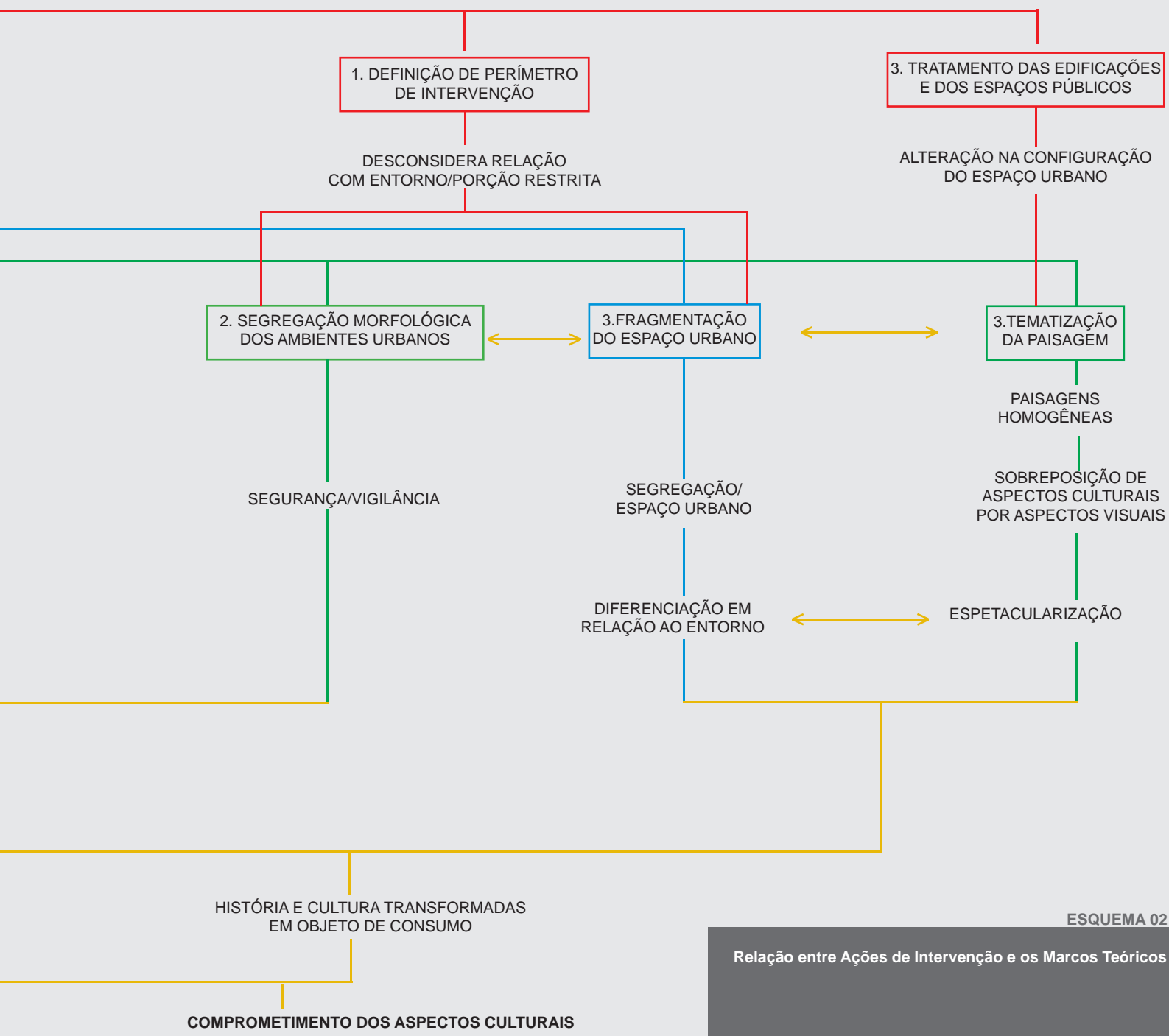
lecendo os limites da área turística a ser visitada, quanto pela presença policial em pontos de acesso à área em intervenção. Em Salvador, estes dois aspectos se fazem presentes para a distinção entre a área destinada à visitação turística e aquela que abriga os moradores remanescentes dos anteriores processos de expulsão. No caso do Bairro do Recife, o gabarito das edificações no entorno da Comunidade do Pilar serve de fronteira entre esta área e o limite do Pólo Bom Jesus. Em conjunto, as alterações empreendidas irão revelar aspectos do Processo de Privatização do Espaço Urbano, reforçado pela homogeneização do público favorecido pelas intervenções.

A partir das análises quanto aos marcos conceituais e às práticas envolvidas nas ações de intervenção, mostra-se de forma clara o papel da Cultura, através do Patrimônio Cultural devidamente reconhecido como bem cultural que deve ser preservado, como elemento legitimador dos projetos de intervenção. Através da inquestionável necessidade de preservação da singularidade e particularidade que as áreas históricas guardam, toma-se a Cultura como um fator diferenciador das cidades no mercado global, que parece justificar sua exploração econômica através do turismo. Contraditoriamente, esta exploração desmedida, pautada em modelos de intervenção generalistas e hegemônicos, que tratam a Cultura como mercadoria e desconsideram a população local e o cotidiano, banalizam e transformam estas áreas em paisagens simplificadas.

AÇÕES DE INTERVENÇÃO



A partir da compreensão dos mecanismos de intervenção, é possível identificar correlações entre as formas de intervir e os elementos utilizados para definição e caracterização dos marcos teóricos definidos no Capítulo 1. Esta aproximação, parte da hipótese levantada, constitui-se como base às análises dos estudos de caso, que serão apresentadas adiante.



ESQUEMA 02

Relação entre Ações de Intervenção e os Marcos Teóricos

Nestes espaços “renovados”, o Patrimônio Arquitetônico se torna um cenário em exposição, enquanto o Patrimônio Imaterial é utilizado de forma estratégica, para simular uma vida que já não há mais, posto que as relações sociais e os conflitos são camuflados. Estabelece-se, deste modo, a contradição entre um percurso de intervenção que se pauta na valorização das particularidades locais, o Patrimônio Cultural, mas que acaba por resultar na descaracterização destes mesmos referenciais.

A partir deste embasamento conceitual formulado, e tendo em vista a análise dos projetos de intervenção dos estudos de caso selecionados, considera-se pertinente a possibilidade de utilização dos marcos conceituais apresentados para estudo de intervenções urbanas em Áreas Centrais Históricas. Da mesma forma, coloca-se a necessidade de considerar os atributos culturais sob outra ótica, como forma de repensar, ou dar continuidade, ao debate quanto às formas de intervir em Áreas Centrais Históricas.

9. Movimentos de Resistência. A Contestação como Instrumento de Transformação

Ao longo dos capítulos até aqui abordados, considerando-se as especificidades dos aspectos apresentados em cada um deles, identificamos um tema fundamental neste percurso. Este diz respeito às questões relativas à população moradora de áreas que passam por processos de intervenção urbana. Nesse sentido, podemos citar, de um lado, a denúncia que a Gentrificação carrega quanto à remoção destes grupos populacionais de áreas que passam por projetos de intervenção e pela consequente valorização imobiliária. De outro, temos o alerta que a temática relativa à preservação do Patrimônio Cultural coloca quanto ao papel fundamental que estes grupos exercem no processo de conservação dos aspectos culturais locais, sobretudo imateriais.

Analisando estes aspectos em conjunto, estes revelarão uma contradição que irá se refletir nas conceituações relativas à Urbanização e ao Processo de Containerização como auxiliares às análises de intervenções urbanas em Áreas Centrais Históricas que buscam promover, em tese, o Turismo Cultural. Sob esta ótica, os atributos culturais particulares são incorporados ao discurso de promoção das cidades no mercado mundial sem, no entanto, garantir a permanência no território da população por eles responsável. As alterações de usos, que passam a se voltar ao ócio, consumo e lazer a tempo parcial, atraindo novo público e gerando a expulsão ou exclusão da população anterior, vão refletir em

um processo de homogeneização e tematização da paisagem, comprometendo o referencial da cultura local. Neste contexto, os significados são simplificados e a cultura é transformada em produto a ser consumido através da Indústria Cultural. As áreas históricas passam a ter um aspecto de artificialidade, uma imagem de cidade que não corresponde à realidade, fazendo com que o consumidor tenha "(...) um encontro efêmero com a dita "cultura" singular ou "bem cultural" especial" (COSTA, 2010, p. 192).

À crítica quanto a estes aspectos atrelados aos processos de intervenção urbana, sejam eles a especialização de usos, a mercantilização da cultura ou o direcionamento a um público específico, por exemplo, irão se somar os movimentos sociais de resistência da população que passa a reivindicar seu direito de permanência na área. O conflito estabelecido, mais do que consequência dos processos de intervenção urbana, passam a representar, ainda que de forma incipiente, meios de contestação e, por isso, possibilidade de busca por caminhos que possam fazer frente a esses processos.

O movimento reprodutivo do capital mundializado, em sua ânsia de acumulação contínua e ampliada, reforça os conflitos, mas não sem produzir resistências. Como processo hegemônico e homogeneizante, faz surgir a necessidade de defesa dos atores locais, para manter as especificidades próprias da história dos lugares, do local

e do regional, valorizando-as para não serem aniquiladas pelos interesses globais. É assim que o capital avança com inúmeros objetivos, produzindo diferentes resultados sobre os espaços locais, a depender também das relações de poder da ordem local. Daí, as várias formas de resistências em relação ao turismo global. (CORIOLANO, 2006, p. 34)

Daí decorre a necessidade de olhar para estas áreas, bem como às intervenções que nelas ocorrem, sob outro ponto de vista. Este deve considerar, além do Patrimônio Cultural reconhecido, também o valor simbólico que passa a ter o espaço físico quando habitado por indivíduos (grupos sociais) que lhe conferem valores e significados (GREGOTTI, 1975). Neste sentido, os grupos identitários, bem como sua organização através de movimentos sociais, se transformam em elementos fundamentais ao questionamento quanto às formas de intervir, uma vez que podem passar a ser entendidos como agentes do resgate da cultura local e do caráter público do espaço.

Este reconhecimento da população como também responsável pela formação da Identidade Cultural local se torna ferramenta de contestação. Estes grupos de resistência cultural questionam o Processo de Privatização do Espaço Urbano, posto que se caracterizam como “luta em torno da produção do espaço” (CARLOS, 2011, p. 25). Estas formas de resistência podem contribuir ainda para consolidar o papel das manifestações culturais como parte da vida em sociedade, desfazendo o conceito

consolidado de produção cultural ligada às elites.

A história intocada, imaculada, santa, que merecera atenção estatal, fora a história da elite política do país. E a identificação da elite política com a idéia de nação desmerecera outras possibilidades de passado, outras construções imaginárias, outras identidades. O estado-nação homogênea o passado, dota-lhe de uma inteligibilidade, de um sentido e de um processo de continuidade. Enfim, transveste-se no seio das aspirações legítimas e populares, quando, na verdade, impõe uma visão de mundo particular à arena do conflito social; e, finalmente, ao consagrar-se como única instância legítima possuidora e produtora de passado, desarma possíveis contestações a sua ação hegemônica e ideológica. (AMARAL, 2006, p. 55)

Os movimentos de contestação, “movimentos contrários” ou “Contra-Cultura”, como se refere Barbero (1991), se configuram a partir do momento em que a população local passa a questionar o processo de intervenção e reivindicar seu direito de permanência na área, bem como pela manutenção dos usos e práticas culturais anteriores, em prol da recuperação e resignificação do território. Neste contexto, começam a ocorrer formas de apropriação não previstas pelos projetos³⁹, evidenciando a necessidade de mudança da relação do Estado com a Cultura, através de políticas culturais efetivas.

39. A estes usos não previstos pelas intervenções, Leite (2007) dará a denominação de Contra-usos, tema que defende em sua tese, quando analisa as formas de apropriação de determinados setores do Bairro do Recife pós intervenção.

O que observamos nos casos analisados é que esta “Contra-Cultura” é, na verdade, o resquício dos aspectos culturais que caracterizavam essas áreas anteriormente ao processo de intervenção, sustentados por antigos moradores que, ao resistirem ao mecanismo repressor de expulsão ou exclusão, provocam efeitos contrários, os movimentos reivindicatórios. Deste modo, estes passam a representar um “(...) processo de luta simbólica, da hegemonia ameaçada pelo conflito (...)”, em disputas a favor de diferentes projetos e imagens de cidade (SÁNCHEZ, 2010, p. 453).

Da contraposição do interesse dos atores envolvidos com os projetos de intervenção com aqueles da população local, é pertinente a análise de Barbero (2001) quanto à relação entre ideologias e luta por hegemonia cultural. Assim temos, de um lado, a “lógica globalizadora do mercado, que transforma cultura em objeto de consumo” e, de outro, um movimento contrário, em prol da constituição de um novo espaço público e de cidadania e pela valorização da experiência e da memória, através dos movimentos sociais (BARBERO, 2002).

Ao mesmo tempo em que a nova conformação do espaço urbano estabelece novas dinâmicas urbanas que levam à composição de uma esfera pública hegemônica, direcionada a grupos específicos porque determinada pela capacidade de consumo, Habermas (1992, p. 164-167) aponta que outras esferas públicas passam a surgir, formadas pelo que o autor denomina “sub-culturas”, particulares a determinadas classes. As formas de vivência não deixam de existir, e sim, são redistribuídas no território, re-

presentando ao mesmo tempo resistência e reivindicação dos moradores, contra sua expulsão (remoção física) ou exclusão (não participação nas novas formas de uso dos espaços), confinamento em setores específicos dessas áreas.

Imaginar que os movimentos sociais são meramente reativos ou que não planejam significa não levar em conta ou não interpretar corretamente o fato de que eles desenvolvem estratégias muitas vezes diretamente vinculadas à reorganização do espaço da cidade, às vezes até mesmo conseguindo implementar várias coisas, *apesar do Estado e contra o Estado*. (SOUZA, 2012, p. 150)

Isso ocorre porque, ao reivindicarem seu direito de permanência na área, estes movimentos passariam a funcionar como processos de “resistências aos projetos e ações hegemônicos, à homogeneização, à criação de cenários e à exclusão socio-cultural” (SCOCUGLIA, 2012, p. 72), o que contribuiria para a conservação das características culturais.

Ressignificar espaços é resignificar relações sociais e grupos sociais, e vice-versa. O que está em jogo é, no caso de conflitos sociais, aquilo que é legítimo e aquilo que não é, aquilo que é justo e aquilo que não é, tendo, no limite, implicações quanto ao que passará ou não a ser (ou deixará de ser) legal, ou aquilo que deverá ser eliminado ou perseguido ou, pelo contrário, tolerado e até, quem sabe, saudado. (SOUZA, 2012, p. 160)

Esta possível ameaça ao processo hegemônico que define a memória a ser preservada a partir da eleição dos referenciais culturais a serem conservados, quando analisada sob a ótica dos estudos realizados em Salvador e Recife, aparece de forma mais clara no primeiro caso. Nesse sentido, dois elementos merecem destaque. O primeiro deles aponta para o fato de que quanto maior for a identificação da população com a área, processo historicamente construído, maior será sua capacidade de articulação como movimento de contestação. A distribuição da população no território é uma ferramenta importante de análise deste aspecto.

Em Salvador, esta população ocupava os imóveis na mesma área em que se concentra grande parte do acervo arquitetônico e cultural, apropriando-se deste aporte construído para abrigar suas formas imateriais de representação, o que lhe confere maior coesão pois auxilia no processo de construção da identidade entre os membros do grupo e deste com o lugar. Em Recife, por outro lado, mesmo antes do início da intervenção, a população já se encontrava confinada em um setor restrito do Bairro, distante das áreas privilegiadas para as ações de preservação do Patrimônio Cultural.

O segundo elemento diz respeito à capacidade destes movimentos de, de fato, desarticularem os processos hegemônicos de decisão quanto à forma de atuação sobre o território. Esta nos parece uma equação muito mais complicada. Em Salvador, por exemplo, ainda que o movimento organizado pelas famílias resistentes tenha conseguido sua manutenção na área, a definição dos espaços habitacio-

nais foi decidida pelo mesmo processo hegemônico que anteriormente exerceu o poder de expulsão. A determinação, por estes mesmos agentes, dos locais para a habitação, passou a caracterizar o confinamento desta população em um setor específico do centro histórico e sua consequente exclusão das dinâmicas estabelecidas na área.

Por este motivo, não se pode afirmar que os movimentos de resistência, por si só, sejam capazes de fazer frente aos mecanismos perversos da intervenção, desfazendo-os. No entanto, a partir do momento em que os denuncia, contribui para colocar em evidência as problemáticas que, presentes nas formas de intervir, são camufladas, retiradas da vitrine que se apresenta ao visitante, separadas por fronteiras, físicas e simbólicas. Neste contexto, plantea-se o questionamento, que traz consigo o passo fundamental em direção à busca por uma possível mudança nas formas de intervir. Sob esta perspectiva, tanto as críticas a esses processos, quanto os discursos voltados ao resgate dos centros antigos apontam à necessidade de formulação de novos instrumentos que possam vir a ser capazes de conciliar os interesses dos diferentes atores que participam desses espaços – agentes públicos, iniciativa privada, a população local e o visitante.

A situação de conflito decorre tanto da fragilidade das próprias políticas de preservação, que não abrangem de forma satisfatória o leque de questões e atributos que as perpassam, quanto das formas de intervenção. Para relembrar alguns aspectos podemos citar, no campo da preservação, as considerações de Castriota (2011, p. 63, 64),

que aponta haver um tratamento desigual entre as temáticas que envolvem o patrimônio. Neste sentido, seria dada maior atenção à “conservação física” (materiais, estruturas etc) e ao “contexto de gestão” (financiamento e capacitação, dentre outros), em detrimento da “significância cultural e valores sociais”. Esta relação desigual nos obriga à reflexão quanto a porque um determinado bem cultural é significativo, e para quem o é, o que se desdobra em outros questionamentos, tais como para quem conservar e quais os impactos das intervenções.

Esta precariedade do campo da preservação, bem como a necessidade de mudança, observada por Castriota, é também uma leitura compartilhada por outros autores, como Reis (2011, p. 117, 119). Este autor aponta que, ao mesmo tempo em que houve uma ampliação na escala da demanda da preservação, os mecanismos para tal permanecerem os mesmos tendo, portanto, efeitos limitados, o que pode acarretar em conflitos. Mesmo quando analisamos algumas atualizações no campo da preservação, como o reconhecimento do Patrimônio Imaterial, ainda se percebem determinadas incongruências, ou incompreensão quanto às dinâmicas a ele associadas. Este é o caso, por exemplo, presente no tombamento dos Terreiros, denunciado por Velame (2011, p. 221), que se dá através da definição de uma poligonal, um perímetro delimitado que ignora seu aspecto de transformação e relação com outras áreas e dinâmicas urbanas.

No que tange às intervenções urbanas, estas, em certa medida, valem-se desta abordagem ainda limitadora da preservação, posto que privile-

giam mais o aspecto material, em detrimento do social, para fazer valer seus meios de atuação. É o que nos lembra Sánchez (2010), ao apontar, ao longo de seu trabalho, que os aspectos históricos e culturais particulares das cidades são sistematicamente apropriados pela indústria do turismo, evidenciando a privatização e a Gentrificação de setores da cidade, destituídos das dinâmicas cotidianas anteriores.

Aspectos semelhantes podem ser encontrados em Salvador e Recife. Ambos, pautados em diretrizes que privilegiam a atividade turística, adotaram mecanismos de intervenção que se apoiam na preservação do patrimônio construído e na sua adaptação para receber novos usos, vinculados às atividades de comércio e serviços de média e alta renda, distantes da demanda da população local, cujas dinâmicas são sistematicamente sobrepostas por novas formas de apropriação do espaço urbano vinculadas ao público visitante.

Analisadas em conjunto, estas questões impulsionam a “fugir das fórmulas consagradas” que pautam o binômio preservação – intervenção, que faz com que o passado e a história das cidades sejam “(...) capturados pelos jogos da espetacularização, da privatização e da exclusão” (GOMES, 2011, p. 139). É dentro desta perspectiva que se coloca o papel do morador como elemento que deve ser considerado no momento da revisão das ações de preservação – intervenção:

É certo que apenas aqueles que habitam ruínas, muitas condenadas pelos órgãos de defesa civil, podem falar com mais verdade e propriedade sobre as necessidades práticas de

habitar do que aqueles que sobre ela teorizam relacionando-as às questões de topos, memória e permanência. No centro antigo de Salvador e em seu entorno imediato, existem dezenas de edifícios abandonados e em ruínas, o que leva ao seguinte questionamento: qual deveria ser a política institucional para esse patrimônio? Provavelmente, entre o abandono e a total museificação, entre as necessidades da população e as propostas publicitárias para o turismo, devem ser tomadas as decisões e realizadas as intervenções. (CORRÊA, 2011, p. 92)

Esta busca pela possibilidade de um novo meio de atuação está também presente em Muñoz (2008, p. 198) quando, ao caracterizar a Urbanização e as formas através das quais ela se apresenta, o autor questiona a possibilidade de formas de atuação capazes de fazer frente a ela. Esta característica do seu trabalho o aproxima dos autores que, no caso da Gentrificação, vislumbram ser possível encontrar meios de reversão deste processo. Estes tomarão posição contrária àqueles que afirmam que a Gentrificação nunca deixará de ocorrer devido à demanda das classes médias e altas e às formas de atuação tanto do setor privado quanto das políticas públicas, visando a competitividade global.

Este é o caso de Hiernaux-Nicolas (2006), que analisa o caso da Cidade do México, situação em que a Gentrificação do centro histórico está ligada à questão da competitividade dos centros históricos em relação ao processo de globalização. Para este autor, os movimentos sociais, mudanças econômicas e a incorporação dos aspectos sociais e pa-

trimoniais aos processos de intervenção, poderiam configurar mecanismos de reversão da Gentrificação. Segundo sua análise, o capital simbólico poderá representar um papel importante quando da falta do capital financeiro para investimento nestas áreas, provocando assim uma mudança de paradigma:

(...) para ser global, é preciso também contar com um capital simbólico, de base cultural, fortemente fixado no território. (HIERNAUX-NICOLAS, 2006, p. 248).

O processo que dá origem aos movimentos sociais diversos, através dos quais a população expulsa da área, ou excluída das atividades propostas pelas intervenções, reivindica a legitimidade de sua permanência no local, decorre dos próprios mecanismos de intervenção adotados. Estes, baseados na atribuição de novos usos, por sua vez atrelados a um novo público usuário, contribuem para o estabelecimento do conflito entre morador, que vê suas formas de vivência destituídas do espaço que reconhece como seu, e visitante, posto que os grupos sociais têm “(...) objetivos, desejos e necessidades(...)” diferentes (CARLOS, 2011, p. 78), o que faz com que se apropriem dos mesmos espaços de formas distintas.

No entanto, deve-se ressaltar que estes movimentos apenas se estabelecerão e poderão se constituir como forma de contestação a partir do momento em que a população de fato se reconhecer como parte do lugar e das especificidades que ele guarda. Neste sentido, Haesbaert (2007, p. 45), ressalta que a identidade territorial, quando “(...) ele-

mento central para a identificação e ação política do grupo (...)", passa a ter papel fundamental como "instrumento de reivindicação política". Sem esta identificação, a contestação não é possível.

A cultura, portanto, é o inimigo natural da alienação. Ela questiona constantemente a sabedoria, a serenidade e a autoridade que o real atribui a si mesmo. (BAUMAN, 2012, p. 301)

A partir da análise das diferentes formas de expressão cultural que comunidades e grupos sociais distintos expressam ao se apropriar de determinadas áreas é possível observar transformações na sua configuração e conformação, fato identificável em áreas consolidadas nas cidades, que passaram, ao longo dos anos, por diferentes dinâmicas de uso e ocupação. Aspectos relativos a estes elementos, bem como quanto à diferenciação em relação à forma de participação da população, através da aceitação ou contestação das alterações que as intervenções urbanas imprimem ao espaço urbano e às formas de uso destes espaços implicam em rumos diferentes a cada uma destas formas de intervir, ainda que pautadas em bases semelhantes. Sob esta perspectiva observamos, em Salvador, reivindicações organizadas em prol da moradia, através da atuação da AMACH (Associação dos Moradores e Amigos do Centro Histórico) que conseguiu visibilidade no contexto de revisão das formas de intervir na área e, em Recife, questões voltadas às relações de trabalho, mas que não tiveram força necessária à real incorporação da população às discussões da

proposta de intervenção.

Estes processos nos dão indícios da possibilidade de também analisarmos estas intervenções urbanas a partir das mesmas hipóteses aventadas pelos autores aqui indicados, o papel dos movimentos sociais como fundamentais ao contexto de contestação e revisão das formas de intervir. Nesse sentido, estes podem se transformar em agentes que denunciam o comprometimento da cultura local, portanto a sobreposição dos aspectos locais e a consequente banalização destes referenciais, pelos processos de intervenção.

10. Discurso e Prática em Intervenções Urbanas em Áreas Centrais Históricas. As experiências de Salvador e Recife

Nos capítulos seguintes serão apresentados os dois processos de intervenção selecionados para este estudo. Esta explanação será composta por um panorama geral de toda a trajetória destes projetos, compreendendo desde a formulação inicial de cada um deles, considerando-se neste item a retrospectiva das diretrizes e primeiras ações implantadas, até a finalização ou acompanhamento atual para aqueles ainda em desenvolvimento. Dentro desta análise, destacam-se itens tais como justificativa e objetivos da proposta, órgãos e entidades envolvidos e tempo e forma de execução, sempre considerando os dados apresentados relativamente aos resultados obtidos.

Quanto ao primeiro estudo apresentado, o Centro Histórico de Salvador, serão debatidas as questões fundamentais do *Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador* e sua trajetória. Esta será abordada desde sua formação inicial, datada da década de 1990, até o momento atual, com a modificação da proposta e sua renomeação como *Centro Antigo de Salvador. Plano de Reabilitação Integrado e Participativo*, a partir de 2007. Neste momento, será possível observar e questionar os efeitos que estas formas de intervir produziram na área, em que medida isso comprometeu as características particulares ali presentes e as mudanças na forma de atuação, as anunciadas e aquelas de fato empreendidas.

Para o segundo caso analisado, o Bairro do Recife, o projeto em questão é intitulado *Plano de Revitalização do Bairro do Recife*, datado de 1989. Da mesma forma que no primeiro caso, serão levantadas as diretrizes iniciais da proposta, bem como as formas de implantação e análise das reais ações empreendidas e os caminhos que o projeto tomou ao longo do tempo e, por fim, os resultados das ações desenvolvidas.

A partir deste quadro, será possível analisar as transformações ocorridas nas áreas selecionadas para estudo a partir do aporte conceitual formulado. Deste modo, busca-se compreender como as formas de intervir foram determinantes para as alterações das dinâmicas urbanas hoje observadas nestas áreas e de que maneira, e com qual intensidade, estas ações refletiram no comprometimento dos aspectos culturais locais.

10.1. Centro Histórico de Salvador. Do Programa de Recuperação do Centro Histórico ao Plano de Reabilitação do Centro Antigo

Podemos situar as intervenções no Centro Histórico de Salvador em um período que se inicia em 1967 e se estende até os dias atuais. Neste percurso, damos destaque aos resultados das fases já implantadas do *Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador*, iniciado em 1991, e o processo de revisão para o atual *Centro Antigo de Salvador. Plano de Reabilitação Integrado e Participativo*, cuja formulação teve início no final de 2007. A partir deste recorte foi eleito, como foco principal de análise, justamente a fase de transição do Programa de Recuperação ao Plano de Reabilitação, bem como a continuação das intervenções na área a partir deste. Esta escolha se dá devido à articulação observada entre as formas de intervir e os resultados obtidos no primeiro programa, e as novas diretrizes propostas a partir da decisão de reformulação deste, através do segundo plano citado.

Considerando-se que o Plano de Reabilitação decorre do Programa de Recuperação, mais precisamente dos resultados negativos e tão duramente questionados deste, analisar esta relação se torna uma necessidade premente. Isso porque a alteração do projeto foi justificada pela necessidade de revisão das formas de intervir até então adotadas, exigindo novos meios para mudar o curso da área.

A fim de melhor contextualizar o período em análise, foram reunidos dados que compreendem aspectos de intervenções anteriores, a identifica-

ção da importância dada ao turismo em diferentes momentos e a valorização e o papel atribuído ao Patrimônio Cultural neste processo. A trajetória de intervenção até este momento traçada, bem como a aparente reformulação que o novo plano anuncia, serão alvo das análises propostas neste trabalho, embasadas no repertório teórico apresentado nos capítulos iniciais e nas formas de intervir anteriormente identificadas.

10.1.1. Primeiras Intervenções. Os Modelos Iniciais e a Instauração do Conflito

Ainda que o foco de nossa análise volte-se às intervenções promovidas no Centro Histórico de Salvador a partir de 1991, não podemos desconsiderar o fato de que, desde 1967, quando era prefeito da cidade Antonio Carlos Magalhães⁴⁰, já vinham sendo realizadas intervenções na área. Já neste período, estas ações se mostravam dirigidas à região do Pelourinho e voltadas ao turismo. Esta constatação se dá devido ao fato de, neste mesmo ano, ter sido criada, pelo governo estadual, a Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural, hoje Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia – IPAC, cuja primeira preocupação foi tentar transformar o Pelourinho e o Centro Antigo de Salvador em centro turístico, tendo sido, para tanto, desenvolvido o primeiro projeto de recuperação da área, implantado apenas em parte (GOMES; FERNANDES, 1995, p. 51, 52).

Nesse primeiro projeto, a idéia era restaurar o Largo do Pelourinho e as ruas de acesso a ele a partir do Terreiro de Jesus (a Alfredo Brito e a Gregório de Matos), esperando-se que, uma vez restauradas essas ruas e o largo, se desencadeasse, via mercado, uma dinâmica capaz de se estender ao conjunto do centro antigo. (GOMES; FERNANDES, 1995, p. 51, 52)

Seguindo esta linha de intervenção, baseada na revalorização do patrimônio para fins turísticos, e apoiada em uma proposta da Unesco, a partir de uma leitura parcial das *Normas de Quito*, em 1969 é elaborado o *Plano Geral de Recuperação da Área do Pelourinho* (GOTTSCHELL; SANTANA, 2006, p. 81), visão que mais tarde se tornaria base para o plano de 1991. Já na década de 1970, tentou-se implementar no Pelourinho um projeto de viés assistencialista (FREITAG, 2005), que consistia no saneamento do local e na reeducação da população pobre que vivia nos cortiços, anteriormente casas de barões e sacerdotes. A tentativa fracassou e a degradação aumentou nos anos 1980.

Em contraposição a esta forma de intervir, que se tornou predominante no caso do Centro Histórico de Salvador, em 1986, Lina Bo Bardi apresentaria propostas para a cidade⁴¹, ao lado dos arquitetos Marcelo Carvalho Ferraz e Marcelo Suzuki. Este projeto, intitulado *Plano de Recuperação para o Centro Histórico da Bahia*, se distanciava completamente daquele que viria a ser proposto nos anos seguintes e efetivamente colocado em prática.

Não é um trabalho turístico, feito com a intenção de transformar o Pelourinho numa cidade sorvete. (...) O “caso” do

40. Governo do Estado da Bahia, IPAC, Conder, 1995.

41. No ano de 1959, a arquiteta Lina Bo Bardi já havia sido chamada para projetar o Museu de Arte Popular, a ser localizado no Solar do Unhão, importante conjunto arquitetônico construído no século XVI e modificado em períodos posteriores (FERRAZ, 1996, p. 153).

Centro Histórico da Bahia é: **não** a preservação de arquiteturas importantes, (como seria em Minas) mas a preservação da **Alma Popular** da Cidade. Em poucas palavras: o plano deve ser “sócio-econômico” para não repetir os erros de conhecidos interventos em cidades ilustres, como Roma, Bologna, Venezia, e inúmeros maravilhosos recantos do Velho Mundo que mudaram a base social de inteiras Regiões, com os moradores de anos e anos jogados longe e a média-classe-média, tomando conta. Para evitar isso estamos procurando juntar o trabalho à habitação (é a... Idade Média ao contrário) e a um pequeno comércio: uma espécie de economia subterrânea. (FERRAZ, 1996, p. 270)

Dentro deste contexto, é importante ressaltar a postura apresentada pela arquiteta Lina Bo Bardi. Suas considerações colocam, para além da preservação do patrimônio construído, a conservação do que a arquiteta nomeia como “alma popular”, ou seja, a manutenção da população através de melhorias no contexto sócio-econômico e do fortalecimento do uso habitacional.

Podemos observar nas colocações de Lina Bo Bardi uma postura que vai de encontro a elementos aqui trabalhados. O primeiro deles diz respeito ao Patrimônio Imaterial, cujo reconhecimento da importância está presente na defesa da manutenção da população local como detentora da cultura que caracteriza o lugar. O segundo elemento, também vinculado à população, diz respeito à crítica à Gentrificação, ao alertar sobre as demandas sociais e habitacionais desta mesma população.

Este primeiro grupo de intervenções já nos permite identificar elementos fundamentais, norteadores principais das intervenções dirigidas ao Centro Histórico de Salvador e que serão repetidos nas intervenções seguintes. Neste momento já é possível ressaltar o uso do Patrimônio Cultural como justificativa (necessidade de preservação e restauro) e meio de intervenção. Também verificamos o destaque atribuído à atividade turística, foco das intervenções realizadas. O discurso, neste caso, está atrelado à temática do Turismo Cultural, veiculado como forma de promoção da cidade, meio de preservação do Patrimônio Cultural e atividade capaz de gerar incremento econômico para a cidade, viabilizando tanto as ações de conservação e manutenção das edificações existentes quanto novos investimentos.

Por fim, quanto à forma de intervir adotada neste caso, já vemos delineada a estrutura que servirá de base para as intervenções posteriores e que vai de encontro às estratégias de intervenção já identificadas. Quanto a este tema podemos identificar a delimitação de um perímetro restrito, cujo foco centrava-se no Pelourinho, portanto constituindo-se em intervenções pontuais, não considerando a totalidade do tecido urbano. No que se refere ao direcionamento de usos, como apontado acima, vemos que o turismo já se apresentava neste momento como o uso prioritário, em detrimento das problemáticas sociais e econômicas ali presentes, evidenciando a falta de um projeto sócio-econômico mais abrangente. Buscava-se atrair novo público, composto por consumidores e investidores e, ao mesmo tempo, mudar o perfil dos usuários locais, uma população

marginalizada.

Sem solução, os conflitos decorrentes da não inserção da população moradora local às novas propostas para a área, foram se agravando, tornando-se mais evidentes a partir de 1991. Ainda que já houvesse a consciência da ineficiência de intervenções dessa natureza, estes preceitos não foram considerados no momento de implantação das intervenções a partir de 1991 e estas questões continuaram ao largo das discussões centrais, ainda que constassem na base teórica do Programa. Esta problemática acabou sendo prejudicial à própria intenção de incremento turístico para a área, tema central do Programa de Recuperação, forçando a revisão do mesmo a partir do final do ano de 2007.

10.1.2. A Consagração como Patrimônio da Humanidade. Uma Retomada do Projeto Turístico para a Área

O interesse por ações efetivas de intervenção na área foi retomado a partir de 1985, quando o Centro Histórico de Salvador foi reconhecido como Patrimônio da Humanidade pela Unesco. Este reconhecimento colocou em evidência, neste momento, sobretudo a representatividade do Patrimônio Arquitetônico, ainda que o parecer apresentado considerasse, além do referencial construído, também o caráter de “ponto de convergência” cultural (BRAGA, 2008, p. 66, 67), reconhecendo o valor do Patrimônio Imaterial para a constituição da Identidade Cultural local.

Com isso, a área, já marcada por um estado avançado de degradação física das edificações, com imóveis até mesmo em estado ruínas, voltou a chamar a atenção do poder público, fato aliado ainda ao reconhecimento do Pelourinho como um grande potencial turístico para a cidade do Salvador. Esta articulação entre o reconhecimento como Patrimônio da Humanidade e o viés turístico da intervenção proposta ressalta a relação já analisada entre Patrimônio Cultural e Turismo, a princípio classificado também como Cultural.

No ano de 1991, quando Antonio Carlos Magalhães, um político conservador, vinculado às antigas oligarquias locais, assumiu pela terceira vez o governo do estado, as intervenções no Centro Histórico foram retomadas. Estabelecia-se, a partir de então, o *Programa de Recuperação do Centro His-*

tórico de Salvador, que tinha por objetivo, segundo o discurso oficial, a revitalização e reestruturação urbana deste Centro Histórico.

Assim como nos projetos citados anteriormente, a área de atuação, nesta proposta, permanecia concentrada na recuperação do Pelourinho⁴², mantendo-se a visão setorizada e fragmentada desta parcela do território, tanto em relação à cidade como um todo quanto dentro do próprio Centro Histórico. As atividades turísticas e de lazer e diversão também permaneciam como foco principal deste plano, já indicando as problemáticas decorrentes da transformação da cultura local em objeto de consumo, dirigidas a um público usuário específico, mudando as formas de apropriação do local. Estes temas, cerne das intervenções aplicadas a este centro histórico, nos remetem tanto aos marcos teóricos quanto às formas de intervir identificadas. Estes, bem como sua análise conjunta, serão retomados a seguir, quando da descrição das fases e formas de intervenção em cada uma delas.

Para que o projeto fosse possível, inicialmente foram usados recursos do Tesouro Nacional e, em um segundo momento, foram incluídos finan-

42. A escolha da área de intervenção também se justificou por serem quase todos os imóveis desta localidade de propriedade do Estado, possibilitando a intervenção sem maiores confrontos, segundo esclarece Carlota Gottschall (Mestre em Comunicação e Cultura e economista pela Universidade Federal da Bahia – UFBA, coordenadora de estudos da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI, pesquisadora do CULT / UFBA e professora universitária), em depoimento concedido na cidade do Salvador, 30 jul. 2007.

ciamentos de bancos de fomento internacionais e do Brasil, através de venda, desapropriação, pagamento de indenização, concessão de usufruto (de cinco a dez anos) e troca (de imóvel ou área construída). Em relação à população residente, foram adotadas as medidas de desapropriação e pagamento de indenização. O Fundo Geral de Turismo – Embratur, viabilizou as primeiras etapas das obras que tiveram início no Pelourinho, o Banco do Brasil participou através de convênios nas obras de restauração e o Desenbanco, Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia, ao término da primeira etapa, criou uma linha de financiamento para os comerciantes que se transfeririam para o Centro Histórico⁴³.

O processo de escolha das áreas a serem recuperadas teve por critério a importância artístico-cultural dos imóveis e os respectivos estados de arruinamento e degradação. Foram consideradas, como unidades de intervenção, os quarteirões, e não as edificações individualmente e buscou-se implantar infra-estrutura em rede de água, contra incêndio, esgotamento sanitário, telefone e energia elétrica (IPAC, 1996). As estratégias de intervenção foram divididas em cinco categorias – Restauro (edifícios de maior importância), Recuperação Estrutural e Funcional (dar condições de uso a edifícios sem condições de serem restaurados integralmente), Reconstrução (imóveis parcialmente desabados), Conservação (imóveis em bom estado), Construção (utilizar terrenos de imóveis completamente desaparecidos para construção de novos equipamentos) e Agenciamento, Urbanização e Paisagismo (trata-

mento dos espaços internos das quadras para lazer e convivência)⁴⁴.

As instituições envolvidas no Projeto de Requalificação do Pelourinho eram, a princípio, o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC), a Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador e a Prefeitura da cidade. Foram ainda envolvidos diretamente com o projeto o Governo do Estado da Bahia, os proprietários dos imóveis, as organizações culturais e sociais e os proprietários de negócios na área. O projeto foi ainda apoiado pelo IPHAN e BNDES. O Plano Diretor para a intervenção no Centro Histórico de Salvador foi colocado sob a responsabilidade da Secretaria de Cultura, através do IPAC.

Uma Carta de Referência (NOBRE, s.d.) foi lançada pelo Governo do Estado da Bahia em 1991, na qual é possível identificar os objetivos da proposta. Estes abrangiam aspectos desde o aumento da oferta de estacionamentos e melhoria da infraestrutura (redes de água, esgoto, energia, telefone e combate a incêndios), até a recuperação dos espaços públicos e dos imóveis (monumentos históricos e demais edificações de valor patrimonial)⁴⁵.

Quanto à distribuição das novas atividades, esta deveria respeitar a vocação da área e dos espaços, não degradar os imóveis, gerar emprego e atrair consumidores (IPAC, 1996). Considerando o potencial econômico, a função destes em relação à cidade e região metropolitana seria redefinida, a fim de

44. *Idem*.

45. *Ibidem*, p. 12, 13.

43. Governo do Estado da Bahia, IPAC, Conder, 1995.

promover condições sustentáveis⁴⁶ de preservação através do desenvolvimento de atividades econômicas. Estas seriam ainda subsidiadas pelo Estado da Bahia através de aluguéis reduzidos, manutenção de imóveis sem custo ao proprietário e financiamento de um programa de animação do espaço público com shows gratuitos, o Programa Pelourinho Dia & Noite. A área recebeu também um policiamento diferenciado do restante da cidade.

A expectativa em relação à recuperação do Pelourinho era de que a mesma pudesse gerar uma valorização dos imóveis e com isso possibilitar o retorno dos investimentos públicos e o aumento da visitação turística (BOTELHO, 2005). Para atingir tal expectativa, as atividades de intervenção foram divididas em duas fases, sendo estas, por sua vez, subdivididas em mais quatro etapas cada uma. As características das fases de intervenção, bem como as implicações destas, são descritas a seguir.

46. A referência ao tema da Sustentabilidade, como forma de legitimação das ações intencionadas, não é acompanhada de nenhum esclarecimento quanto ao significado deste no contexto do Programa. O mesmo aparecerá novamente quando da reformulação da proposta.

10.1.3. Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador. Fases de Intervenção, Diretrizes e Formas de Atuação

A primeira fase de intervenção do Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador, realizada entre os anos de 1992 e 1995, e que corresponde às etapas de um a quatro, deu início ao processo de intervenção maciça por parte do governo estadual no Centro Histórico de Salvador. Esta se ateve, sobretudo, em trechos do Passo, Terreiro de Jesus e principalmente no antigo bairro do Maciel (este sendo definitivamente incorporado ao corredor turístico entre o Terreiro de Jesus e o Passeio do Pelourinho), abrangendo um total de 334 imóveis. A justificativa para as ações realizadas nesta fase foi baseada na perspectiva de se atender às demandas de atração do maior número possível de turistas para a cidade. Dessa forma, as principais atividades previstas neste momento diziam respeito à realocação de usuários e à readequação das atividades à vocação da área e aos espaços dos imóveis, privilegiando bares, restaurantes, galerias, lojas e eventos.

Na segunda fase, dividida entre as etapas de cinco a oito e iniciada em 1995, foram realizadas obras de estabilização de imóveis em risco (setenta unidades), consolidação do Espaço Cultural / Centro de Vivência – “Pelourinho Dia & Noite”, manutenção da infra-estrutura, proteção de monumentos e recuperação de edifícios históricos (305 ao todo), como a restauração da Catedral Basílica e da Igreja e Convento de São Francisco, e a criação do Escritório de Gestão do Pelourinho. O trânsito dentro

do Pelourinho foi fechado depois de concluído um estacionamento de sete pavimentos para carros, com entrada pela Baixa do Sapateiro, dando acesso aos pedestres pela rua das Laranjeiras (FREITAG, 2005). Nesta fase, o projeto caracterizou-se, de um lado, pela busca de financiamento externo e, de outro, por uma maior cautela do Estado em implantar as intervenções. Este cuidado deriva dos questionamentos, cada vez mais incisivos, quanto às ações que vinham sendo realizadas, que deixavam cada vez mais claro o viés turístico da intervenção e o não atendimento à demanda social local. Estas críticas se tornariam mais evidentes a partir da sétima etapa de intervenção, culminando na revisão do plano, hoje em curso.

A “refuncionalização” dos edifícios históricos favoreceu a concessão de créditos para lojas de artesanato, butiques, joalherias, restaurantes, cafés, bares, entre outros. O Estado e o Município instalaram bancos, escolas primárias e profissionalizantes bem como prédios públicos (IPAC, Museu da Cidade, Solar do Ferrão), correio, posto de saúde e de polícia.

Na Figura 06 estão representadas as duas fases de intervenção acima mencionadas, bem como são apresentados os dados sobre as diferentes etapas que as compõem.

ETAPA
7



BRAGA, Jun. 2008
Rua de São Francisco

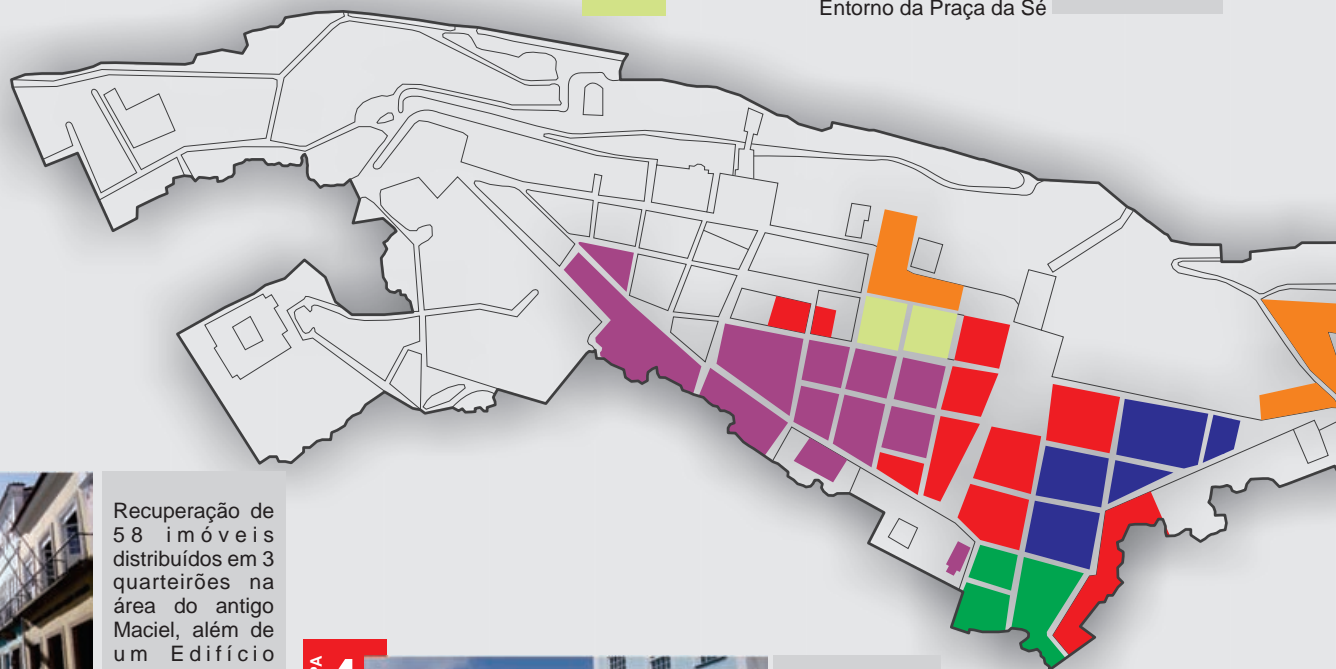
Localizada nas imediações da Ladeira da Praça, rua São Francisco e Monte Alverne, esta etapa contempla a restauração de 130 imóveis em 8 quarteirões e mais 7 imóveis tombados individualmente pelo IPHAN. Nesta etapa o Governo do Estado contará, também, com recursos do Programa MONUMENTA e da CAIXA, que financiará a implantação de habitações nos imóveis.

ETAPA
5



BRAGA, Jun. 2007
Entorno da Praça da Sé

Intervenção em 2 quarteirões na área da Praça da Sé, com restauração de 48 imóveis.



ETAPA
3



BRAGA, Jun. 2007
Rua das Laranjeiras

Recuperação de 58 imóveis distribuídos em 3 quarteirões na área do antigo Maciel, além de um Edifício Garagem para estacionamento de 500 veículos e a Igreja de São Miguel.

ETAPA
4



BRAGA, Jun. 2007
Entorno do Terreiro de Jesus

Localizada na área do Terreiro de Jesus e Cruzeiro de São Francisco, esta etapa contemplou a restauração de 183 imóveis em 8 quarteirões.

ETAPA
1



BRAGA, Jun. 2007
Encontro das ruas Gregório de Mattos
e João de Deus

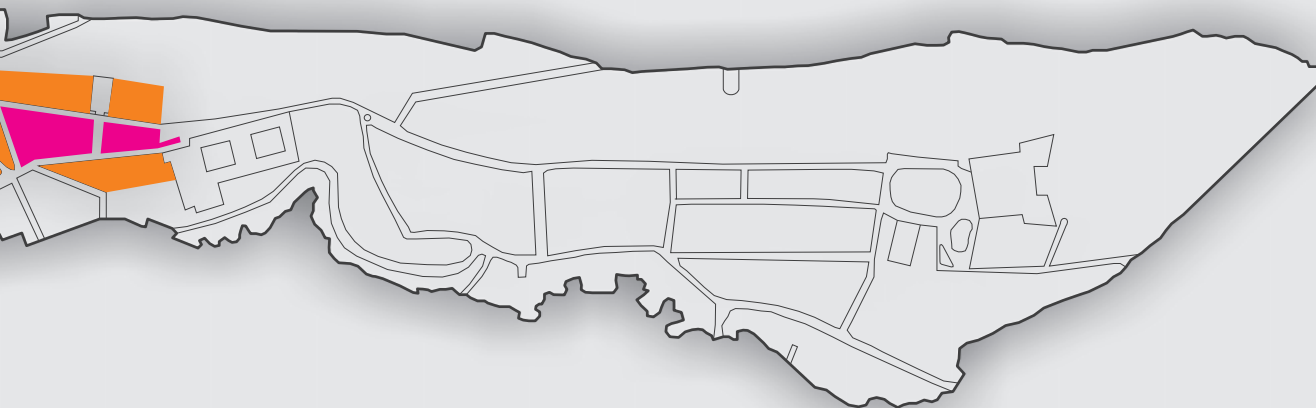
Compreende 4 quarteirões na área central, contíguos à rua Gregório de Mattos, nos quais estão inseridos 89 imóveis. Nesta etapa foram implantados 3 largos internos aos quarteirões que são utilizados para eventos e atividades culturais. Foi implantado também um estacionamento para 62 veículos.

ETAPA
6



BRAGA, Jun. 2007
Rua do Carmo

Recuperação de 83 imóveis em diversos quarteirões localizados nas ruas do Passo, do Carmo e Largo do Pelourinho, além da fachada do antigo Cinema Excelcior e a Praça da Sé.



BRAGA, Etapas de intervenção no Centro Histórico de Salvador, 2013.

ETAPA
2



BRAGA, Jun. 2007
Escadaria do Passo

Recuperação de 2 quarteirões situados entre as ruas do Carmo e do Passo, com 47 imóveis localizados nas imediações da escadaria da Igreja do Passo, onde foi filmado o "Pagador de Promessas".

FIGURA 06

Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador:
Etapas de Intervenção

Fonte dos dados: CONDER

Para a recuperação dos imóveis foram previstos financiamentos tais como o da Caixa Econômica Federal, que se dispôs a financiar a reabilitação de habitações, e ainda o projeto Monumenta-BID, que financiou US\$ 5,6 milhões ao Centro Histórico. Ainda que o tema da habitação estivesse contemplado na destinação dos financiamentos, isso de fato pouco ocorreu. Até que a sexta etapa de intervenção fosse concluída, nenhuma das ações previstas e implantadas haviam sido destinadas à questão habitacional.

No que se refere à Caixa Econômica Federal, através do *Plano de Revitalização de Sítios Históricos*, e em parceria com a prefeitura de Salvador, foram implantados os projetos *Revitalização da Área do Comércio* e *Projeto Rememorar*⁴⁷. Este último, realizado entre junho de 2003 e março de 2005, no Santo Antonio, quinta sub-área do Centro Histórico de Salvador, refere-se à conversão de imóveis em ruínas em habitação, através da captação de recursos para recuperação das fachadas e telhado e reconstrução interior através do PAR (Programa de Arrendamento Residencial⁴⁸), o que permitiria

47. As informações a respeito do *Projeto Rememorar* foram retiradas do site do projeto, <<http://www.projetoememorar.com.br>>. Às tentativas de contato com o Programa, tanto para solicitação de maiores informações sobre os projetos quanto para pedido de autorização de uso das imagens, não obtivemos retorno. Em novas tentativas de acesso, o site encontrava-se fora do ar. Dados sobre este programa foram também encontrados no site da ONG *Moradia e Cidadania*, <<http://www.moradiaecidadania.org.br/>>. No entanto, as informações apresentadas são um resumo daquelas contidas no site anterior e também não obtivemos retorno na tentativa de contato.

48. O PAR, Programa de Arrendamento Residencial, foi criado com o intuito de atender à necessidade de moradia da população de baixa renda, oferecendo arrendamento com a possibilidade de compra ao final do prazo contratado. Promovido pelo Ministério das Cidades, o PAR tem como agente executor a Caixa Econômica Federal, sendo o agente fi-

que famílias com até seis salários mínimos de renda pudessem ocupar os imóveis. Devido ao estado de ruínas de diversas edificações, a ONG Moradia e Cidadania - BA, elaborou um projeto, apresentado ao Ministério da Cultura, para captação de recursos para restauração de cinco imóveis, que seriam transformados em condomínios, totalizando 41 unidades habitacionais. A solução adotada seguiu um padrão de tipologia, apesar dos imóveis serem bastante diversos quanto à tipologia original, estilo arquitetônico e metragem.

É certo que os imóveis selecionados nesta área estavam em avançado estado de degradação e necessitavam ser recuperados. No entanto, é possível questionar a escolha desta sub-área como prioritária para a intervenção, já que esta, juntamente com a sub-área do Carmo, é a que conserva de forma mais efetiva o uso habitacional e mantém os usos tradicionais e cotidianos (BRAGA, 2008).

O Programa Monumenta, em Salvador (BA)⁴⁹, caracterizou-se pelo financiamento de obras de recuperação de Monumentos (como a Casa dos Santos da Ordem Terceira de São Francisco), em Espaços Públicos (circulação viária, sinalização,

nanciador o FAR, Fundo de Arrendamento Residencial. Criado para auxiliar municípios com mais de cem mil habitantes e famílias moradoras de centros urbanos, este não se mostrou compatível com as demandas da população moradora do Centro Histórico de Salvador pois é destinado a famílias com seis salários mínimos de renda.

49. Ministério da Cultura. Programa Monumenta. Disponível em <http://www.monumenta.gov.br/site/?page_id=208>. Este programa, direcionado às cidades históricas protegidas pelo IPHAN, traz em seu corpo de diretrizes a promoção da preservação do patrimônio histórico de forma vinculada ao desenvolvimento econômico e social. As obras são realizadas através de financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e com apoio da Unesco. Quanto às obras realizadas em Salvador, a parceria com o Monumenta diz respeito à recuperação das fachadas e dos telhados dos imóveis.

drenagem, pavimentação, paisagismo e iluminação pública) e em imóveis privados (46).

Desta forma, chegava-se ao final da sexta etapa de intervenção tendo o investimento na atividade turística e a problemática relativa à redução do uso habitacional como as duas principais características do Programa de Recuperação. A evidente restrição ao uso residencial pode ser comprovada pelos dados relativos aos usos destinados à área recuperada do Centro Histórico – comercial (25%), serviços (23%), lazer e animação (17%), artes e ofícios (15%), lanches e afins (7%), hospedagem (4%) e habitação (9%) (BONDUKI, 2010, p. 333). Esta relação desigual quanto aos investimentos destinados à área de intervenção e a restrição à habitação resultaram em impactos sobre a sétima etapa de intervenção, que se iniciava. Além das críticas geradas, este modo de atuação acarretou também em conflitos com moradores remanescentes.

A área abrangida pela sétima etapa⁵⁰ (Figura 07) possui 145 imóveis, entre monumentos e imóveis privados e públicos, cujo estado de conservação varia entre regular, péssimo e em ruínas (BONDUKI, 2010, p. 336). A maioria deles possui de dois a três pavimentos, podendo chegar a cinco pavimentos em alguns casos, com dois cômodos em média. O uso predominante é residencial (sistema de aluguel, com infra-estrutura precária e banheiros coletivos locali-

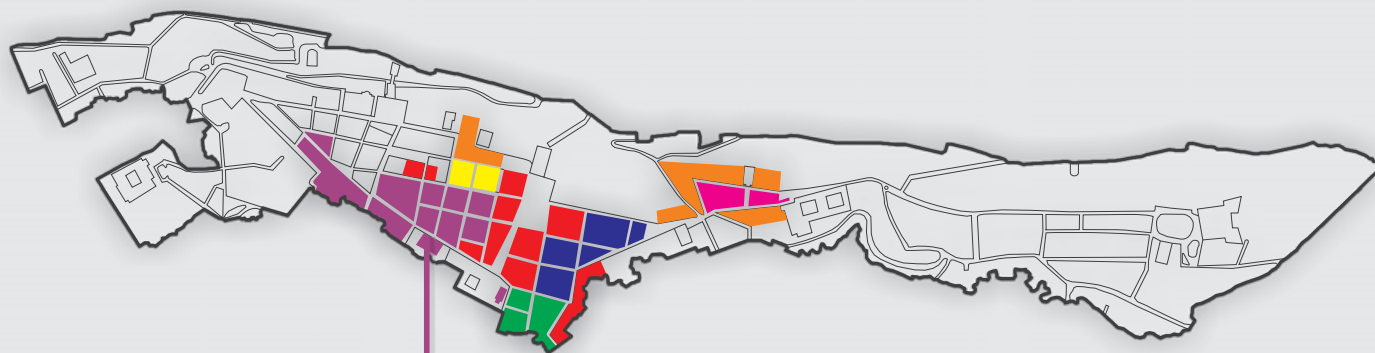
zados na área externa à residência⁵¹), sendo alguns de uso misto e dez institucionais. Quanto aos moradores desta área, a maioria tem baixos rendimentos e escolaridade.

No que se refere às intervenções nas edificações, estas concentram-se no restauro (33 imóveis, sendo onze monumentos, como a Igreja da Ordem Terceira de São Francisco), reconstrução (26), recuperação funcional e/ou estrutural (22), conservação da fachada e cobertura (39), criação de seis áreas livres e oito desapropriações (BONDUKI, 2010, p. 336). O projeto para esta etapa previa ainda o estabelecimento de um estacionamento e obras de infra-estrutura, como circulação viária, drenagem, pavimentação e paisagismo (MOURAD, s.d.). A intenção inicial para esta etapa era, segundo Bonduki (2010, p. 334, 335), instalar um Centro de Serviços Municipais, visto que no entorno estão a prefeitura e outras secretarias municipais.

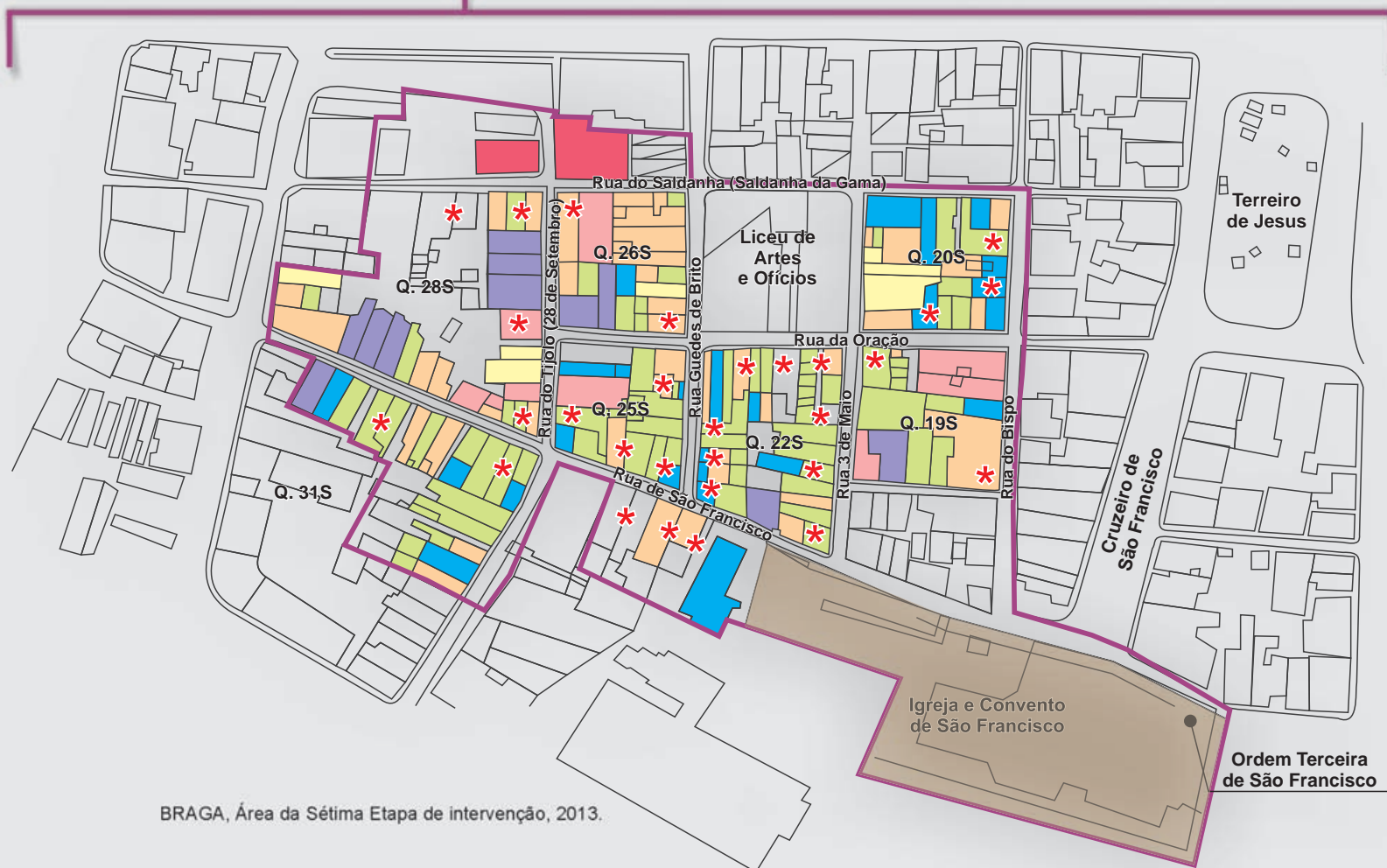
O uso habitacional ali previsto apoiava-se na remoção das famílias ali estabelecidas e “(...) sua substituição por outras de renda mais elevada (...)” (BONDUKI, 2010, p. 337). As unidades habitacionais seriam destinadas aos servidores públicos estaduais através do Programa Habitacional para Funcionários do Estado – Prohabe.

50. Quanto às ações propostas, a sétima etapa conta com a participação do IPAC, é conduzida pela Conder, vinculada à Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano, através do Programa Monumenta e financiada pelo Ministério da Cultura e BID (Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, 2007).

51. *Relatório de análise crítica da pesquisa sócio-econômica do Projeto Centro Histórico – Sétima etapa e Barroquinha*. Acervo do IPAC (UNESCO; CONDER, s.d.)



BRAGA, Etapas de intervenção no Centro Histórico de Salvador, 2013.



BRAGA, Área da Sétima Etapa de intervenção, 2013.

RESIDÊNCIA



BRAGA, Jun. 2008
Rua do Bispo

Parte das edificações que apresentam uso habitacional nesta área foi ocupada, ao longo do tempo, por diversas famílias. Estas edificações, de moradias unifamiliares, foram convertidas de forma irregular em unidades multifamiliares, marcadas pela precariedade das instalações e subdivisões dos espaços.

RUÍNA



BRAGA, Jun. 2008
Rua da Oração

Esta vista da área a partir de um imóvel localizado na rua da Oração é representativa do estado de ruínas que caracteriza grande parte dos imóveis inseridos no perímetro da Sétima Etapa de Intervenção. A precariedade destas edificações compromete a preservação do conjunto e representa risco àqueles que circulam por estas ruas.

IMÓVEIS TOMBADOS



BRAGA, Jun. 2008
Igreja da Ordem
3ª de São Francisco

A Igreja da Ordem Terceira de São Francisco é representativa do Patrimônio Arquitetônico tombado e preservado na área da Sétima Etapa. Nesta área, diferentemente das demais, são poucas as edificações que encontram-se em bom estado de conservação e que são tombadas isoladamente.

Área da Sétima Etapa

Imóveis tombados

Ruína

Comércio

Residência

Serviço

Sem uso

Obras IPAC

Lacrado sob vigilância do IPAC,
mediante contrato específico para Sétima Etapa

* Locais onde residiam 1292 famílias

FIGURA 07

Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador:
Caracterização da área da Sétima Etapa de Intervenção

Fonte dos dados: CONDER; MOURAD, 2011

À esta substituição dos moradores e reabilitação dos imóveis eram associados “impactos positivos”:

(...) aumento da segurança pública, redução do tráfico e prostituição, geração de empregos e renda e fortalecimento da vida comunitária e do turismo, além de impactos econômicos, relacionados com a melhoria na acessibilidade e com a valorização dos imóveis inseridos na área de intervenção e entorno. (BONDUKI, 2010, p. 338)

Quanto à população moradora local, a intenção inicial era, a partir do cadastramento dos habitantes, já realizado no início do projeto, calcular a indenização a ser concedida a cada família para saída da área. Segundo as diretrizes iniciais do projeto, os moradores da área poderiam, quando do início das obras de intervenção, receber indenização ou serem transferidos para um conjunto habitacional na periferia da cidade. Sobre este tema, Mourad (s.d.) reforça a existência de um processo de exclusão ao ponderar que as ações envolvidas na sétima etapa previam:

(...) recuperação para o uso residencial em larga escala, incorporando a diversidade de uso, mas não a diversidade social. A possibilidade de abertura do acesso à moradia para a população residente nem foi cogitado. (MOURAD, s.d.)

No entanto, algumas famílias (103, das 1674 que habitavam a área antes do início da intervenção; em 2008 mais uma família retornou à área, passando a somar 104) protestaram contra esta remoção e passaram a reivindicar seu direito de permanecer na área⁵², organizados através da AMACH – Associação dos Moradores e Amigos do Centro Histórico⁵³. Estas discussões culminaram na paralisação das obras no momento da sétima etapa, que passou a ser reformulada, buscando-se incorporar a participação das famílias locais ao processo.

52. Reabilitação associada ao patrimônio histórico, A experiência de Salvador, in *Reabilitação de Centros Urbanos* 3, pg 52 a 56, Ministério das Cidades.

53. A AMACH foi fundada em três de julho de 2002, por moradores da área. De acordo com um dos moradores, foi o movimento de turistas que os despertou para a importância da área, antes mesmo do início da intervenção em 1991. Segundo ele, apesar do aspecto precário das edificações e das atividades de venda de drogas e prostituição, havia grande movimento de turistas, sobretudo estrangeiros, que conviviam de forma pacífica com esta dinâmica. Este processo, juntamente com o contato com estudantes universitários, que traziam a eles informações sobre a área, os fez perceber a importância daquele local e seu significado.

10.1.4. Momento de Inflexão. Queda do Turismo, Críticas e Mobilização Popular

A resistência da população em deixar o local e o conseqüente estabelecimento de um longo período de discussões quanto à permanência das famílias na área, proporcionado pelo movimento da AMACH, reforçou a atenção para uma problemática que já se fazia presente desde o início das intervenções, em 1991, a mudança do perfil da área pela substituição do público morador pelo usuário. A conseqüência imediata das reivindicações das famílias locais foi a paralisação do processo de intervenção, em novembro de 2002, impedindo que a etapa sete se iniciasse.

Para se contrapor a esse modelo de renovação urbana excludente, a Associação dos Moradores e Amigos do Centro Histórico de Salvador (AMACH) denunciou a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – CONDER pela violação do Direito à Moradia. O movimento organizou atos públicos, entrevistas em jornais e revistas e entrou com uma Ação Civil Pública no Ministério Público Estadual contra o governo do Estado da Bahia. (MOURAD, s.d.)

Para que o impasse fosse solucionado e as obras pudessem ter prosseguimento, um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) foi assinado, em 2005, entre o Governo do Estado, o Ministério Público da Bahia e a Conder. Este teria a função de garantir a

permanência das famílias restantes no local, o remanejamento, dentro do próprio Centro Histórico, durante o período de restauro dos imóveis⁵⁴ e a participação, através da AMACH, nas discussões e negociações sobre o projeto⁵⁵.

Este remanejamento das famílias, durante as obras, ressalta Mourad (s.d.), deveria priorizar aquelas que se encontravam em situação de risco e permitir que continuassem a desenvolver suas atividades econômicas. Os projetos deveriam levar em consideração a composição familiar e preferencialmente permitir sua permanência “(...) nas casas “historicamente” habitadas” (MOURAD, s.d.). A AMACH receberia uma sede definitiva e a associação participaria da definição dos equipamentos coletivos a serem implantados.

Com isso, parte dos imóveis da área passou a ser destinada à habitação de interesse social, sendo o principal critério de análise para a seleção o estado de conservação das edificações. Devido às alterações tipológicas internas que este uso exige, os imóveis selecionados seriam aqueles em estado avançado de degradação, realizando-se o restauro

54. *Revitalização de Salvador*. Disponível em <http://www.cultura.gov.br/noticias/noticias_do_minc/index.php?p=11596&more=1&c=1&pb=1>.

55. A Associação conta com o auxílio de uma arquiteta, que explica aos moradores os projetos apresentados pela Conder para as habitações de interesse social e recebe as opiniões dos mesmos. São as famílias que decidem onde irão morar após a conclusão das obras, definindo a rua e quadra onde desejam se estabelecer, levando-se em conta a composição familiar e o tipo de habitação oferecida. Cada imóvel recuperado abrigará mais de uma família, e mesmo os subsolos serão ocupados.

das fachadas, para garantir a ambiência histórica, porém, alterando-se a composição interna.

O fato é que, ao mesmo tempo em que o conflito resultante da problemática habitacional ocorria, representado pelas reivindicações da população moradora, que colocou em xeque o até então modelo de intervenção pautado na remoção da população local para dar lugar a um público de maior renda, outra problemática também tomava conta da área. Observava-se o insucesso do Programa a partir da queda do movimento turístico, uso tão almejado e até então a intenção mais importante da intervenção. De fato, este preocupante quadro de decadência e abandono da área, como as novas revisões viriam demonstrar, era na verdade a motivação principal para uma necessária reflexão e busca de alternativas para a forma de condução do mesmo.

Outro elemento importante, que teve papel fundamental na decisão de mudar o perfil da intervenção, dizia respeito ao acesso aos recursos do Programa Monumenta. O impedimento que havia nesse sentido era decorrente das críticas até então direcionadas ao projeto, considerado um modelo esgotado e excludente, que deveria “(...) reintroduzir a função residencial visando ao uso permanente e contínuo da área” (MOURAD, s.d.).

A partir deste contexto, no final de 2007, iniciou-se um processo de revisão e reformulação da intervenção. Este se deu a partir da criação de um novo conselho para gerenciar a área, o Conselho Gestor do Centro Antigo (CAS), coordenado pelo Escritório de Referência do Centro Antigo, chefiado pela arquiteta Beatriz Lima.

Nesse sentido, os conflitos estabelecidos, que obrigariam à reformulação de aspectos relativos à sétima etapa de intervenção, foram apropriados pelo novo discurso, anunciados como elemento a partir do qual se faria uma reflexão mais abrangente sobre o Programa de Recuperação como um todo. Tomando como mote a problemática habitacional, assumindo que as etapas até então realizadas haviam sido negligentes ao não atenderem à demanda social local, estabeleceu-se a necessidade de revisão do Programa e de seu foco de atuação.

Na realidade, os rumos tomados pela nova proposta, como a retomada das ações de intervenção viriam demonstrar, continuariam carregados da dificuldade em conciliar o interesse econômico às necessidades que o aspecto social impõe. Ainda assim, é necessário reconhecer a participação da AMACH, e as conquistas por ela alcançadas, como um elemento fundamental às reformulações do Programa.

Ainda que este novo projeto esteja ainda hoje em processo de desenvolvimento e implementação e, portanto, podendo ainda vir a sofrer alterações, fica evidente a tese de que a participação popular constitui-se em importante agente de transformação das formas de intervir e meio para o resgate de aspectos culturais que se perdem em muitas propostas. Mesmo que o novo plano de intervenção mantenha a promoção do turismo como ideal a ser atendido, o movimento organizado pela AMACH ganhou visibilidade e se tornou um interlocutor com o qual o diálogo se faz obrigatório, constituindo-se em referencial importante ao questionamento das for-

mas de intervir neste centro histórico e que podem contribuir para a ampliação do debate sobre este tema em outras Áreas Centrais Históricas que passam por processos similares de intervenção urbana.

10.1.5. Uma Nova Proposta? O Plano de Reabilitação e a Retomada da Sétima Etapa de Intervenção

A partir da necessidade de revisão das formas de intervir até então adotadas pelo *Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador*, passou-se a uma fase de reformulação das bases de intervenção, estabelecendo-se um novo projeto, este denominado *Centro Antigo de Salvador. Plano de Reabilitação Integrado e Participativo*. Este processo de revisão se pautou em aspectos que incluíam desde a redistribuição de atribuições entre os órgãos envolvidos, alteração da área de abrangência, até as novas propagandas veiculadas sobre o projeto⁵⁶.

Em relação à Articulação Institucional, os principais problemas a serem solucionados diziam respeito à superposição de atribuições entre os atores na gestão da área, a convergência de ações e projetos e identificação e articulação dos parceiros potenciais. A solução proposta baseia-se na definição de funções, com articulação com a iniciativa privada e o levantamento de projetos existentes e não implantados. Quanto à redistribuição das atribuições de cada órgão e entidade dentro do Plano, os compromissos assumidos foram divididos em cinco instrumentos ficando, cada um deles, responsável pela realização de um objetivo. O Decreto número 10.478/07 estabelece as diretrizes a aprova os planos estratégicos; o Acordo de Cooperação Técnica elabora o Plano de Reabilitação; o Convênio entre

Ministério das Cidades e SEDUR (Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Bahia), por sua vez, elabora e implementa a primeira etapa do Plano; através do auxílio da UNESCO, foi determinada a elaboração do “plano de sustentabilidade para a reabilitação, preservação e valorização”; por fim, o SEBRAE é responsável por desenvolver ações em parceria (segundo dados do Plano de Reabilitação, 20% das atividades desenvolvidas na área são destinadas ao comércio e 29,3% aos serviços, nesse sentido, as ações previstas visam capacitar a mão de obra local, diminuir a incidência de atividades informais e incentivar negócios ligados a atividades culturais).

A estrutura de funcionamento também foi alterada e agora passa a se dividir em quatro níveis de atuação. O primeiro deles é o *Estratégico* que, de responsabilidade do Grupo Executivo, tem por atribuição coordenar as ações, diretrizes, deliberação e aprovação. O segundo, *Operacional*, é de responsabilidade do Escritório de Referência do Centro Antigo de Salvador (ERCAS) e tem como função a gestão, articulação e execução. Em seguida está o nível *Participação*, que diz respeito às Câmaras Temáticas⁵⁷. Por fim, o nível *Técnico*, realizado pelos grupos de trabalho, é responsável pelo Estudo, Planejamento e Suporte Técnico.

56. Os dados apresentados a seguir foram retirados de Conselho Gestor do Centro Antigo (2008) e Governo do Estado da Bahia (2010).

57. Estas são divididas em Cultura, Educação, Turismo e Lazer (1); Planejamento, Comércio, Serviço, Emprego e Renda (2); Direitos Humanos, Segurança, Cidadania e Justiça (3); Habitação, Infra-estrutura, Meio Ambiente e Mobilidade (4).

A área de abrangência vinculada à nova proposta foi ampliada em relação ao Programa anterior, correspondendo a 2,25% da área de Salvador e abrangendo 14 bairros. Segundo o Escritório de Referência do Centro Antigo, a nova área, com sete Km², definida como *Centro Antigo*, engloba o Centro Histórico, que representa 21% da população residente do Centro Antigo, a Área de Proteção Rigorosa Municipal e a Área Contígua à de Proteção Rigorosa (Lei Municipal número 3.289/83) (Figura 08).



FIGURA 08

Centro Antigo:
Delimitação da área de abrangência

Fonte dos dados: Escritório de Referência do Centro Antigo

A partir desta redefinição da área alvo das intervenções, novas diretrizes foram formuladas, utilizando-se para este fim tanto as leis de Incentivos Fiscais⁵⁸ quanto as legislações do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU 2008), cujas prioridades estão voltadas à criação de um Plano Específico para o Centro Antigo, “complementando ações de preservação, recuperação e possibilidades de sustentação econômica”. As novas diretrizes de intervenção, definidas para atender a esse conjunto de mudanças proposto, foram divididas em cinco pontos principais. Estes dizem respeito à composição de um Plano Urbanístico, modernização do porto, ordenamento e controle do comércio informal, o fortalecimento da área como uma centralidade de valor simbólico, cultural, político e econômico e a reversão da tendência de esvaziamento através de medidas que priorizem os usos residenciais e atividades complementares e estímulo a novos empreendimentos multiresidenciais e de uso misto.

Estabelecidas as diretrizes, a implementação do projeto passa a se estruturar a partir das “Estratégias de atuação para a Reabilitação”, considerando-se que o novo Plano de Reabilitação deve ser conduzido de forma “integrada e participativa”, com ações que apresentem resultado a curto, médio e longo prazo, de acordo com a urgência na busca por soluções para os problemas enfrentados na área.

Foram consideradas ações prioritárias a

58. Em relação aos incentivos fiscais, estão previstas as isenções de IPTU e ISS para empreendimentos no CAS (Legislação Urbanística e Cultural, número 6.779/05), incentivos à instalação de empresas de tecnologia e financeira (Lei número 6.779/05) e a isenção de impostos para o apoio a projetos culturais, incluindo a preservação do Patrimônio Material e Imaterial (Lei número 6.800/05).

curto prazo⁵⁹ aquelas relacionadas à sistematização das propostas apresentadas pela sociedade civil, englobando, em tese, as considerações da população quanto às intervenções necessárias na área. Dentro destes aspectos, destacaram-se, em primeiro lugar, as ações voltadas às áreas de cultura, lazer e educação; em segundo lugar, questões sociais e de segurança. O turismo aparece apenas em terceiro lugar nas preocupações da população local, ao lado de questões como limpeza e meio ambiente.

Estas novas diretrizes e formas de intervir agora adotadas têm no novo título do projeto de intervenção e no novo slogan associado à proposta, a intenção de se posicionarem de forma contrária às ações até então realizadas e duramente criticadas. Busca-se, desta forma, uma afirmação e aceitação da nova forma de atuação, antes mesmo que as ações sobre o território sejam concretizadas.

A partir do momento em que se passa a adotar a expressão *Centro Antigo de Salvador*, o novo plano busca contrapor-se ao anterior no que diz respeito à abrangência da área de atuação, anteriormente restrita à parcela do centro histórico. Esta alteração na definição da área de intervenção, que agora se apresenta mais abrangente, nos remete à crítica quanto aos perímetros delimitados de atuação que as intervenções adotam, levando a processos de segregação e fragmentação do território. Ao propor-se *Integrado e Participativo*, indica levar em consideração as necessidades e desejos da população, desvinculando a nova imagem da prática anterior

59. As demais atuações, que demandam um maior tempo de elaboração, desenvolvimento e implantação, dizem respeito ao investimento público em habitação, Monumentos, manutenção e infra-estrutura.

de expulsão da população local. Quanto ao slogan, que veicula a idéia de morar e trabalhar na área, a mescla de usos aponta para a integração da área à dinâmica urbana da cidade e ressalta os atributos culturais. Este último item está ainda atrelado à habitação, antes negligenciada, e aos aspectos econômicos, que não deixam de existir.

No entanto, as ações empreendidas por este novo plano são relativamente recentes e não podem ser tomadas como mudanças concretas e efetivas nos caminhos tomados, mas sim como indicações de novas perspectivas de atuação, que se pretende implementar até 2014. O cuidado em avaliar a nova postura adotada se dá pelo fato de, em muitos casos, as ações concretas realizadas não corresponderem às intenções pretendidas.

Podemos verificar esta incongruência entre discurso e forma de atuação através da análise da maneira como vem sendo tratada a questão da habitação no contexto da sétima etapa de intervenção, elemento que teve papel fundamental na transição do Programa de Recuperação ao Plano de Reabilitação. As primeiras análises quanto à forma de tratamento da questão habitacional, ressaltada como aspecto principal desta “mudança de postura”, nos dão indicações das reais intenções do Plano, ainda que com uma nova roupagem.

Após a entrega do primeiro imóvel recuperado para habitação de interesse social aos moradores remanescentes da área, em outubro de 2007, os resultados do desenvolvimento do projeto habitacional, que abrange 76 edifícios, sendo 338 unidades habitacionais e 55 pontos comerciais, indicam dois

aspectos que merecem destaque. O primeiro deles diz respeito à localização das habitações dentro da área da sétima etapa e o segundo refere-se à qualidade das habitações construídas (Figura 09).

O projeto de recuperação das edificações para reconversão em unidades habitacionais está apoiado em dois programas, o Programa de Habitação de Interesse Social (PHIS) e o Programa de Habitação para Servidores Estaduais (PROHABIT). O primeiro contempla 103 apartamentos e treze pontos comerciais, destinados aos antigos moradores, reunidos através da AMACH. O Segundo programa é direcionado aos servidores públicos estaduais, intenção já presente antes da reformulação do plano, com 234 unidades habitacionais e 42 pontos comerciais.

Para a realização destes projetos, o Monumenta participaria da restauração das fachadas e recuperação dos telhados das edificações, sendo o valor por ele aportado redirecionado ao Fundo Municipal de preservação, para o financiamento de ações posteriores de conservação e restauro. O governo do estado, por sua vez, faria o pagamento das indenizações referentes aos imóveis privados e o Ministério das Cidades concederia um subsídio de 17,5 mil reais para cada família dos antigos moradores. Para as obras destinadas aos servidores públicos, o Fundo de Previdência do Estado financiaria as habitações (BONDUKI, 2010, p. 345).

A partir destas duas demandas habitacionais, e da forma como foram distribuídas no território, pode-se reconhecer o primeiro ponto de análise, a localização das unidades como elemento segrega-

dor da população no espaço urbano. Nesse sentido, Mourad (s.d.) observa que nas quadras mais próximas aos monumentos e à Praça do Terreiro (19S e 20S), portanto mais valorizadas por apresentarem potencial turístico, foram selecionados catorze imóveis para uso residencial. No entanto, nenhum deles faz parte do PHIS, ainda que muitos moradores ocupassem esta área e apesar da premissa acordada de manutenção das famílias nos espaços por elas ocupados antes do início das obras.

Para reforçar esta separação entre as famílias mais pobres e os servidores públicos, definindo territórios e impedindo a alegada “mistura social”, aos primeiros foram destinados imóveis na área mais estigmatizada do perímetro de intervenção. Na quadra 31S, entre as ruas São Francisco e 28 de Setembro, estão onze dos 21 imóveis selecionados para o PHIS, portanto 52% do total (MOURAD, s.d.).

Outro problema ressaltado por Mourad (s.d.) neste processo de seleção das áreas destinadas à habitação, além da segregação da população no território, diz respeito ao comprometimento das formas de vivência anteriormente estabelecidas:

A recuperação do patrimônio desarticula as relações sociais, quando não se preocupa em conservar a diversidade cultural, onde o cotidiano de grupos e categorias sociais são reconhecidos como dignos. (MOURAD, s.d.)

Quanto ao segundo ponto, a qualidade das habitações, cabem as análises realizadas por BONDUKI (2010). Os elementos destacados pelo autor

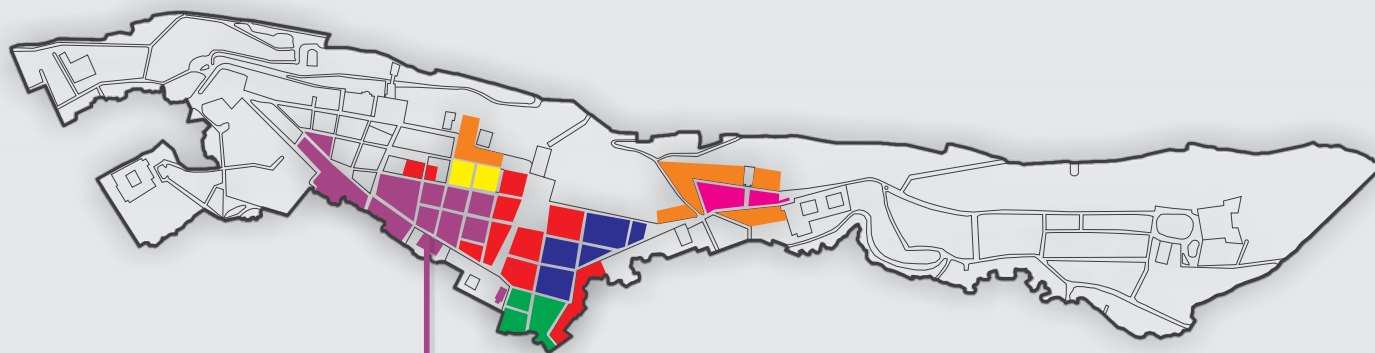
dizem respeito à dificuldade de intervenção em áreas preservadas, a não incorporação de outros usos às edificações e o acompanhamento pós-ocupação.

No que diz respeito à adaptação das antigas edificações, antes unidades unifamiliares, para receber um maior número de moradores, três problemas foram apontados, reforçados pelas limitações impostas pela preservação quanto à intervenção em fachada, telhado, volumetria e manutenção das aberturas externas conforme projeto original (BONDUKI, 2010, p. 357, 358). Estes problemas referem-se à necessidade de criação de novas áreas de circulação (perda de espaços para corredores e escadas), falta de racionalidade na disposição de áreas molhadas e canos de descargas e a necessidade de aproveitar os subsolos e áreas internas para acomodar um número maior de famílias (cômodos sem conforto, mesmo com a abertura de poços de ventilação e iluminação). A não incorporação de outros usos é também ressaltada por Bonduki (2010, 347, 361), pois esta mescla permitiria aos moradores exercer atividades para geração de renda e armazenamento de equipamentos.

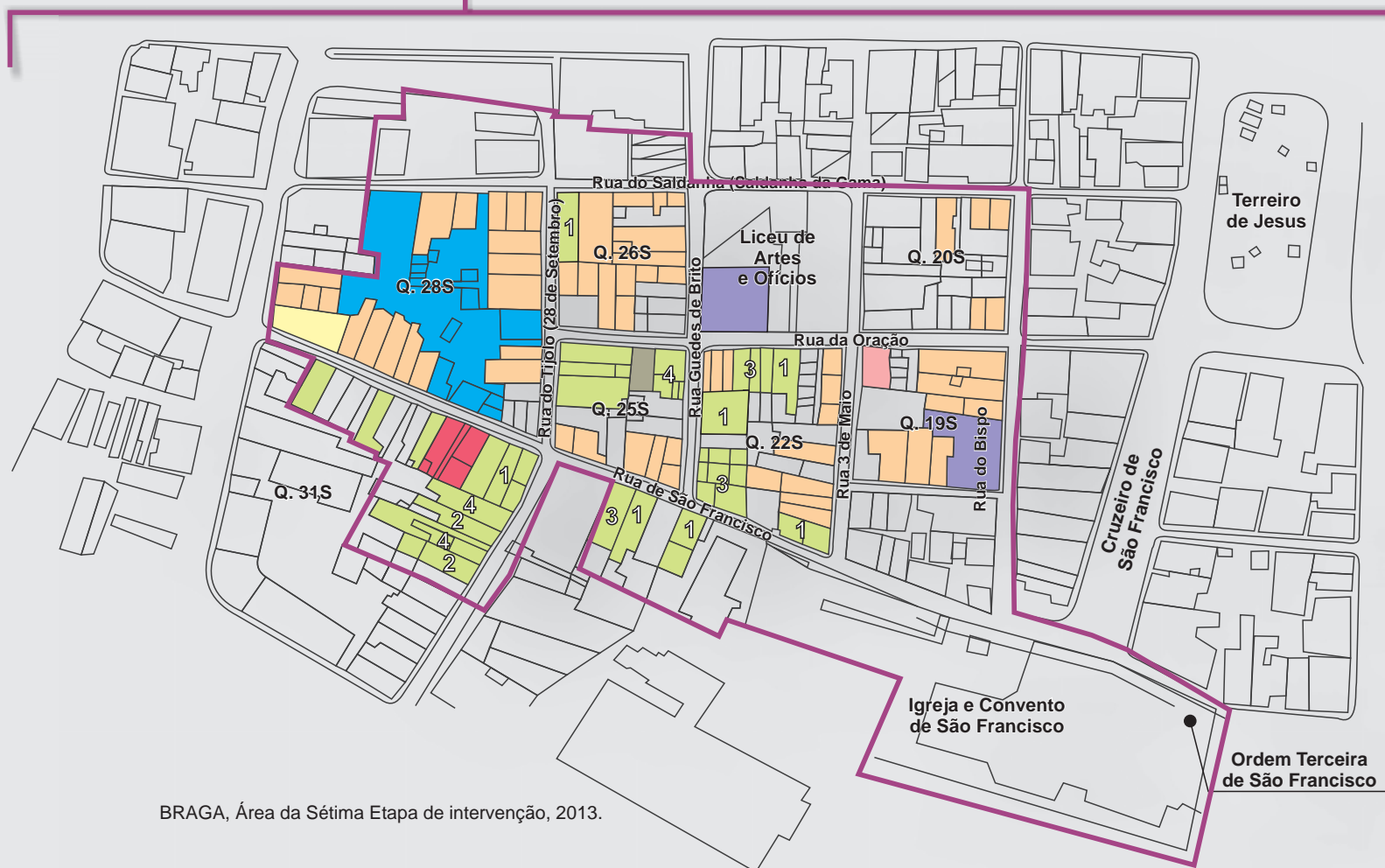
A implantação de unidades habitacionais de interesse social no centro histórico sem prever, no mesmo imóvel, a opção de usos não residenciais, solução que poderia dar melhor aproveitamento econômico para a edificação, é resultado não apenas dos projetos, mas, sobretudo, de uma concepção equivocada dos programas de financiamento e subsídio, limitados ao uso habitacional *stricto sensu*. (BONDUKI, 2010, p. 347)

Por fim, o acompanhamento pós-ocupação seria fundamental para evitar tanto a deterioração das edificações (pela ocupação informal, subdivisão das unidades e adensamento populacional) quanto para controlar um novo processo de substituição da população local por um público de maior renda, processo recorrente na área em fases anteriores (BONDUKI, 2010, p. 359 – 361). Esta última possibilidade se daria tanto pela sublocação, cessão de espaços habitáveis e repasse informal dos imóveis pelas famílias, gerando substituição por população de renda mais elevada, quanto pelo próprio interesse imobiliário que a recuperação gera.

Nesse sentido, Bonduki (2010) destaca o papel do estabelecimento de um termo de cessão entre o governo do estado (proprietário dos imóveis) e os moradores, como instrumento de controle deste processo. No entanto, o autor destacou que ainda no ano de 2010, com as obras em andamento, não se tinha um modelo consistente de formação dessa relação, de modo a garantir os resultados. Em depoimento cedido pela presidente da AMACH, Jecilda Mello, em outubro de 2012, ela informou que, tendo em vista que o direito de permanência das famílias na área está subordinado ao atendimento destas diretrizes, ela tem se responsabilizado pelo controle junto à população para que estas práticas de sublocação e outras não permitidas, não ocorram na área, como forma de garantir o direito de todos de permanecer no local.



BRAGA, Etapas de intervenção no Centro Histórico de Salvador, 2013.



BRAGA, Área da Sétima Etapa de intervenção, 2013.

ESTACIONAMENTO



BRAGA, Jun. 2012
Rua de São Francisco

O espaço destinado ao estacionamento para os servidores estaduais que virão habitar a área é alvo de críticas da AMACH, que solicita sua destinação para equipamentos comunitários.

PHIS 1



BRAGA, Jun. 2008
Rua 28 de Setembro

BRAGA, Jun. 2008
Rua 28 de Setembro

Primeiro imóvel recuperado para habitação de interesse social a partir das reivindicações da AMACH, entregue em outubro de 2007.

PHIS 1



BRAGA, Jun. 2008
Rua de São Francisco



BRAGA, Jun. 2012
Rua de São Francisco

PHIS 2 e 4



BRAGA, Jun. 2008
Rua 28 de Setembro



BRAGA, Jun. 2012
Rua 28 de Setembro

Após o início das discussões quanto às formas de intervir adotadas na sétima etapa, a paralisação das obras e as reivindicações da AMACH, as ações previstas para esta área passaram a englobar unidades habitacionais para as 103 famílias remanescentes no local.

FIGURA 09

Sétima Etapa de Intervenção no Centro Histórico de Salvador:
Obras concluídas, em andamento e previstas

Fonte dos dados: CONDER; MOURAD, 2011

Área da Sétima Etapa

- PHIS - Programa de Habitação de Interesse Social
21 imóveis / 103 apartamentos / 13 comércios
- 1 PHIS - Imóveis entregues
9 imóveis / 41 apartamentos / 8 comércios
- 2 PHIS I - Imóveis para nova licitação
3 imóveis / 17 apartamentos
- 3 PHIS II - Imóveis para nova licitação
3 imóveis / 23 apartamentos / 2 comércios
- 4 PHIS - Imóveis a serem entregues
5 imóveis / 26 apartamentos / 1 comércio
- PROHABIT - Programa de Habitação para Servidores Estaduais
55 imóveis / 234 apartamentos / 42 comércios
- Estacionamento - Sem previsão de recurso
- Sede da AMACH - Obra prevista
- Creche - Obra prevista
- Obras concluídas
- Cozinha Comunitária
- Imóvel com projeto aprovado e sem recurso
4 apartamentos

A incorporação da habitação às propostas de intervenção foi fruto de uma combinação de fatores que comprometiam a imagem do projeto em curso. A agressividade do processo de expulsão da população local, a impossibilidade de acesso a recursos às obras de intervenção e a queda da atividade turística compunham o contexto em que a demanda por mudanças se fazia urgente. Nesse sentido, a habitação serviria como meio para aplacar as críticas negativas e resgatar a possibilidade de obtenção de recursos necessários às ações de intervenção pretendidas, o que por sua vez poderia contribuir para o resgate do turismo na área, finalidade principal. Passava, deste modo, ao largo das discussões, a real finalidade da habitação, o resgate da vida cotidiana e da necessidade da mescla de usos e usuários dos espaços.

O setor turístico do Centro Histórico permanece tendo por característica principal o direcionamento a usos e usuários específicos, reforçando a contraposição com a área habitacional, ainda marcada por um estigma de pobreza e marginalidade, imagem esta reforçada pela ainda grande quantidade de imóveis em ruínas. Deste modo, os processos de segregação da população e fragmentação do território permanecem.

Por este motivo, a forma como a habitação vem sendo tratada dentro do processo de recuperação da sétima etapa de intervenção merece atenção. De um lado, temos que, mesmo que a população não seja mais removida da área, este risco sempre permanece, devido ao processo de valorização imobiliária que a recuperação das edificações gera. De

outro, observa-se que a redefinição dos espaços que lhes são destinados, acompanhada da falta de políticas complementares que permitam sua real reinserção à cidade e à sociedade (cursos de capacitação e profissionalizantes etc), e de equipamentos de apoio à habitação, faz com que esta população permaneça excluída.

A inserção da habitação, nos moldes aqui apresentados, adquire, deste modo, contornos ainda mais perversos. Ela determina as quadras para ocupação e confina a população em setores específicos, contribui para o enfraquecimento da mobilização popular a medida em que as famílias recebem suas unidades habitacionais e apaga a possibilidade do questionamento e com ele a perspectiva de reversão ao processo de segregação pois alega que os problemas antes criticados foram atendidos. A habitação, demanda solicitada, afinal, está lá.

10.2. Bairro do Recife. Do Plano de Revitalização do Bairro do Recife ao Complexo Recife-Olinda

A trajetória de formação do Bairro do Recife nos permite, neste momento, entender os caminhos que deram origem a uma série de intervenções no Bairro. Este percurso se inicia na década de 1970 e se estende até a confecção, a partir de 1989, do *Plano de Revitalização do Bairro do Recife*. Este plano, devido às formas de intervenção adotadas, apoiadas, da mesma forma como observado no caso do Centro Histórico de Salvador, na seleção de áreas para intervenção, portanto delimitando perímetros específicos, e por também ter evidenciado o viés turístico como foco principal, é alvo deste estudo.

Dentro do contexto deste plano de intervenção, receberam maior destaque as ações empreendidas nos Pólos Bom Jesus, Alfândega e Pilar. Por este motivo, e devido às particularidades que apresentam ao longo da implantação das ações de intervenção propostas, estes pólos são, dentro do contexto geral do Plano de Revitalização, os alvos principais das análises que se intenciona promover. A análise conjunta destes três pólos de atuação se torna mais relevante devido aos contrastes existentes entre os investimentos aplicados aos Pólos Bom Jesus e Alfândega, de caráter eminentemente turístico, em detrimento do Pólo Pilar, voltado à habitação para a população da Comunidade do Pilar. As ações sobre este último pólo, como poderemos verificar, foram retomadas mais recentemente, já fora do contexto do Plano de Revitalização, encerrado em 2005,

sendo agora inserido no Complexo Recife-Olinda.

Desta forma, a seguir serão apresentadas as intervenções realizadas no Bairro do Recife em ordem cronológica, destacando, ao longo do texto, as intervenções referentes aos pólos em estudo, que aparecem em diferentes momentos do processo. Neste percurso, procurou-se dar destaque à importância atribuída ao turismo em cada fase e entender de que forma o Patrimônio Cultural foi parte fundamental neste processo. Com esses dados, segue-se para as análises e considerações sobre esta forma de intervir.

10.2.1. Propostas Iniciais. Os Primeiros Planos de Preservação

A necessidade de preservar o Bairro do Recife, exigindo deste modo intervenções sobre a área, pauta-se em dois aspectos principais. De um lado, temos a importância histórica do Bairro como núcleo fundador da cidade, detentor de um acervo arquitetônico significativo para a memória de Recife. Nesse sentido, o processo de intervenção seria impulsionado pela necessidade de formulação de uma legislação de preservação específica para a área, o que não existia até então, fato este que permitiu, nos anos 1960, que a escala de gabarito das edificações fosse alterada, comprometendo a paisagem urbana deste sítio (VIEIRA, 2008, p. 118). De outro, devido ao esvaziamento da área, condicionado pelo processo de obsolescência do porto, sua atividade principal, havia a urgência em dar-lhe novos usos. Este cenário fez com que, na década de 1970, as primeiras iniciativas de recuperação ocorressem.

Segundo Vieira (2008, p. 119), a primeira iniciativa para recuperação do Bairro do Recife iniciou-se no ano de 1973, quando a *Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife* (FIDEM), através do *I Plano Integrado de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife*, desenvolveu o *Programa de Preservação de Ambientes Urbanos*. Este carregava o discurso da necessidade de utilização social e econômica do patrimônio, bem como sua relação com atividades de lazer e turismo. A autora ressalta que foi a partir deste programa

que, em 1976, foi criado o *Plano de Preservação dos Sítios Históricos da Região Metropolitana do Recife*.

No que tange à necessidade de regulamentar uma legislação de preservação para o Bairro, no ano de 1981 foi concluído o *Plano de Preservação de Sítios Históricos* (PPSH / PCR), definido a partir do Decreto número 11.692 de 22 de setembro de 1980. Este plano estabelecia a Zona de Preservação do Bairro do Recife na categoria “conjuntos antigos”, composta pelas Zonas de Proteção Rigorosa e Ambiental (Prefeitura do Recife, ERBR, 2001, p. 15). Em 1983 foi criado o *Departamento de Preservação de Sítios Históricos* (DPSH), responsável, a partir de 1985, pela avaliação das formas de intervenção no espaço urbano em relação à preservação (LUBAMBO, 1992, p. 121).

Vieira (2008, p. 119) destaca ainda que o DPSH foi criado como parte da URB, a *Empresa de Urbanização do Recife*, que tinha por função analisar projetos e fiscalizar as obras nos sítios históricos. Hoje, com a extinção do *Plano de Revitalização do Bairro do Recife*, como plano unitário, assim como veremos adiante, a URB continua responsável por algumas das intervenções na área, que são distribuídas entre os órgãos da prefeitura, de acordo com a natureza do projeto.

Dentre as diretrizes do DPSH vale ressaltar que este vinculava a preservação à necessidade da população de manter os espaços em que vive e com

os quais se identifica. Neste sentido, a definição de preservação deveria considerar a relação de convivência entre o indivíduo e o ambiente, sendo a preservação dependente da atuação conjunta de todos os interessados (LUBAMBO, 1992, p. 121).

A prefeitura decidiu, assim, pensar e testar uma metodologia de restauração e revitalização do Bairro do Recife, através da participação e atuação da população, num processo permanente de debates: não se apresentou uma proposta de intervenção fechada, assim pôs-se em prática um processo de intervenção permanente com os técnicos vivendo / trabalhando no próprio Bairro, visando a uma proposta ajustada aos interesses coletivos. (LUBAMBO, 1992, p. 122)

Neste contexto é estabelecido, em 1985, o *Plano de Reabilitação do Bairro do Recife*, que perdura até o ano de 1988. Dentro do período de atuação deste plano, em 1986, é criado o *Escritório de Revitalização do Bairro do Recife* (ERBR), que passa a ser articulador e executor de todo o processo de intervenção no Bairro do Recife⁶⁰.

60. O Escritório de Revitalização do Bairro do Recife (ERBR) foi criado para coordenar as equipes de trabalho que deveriam desempenhar ações específicas dentro do projeto de intervenção, tais como planejamento e controle, infra-estrutura urbana, eventos, documentação, interação social, apoio jurídico e apoio administrativo, a fim de se alcançar o "(...) desenvolvimento sustentável do Bairro do Recife (...)". Vieira (2008, p. 163, 177) destaca que em 1997 foi criada uma sociedade civil que deveria substituí-lo, a Agência de Desenvolvimento da Ilha do Recife S/C LTDA (AD – Ilha do Recife), composta pela prefeitura, Fidem, Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, Fiepe, Associação Comercial de Pernambuco, Companhia das Docas do Estado do Rio Grande do Norte (CODERN), Associação dos Empresários do Bairro do Recife, IAB/PE e URB/Recife. Estas entidades dividiriam a responsabilidade de gerir o Bairro mas, no entanto, as ações não foram concretizadas. Entre os anos de 2001 e 2003, o ERBR foi definitivamente desati-

Insertido dentro de um projeto maior de reabilitação do centro do Recife, o Plano de Reabilitação do Bairro do Recife tinha por função realizar estudos a fim de elaborar meios para a recuperação do Bairro. Dentre seus objetivos consta a atribuição de novos usos e funções para a área, a partir da recuperação do Patrimônio Arquitetônico, aproveitando-se da ociosidade de utilização do aporte construído (edificações desocupadas e subutilizadas). Esta necessidade de estabelecimento de novos usos é decorrente do processo de obsolescência da atividade portuária, bem como da posterior transferência desta para o porto de Suape, acarretando no esvaziamento do Bairro. Esse processo contribuiu para a redução cada vez mais acentuada da população moradora local, marcando a necessidade de preservação da população ainda existente, privilegiando para tanto a habitação, que se tornava cada vez mais reduzida no Bairro, provocando o esvaziamento do mesmo no período noturno⁶¹.

Quanto à implantação do projeto, Lubambo (1992, p. 122) destaca como um dos aspectos fundamentais a estratégia de deslocamento do local de trabalho para o próprio Bairro, já apontada pelas diretrizes do DPSH. Com esta medida buscava-se

vado, transformando-se no acervo histórico do Bairro, processo que fará parte da desarticulação de todo o *Plano de Revitalização do Bairro do Recife*, a partir de 2005.

61. Outro aspecto relevante do plano diz respeito à preservação das características do ambiente físico (quanto aos aspectos urbanísticos, observava-se na época a perda do contato com mar, desconforto para o pedestre devido ao excesso de insolação, escassa vegetação, precário sombreamento de vias e calçadas e dificuldade de ventilação devido ao traçado urbano), social e dos atributos históricos, geográficos e de sítio do ambiente natural e construído, bem como a gestão democrática deste (LUBAMBO, 1992, p. 122; LACERDA, MARINHO, ZANCHETTI, s.d., p. 27, 28).

garantir a presença da população imediatamente envolvida e a “Nova” maneira de pensar e conceber o espaço urbano, que o projeto representaria. A autora ressalta ainda que esse processo era realizado ao mesmo tempo em que se faziam as discussões em Genebra sobre o “Demolir ou Renovar” (1986), e em Kreuzberg sobre as experiências de “Renovação de Cidades” no mundo ocidental como Barcelona, Évora e outras (1989).

Os resultados imediatos desse plano foram visíveis: conseguiu-se a adesão e simpatia da população que passou a participar e discutir os projetos específicos, como habitações coletivas, restaurantes populares, creches, praças, ruas e calçadas. A iniciativa privada também aderiu ao plano, propondo e participando da restauração de edifícios, adquirindo terrenos e implantando serviços e revitalizando antigos usos. (LUBAMBO, 1992, p. 122)

No entanto, as ações empreendidas resultaram em intervenções pontuais como a limpeza de galerias, pintura de postes e melhoria em segurança (VIEIRA, 2008, p. 121, 122). O Plano teve fim com o término da gestão do prefeito Jarbas Vasconcelos porque, segundo Vieira (2008, p. 123), os atores envolvidos não tiveram condições de manter o andamento do projeto. Dentre os aspectos que marcam a dificuldade de dar continuidade ao Plano, a autora destaca o discurso associado ao projeto, que favoreceria os grupos populares, a falta de recursos do município para investimentos públicos e a falta de perspectiva dos empresários com a valorização eco-

nômica dos imóveis.

Esta primeira fase já nos permite identificar o estabelecimento de conflitos de interesses que envolvem as intervenções urbanas em Áreas Centrais Históricas. Isso porque, por mais que os planos de intervenção até então propostos intencionassem ter um caráter social, buscando valorizar o uso habitacional na área e a relação entre a população e a identidade que esta cria com o local onde vive ou trabalha, esbarravam na difícil equação com os interesses econômicos, notadamente voltados ao lazer e turismo. A temática da preservação, desta forma, também neste caso, ficaria sujeita às possibilidades de rentabilidade econômica associada ao Patrimônio Cultural, dificultando a possibilidade de conciliação entre as necessidades de cada setor envolvido, a população moradora local, o poder público e a iniciativa privada.

10.2.2. A Estruturação de Novas Bases de Intervenção. A Demanda Social e a Tendência ao Turismo

Com o término do *Plano de Reabilitação do Bairro do Recife*, teve início a formulação do *Plano de Revitalização do Bairro do Recife*, que se estendeu de 1989 a 1992, passando a ser efetivamente implementado a partir de 1993. As intervenções deste plano perduraram até o ano de 2005, momento em que este foi encerrado. A confecção deste Plano de Revitalização surgiu como uma encomenda, parte de um grande projeto turístico para o estado, lançado pelo então governador Joaquim Francisco. Sua viabilização se daria através do Programa Integrado de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR), gerenciado pelo Banco do Nordeste (BNB) e financiado pelo BID. O Bairro do Recife serviria de ponto de apoio ao programa, transformado em centro de atrações para visitantes nacionais e internacionais, gerando uma valorização econômica do patrimônio histórico.

Este novo discurso distanciaria este Plano de Revitalização, definitivamente, das diretrizes até então estabelecidas para ações no Bairro. A manutenção da população moradora, que se pretendia anteriormente, contribuiria para atender à necessidade de preservação das características físicas, sociais e culturais do Bairro. Este aspecto seria essencial para o reconhecimento e preservação do Patrimônio Cultural, Arquitetônico e Imaterial, que caracteriza a área.

Se a manutenção dos moradores locais

serve à conservação dos aspectos culturais locais, é também fundamental no contexto das análises dos marcos conceituais definidos, Urbanização e Containerização do Espaço Urbano. Isso porque, tanto na descrição destes, bem como da definição das formas de intervir, a permanência da população local serviria de contraponto ao Processo de Privatização do Espaço Urbano, característica destes, evitando a apropriação da área por grupos específicos, muitas vezes definidos pela renda.

As novas propostas partiram dos diagnósticos já levantados para a área pelo Escritório de Revitalização do Bairro do Recife, quando da elaboração do Plano de Reabilitação (1985-88), como a decadência da atividade portuária, redução do uso habitacional, precariedade da infra-estrutura local, serviços urbanos ineficientes e necessidade de preservação das edificações. As primeiras ações de intervenção propostas pelo *Plano de Revitalização do Bairro do Recife* alegavam ter por intenção o resgate do centro aos habitantes da cidade, através de ações de recuperação e manutenção das estruturas, que estavam obsoletas, e melhoria dos serviços urbanos deficientes (Prefeitura do Recife, ERBR, 2001, p. 20).

A partir de três grandes núcleos principais, que reúnem os aspectos que devem nortear as ações de intervenção em áreas urbanas consolidadas e estão, de certa forma, presentes em muitos projetos dessa natureza, foi estabelecido o novo quadro de

objetivos. Estes estão pautados na necessidade de *Reabilitação Funcional* (resgatar a vitalidade da área através de novos usos e funções), *Reabilitação Física* (aproveitando-se da estrutura funcional e física existente) e *Preservação da População Local* (por meio da defesa do uso habitacional para as camadas mais populares) (Prefeitura do Recife, ERBR, 2001, p. 20). Alegam, desta forma, atender às demandas contemporâneas de promoção o uso contínuo dos espaços na cidade, garantia da preservação do Patrimônio Cultural (através da conservação do Patrimônio Arquitetônico e reprodução do Patrimônio Imaterial) e exercício da função social através da permanência da população local, notadamente a de menor renda.

A partir destes núcleos, que constituíram diretrizes abrangentes, foram definidos os objetivos específicos do *Plano de Revitalização*, dentre eles:

(...) preservação das características essenciais do conjunto, entendidas além das características físicas: o popular; o povo na sua expressão de convivência, na sua forma de se expressar; a festa dos espaços comuns; a afetividade que liga o povo ao lugar, o cotidiano da cultura. (Prefeitura do Recife, ERBR, 2001, p. 20)

Lacerda, Marinho e Zancheti (s.d., p. 33 - 35), destacam que os objetivos resultantes da leitura da área serviram de base para identificar as potencialidades do Bairro, considerando o aspecto local e o contexto da cidade e metropolitano. Estes objetivos foram divididos em quatro tópicos principais, e

voltam-se à busca pela preservação e valorização do patrimônio ambiental e construído e integração das economias local e urbana do Recife.

O primeiro objetivo diz respeito à conservação do Patrimônio Cultural e ambiental, permitindo recuperar a imagem do Bairro e conciliar novas funções urbanas com a manutenção do passado. Neste item, além da questão da preservação do patrimônio histórico e arquitetônico da área, entende-se que, como parte da cidade, este é um espaço que não pode ser visto de forma estagnada e que, portanto, deve-se buscar meios para conciliar a preservação com o caráter dinâmico da área.

No segundo objetivo é possível identificar o viés econômico que a intervenção passaria a ter, posto que diz respeito à recuperação da função econômica central do Bairro em relação à cidade, através de novas atividades econômicas, diversificando os usos para esta área (destaque para atividades de lazer, cultura, turismo, comércio e habitação).

O Plano parte do pressuposto de que é necessário inserir a cidade nas vertentes que alimentam o dinamismo das economias modernas e que possam aproveitar o ambiente natural e a cultura social acumulada historicamente pela cidade. O acervo construído, a ociosidade de sua utilização e a perspectiva de uma utilização racional do espaço levaram a selecionar as atividades com carga inovadora como aquelas capazes de redefinir o atual estilo de ocupação do Bairro do Recife. (LACERDA, MARINHO, ZANCHE- TI, s.d., p. 35)

Ainda que dentre os usos apontados fosse proposto o resgate do uso habitacional, a forma de conciliação deste com as atividades de lazer e turismo não foi apresentada. Esta incompatibilidade de usos é reforçada pelo terceiro objetivo, que fala da transformação da área em um “espetáculo urbano”, através da valorização dos espaços públicos como área de recreação, convívio, diversão e lazer. Ainda que neste item o lazer seja apresentado também em relação à população local, ele aponta para a tendência de não mais contemplar questões referentes à habitação e aos aspectos sociais anteriormente levantados como fundamentais.

Esta alteração no Plano fica clara quando da leitura do quarto objetivo, “Tornar o Bairro do Recife um centro de atração turística nacional e internacional” (LACERDA, MARINHO e ZANCHETI, s.d., p. 33). Com isso, sedimenta-se que as intervenções que se seguiriam a partir da fase de implementação do *Plano de Revitalização do Bairro do Recife* se voltariam, sobretudo, ao turismo.

A previsão era de que estas atividades, que passam a ser implantadas sob a coordenação de Sílvio Zancheti, fossem realizadas entre os anos de 1993 e 2005 (Prefeitura do Recife, ERBR, 2001, p. 21-23; LACERDA, MARINHO, ZANCHETI, s.d., p. 35-37). Estavam previstas ainda a realização de revisões constantes, a fim de garantir a credibilidade do Plano, a mudança da imagem do Bairro e a continuidade das ações estipuladas, independentemente da administração municipal (VIEIRA, 2008, p. 127)⁶².

62. Esta revisão, prevista para 2005, bem como a continuidade da intervenção, não ocorreram.

A elaboração do *Plano Diretor do Bairro do Recife*, no ano de 1997 (Lei número 16.290), estabeleceu os pólos de interesse na área, que passariam a receber as ações de intervenção. A composição deste foi o ponto de partida para a implementação do Plano de Revitalização. A partir da consolidação da estruturação das ações de intervenção, com a definição dos grupos de diretrizes, objetivos específicos e a delimitação das áreas de atuação, pode-se observar o desvirtuamento da intenção inicial do Plano. Este, que a princípio apresentava o aspecto social como primordial, passa a se apoiar cada vez mais em ações de intervenção que têm no turismo o foco principal. Na medida em que nos detivermos no estudo dos Pólos Bom Jesus, Alfândega e Pilar, esta constatação aparecerá de forma mais clara.

10.2.3. Plano de Revitalização do Bairro do Recife. Pólos de Intervenção e Estratégias

Para que as ações de intervenção propostas pelo Plano de Revitalização do Bairro do Recife fossem viabilizadas, foram previstos projetos para a melhoria da infra-estrutura urbana de redes de água e esgoto, energia elétrica e telefonia, serviços estes que mais tarde se revelariam insuficientes para a demanda da área (VIEIRA, 2008, p. 156). Outro aspecto considerado fundamental para a viabilização do Plano foi a composição de um sistema viário principal. Este se tornaria responsável pela reestruturação do sistema viário existente, com abertura de vias e o reordenamento dos espaços públicos e do sistema de transporte, a fim de facilitar a circulação e evitar uma convivência conflituosa de outras atividades com o porto.

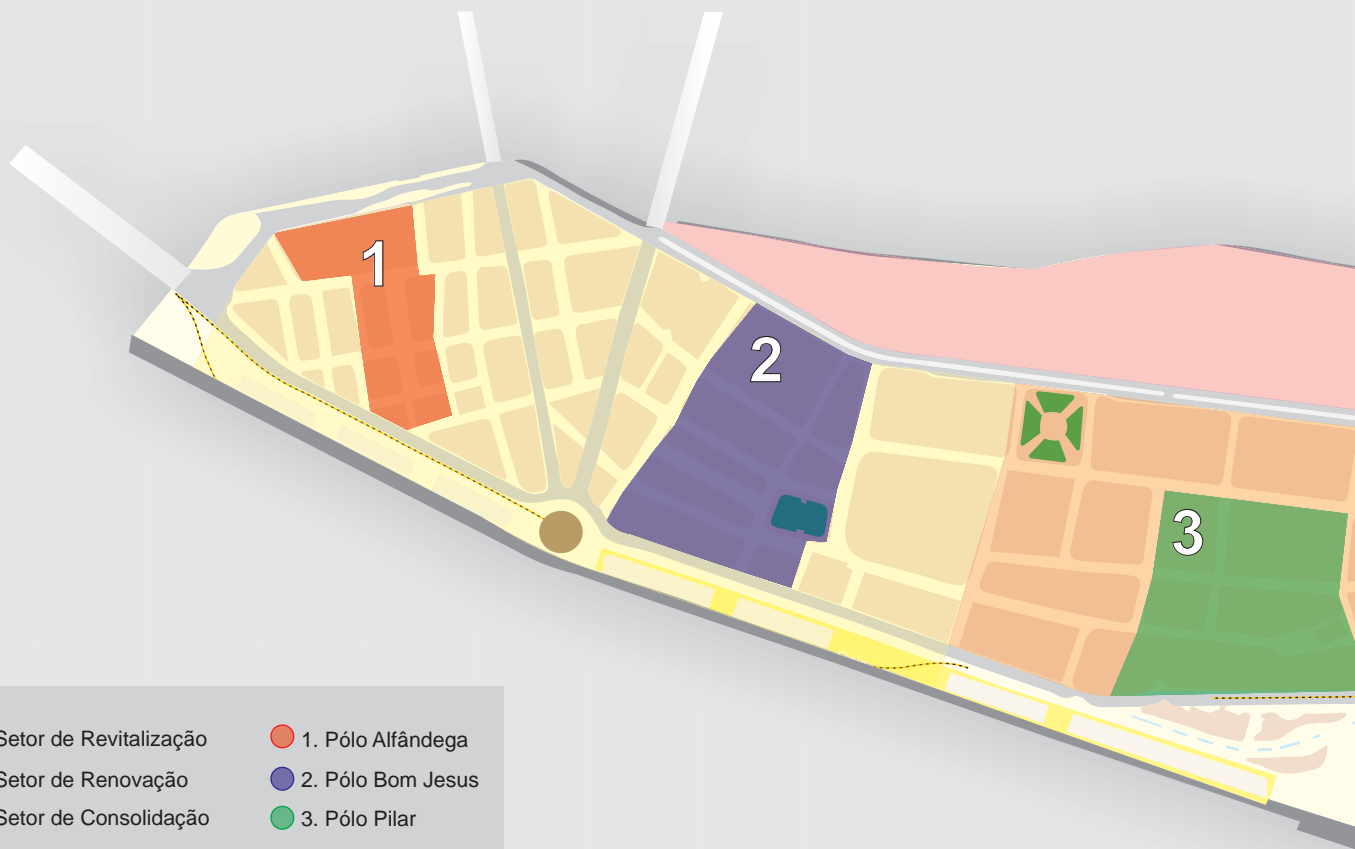
O plano de intervenção passou a ser conduzido dividido em três setores⁶³ (Figura 10), *Revitalização*, *Renovação* e *Consolidação*, considerando-se o agrupamento das novas funções propostas de acordo com o caráter principal que apresentavam (serviços, turismo, cultura e lazer, preservação do Patrimônio Arquitetônico e ambiental e habitação), a fim de garantir a convivência através do uso misto. Nestes setores estão inseridos os pólos de intervenção selecionados neste estudo.

Os Pólos Bom Jesus e Alfândega fazem parte do primeiro setor de intervenção, denominado

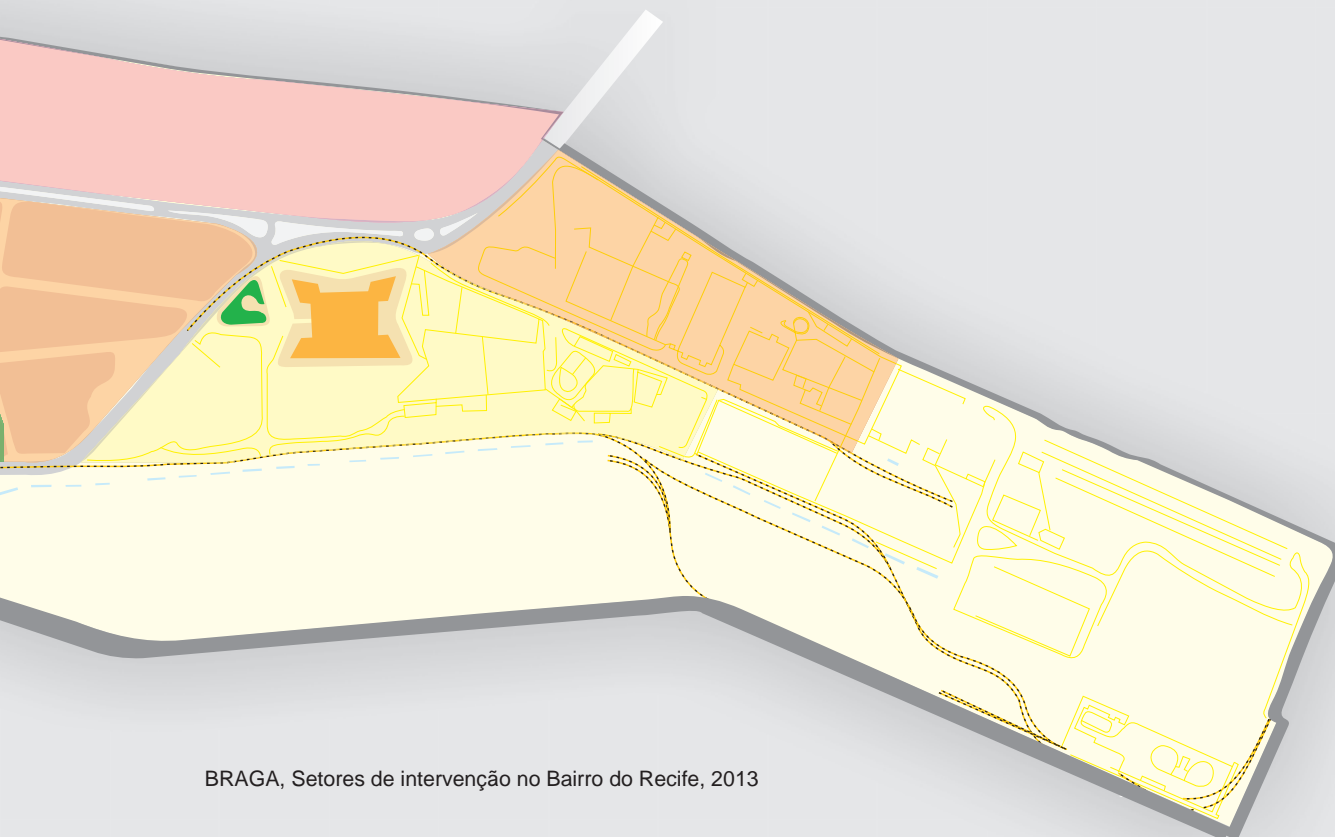
Setor de Revitalização, reunindo grande parte das edificações de interesse histórico, com incentivo aos proprietários para reformar os imóveis. Neste setor é possível identificar dois aspectos fundamentais, um voltado às edificações e outro ao espaço urbano. Quanto às edificações, estas seriam, através de restauro e recomposição, dotadas de serviços modernos, comércio varejista e habitação, de acordo com parâmetros contemporâneos de uso, melhorando as condições de utilização das mesmas. No que se refere ao espaço urbano, a intenção era realçar a qualidade da paisagem urbana, prevendo, para tanto, o tratamento do desenho urbano e da estrutura urbana existente, através de melhoria do passeio público, mobiliário urbano e arborização, garantindo a qualidade ambiental da área e trazendo conforto aos usuários. Com isso, objetivava-se gerar um retorno financeiro aos investidores.

O Pólo Pilar, por sua vez, está localizado no *Setor de Renovação* que, diferentemente do anterior, seria passível de transformações no ambiente urbano. Neste setor, intencionava-se a criação de um novo ambiente, através da implantação de novos usos (comércio varejista, habitação, serviços tradicionais e remanescentes do comércio atacadista) e padrão de ocupação e construção. Neste setor estão incluídas prospecções arqueológicas do Forte São Jorge e a área que engloba a Igreja do Pilar.

63. Os dados referentes aos Setores de Intervenção foram retirados das seguintes referências, Prefeitura do Recife, ERBR, 2001, p. 21-23; LACERDA, MARINHO, ZANCHETI, s.d.



A inserção dos Pólos em análise nos setores de intervenção estabelecidos, definidos a partir do uso que se pretendia para cada um deles, reforça o caráter de cada área. Deste modo, enfatiza-se a “vocação” turística dos Pólos Alfândega e Bom Jesus, inseridos no setor de Revitalização, enquanto o Pólo Pilar, como parte do setor de Renovação, teria a habitação como elemento fundamental.



BRAGA, Setores de intervenção no Bairro do Recife, 2013

FIGURA 10

Bairro do Recife:
Setores de intervenção

Fonte dos dados: LACERDA, MARINHO, ZANCHETI, s.d., p. 30, mapa 13

Por fim, o terceiro setor, o *Setor de Consolidação*, seria destinado ao uso institucional, com um padrão constante de ocupação dos lotes e das edificações. Neste, de acordo com Vieira (2008, p. 130) haveria a manutenção do uso do solo vigente. Dentre as áreas que compõem este setor estão o Pólo Capibaribe, que corresponde à utilização de áreas ociosas para a ampliação dos espaços de convívio e o Porto, com a utilização de parte do cais, da praça do Marco Zero até a extremidade sul, para criação de uma área de lazer e comércio varejista, para turistas e habitantes.

Estabelecidas as formas de intervenção e iniciadas as atividades do Plano de Revitalização do Bairro do Recife, este passou a adquirir facetas diferentes ao longo do tempo, o que permite, de acordo com Vieira (2008), dividir a análise do projeto em períodos com características bastante distintas (Figura 11).

Ao primeiro período, que corresponde aos anos de 1993, início do Plano, até 1996, Vieira (2008, p. 136-138), dá a denominação de “Intervenções modernizadoras com tendência ao fachadismo”. Este período, segundo a autora, é de ascensão do Plano de Revitalização, com valorização econômica da área e exploração turística. Durante este período, espaços públicos foram recuperados, houve melhorias no abastecimento de água, busca de parcerias entre as empresas privadas (para manutenção das praças), implantação do projeto Cores da Cidade e foi ainda aberto o Escritório de Negócios do Pólo. Este último tinha por objetivo aproximar interessados em investir na área e os proprietários dos imóveis.

Com isso, a partir do segundo semestre de 1995, os primeiros bares e restaurantes começaram a funcionar e a rua do Apolo passou a ser procurada como ponto turístico.

Dentre as intervenções realizadas neste período, Vieira (2008, p. 139), chama a atenção ainda para três fases com características distintas. A primeira delas corresponde ao primeiro semestre de 1993 e nela destaca-se a recuperação dos espaços públicos como a área entre a avenida Marquês de Olinda e a Praça Arsenal da Marinha, reabertura da avenida Alfredo Lisboa e recuperação da ponte Maurício de Nassau. A segunda fase refere-se ao segundo semestre de 1993 e diz respeito à recuperação da Praça Arsenal da Marinha, Tiradentes, Marco Zero e Projeto Cores da Cidade nas fachadas dos prédios da rua Bom Jesus. Por fim, no segundo semestre de 1995 e 1996 a rua do Apolo se torna a mais procurada do Bairro do Recife.

Estas ações já indicam a tendência à valorização turística da área, aspecto que seria ainda fortalecido pela criação do Percurso da Memória, um trajeto cultural que valorizaria os pontos mais significativos do Bairro, percorrendo marcos importantes como a Igreja do Pilar, a Praça do Arsenal da Marinha, a rua do Bom Jesus e o prédio da Alfândega (LACERDA, MARINHO, ZANCHETTI, s.d.). Estes pontos estão inseridos nos Pólos de intervenção destacados neste estudo, respectivamente Pilar, Bom Jesus e Alfândega. Contudo, devido ao fato das obras de intervenção não terem se dado da mesma maneira em todos eles, não seria possível a consolidação do Percurso. Isso porque enquanto a rua do Bom Jesus

e seu entorno e a região da Alfândega recebiam os maiores investimentos, com a recuperação das edificações e dos espaços públicos e abertura de bares e restaurantes, o acesso à Igreja do Pilar, localizada no centro da Comunidade de mesmo nome, não era possível ao visitante.

O acesso à área era dificultado pois o Pólo Pilar demorou a passar pelo processo de recuperação previsto. Assim, tanto havia a problemática até então não solucionada da precariedade das habitações e condições de vida da população da Comunidade, mantendo-se uma imagem de marginalidade que afastava os visitantes do local e, com isso, impedia a consolidação do percurso, quanto nem mesmo a Igreja do Pilar fora recuperada no período, permanecendo fechada à visitação (o restauro da Igreja foi finalizado em Janeiro de 2013).

Este primeiro período aponta para a valorização do Pólo Bom Jesus, área definida como de concentração de lazer, diversão, cultura, turismo e comércio, fazendo parte do primeiro *Projeto de Impacto*⁶⁴, assim como a reforma da Praça do Arsenal da Marinha⁶⁵, a transformação da Torre Malackoff em Centro da Música Pernambucana (hoje Centro de Exposições), o Terminal Marítimo de Passageiros e a reforma da Praça do Marco Zero, que passou a se configurar como espaço para eventos.

64. Dentre estes setores de intervenção, alguns projetos se destacaram dentro da estrutura geral do Plano. Estas ações foram reunidas sob a denominação de *Projetos Estruturadores*, no qual se destacam os *Projetos de Impacto* (Vieira, 2008, p. 132 – 135). O segundo *Projeto de Impacto* foi elaborado no Pólo Pilar.

65. Espaço para manifestações artísticas e culturais coletivas (Prefeitura do Recife, ERBR, 2001; LACERDA, MARINHO, ZANCHETI, s.d.)

A proposta para o Pólo Bom Jesus dizia respeito à mudança de usos e adaptação dos edifícios através de incentivos fiscais, marketing e parcerias para custeio das obras, objetivando criar um Shopping Aberto⁶⁶ nas ruas Bom Jesus e adjacentes (VIEIRA, 2008, p. 133). À área seria dado um tratamento arquitetônico e paisagístico único, a fim de que este fosse “reconhecido como projeto completo em si mesmo” (Prefeitura do Recife, ERBR, 2001; LACERDA, MARINHO, ZANCHETI, s.d.). Estas características da forma de intervir aplicada ao Pólo Bom Jesus, valorizando atividades de caráter turístico, apontam para o viés econômico das ações adotadas para a recuperação do patrimônio edificado. Este se revela através dos usos priorizados para a área, como bares e restaurantes. A forma de tratamento do Pólo, de forma dissociada dos demais, com atividades independentes, voltadas ao ócio, consumo e lazer, reforça ainda sua fragmentação em relação ao conjunto da cidade, passando a funcionar de forma autônoma.

O segundo período de intervenção, que corresponde aos anos de 1997⁶⁷ a 2000, é marcado por uma importante caracterização das prioridades do projeto.

66. Este “Shopping Center” seria gerido por modelo condominial, controlado por uma única administração (Prefeitura do Recife, ERBR, 2001; LACERDA, MARINHO, ZANCHETI, s.d.)

67. O tombamento do conjunto ocorreu apenas em 1998, quando passou a ser considerado Patrimônio Nacional (até então apenas a Igreja Madre de Deus era tombada pelo IPHAN, 1938). Esse processo de tombamento ocorreu para uma adequação às exigências do BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, órgão financiador do Monumenta, que exigiu que a área de intervenção do Plano de Revitalização se constituísse de um conjunto urbano tombado, e não de um único monumento (Prefeitura do Recife, ERBR, 2001, p. 31).

4



BRAGA, Jun. 2010
Rua do Bom Jesus

Como parte do Pólo Bom Jesus, que corresponde aos quarteirões de animação na rua Bom Jesus, assim como a rua do Apolo e adjacências, estes espaços receberam intervenções para atividades culturais e de lazer. Na rua Bom Jesus é realizada, aos domingos, a feira de antiguidades e artesanato.



5



BRAGA, Jul. 2012
Praça do Marco Zero

Através das intervenções realizadas, a Praça do Marco Zero foi transformada em espaço para eventos.

1



BRAGA, Jun. 2010
Estacionamento anexo
ao Shopping Cultural Alfândega

3



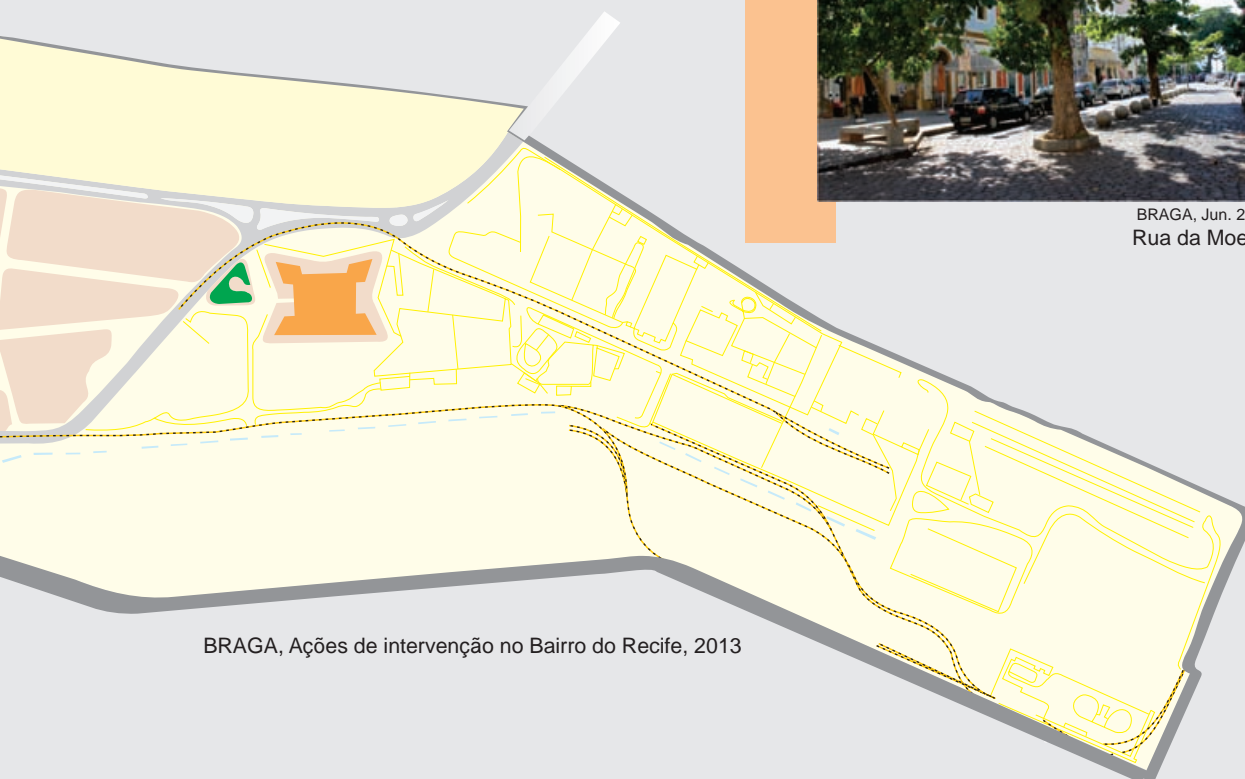
BRAGA, Jul. 2012
Edifício Chanteclair

2



BRAGA, Jun. 2010
Rua da Moeda

No Pólo Alfândega, as atividades de lazer incluem o Shopping Cultural Alfândega, estacionamento e intervenções nas ruas adjacentes.



BRAGA, Ações de intervenção no Bairro do Recife, 2013

FIGURA 11

Bairro do Recife:
Ações de intervenção

Fonte dos dados: LACERDA, MARINHO, ZANCHETI, s.d., p. 46, mapa 17; Prefeitura do Recife, ERBR, 2001; VIEIRA, 2008.

A partir deste momento, através de investimentos públicos na recuperação e manutenção da área, o Plano passou a adquirir de forma clara uma maior preocupação com turismo e lazer. Esta característica, por sua vez, chamou a atenção do interesse privado, trazendo novos usos relacionados à tecnologia, cultura, ao lazer e turismo. Outro aspecto importante deste período foi o início dos investimentos no Pólo Alfândega. Este tem por finalidade a criação do Shopping Cultural Alfândega, que teria por função abrigar atividades de lazer, cultura e comércio, complementares ao turismo no Bom Jesus. Nele seriam desenvolvidas atividades de produção cultural, cinema, teatro, salas de concerto, shows, conferências, debates e gravação e edição de vídeos, livraria e lojas.

Dentro dos projetos para este pólo estavam ainda incluídas a intervenção na rua da Moeda, redefinição do sistema viário e de pedestres, criação de áreas verdes, estacionamentos e a transformação do edifício da rua Vigário Tenório para uso residencial. Era também deste conjunto o Edifício Chanteclair, formado por sete edifícios independentes, somando um conjunto arquitetônico de 3500 m². A intenção era transformar este espaço em local para pequenas e médias empresas, museu, centro cultural, sala de projeção, café e concerto (VIEIRA, 2008, p. 158). No entanto, o edifício, em fase final de restauro, abrigará apenas escritórios (BOTLER⁶⁸). O Governo do Estado, para dinamizar o bairro ao longo do dia, criou ainda o Porto Digital (incentivo a

empresas de tecnologia da informação se instalarem no Bairro) e transferiu para o Bairro atividades de universidades, empresas e governo, (Prefeitura do Recife, ERBR, 2001, p. 28).

As preocupações sociais, até então negligenciadas, estavam concentradas na Comunidade do Pilar, localizada no Pólo Pilar. Este pólo, também considerado um *Projeto de Impacto*, apresentava situação bastante diversa se comparada às outras áreas do Bairro, marcado por um intenso processo de degradação e com poucos exemplares preserváveis, concentrando atividades industriais, portuárias e grandes vazios urbanos (VIEIRA, 2008, p. 135), que se formaram em decorrência da desapropriação da área para expansão do porto. Ainda que a Comunidade do Pilar fosse apresentada como uma preocupação do Plano de Revitalização, nenhuma ação nesta área foi identificada neste período. As questões referentes à Comunidade seriam retomadas apenas mais recentemente, através da sua inclusão no *Complexo Turístico Cultural Recife Olinda*.

A fase seguinte do Plano de Revitalização, que corresponde aos anos de 2001 a 2004, é marcada pelos resultados das alterações ocorridas nos períodos anteriores, como a inauguração da primeira Sinagoga das Américas (VIEIRA, 2008, p. 172). Em publicação oficial da prefeitura temos que, a partir de 2001, foi inaugurada uma nova fase no processo de revitalização do Bairro, que tinha por principal característica administrar os diferentes interesses dos agentes econômicos na área, conciliando o desenvolvimento local com as formas de preservação. Neste documento consta ainda a necessária revisão

68. Milton Botler é coordenador geral do Instituto da Cidade do Recife Engenheiro Pelópidas Silveira. Depoimento concedido em jul. 2012.

do Plano, com a instalação de um Fórum permanente para conduzir a gestão do Bairro (Prefeitura do Recife, ERBR, 2001, p. 36-39).

No entanto, Vieira (2008, p. 165) esclarece que apenas um fórum foi realizado, ainda no ano de 1998, e que este processo de discussão não teve continuidade. Esta alteração na condução do Plano coincide com a mudança de gestão da prefeitura, para a qual o Bairro deixa de ser prioridade. Um dos pontos fundamentais desse processo foi a revisão do papel do ERBR. Se anteriormente o Escritório concentrava e controlava todas as ações do Plano de Revitalização, este passou a funcionar apenas como Centro de Documentação, um acervo histórico com informações sobre o Bairro, sendo as funções por ele exercidas divididas entre os setores da prefeitura, dentre eles a Empresa de Urbanização do Recife (URB) e a Fundação de Cultura (VIEIRA, 2008, p. 172-177).

A descrição das formas de intervir dirigidas a cada pólo e a prioridade em atender aos Pólos Bom Jesus e Alfândega, em detrimento do Pilar, mostram o embate envolvido no Plano de Revitalização. Evidencia-se o enfoque dado à atividade turística, relacionada ao lazer, utilizando a cultura como um diferencial e chamariz para a área, enquanto a alegada preocupação social, característica presente desde as primeiras formulações do Plano, através da problemática vivida pela Comunidade do Pilar, que incorporaria a habitação no processo de melhoria da área, fica em segundo plano.

10.2.4. Momento de Mudança. A Desarticulação do Plano de Revitalização e o Início de uma Nova Proposta

A partir de 2005, há uma redefinição dos objetos e objetivos de intervenção em relação ao Bairro do Recife, visto que a forma adotada até então não havia garantido os resultados pretendidos pela proposta vigente. Levantamentos realizados por Vieira (2008, p. 209) no ano de 2005, revelaram que a forma de condução do projeto não garantiu a sustentabilidade econômica almejada, fato que se revela de forma mais clara nas baixas taxas de ocupação dos imóveis. Da mesma forma, estes dados comprovam o não incentivo à habitação na área do Pólo Bom Jesus.

Segundo a autora (VIEIRA, 2008, p. 209), que fez o levantamento de cinquenta imóveis neste Pólo, entre os anos de 1993 e 1996, houve um período de reversão da deterioração. No entanto, em 2005, havia novamente a necessidade de recuperação. Dos imóveis levantados, 28 (56%) estavam totalmente ocupados, três (6%) estavam ocupados em dois pavimentos, dois (4%) tinham apenas o térreo ocupado e dezessete (34%) estavam desocupados. Quanto aos usos encontrados, três (6%) eram de uso misto (podendo incluir habitação), 26 (56%) abrigavam atividades de comércio e serviço, quatro (8%) eram de uso institucional, dezessete (34%) estavam desocupados e não havia nenhum imóvel de uso residencial.

A nova proposta para a área central, em elaboração a partir desta data, previa a consolidação

da revitalização do Bairro do Recife, a revitalização de outros bairros de igual importância patrimonial e a integração destes como um único território de valor histórico, com o intuito de garantir a *Sustentabilidade*. Esta passou a ser entendida, no contexto desta reformulação, como um conjunto de diretrizes que englobam a incorporação de usos diversos, como o resgate da moradia (VIEIRA, 2008, p. 195).

Esta redefinição dos objetivos e das formas de preservação vislumbradas em Recife vão de encontro às alterações propostas às intervenções no Centro Histórico de Salvador. Podemos observar que nas duas propostas busca-se consolidar os setores em intervenção e, ao mesmo tempo, ampliar a área de atuação dos planos. Intenciona-se, dessa forma, vincular o referido território a uma área maior, em uma tentativa de articulá-lo à cidade, ao contrário da forma de atuação até então aplicada, em que as áreas de intervenção são tratadas de forma independente, isoladas das dinâmicas da cidade, dirigidas a usos e usuários específicos, atreladas à especialização funcional para o turismo.

No que diz respeito à questão habitacional, as duas propostas se assemelham pelo fato de não terem dado prioridade a este uso, sobretudo nas primeiras fases de intervenção. Nestas, observou-se que foi dada prioridade às atividades ligadas ao turismo e lazer. As problemáticas enfrentadas pelos dois casos, como a queda da atividade turística e

esvaziamento dos imóveis, fez com que no momento de reformulação das propostas de intervenção, a habitação fosse incorporada como um elemento agora considerado essencial.

No entanto, há uma particularidade em Salvador que a diferencia de Recife, posto que, no primeiro caso, a incorporação da habitação ao processo ocorreu devido à participação e interação da população local. Este fato fica mais evidente também pela localização da área habitacional, inserida no circuito turístico que se desejava promover. Em Recife, por outro lado, a problemática habitacional, vinculada à população de menor renda, por estar concentrada na Comunidade do Pilar, tem pouca visibilidade na área, envolta por edificações industriais de grande porte. Soma-se ainda o fato desta comunidade, segundo Leite (2007, p. 151) não ter “(...) necessária representação pública e desprovidos de mínima organização política comunitária”.

Como conseqüência desse processo de reformulação, em 2006 foi criada a *Unidade Municipal Executora do Projeto Recife-Olinda*, que passa a incorporar atividades anteriormente desenvolvidas pelo ERBR. Dentre elas estão a retomada do projeto Luz no Recife Antigo (interrompido em 1999, quando voltava-se apenas ao embutimento da fiação elétrica, este tem os objetivos ampliados para telecomunicações e escavações) e a reurbanização das ruas Madre de Deus, Moeda e Avenida Alfredo Lisboa, entre outras (VIEIRA, 2008, p. 197). Outros dois projetos fundamentais que devem ser destacados são o *Complexo Turístico Cultural Recife-Olinda* e a retomada da elaboração do *Programa de Requalificação*

Urbanística e Inclusão Social da Comunidade do Pilar, que veremos a seguir.

10.2.5. O Complexo Turístico Cultural Recife-Olinda e a Retomada do Pólo Pilar

O *Complexo Turístico Cultural Recife-Olinda* é fruto de um convênio assinado em abril de 2005 (com previsão de implantação de quinze anos) entre as prefeituras de Recife e Olinda e os governos federal e estadual. Ele decorre da junção de projetos anteriormente desenvolvidos de forma independente, sem articulação, com a finalidade de “*contribuir com o desenvolvimento histórico, cultural, tecnológico e econômico de toda a região*” (VIEIRA, 2008, p. 199, 200). Nesse sentido, ele não cria uma nova proposta, apenas reúne sob a mesma denominação projetos diversos distribuídos em sua área de abrangência.

Segundo Figuerola (2006, p. 46-55), o projeto, cujo início estava previsto para 2007, abrange uma área de oito quilômetros de extensão, na Região Metropolitana do Recife. As ações por ele englobadas objetivam a articulação da cidade com a frente marítima, áreas livres, equipamentos comunitários e turísticos, urbanização das áreas degradadas e melhoria e ampliação de infra-estrutura urbana.

O Plano do Complexo Turístico Cultural Recife / Olinda tem como objetivo central valorizar e dar visibilidade internacional ao patrimônio cultural material (patrimônio histórico) e imaterial (manifestações culturais) das duas cidades, através de uma requalificação urbana da área central da Região Metropolitana do Recife e a estruturação de uma Rede de Equipamentos Cul-

turais. Trata-se de um plano estruturador que tem a cultura e o turismo como eixo central do processo de desenvolvimento, envolvendo ainda áreas do urbanismo, meio ambiente, tecnologia e desenvolvimento econômico e social. (www.recife.pe.gov.br, Boletim de Notícias de 27/04/2005, por ocasião da assinatura do convênio de Cooperação Técnica para implementação do Plano). In VIEIRA, 2008, p. 199

Desta forma, as ações sobre o Bairro do Recife, redistribuídas entre os setores da Prefeitura após a dissolução do Plano de Revitalização, foram também incluídas nos novos objetivos formulados através do Complexo Turístico Recife-Olinda, sendo a área agora tratada dentro de um conjunto maior de intervenções. Este novo projeto redefine as divisões das áreas anteriormente abrangidas pelo Plano de Revitalização.

O Porto do Recife foi englobado pelo novo projeto fazendo agora parte do Setor 3 de intervenção. O *Pólo Bom Jesus* passou a fazer parte do *Núcleo Marco Zero*, enquanto o *Pólo Alfândega* passou a ser denominado *Núcleo Alfândega*. Ainda que, de modo geral, o projeto proponha incorporar a moradia a estas áreas, na descrição de cada um destes núcleos prevalecem as atividades de comércio, serviços e lazer, da mesma forma como apresentado no plano anterior. Segundo Botler (2012), o conjunto de ações previstas para a área acabou dando lugar a

um processo de especulação imobiliária que desvirtua os objetivos iniciais da concepção do Complexo.

O Pólo Pilar, que reaparece neste projeto como Setor 7 de intervenção, tem por característica a retomada do *Programa de Requalificação Urbânística e Inclusão Social da Comunidade do Pilar*, já formulado no âmbito do Plano de Revitalização do Bairro do Recife, mas não implantado (Figura 12) que ocorre também vinculado ao *Projeto de Trabalho Técnico Social (PTTS) Comunidade do Pilar e Comunidade do Pilar / Bairro do Recife – ZEPH 09*, este último de responsabilidade da Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural – DPPC Gerência de Projetos & Gerência de Documentação, Promoção e Educação Patrimonial.

Para a viabilização deste Programa estão previstas parcerias entre diversos atores⁶⁹ – públicos, privados e o terceiro setor. Com isso, intenciona-se a retomada dos objetivos contidos no plano inicial, pautados na melhoria das condições de vida da população local, através da ampliação dos usos instalados na área, valorização do Patrimônio Arquitetônico ainda existente (muitos dos imóveis, pela falta de conservação, estão hoje em estado de ruínas, sem possibilidade de recuperação de suas feições históricas) e reinserção da área ao contexto do Bairro do Recife.

Para atender tais objetivos, a proposta consiste, quanto ao Patrimônio Arquitetônico, no restauro da Igreja do Pilar (finalizada em janeiro de 2013) e

69. Os atores públicos são a Prefeitura e os Portos do Recife e Digital, os privados correspondem a Moinho Recife, Alfândega Empreendimentos, Diagonal Urbana e Fábrica Pilar e, por fim o terceiro setor é formado pelo Comitê para democratização da informação – CDI (VIEIRA, 2008, p. 190, 191).

na prospecção arqueológica do Forte São Jorge. No que diz respeito à ampliação dos usos na área, há a implantação tanto do Centro Comercial de apoio às atividades portuárias quanto de atividades que sirvam à população residente, também atendendo à necessidade de melhoria do aspecto social local. Nesse sentido, estão previstas a implantação de um centro de comercialização de alimentos (Mercado, Quadra 60, 80 unidades) e equipamentos comunitários, como uma escola-creche, posto de saúde e praça de lazer (VIEIRA, 2008; Prefeitura do Recife, ERBR, 2001; LACERDA, MARINHO, ZANCHETI, s.d.).

Quanto às unidades habitacionais, a proposta consiste na reconstrução das quadras que abrigam a Comunidade do Pilar⁷⁰, através da construção de condomínios habitacionais verticais para a população moradora da Comunidade, contribuindo também para o controle das ocupações irregulares.

70. A construção das habitações populares se daria através do Programa Morar no Centro, com participação da Caixa Econômica e a Ong francesa Pact Arim, que fornece metodologia de requalificação de sítios históricos urbanos para habitação (Prefeitura do Recife, ERBR, 2001; LACERDA, MARINHO, ZANCHETI, s.d.). Este foi retomado, segundo Vieira (2008, p. 192), a partir de 2001. Através do PRSH, anteriormente descrito, seria estabelecida a coordenação técnica entre a Caixa Econômica Federal e o Governo Francês, em parceria com a prefeitura, para realização de estudos de viabilidade de reabilitação de imóveis habitacionais no Recife Antigo e Boa Vista. Hoje, o Programa Morar no Centro faz parte de um grupo de ações dentro da Secretaria de Planejamento Participativo, Obras e Desenvolvimento Urbano e Ambiental, através do programa *Reabilitação do Centro Expandido* criado, de acordo com dados da prefeitura, a partir das políticas patrimoniais de revitalização do Bairro do Recife, ampliada para a Política de Reabilitação Integrada do Bairro e entorno, com a ampliação do foco de atuação para o centro expandido, uma área urbana adensada com significativo estoque patrimonial construído (são 1606 hectares, 7,31% da área total da cidade, com uma população residente de 78.098 habitantes). No entanto, não há dados suficientes que indiquem a viabilidade do Programa, que apresenta apenas um projeto piloto, no bairro de São José (Prefeitura do Recife, Secretaria de Planejamento Participativo, Obras e Desenvolvimento Urbano e Ambiental).

Quanto às unidades habitacionais, 588 ao todo, todas seguem o mesmo padrão, independentemente da composição familiar, e possuem dois dormitórios, cozinha e lavadeira, sala e um banheiro, abrاندendo uma área de 40m². As unidades localizadas no pavimento térreo serão destinadas aos idosos e pessoas portadoras de necessidade especiais.

A previsão era de que, a partir de sua implantação, iniciada em 2010, em 36 meses este pudesse ser concluído. Em pesquisa de campo realizada em julho de 2012, acompanhada por Ana Carolina Sousa, que realiza um trabalho de assistência social junto às famílias (este envolve tanto a organização dos moradores para redistribuição nas novas unidades habitacionais quanto atividades relativas à nova forma de morar, a qual deverão agora se adaptar) constatamos que as obras de intervenção estavam em andamento. Dos 588 apartamentos previstos, a primeira etapa (Quadra 55) previa abrigar 198 famílias⁷¹.

Ao contrário do que se anunciava, porém, desde o final de 2012, as obras estão paralisadas e apenas 48 unidades foram entregues às famílias. A Empresa URB Recife, responsável pelas obras, alega que esta interrupção se deve aos trabalhos de prospecção arqueológica realizados pela Fundação Seridó. No entanto, esta justificativa não nos parece suficiente posto que os trabalhos da Fundação, apesar de encontrarem e catalogarem vestígios arqueológicos nos canteiros de obras, não teriam condições de paralisar as obras, posto que estas já haviam sido

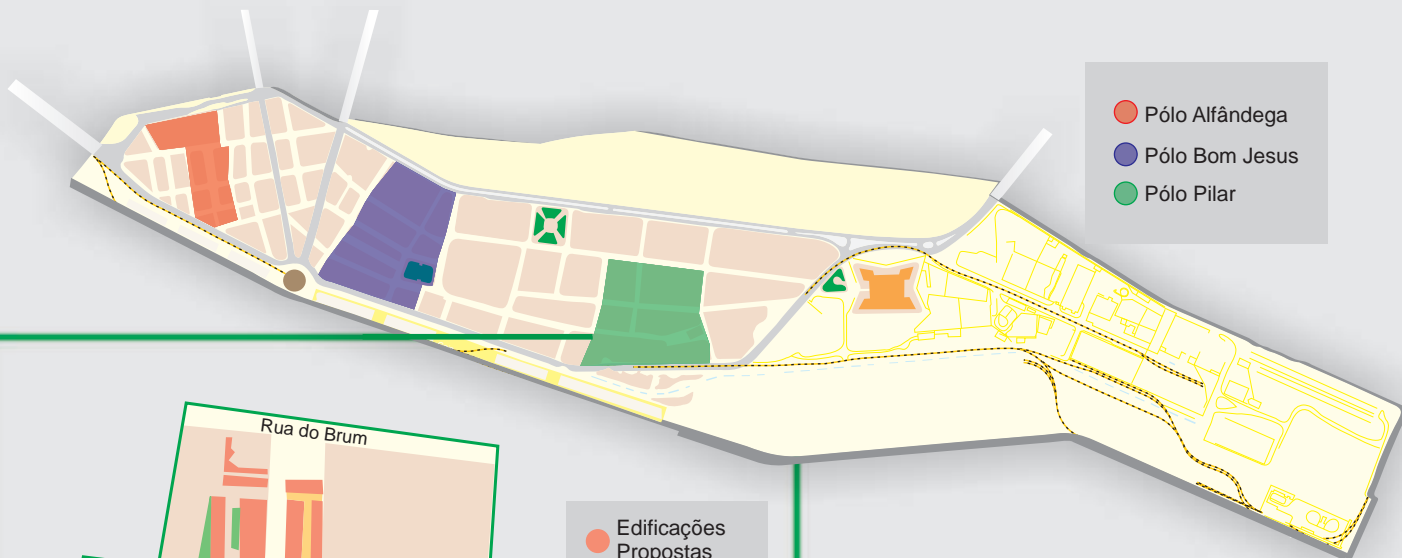
71. Atualmente, 203 famílias estão alojadas em unidades provisórias através de auxílio moradia, devido à necessidade de remoção das unidades hoje construídas para a liberação dos espaços para as obras.

liberadas pelo IPHAN.

Além da construção dos conjuntos habitacionais, o Programa de Requalificação da Comunidade do Pilar teria por intenção a melhoria do espaço urbano, através da qualificação de espaços públicos destinados a manifestações populares, melhoria da infra-estrutura urbana, criação de novos acessos e a reabertura da avenida Alfredo Lisboa. Estas intervenções, somadas às atividades de educação ambiental e patrimonial, capacitação profissional e geração de trabalho e renda (VIEIRA, 2008, p. 190, 191), visam a inclusão social da comunidade, segregada do Bairro pela pouca visibilidade que apresenta devido às edificações de grande porte que compõem o entorno.

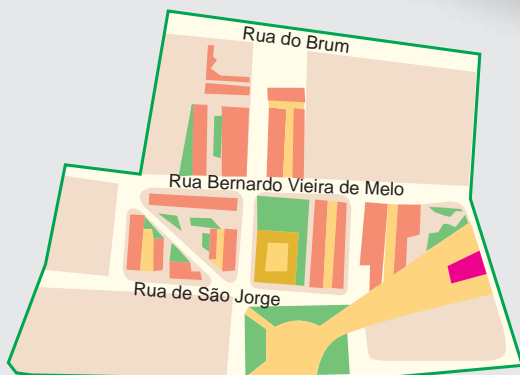
Além das condicionantes físicas e econômicas desta população, outras características da comunidade são determinantes para este processo de fragmentação. De acordo com Leão (2010), não há uma identidade, ou movimento cultural, que dê unidade aos moradores da área que, ao longo do tempo, passaram por um intenso processo de degradação social, não estabelecendo relações de vizinhança, ao contrário do que observamos ter ocorrido no Centro Histórico de Salvador. Somado a isso, havia o estigma de área perigosa.

O Programa de Requalificação Urbanística e Inclusão Social da Comunidade do Pilar tem por intenção a melhoria da qualidade de vida e das condições de habitação da população local através da construção das novas unidades habitacionais e de atividades de educação ambiental, patrimonial e sanitária.



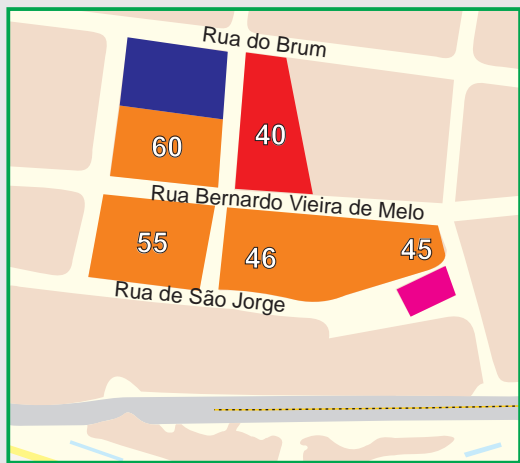
- Pólo Alfândega
- Pólo Bom Jesus
- Pólo Pilar

BRAGA, Pólos de Intervenção no Bairro do Recife, 2013



- Edificações Propostas
- Novas Vias
- Área Verde
- Igreja do Pilar

BRAGA, Complexo Turístico Cultural Recife - Olinda, Setor 7, 2013



- Escola
- Comercial
- Residencial
- Igreja do Pilar

BRAGA, Projeto Habitacional do Programa de Requalificação Urbanística e Inclusão Social da Comunidade Nossa Senhora do Pilar, 2013

COMERCIAL



BRAGA, Jul. 2012
Área reservada para o mercado

A implantação do mercado tem por objetivo contribuir para a geração de renda para a população, viabilizando sua permanência no local.

RESIDENCIAL



BRAGA, Jul. 2012
Comunidade do Pilar



BRAGA, Jul. 2012
Comunidade do Pilar

As unidades habitacionais da Comunidade do Pilar se estabeleceram de forma desordenada no território, levando a um processo de adensamento da área e ao risco de segurança aos moradores devido à precariedade das obras.

RESIDENCIAL



BRAGA, Jul. 2012
Canteiro de obras



BRAGA, Jul. 2012
Construção das unidades habitacionais



BRAGA, Jul. 2012
Obras na área interna do conjunto

Processo de construção dos novos conjuntos habitacionais, paralisado desde o final de 2012.

ESCOLA



BRAGA, Jul. 2012
Área reservada para a escola

A proposta de intervenção para o Pólo Pilar inclui saneamento, posto de saúde, creche e a construção de uma escola como parte do processo de melhoria das condições de vida da população.

RESIDENCIAL



BRAGA, Jul. 2012
Saída temporária da área

Para viabilização das obras, os moradores são retirados do local temporariamente, liberando a área para a construção das novas unidades. As famílias recebem nesse período um auxílio moradia.

FIGURA 12

Bairro do Recife:
Intervenções no Pólo Pilar

Fonte dos dados: Figuerola, 2006; Prefeitura do Recife

Demonstra ampliar o olhar à necessidade de reinserção desta população ao contexto do Bairro ao incorporar ao projeto a diversificação das atividades econômicas, que seriam desenvolvidas pelos moradores, o que possibilitaria sua reinserção ao mercado de trabalho, já que uma das maiores reclamações dos moradores quanto ao Plano de Revitalização da área foi não terem sido aproveitados como mão-de-obra nos novos projetos, o que ocorreu devido à falta de capacitação.

Esta qualificação e capacitação da população ao trabalho, somadas às aulas de educação patrimonial, contribuiriam também para o resgate do sentimento de pertencimento desta população à área e do valor histórico da área junto aos moradores. Este seria apoiado também pela integração da Igreja do Pilar, agora recuperada, à Comunidade e da Comunidade à cidade, já que esta tem, como único ponto agregador, a escola local.

A reintegração da Comunidade do Pilar ao conjunto do Bairro do Recife está pautada, portanto, em ações que incluem temas relativos à habitação e ao trabalho e também quanto ao tratamento do espaço urbano (abertura de vias e praças), revertendo o enclave em que se configura, devido ao entorno com edificações de grande porte e a precariedade da ocupação. Estas atividades, porém, estão paralisadas. A continuidade da construção dos conjuntos habitacionais deve ser acompanhada e retomada, posto que a situação atual contribui para aumentar ainda mais a sensação de insegurança, insalubridade e segregação do local.

A abertura visual, através de uma praça e a abertura de vias, ainda não implantadas, merece também acompanhamento, para que se verifique os reais resultados alcançados a partir destas diretrizes de projeto, se elas terão efetivamente o papel de diluir as fronteiras ali impostas e consolidadas ao longo do tempo. Do contrário, as alegadas intenções de reintegração da população local ao contexto do Bairro não se efetivarão de fato, permanecendo o caráter segregador e fragmentado do espaço urbano.

11. Leitura dos Percursos Realizados

O levantamento dos dados relativos aos processos de intervenção aplicados ao Centro Histórico de Salvador e ao Bairro do Recife, em diferentes momentos, nos permite identificar elementos que, pertinentes aos dois casos, nos levam ao estabelecimento de parâmetros de análise. Estes têm por finalidade contribuir ao estudo conjunto destes projetos, revelando similaridades e ressaltando diferenças entre eles. Da mesma forma, evidenciam a possibilidade de análise destes objetos empíricos à luz dos marcos conceituais definidos, Urbanização e Processo de Containerização do Espaço Urbano, considerando que o contexto que norteia estes projetos de intervenção envolve as demandas relativas ao Patrimônio Cultural, quanto a sua preservação e promoção, esta última atrelada ao Turismo Cultural.

Ainda, para a definição destes parâmetros de análise, foi tomada como base a identificação dos aspectos que participam da conformação do espaço urbano e que tiveram suas características e dinâmicas atingidas pelas ações de intervenção. Estes, que são espaciais, visuais, funcionais, sociais e culturais, foram aqui classificados como blocos de composição e as análises que deles decorrem englobam as ações realizadas, atores envolvidos e as transformações provocadas, considerando-se ainda as interações entre eles e a influência de um sobre o outro.

Nesse sentido, o primeiro passo consiste na sistematização dos dados levantados no diagnósti-

co das intervenções, tais como a mudança de usos, priorizando-se o direcionamento à atividade turística, ou o trabalho de restauro e conservação das edificações significativas ao Patrimônio Arquitetônico, dentre outros, classificando-os segundo os aspectos elencados. A fim de que estes dados possam, além de indicar o tipo de intervenção empreendida, também explicitar as transformações em que acarretam, a análise destes blocos de composição levou em consideração diferentes momentos, que englobam desde a caracterização das áreas, segundo os aspectos indicados, antes do início das ações de intervenção, até as considerações sobre o quadro atual das áreas em questão. Estes dados estão reunidos na tabela que se apresenta a seguir (Tabela 01).

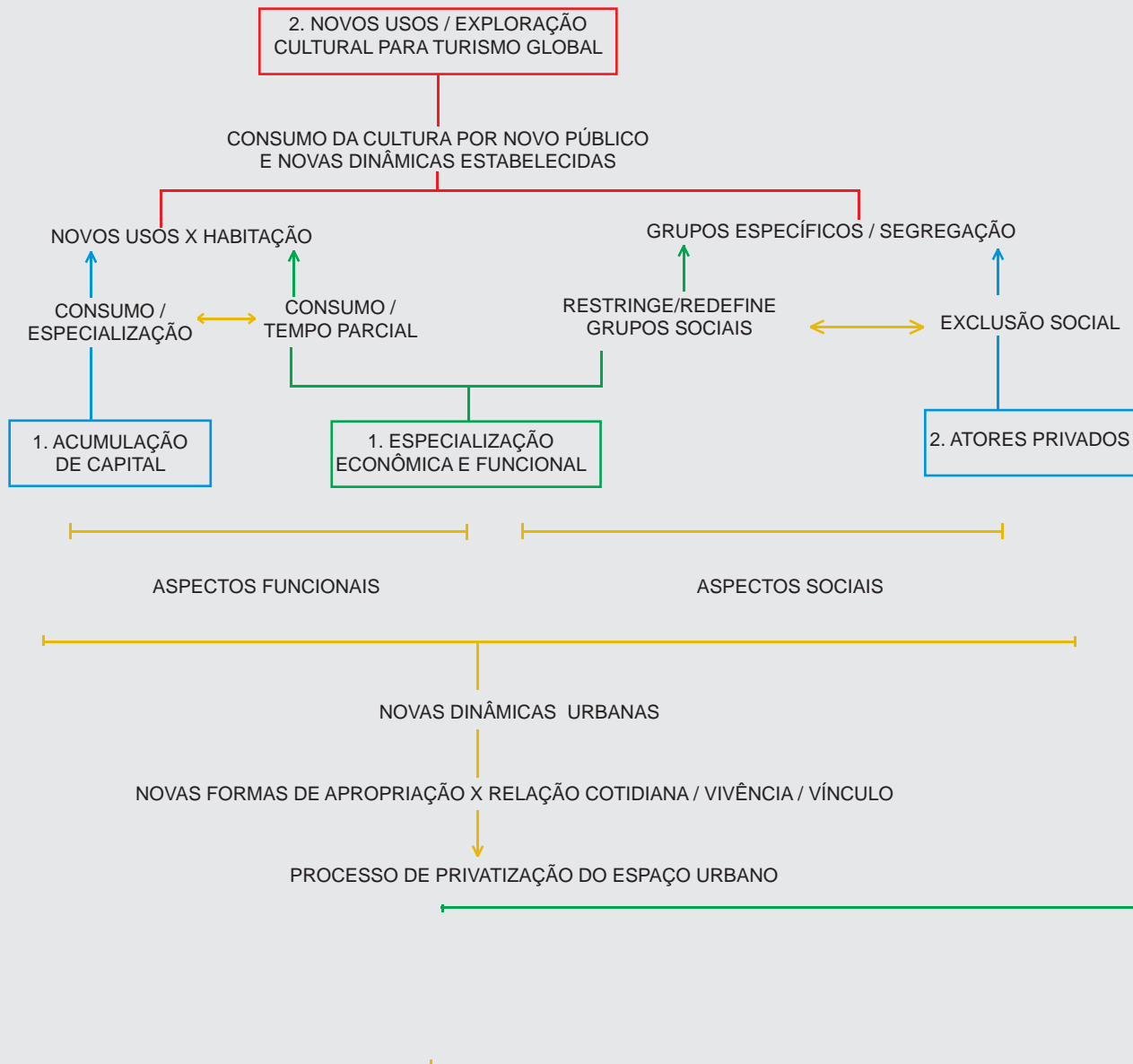
O segundo passo corresponde à identificação das correlações existentes, entre as ações de intervenção e os marcos conceituais, com os aspectos definidores dos blocos de composição adotados, pertinentes às análises que se intenciona, a partir deste momento, tecer (Esquema 03). Estas consistem na verificação da possibilidade de inserção dos marcos conceituais como instrumento auxiliar à compreensão das formas de inserção das Áreas Centrais Históricas no contexto do processo de empresariamento da cidade, a partir do reconhecimento do Patrimônio Cultural como forma de diferenciação no mercado global via Turismo Cultural.

| | | ASPECTOS | | | |
|---------|------------------------|--|-------------------------|---|--------|
| | | ESPACIAIS | | VISUAIS | |
| | | SALVADOR | RECIFE | SALVADOR | RECIFE |
| PERÍODO | 1º RETRATO | Conservação Precária Subutilização Valor Histórico | | Violência Degradação Falta de funcionalidade | |
| | 1ª FASE DE INTERVENÇÃO | Recuperação de Perímetro de Intervenção Fragmentação | | Tratamento de Edifícios, espaços públicos Contraste com entorno Valorização | |
| | 2º RETRATO | Segregação Setorização | | Contraste com entorno Valorização do Patrimônio Arquitetônico | |
| | 2ª FASE DE INTERVENÇÃO | Ampliação da área de abrangência | Desarticulação do Plano | Habitação Valorização do Patrimônio Arquitetônico | |
| | QUADRO ATUAL | Setorização | | Distinção entre áreas recuperadas e degradadas | |

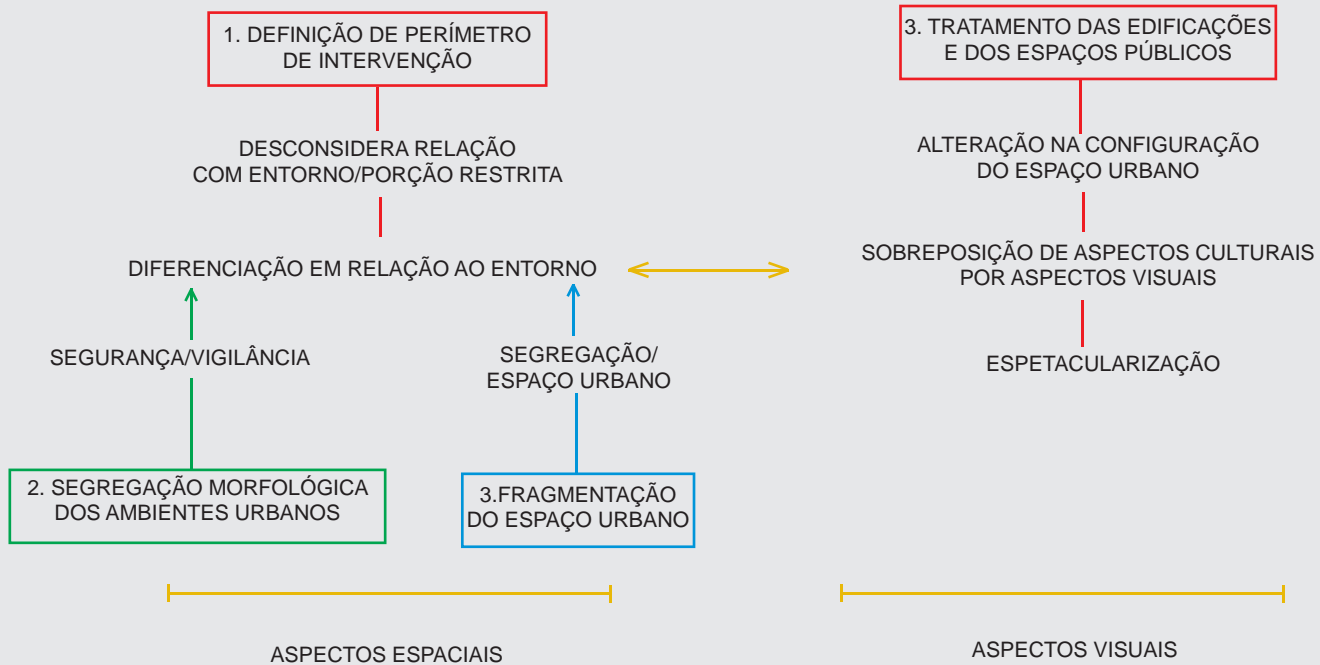
| ASPECTOS | | | | | | |
|---|--|---------------------------------------|--|--|--|--|
| FUNCIONAIS | | SOCIAIS | | | CULTURAIS | |
| SALVADOR | RECIFE | SALVADOR | RECIFE | SALVADOR | RECIFE | |
| Habitação Comércio Informal | Decadência da atividade Portuária Habitação | População residente de menor renda | | Movimentos Culturais, Interação com a área | Falta de Interação com a área | |
| Novos usos, comércio, serviços, turismo | | Estado Atores Privados | | Valor do Patrimônio construído Monumentalização Imagem a preservar | | |
| | | Expulsão | Exclusão | | | |
| Novas dinâmicas Urbanas Tempo de Permanência | | Conflito morador x visitante | Distinção morador, visitantes, usuários | Exploração cultural, turismo predatório | Turismo restrito, apropriação população da cidade | |
| Turismo Habitação | Porto Digital Comunidade do Pilar | Recuperação da Habitação | | Valorização do Patrimônio Arquitetônico e Imaterial | | |
| Setorização | Atividades cotidianas | Segregação | | Disputas | Pouca interação | |

TABELA 01

Características das áreas em estudo em cada momento de intervenção, de acordo com os aspectos identificados como pertinentes às análises



| | |
|---|--|
| ■ Ações de intervenção | ■ Processo de Containerização do Espaço Urbano |
| ■ Urbanização | |
| ■ Aspectos | |



PAISAGENS HOMOGÊNEAS

3. TEMATIZAÇÃO DA PAISAGEM

HISTÓRIA E CULTURA TRANSFORMADAS EM OBJETO DE CONSUMO

ASPECTOS CULTURAIS

ESQUEMA 03

Relação entre as Ações de Intervenção e os Marcos Teóricos a partir dos Aspectos de análise identificados

A pertinência desta relação se pauta nas semelhanças existentes entre os elementos norteadores das intervenções, e as conseqüências que deles decorrem, com os elementos que caracterizam a Urbanização e o Processo de Containerização do Espaço Urbano. Ainda, a seleção de estudos de caso inseridos na realidade brasileira visa contribuir à compreensão da forma como estes processos de financeirização da cultura afetam de forma significativa as identidades culturais locais historicamente constituídas, fazendo com que também nossas paisagens particulares participem deste mesmo processo de banalização do espaço urbano através da mercantilização da cultura.

A análise das diferentes dimensões que caracterizam as Áreas Centrais Históricas e que sofrem influência dos projetos de intervenção, identificadas e reunidas pelos blocos de composição, indicam que estas têm, no componente cultural, seu elemento de ligação fundamental. Posto que o Patrimônio Cultural é o objeto central destas propostas, como justificativa e instrumento das intervenções, o aspecto cultural constitui-se como elemento central de análise, ao qual os demais se relacionam, influenciando-no e sendo por ele influenciados. Poderemos observar que tanto no Centro Histórico de Salvador (Figura 13) quanto no Bairro do Recife (Figura 14) estes aspectos podem ser percebidos nas diferentes fases de atuação sobre o território.

A primeira correlação estabelecida diz respeito aos aspectos espaciais, visto que um dos elementos fundamentais ao início das ações de intervenção consiste na definição do perímetro que

delimita a área de atuação. É dentro desta porção restrita do território que as alterações promovidas pelas intervenções ocorrerão de forma mais incisiva, revelando alterações significativas nos aspectos que aqui selecionamos para análise.

O perímetro de intervenção seleciona e delimita um fragmento do espaço urbano para aplicação das demais ações de intervenção. Em conjunto, estas irão reforçar a visão do território de forma dissociada do contexto no qual está inserido, processo este reforçado pelas alterações nos aspectos visuais, que contribuirão para a diferenciação da área em relação ao entorno, através do tratamento concedido às edificações e espaços públicos. No que diz respeito às edificações, podemos destacar a realização de atividades de restauro e conservação, para preservação das feições arquitetônicas externas, bem como adaptações nos espaços internos para atender novos usos. Quanto aos espaços públicos, estes também passam por ações de recuperação que, em conjunto com o Patrimônio Arquitetônico, contribuirão para a distinção do conjunto, já delimitado pelos aspectos espaciais, em relação ao entorno.

Nesse sentido, duas análises importantes se destacam. A primeira delas diz respeito às questões relativas ao Patrimônio Cultural em suas diferentes dimensões que, nestes casos, são tratadas de forma desvinculada, comprometendo sua representatividade. Esta é uma relação contraditória, posto que é justamente o caráter particular do Patrimônio Cultural que o torna elemento chave à diferenciação para participação no mercado mundial de cidades.

Considerando os aspectos espaciais e visu-

ais e seu rebatimento sobre os aspectos culturais, temos que as ações de intervenção estão atreladas à recuperação da estrutura física e à reafirmação de valor singular da área preservada através do Patrimônio Arquitetônico. A finalidade observada diz respeito à reconfiguração do espaço urbano em prol do mercado, cujo desejo é despertar o interesse da iniciativa privada e do visitante, destacando a imagem de cidade que se deseja vender aos novos receptores. Neste contexto, a identidade será reinterpretada e reconstruída porque o direcionamento das ações ao patrimônio construído, ainda que fundamental, pela representatividade arquitetônica que encerra, sendo um importante elemento de caracterização das áreas históricas, ignora outros elementos fundamentais. Estes são reunidos pelo Patrimônio Imaterial e as vivências e formas de apropriação cotidianas da população local, também fundamentais à Identidade Cultural das áreas históricas. A estes elementos, Grimson (2012, p. 43), atribuirá a denominação de “configurações culturais”, noção que reúne hábitos, crenças, rituais e também as “(...) desigualdades, a história e o poder dentro de cada cultura e entre as culturas”, indicando a diversidade das formas de representação cultural no espaço urbano.

A segunda análise diz respeito ao contraste criado entre o perímetro de intervenção e o entorno não recuperado. Ainda que as intervenções tenham por intenção o desdobramento das ações para áreas adjacentes, funcionando como incentivo e vetor de indução a alterações no entorno, isso de fato pouco ocorre. Dessa forma, reforça-se a diferenciação entre estas porções do território, contribuindo para

acentuar a visão fragmentada e dissociada da área de intervenção em relação ao entorno e às dinâmicas urbanas da cidade.

Este processo de fragmentação do território imprime ao espaço urbano fronteiras, que contribuem para reforçar a distinção entre setores, quebrando a noção de continuidade do espaço urbano. Estas fronteiras, cuja identificação será ainda reforçada pela diferenciação em relação a outros aspectos, funcionais e sociais, no entanto, não são necessariamente físicas e sim simbólicas. Grimson (2012, p. 129, 130) acrescenta ainda que estas não devem ser analisadas apenas em relação às distinções e separações às quais estão atreladas, mas também às possibilidades de interação e trocas entre elas. Deste embate poderá surgir o conflito.

Ao observarmos o foco de atuação do Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador, identificamos o direcionamento das ações de intervenção, nas seis primeiras etapas, a uma porção restrita dentro da poligonal de tombamento. Esta delimitação, marcada fundamentalmente pelos espaços públicos Terreiro de Jesus, Cruzeiro de São Francisco e Largo do Pelourinho, associada à recuperação dos principais monumentos, propiciou a distinção deste setor em relação ao entorno, ainda degradado, adquirindo a característica de fragmento urbano. Este mecanismo de intervenção, que deu destaque a um setor restrito do Centro Histórico, reforçado pelos aspectos espaciais e visuais, passou a ser bastante questionado, sendo este caráter restritivo um dos elementos contemplados quando da revisão do projeto, a partir do Plano de Reabilitação.

Ainda assim, essa ampliação da área de intervenção não deve ser entendida como uma forma de garantia de integração da área ao conjunto da cidade, como se pretende, posto que ela prescinde de mudanças quanto à forma de atuação em relação aos outros aspectos para que possa ocorrer plenamente. Nesse sentido, o processo de segregação do espaço urbano observado na área, permanece como elemento definidor das formas de intervir aplicadas a Salvador.

No momento atual da intervenção, este processo de segregação se explicita, quanto aos aspectos espaciais, pela delimitação dos espaços destinados aos diferentes usos e, portanto, usuários, marcando a distinção entre a área turística e a área habitacional, uso agora englobado pela proposta. Esta é ainda reforçada pelos aspectos visuais, evidentes através da diferenciação entre a conservação das edificações e espaços públicos da área turística, constantemente em processo de manutenção, e a área destinada à população remanescente. Esta última é marcada pela menor qualidade da recuperação das habitações, a ainda existência de imóveis em estado de ruínas e a ausência de espaços públicos de convívio. Reforça-se, assim, o contraste entre estes diferentes setores dentro do contexto do Centro Histórico, que deveria representar uma paisagem urbana única, e não fragmentada.

Ainda, para evitar interferências indesejadas, observa-se um processo de controle do território, através dos elementos segurança e vigilância. Estes são representados pelo policiamento presente nos principais pontos de acesso do perímetro tu-

rístico, ainda o mesmo da intervenção anterior. As fronteiras, ainda que simbólicas, ficam, deste modo, concretizadas no território.

Quando passamos ao estudo destes mesmos aspectos em relação ao Bairro do Recife, podemos verificar um processo semelhante de delimitação das áreas alvo de intervenção, ainda que a partir de mecanismos um pouco diversos. Neste caso, diferentemente de Salvador, vimos que as estratégias de intervenção do Plano de Revitalização se pautaram na estruturação de pólos de intervenção. Assim, ao invés de um único setor, como vimos em Salvador, aqui o aspecto espacial contribui para a definição de porções menores e distintas, isoladas, ainda que parte do mesmo conjunto preservado e ainda que as funções desempenhadas por cada um destes pólos não garantam autonomia às áreas. Pelo contrário, o que se promove de fato é um processo de especialização funcional. Desta forma, e com o reforço dos aspectos visuais, cada pólo passou a configurar um espaço delimitado, uma paisagem urbana específica, controversa em relação ao entorno. Este último passa a representar um papel de área residual entre os pólos, com dinâmica urbana reduzida e imóveis pouco conservados.

No Pólo Bom Jesus, temos a delimitação do espaço urbano a partir do tratamento concedido às edificações e espaço público (rua do Bom Jesus), destacados através do Programa Cores da Cidade. Este pólo hoje se destaca por um processo de diminuição das dinâmicas urbanas locais, contribuindo para o contraste com os demais pólos. Quanto ao Pólo Alfândega, a delimitação se torna clara por

tratar-se de um equipamento urbano, o edifício da Alfândega que, restaurado, recebeu ainda um novo anexo. Por fim, temos o Pólo Pilar, que adquire a característica de fragmento urbano tanto pelo distanciamento físico em relação às demais áreas, quanto pelo estado de ruína e perda da representatividade arquitetônica das edificações, somado ao uso a ele destinado, habitação de interesse social à Comunidade do Pilar. Este processo de segregação é reforçado ainda pelas construções de grande porte que constituem o entorno da Comunidade do Pilar, funcionando como uma barreira física que alerta para não “invadir” o espaço, desconhecido e pouco percebido. A vigilância, neste caso, se dá pelo medo do que está atrás desta barreira.

Com o atual Complexo Turístico-Cultural Recife Olinda, a temática do Pólo Pilar foi retomada. Considerando sua inserção no Bairro do Recife, o projeto de intervenção prevê a abertura de vias que

possam conectar esta porção do tecido urbano ao restante do conjunto. A recuperação da Igreja do Pilar faz parte deste processo de resgate, ainda inicial para uma avaliação mais precisa sobre a efetivação das intenções colocadas.

As interferências sobre os aspectos espaciais e visuais, observadas nos dois casos analisados, consistem na primeira evidência das transformações impressas ao tecido urbano a partir dos processos de intervenção e indicam a primeira relação com elementos característicos da Urbanização e da Containerização do Espaço Urbano (Tabela 02). A delimitação da área de intervenção através dos aspectos espaciais e sua identificação através dos aspectos visuais permite, no campo da intervenção urbana, reconhecer claramente as áreas alvo destes projetos e, para os conceitos, identificar os setores do espaço urbano que sofrerão os demais processos que denunciam.

| Aspectos | Estudos de Caso | | Marcos Conceituais | |
|-----------|--|-----------------|--|-------------------------------|
| | Salvador | Recife | Urbanização | Containerização |
| Espaciais | Perímetro de Intervenção | | Segregação Morfológica dos Ambientes Urbanos | Fragmentação do Espaço Urbano |
| | Setorização | Pólos | | |
| | Policimento | Barreira Física | Vigilância | |
| Visuais | Tratamento de Edifícios e Espaços Públicos Distinção entre Áreas Recuperadas e Degradadas | | Monumentalização / Espetacularização | |
| Culturais | Diferenciação do Patrimônio Arquitetônico / Sobreposição dos Aspectos Culturais por Aspectos Visuais | | | |

TABELA 02

Relação entre as intervenções e os conceitos em estudo a partir dos aspectos espaciais e visuais

Interferências sobre os aspectos culturais

Estas análises iniciais revelam ainda que a efetivação destes como aspectos que participam do processo de segregação do espaço urbano frente à totalidade do tecido urbano, só se confirma quando associados a outras questões. É dentro deste espaço delimitado que os demais blocos de composição passarão a se desenvolver, a partir das decisões de projeto tomadas em cada caso, contribuindo para reforçar esta visão fragmentada. Este processo de delimitação e distinção dos espaços está vinculado, deste modo, à setorização de usos (aspectos funcionais) e, portanto, distinção dos usuários (aspectos sociais) pretendidos a cada espaço.

Quanto ao bloco de composição referente aos aspectos funcionais, este corresponde à análise relativa à atribuição de novos usos às áreas em intervenção. Nestes casos, a questão funcional diz respeito, sobretudo, ao apelo turístico das áreas históricas frente ao mercado mundial de cidades. Deste modo, temos que, no lugar da habitação e demais usos cotidianos, que deveriam estar presentes em todas as áreas da cidade, denominadas históricas ou não, passa-se a observar um processo de especialização econômica e funcional, a partir da implantação de atividades comerciais e de serviços vinculadas ao turismo. É nesse sentido que se fazem presentes as lojas de lembranças e os espaços para shows das praças nos meios de quadra em Salvador, ou os restaurantes da rua do Bom Jesus e as exposições no Shopping Cultural Alfândega, no Bairro do Recife.

Em Salvador, local onde diversos autores, como Sant'Ana (2002), passaram a associar o Pe-

lourinho a um “*grande shopping a céu aberto*”, com lojas de lembranças para os turistas, de fato, a ocupação em hotéis e a visitação turística internacional aumentaram significativamente no início das primeiras etapas de intervenção do Programa de Recuperação. Por outro lado, a população residente caiu de 9,8 para três mil habitantes no período de 1980 a 2000 (NOBRE, s.d.), transformando a antiga região residencial em uma área estritamente voltada ao comércio e serviços (MARINS, 2004). Observa-se, portanto, o direcionamento de usos, contrários às dinâmicas anteriormente estabelecidas. A preferência concedida às atividades de consumo e lazer colocou a questão da habitação em segundo plano. Este aspecto se tornaria a característica predominante no momento de justificar a revisão do processo e a implantação do Plano de Reabilitação.

No caso do Bairro do Recife, o privilégio concedido ao uso turístico ficou evidente através dos investimentos aplicados em cada pólo. Isso porque, enquanto as ações estavam em curso nos Pólos Bom Jesus, denominado “shopping aberto”, com bares, restaurantes e atividades de lazer, turismo e diversão, e Alfândega, voltado a atividades de comércio e serviços, lazer e cultura (ambos parte do Setor de Revitalização, com diretrizes semelhantes, como restauro e adequação para novos usos), no Pólo Pilar, voltado à questão habitacional, nada foi realizado no âmbito do Plano de Revitalização.

As interferências dos aspectos funcionais sobre os aspectos culturais estão atreladas ao processo de especialização funcional que estas intervenções têm por característica. Baseadas na pro-

moção do Turismo Cultural, estes projetos promovem a implantação de novos usos de forma dirigida, voltados ao incremento turístico, com atividades de comércio e serviços que buscam reforçar o consumo, consideradas ainda uma forma de retorno dos investimentos empreendidos nestas áreas. Enquanto isso, a questão habitacional, também apresentada como parte das propostas de projeto nos dois casos analisados, em nenhum deles foi desenvolvida da forma como planejada. Nesse sentido observamos, nas primeiras fases de intervenção, a expulsão das famílias moradoras, no caso de Salvador, e a exclusão da população local, no Bairro do Recife, problemáticas que seriam retomadas quando da segunda fase das intervenções analisadas.

Neglicencia-se, deste modo, que o Patrimônio Cultural tem, no componente imaterial, elementos fundamentais a sua caracterização e que são tecidos a partir das formas de uso e apropriação cotidiana do espaço, propícias à formação de vínculos, do sentimento de pertencimento e da identidade. A modalidade de turismo que se observa de fato é um turismo predatório, que leva à tematização do espaço urbano ao trabalhar com a mercantilização da cultura, reduzindo elementos constitutivos dos aspectos culturais a objetos de consumo, em uma lógica de produção do espaço urbano que transforma as Áreas Centrais Históricas em acumulares de capital, cultural e simbólico.

No caso do Centro Histórico de Salvador, as problemáticas geradas por esta forma de intervir dirigida à exploração cultural para o turismo global provocaram a necessidade de revisão do Progra-

ma de Recuperação, contexto no qual a intervenção passou a ser denominada Plano de Reabilitação. Como vimos anteriormente, dois aspectos foram determinantes para esta revisão do plano, a partir de 2007, a queda da atividade turística e as críticas à especialização econômica, reforçadas pelo movimento de resistência dos moradores. Neste contexto, a questão relativa à habitação foi retomada, convertida em discurso da própria intervenção. Ainda assim, a especialização funcional permanece como diretriz de intervenção, contribuindo para o processo de segregação entre as áreas destinadas à atividade turística e à habitação, ambas tornadas territórios especializados, dentro de um tecido fragmentado.

Quanto ao Bairro do Recife, a aparente mudança de postura se pauta na retomada das ações relativas ao Pólo Pilar dentro do contexto do Complexo Recife-Olinda, após a dissolução do Escritório de Revitalização do Bairro do Recife e a redistribuição das ações sobre o Bairro entre os diversos setores da prefeitura. Neste contexto, o Pólo Pilar (parte do Setor de Renovação, local onde a intenção era “criar um novo ambiente”, através da construção de condomínios habitacionais e um centro comercial, além de equipamentos de apoio como creche e posto de saúde) voltou a ser retomado. Após o início da construção dos conjuntos habitacionais, no entanto, já no final de 2012, as obras foram paralisadas e apenas 48 unidades foram entregues. O quadro atual da área é preocupante pois os canteiros de obras e as construções inacabadas agora representam um risco a mais à segurança e contribuem para aumentar ainda mais a imagem de degradação da área.

Por outro lado, a ampliação das atividades do Porto Digital também passou a imprimir mudanças quanto ao aspecto funcional nos demais pólos. Neste contexto, o Pólo Bom Jesus é marcado por um processo de esvaziamento no horário comercial e movimentação mais significativa no horário de almoço, servindo de apoio àqueles que trabalham no entorno. Este tem ainda por característica uma grande incidência de estacionamentos, com o mesmo sentido de atividade de apoio. Já no Pólo Alfândega, observa-se um uso intenso no horário comercial, devido à atividade institucional que ali se concentra.

O fato é que, mesmo ao incorporarem a habitação aos processos, a questão da especialização funcional não deixou de existir nas áreas em estudo, posto que os diferentes usos se dão em porções distintas do território, confirmando o direcionamento e não a mescla de usos, reforçando a não interação entre eles. Este mecanismo reforça a definição de

perímetros de intervenção e a constituição de fronteiras, tema dos blocos de composição anteriores. Na medida em que este direcionamento se pauta na redução, confinamento ou mesmo eliminação de usos pré-existentes, aqui analisados sob a ótica da habitação, contribui para ressaltar a contraposição entre grupos sociais caracterizados quanto ao aspecto socio-econômico, o que, em última instância, compromete os aspectos culturais locais, características fundamentais à almejada promoção turística.

Mais uma vez é possível identificar, entre os projetos analisados, semelhanças quanto às formas de atuação sobre o território, privilegiando usos, vinculados à atividade turística. Este processo de redução de elementos que caracterizam as dinâmicas urbanas, condicionando as atividades ao consumo, que visam a inserção no mercado global, aproximam estes projetos dos elementos analisados pelos marcos conceituais aqui considerados (Tabela 03).

| Aspectos | Estudos de Caso | | Marcos Conceituais | |
|------------|--|---|--------------------------------------|-----------------------|
| | Salvador | Recife | Urbanização | Containerização |
| Funcionais | Atribuição de Novos Usos | | Especialização Econômica e Funcional | Acumulação de Capital |
| | Distinção entre Área Turística e Área Habitacional | Distinção entre Área Turística, Área Habitacional e Atividades Cotidianas | | |
| Culturais | Novas Dinâmicas Urbanas e Consumo da Cultura | | | |

Segundo dados das Secretarias de Turismo de Salvador e Recife, Salvador é o primeiro destino turístico do nordeste, enquanto Recife fica em segundo lugar. Quanto ao turismo nacional, 52,2% dos visitantes que vão à Salvador são do estado da Bahia (20% de Minas Gerais e 24,8% de São Paulo) e 16% dos turistas que visitam Recife são de São Paulo (6,8% do Rio de Janeiro e 4,4% da Bahia). No que diz respeito ao turismo internacional, Salvador recebe visitantes principalmente dos Estados Unidos, Espanha e Itália (12% cada), enquanto Recife recebe turistas dos Estados Unidos (20%) e Portugal (10%).

TABELA 03

Relação entre as intervenções e os conceitos em estudo a partir dos aspectos funcionais

Interferências sobre os aspectos culturais

A partir do momento em que, em função dos novos usos, há a distinção dos espaços também em função dos grupos usuários, observa-se interferências sobre os aspectos sociais. Tendo em vista que as alterações nos aspectos funcionais têm por objetivo o direcionamento das áreas em intervenção a um público específico, o visitante de média e alta renda, estas se tornam incompatíveis com as demandas e necessidades da população local. Este processo reforça a segregação entre os frequentadores das áreas recuperadas, perfil desejado do consumidor, e os moradores das áreas adjacentes.

Passando à verificação deste aspecto em relação aos estudos de caso temos que, em Salvador, as fases iniciais do Programa de Recuperação estavam baseadas na implantação de novos usos a partir da remoção da habitação e expulsão da população moradora. A segregação, neste momento, se caracterizou pela retirada da população da área. Por

este motivo, obras de recuperação e restauro das edificações e melhorias na infra-estrutura promovidas, financiadas pelo poder público, que concedia benefícios à iniciativa privada para sua instalação na área, fizeram com que este projeto passasse a ser citado como o exemplo brasileiro mais bem acabado de preservação do patrimônio histórico que provocou elitização, exclusão da população mais pobre e a reprodução de desigualdades sociais (CANTARINO, 2005). Em Recife, o que se observou foi o processo de exclusão da população moradora da Comunidade do Pilar, que reclamou quanto a sua não incorporação como mão de obra nas ações realizadas.

A influência sobre os aspectos sociais, com o direcionamento das intervenções a atores privados, redefinindo os grupos usuários em função do consumo, é também tema analisado pela Urbanalização e Containerização, revelando correlações entre as intervenções e os marcos teóricos (Tabela 04).

| Aspectos | Estudos de Caso | | Marcos Conceituais | |
|-----------|---|----------|--|-----------------|
| | Salvador | Recife | Urbanização | Containerização |
| Sociais | Distinção e Segregação entre Grupos Usuários | | Restrição e Redefinição dos Grupos Sociais | Atores Privados |
| | Expulsão / Exclusão | Exclusão | | |
| Culturais | Perda da Diversidade Sócio – Cultural / Comprometimento do Patrimônio Imaterial e da Vivência como Forma de Construção da Identidade Cultural | | | |

Apesar de alegarem parcerias público-privadas, os recursos para os projetos provêm, sobretudo, do setor público. Em Salvador, o diagnóstico do Plano de Reabilitação é de responsabilidade do governo do Estado e da Unesco (R\$ 1,5 milhões) e o governo do estado, com o Ministério do Turismo, também responderá pela melhoria na acessibilidade e sinalização (R\$ 28 milhões). A atuação da iniciativa privada é observada nos investimentos em hotéis. No caso do Bairro do Recife, grande parte do investimento no Pólo Bom Jesus veio da prefeitura (R\$ 2,6 milhões em desapropriações, projetos e obras). Quanto ao Complexo Recife-Olinda, não são claras as atribuições federais, estaduais, municipais e privadas. Neste caso, a atuação privada, acima dos demais objetivos alegados pelo plano, se mostra no investimento no empreendimento imobiliário “Novo Recife” (R\$ 400 milhões).

TABELA 04

Relação entre as intervenções e os conceitos em estudo a partir dos aspectos sociais

Interferências sobre os aspectos culturais

Da substituição da população moradora local por grupos usuários específicos, decorre a constituição de novas dinâmicas urbanas. Estas se pautam no contraste entre as relações cotidianas anteriores, que têm por característica a vivência local e a participação do morador no dia a dia da área, e as novas formas de apropriação que, almejadas e incentivadas pelas políticas públicas, em parceria com a iniciativa privada, são fruto da relação do visitante, novo público desejado pelas intervenções, com a área. Destas relações decorrem questões relativas ao Processo de Privatização do Espaço Urbano, que se estabelece a partir de um conjunto de intervenções que incidem sobre os aspectos funcionais e sociais. Este conjunto de transformações implica em uma perda da diversidade socio-cultural, caracterizando a interferência das formas de intervir sobre os aspectos culturais locais.

Este rebatimento sobre os aspectos culturais ocorre porque as relações cotidianas, que permitiriam a criação de vínculo com o local devido ao tempo maior de duração, têm dificuldade em permanecer. Isso ocorre porque a população, à qual se vincula a construção do Patrimônio Imaterial e da Identidade Cultural através da vivência e do sentimento de pertencimento criado entre o indivíduo, ou grupo de indivíduos, com o lugar, é destituída, sobreposta pelos novos grupos através das novas formas de apropriação. Estas, por sua vez, são marcadas pelo consumo, que se dá em um curto tempo de permanência, não favorecendo a construção de vínculos efetivos com o lugar. Ao invés da diversidade de grupos sociais e usos, que as áreas deveriam abrigar,

reduz-se o espaço urbano ao entretenimento, através da exploração da área pelo turismo, restringindo as possibilidades de interação e rompendo vínculos culturais anteriormente estabelecidos. Ainda que outras formas de vínculo e interações sejam criadas, estas têm por característica o fato de serem efêmeras e parciais, relacionadas ao consumo do espaço e da cultura, reconfigurando as identidades locais.

No caso do Centro Histórico de Salvador, estes processos começam a se delinear desde as primeiras ações de intervenção na área, momento em que já se observava o direcionamento a novos usos, em detrimento da habitação. Os mecanismos de intervenção estabelecidos neste caso revelam ainda elementos que nos permitem compreender como o Patrimônio Cultural foi incorporado ao processo de intervenção. A exploração turística da área, intenção que a especialização funcional promovida pela intervenção revela, utiliza como chamariz o Patrimônio Cultural que o Centro Histórico de Salvador abriga. O processo de mercantilização da cultura, que ocorre neste contexto, se revela primeiramente na recuperação, e adaptação para novos usos, do Patrimônio Arquitetônico. Esta visão parcial do Patrimônio Cultural privilegia uma visão hegemônica e homogênea da área, estabelecida pela prioridade quanto à preservação do Patrimônio Arquitetônico, representativo de um momento específico do centro histórico, em detrimento da diversidade cultural e social, decorrente de formas de apropriação diversas e que estabeleceram outros vínculos com o lugar.

Este direcionamento é contraditório aos discursos até então vinculados à necessidade de pre-

servação desta área. Segundo Santos (2005, p. 87-89), havia um discurso voltado ao Centro Histórico que anunciava a:

(...) idéia de que havia uma imagem cotidiana baiana tão importante para a preservação do patrimônio quanto a preservação da área do pelourinho (...). (SANTOS, 2005, p. 87)

Nesse sentido, o autor ressalta o fato de que havia a indicação de uma certa preocupação com o cotidiano, “(...) uma vivência diária da cultura baiana que o turismo deveria abarcar”. Sob este aspecto estariam resguardadas a preservação do Patrimônio Imaterial e da Identidade Cultural fundada na vivência do morador com a área. O Patrimônio Imaterial, representado na figura da Baiana, está incorporado à imagem midiática da área, sintetizado, sem o processo de construção da identidade que o envolve. Como consequência desses processos, estabeleceu-se o conflito e tem início um processo de questionamento organizado através da AMACH.

A problemática em que se transformou a situação da população local, relacionada à habitação, como já foi possível verificar, foi um dos pontos que contribuiu para a mudança da forma de intervenção, agora associada à idéia de “Sustentabilidade Urbana”⁷². Esta, anunciada como resultado da mescla de usos e grupos sociais, é apontada pelo novo Plano de Reabilitação como um dos componentes

72. Governo do Estado da Bahia. Secretaria de Cultura. Escritório de Referência do Centro Antigo. UNESCO. *Centro Antigo de Salvador: Plano de Reabilitação Participativo*. Escritório de Referência do Centro Antigo, UNESCO. – Salvador : Secretaria de Cultura, Fundação Pedro Calmon, 2010.

principais para a mudança das formas de atuação na área. Vale ressaltar que uma das maiores problemáticas enfrentadas até então dizia respeito ao direcionamento dos usos à atividades vinculadas ao turismo. Neste caso, a sustentabilidade seria alcançada a partir do momento em que o espaço urbano pudesse ser compartilhado entre residentes e turistas, o que não vinha ocorrendo até então, devido ao processo de segregação da população local de menor renda pela sobreposição dos usos cotidianos por um turismo elitizado⁷³.

Esta mescla de usos, considerando a apropriação da área de forma constante, resgatando-a ao cotidiano dos moradores e não apenas voltada ao visitante, contribuiria, em tese, para reverter o processo de esvaziamento da área. Pelos usos cotidianos, a área seria interessante aos moradores, auxiliando portanto no necessário processo de resgate da área ao conjunto das dinâmicas urbanas da cidade. Com isso, seriam também preservadas as particularidades locais que tanto interessam ao turista. O Processo de Privatização do Espaço Urbano, observado no Programa anterior, poderia ser revertido, porque grupos diferentes participariam das novas dinâmicas, o que até então não ocorria, visto que todos os usos implantados estavam direcionados ao atendimento ao turista. Esta mescla representaria ainda um processo contrário à tematização da paisagem, como observado até então, também devido ao direcionamento ao uso turístico na área e apropriação do Patrimônio Cultural no contexto do mercado mundial.

73. *Idem*.

No entanto, devemos olhar com cautela para as novas formas de intervir propostas em relação à questão habitacional. O novo projeto aponta a necessidade de abrigar a população local, de menor renda e, ao mesmo tempo, promover uma mescla populacional a partir da atração de outras faixas de renda para habitar a área, servidores públicos, evitando seu esvaziamento. Este procedimento exige um grande cuidado para que não desencadeie um novo processo de expulsão dos grupos populacionais mais carentes, exigindo a constituição de políticas específicas a este fim. Ao mesmo tempo, a observação das áreas destinadas à habitação de interesse social já é indicativa de um processo de segregação e manutenção da visão do território de forma fragmentada, pois estas habitações concentram-se em áreas delimitadas dentro do Centro Histórico, como já pudemos verificar.

No caso do Bairro do Recife, que divide a área de intervenção em pólos, como nos Pólos Bom Jesus e Alfândega já não havia uma população residente significativa, a atribuição de novos usos e, desta forma, de novas dinâmicas urbanas, não gerou um impacto tão evidente como em Salvador, ressaltando mais a questão da não incorporação da população local como mão de obra nestes pólos. O distanciamento entre eles também contribuiu para que o impacto da setorização não ficasse tão evidente, bem como a apropriação do entorno com atividades institucionais, o que permitiu uma dinâmica cotidiana ao Bairro.

Nesta situação, o Processo de Privatização do Espaço Urbano, que contribui para a distinção

entre os pólos de intervenção, considerando-se as diferentes dinâmicas urbanas que estes passam a abrigar, é anterior à intervenção, posto que a área já tinha por característica públicos e dinâmicas específicas. A segregação, neste caso, fica aparente nos investimentos aplicados a cada pólo, indicando o favorecimento das áreas nas quais os usos eram claramente destinados à atividade turística, em detrimento da questão social ali inserida.

“Resgatar o centro aos habitantes”, da forma como está colocado no Plano de Revitalização, dizia respeito especificamente à melhoria da infraestrutura urbana, mas não ao compromisso com os aspectos social e cultural que as intervenções urbanas devem abarcar. Mais do que buscar a melhoria, este resgate deveria compreender aspectos relacionados à oferta de habitação e manutenção da população no local, uma forma de preservar as características culturais locais sem perder sua singularidade, através de intervenções voltadas ao consumo.

O projeto hoje em curso na Comunidade do Pilar prevê, além das unidades habitacionais, a abertura de vias que interliguem a área, hoje totalmente segregada do entorno, ao conjunto do Bairro, o que seria fundamental para reverter este processo de segregação socioeconômica hoje observada. No entanto, ainda não há dados suficientes para verificar esta intenção, já que as obras estão paralisadas desde 2012 e grande parte das famílias permanece no local de forma precária.

O resultado observado nas intervenções analisadas, que revela o comprometimento dos aspectos culturais, demonstra a incongruência entre

o entendimento do papel do Patrimônio Cultural no contexto de promoção das cidades no mercado global, como atributo particular que as tornam competitivas, e a forma como ele é de fato incorporado aos projetos. O processo de mercantilização da cultura e a sua reconversão em objeto de consumo implica em um processo de síntese do Patrimônio Cultural, resultado da imposição de uma visão hegemônica destas áreas, a partir da seleção dos elementos constitutivos do Patrimônio Cultural a serem preservados e englobados pelas ações de intervenção.

A respeito da questão relativa à hegemonia, atrelada aos grupos dominantes, esta tem por característica estar vinculada à homogeneidade. Esta visão homogênea, por sua vez, ignora a heterogeneidade cultural, atrelada aos setores populares (GRIMSON, 2012, p. 180, 181, 192). Estas considerações remetem ao tema já abordado em momento anterior, quanto às disputas entre a divulgação da

história oficial através das intervenções e a dificuldade de manutenção da história popular, que as áreas históricas abrigam.

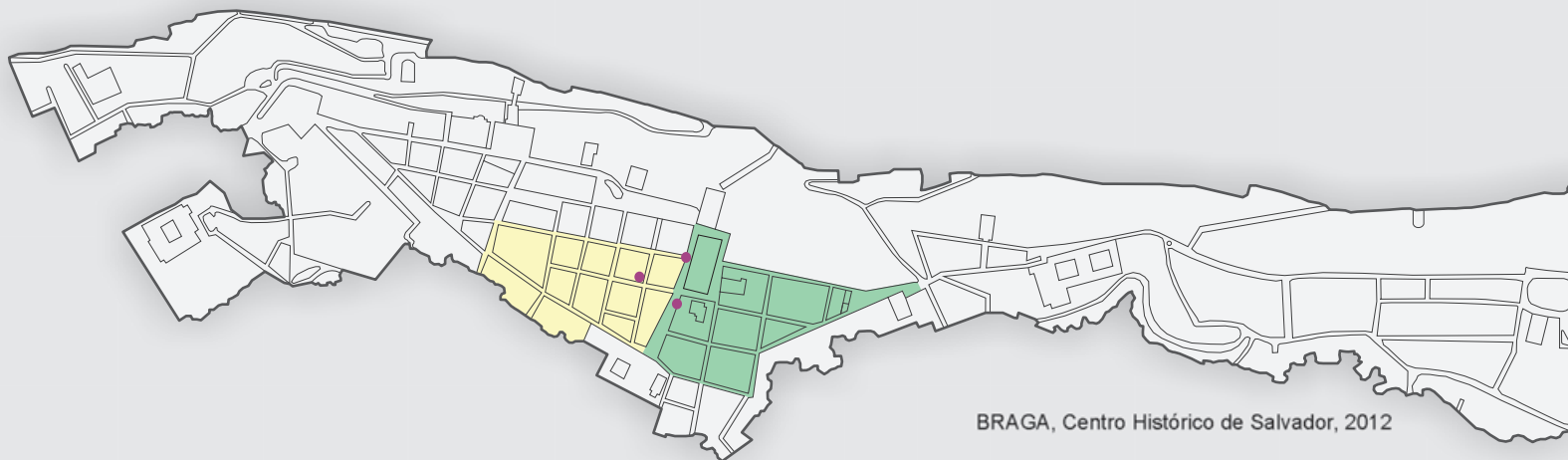
Como resultado final temos que, paisagens até então particulares, definidas pelo conjunto de atributos históricos, culturais e das dinâmicas urbanas ali inseridas, passam a adquirir um aspecto de banalidade, indistintas em relação a outras paisagens urbanas que são também reconfiguradas por processos semelhantes de intervenção urbana. Neste contexto insere-se a questão quanto aos processos de homogeneização e tematização da paisagem que a Urbanização denuncia. Estes, observados nos casos analisados, são resultado da imposição de formas de intervir que incidem sobre os aspectos espaciais, visuais, funcionais e sociais, transformando a história e o Patrimônio Cultural em objetos de consumo, influenciando diretamente sobre os aspectos culturais (Tabela 05).

| Aspectos | Estudos de Caso | | Marcos Conceituais | |
|------------|---|--------|--|--|
| | Salvador | Recife | Urbanização | Containerização |
| Espaciais | Área Turística x Entorno | | Tematização e Homogeneização da Paisagem Urbana Processo de Privatização do Espaço Urbano Mercantilização da Cultura | Redução dos Elementos do Espaço Urbano |
| Visuais | Monumentos x Edifícios não Conservados | | | |
| Funcionais | Turismo x Habitação | | | |
| Sociais | Visitante x Morador | | | |
| Culturais | Desarticulação entre Patrimônio Arquitetônico, Imaterial e Vivências Reconfiguração das Identidades Locais / Banalização | | | |

TABELA 05

Relação entre as intervenções e os conceitos em estudo a partir das correlações entre os aspectos analisados

Interferências sobre os aspectos culturais



BRAGA, Centro Histórico de Salvador, 2012

SETOR 1



BRAGA, Out. 2012
Largo do Pelourinho



BRAGA, Out. 2012
Largo Tereza Batista

No Setor 1 há grande investimento em projetos destinados aos espaços públicos a fim de que estes possam receber eventos, como é o caso do palco móvel que está sendo construído no Largo do Pelourinho e da recuperação do Largo Tereza Batista. Esta praça, resultante do agrupamento do miolo de quadra, juntamente com mais duas praças com mesmo caráter, teve seu projeto de intervenção escolhido a partir de concurso público. Enquanto isso, no Setor 2, o miolo de quadra habitacional não recebeu nenhum tipo de proposta de intervenção. A população local solicita que estes espaços sejam convertidos em área de convívio para as crianças.

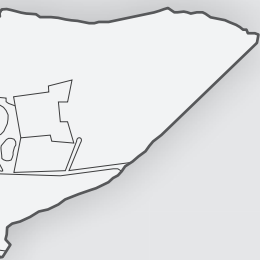
SETOR 2



BRAGA, Jun. 2012
Rua de São Francisco



BRAGA, Jun. 2012
Miolo de Quadra



SETOR 1



BRAGA, Out. 2012
Rua Gregório de Mattos



BRAGA, Jun. 2012
Rua da Ordem 3ª

SETOR 2



BRAGA, Out. 2012
Rua do Bispo



BRAGA, Out. 2012
Rua do Bispo

Enquanto no Setor 1, alvo de maiores investimentos desde o início do Programa de Recuperação, devido ao caráter turístico que este apresenta, os imóveis e o calçamento das ruas estão em constante processo de manutenção e recuperação, no Setor 2, destinado à habitação, há ainda uma grande quantidade de imóveis em precário estado de conservação e em ruínas.

ÁREA DE TRANSIÇÃO



BRAGA, Out. 2012
Praça da Sé



BRAGA, Jun. 2012
Terreiro de Jesus e Cruzeiro de São Francisco

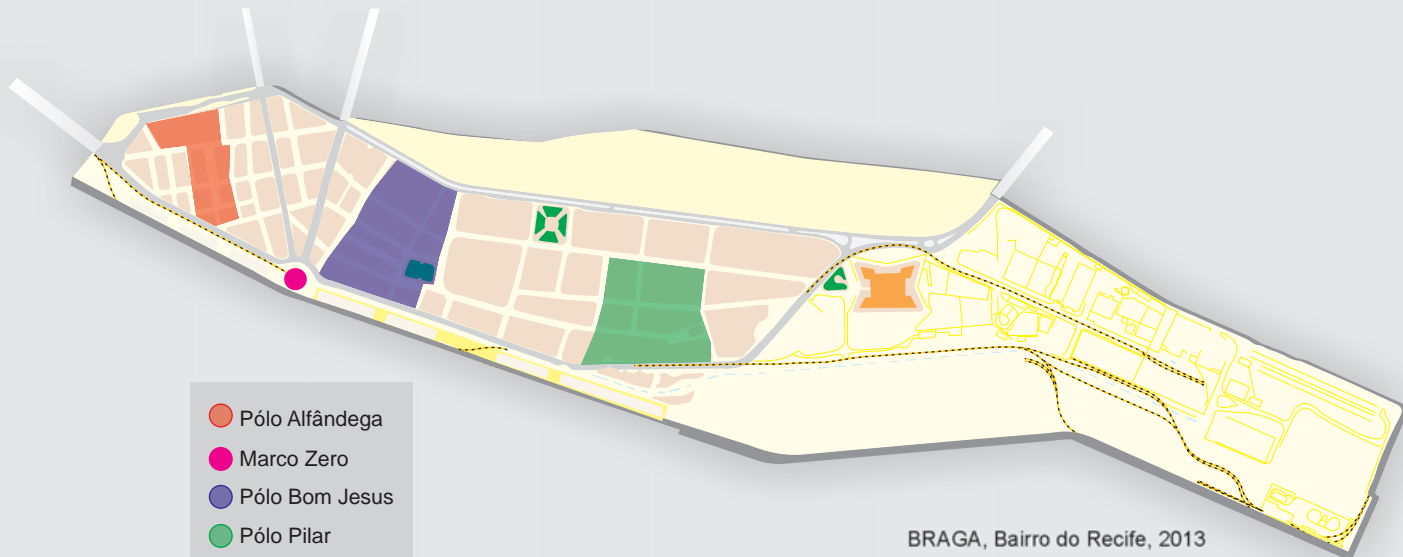
A diferenciação entre estes dois setores se faz presente de formas diversas. A chegada ao Setor 1, turístico, é controlada pelo acesso através da Praça da Sé por uma ostensiva presença policial. Esta vigilância é reforçada em outros pontos dentro deste setor, como no encontro entre o Terreiro de Jesus e o Cruzeiro de São Francisco, em que há a presença constante de uma base policial móvel e policiais armados fazendo a segurança da rua. Esta diferenciação fica clara também no tratamento destinado às edificações, como esta que ilustra esta página, que tem a fachada voltada ao Setor 1 totalmente recuperada, enquanto a fachada lateral, voltada ao Setor 2, ainda não passou por nenhuma ação de recuperação.



BRAGA, Out. 2012
Rua do Bispo

FIGURA 13

Centro Histórico de Salvador:
Situação atual das áreas em estudo



- Pólo Alfândega
- Marco Zero
- Pólo Bom Jesus
- Pólo Pilar

PÓLO ALFÂNDEGA



BRAGA, Jul. 2012
Rua Vígário Tenório



BRAGA, Jul. 2012
Rua Madre de Deus

A dinâmica observada neste Pólo é marcada por dois aspectos distintos. De um lado, temos ruas com pouco fluxo de pessoas e imóveis em precário estado de conservação, servindo como estacionamento para uso dos equipamentos institucionais do entorno. De outro, pode-se observar o bom estado de conservação de monumentos, como a Igreja Madre de Deus, e o fluxo contínuo de pessoas no Shopping Cultural Alfândega.

MARCO ZERO



BRAGA, Jul. 2012
Avenida Alfredo Lisboa



BRAGA, Jul. 2012
Armazém nº 11 - Praça do Marco Zero

As obras em curso no Marco Zero, denominadas Operação Urbana no Cais do Porto, tem por objetivo o aproveitamento dos antigos armazéns para a criação do Centro de Artesanato de Pernambuco, espaço que será destinado à arte local, gastronomia e atividades culturais como cinema e teatro.

PÓLO BOM JESUS



BRAGA, Jul. 2012
Rua do Bom Jesus



BRAGA, Jul. 2012
Rua Domingos Martins



BRAGA, Jul. 2012
Rua da Guia

As ruas deste Pólo permanecem vazias a maior parte do dia, observando-se um maior fluxo de pessoas no horário do almoço, momento em que os restaurantes localizados neste Pólo servem de apoio aos edifícios institucionais e empresariais do entorno. Nos demais horários a paisagem é marcada pela grande quantidade de veículos estacionados nas ruas e nos terrenos vazios nas quadras.

PÓLO PILAR



BRAGA, Jul. 2012
Comunidade do Pilar



BRAGA, Jul. 2012
Rua do Brum



BRAGA, Jul. 2012
Comunidade do Pilar

Até o momento, a construção das unidades habitacionais no Pólo Pilar, paralisada desde o final de 2012, não garante a reintegração da Comunidade ao contexto do Bairro do Recife, ainda pouco visível por detrás dos equipamentos industriais de grande porte localizados no entorno. Parte das ruas do entorno também tem por característica, assim como observado nos outros Pólos, pouco fluxo de pessoas e grande quantidade de carros estacionados.

FIGURA 14

Bairro do Recife:
Situação atual das áreas em estudo

A análise das intervenções empreendidas no Centro Histórico de Salvador e no Bairro do Recife, quanto aos aspectos espaciais, visuais, funcionais e sociais, nos indica que as alterações empreendidas em cada aspecto identificado, a partir das intervenções, ocorrem de forma articulada. Estas interações, por sua vez, desencadeiam em interferências significativas em relação aos aspectos culturais, aspecto este envolvido em todo o processo de intervenção e nas conseqüentes transformações que este imprime ao espaço urbano.

A partir do momento em que a cultura é reconstruída e simplificada, questiona-se qual é a imagem de cidade que se deseja preservar. O que a análise das formas de intervir nos revela é um processo de sobreposição, pela história oficial, àquela construída pelos diferentes grupos sociais ao longo do processo de ocupação das áreas através da apropriação cotidiana dos espaços. Ainda que estes elementos sejam também incorporados no discurso da intervenção urbana como Identidade Cultural a ser preservada, isso de fato pouco acontece. Desta desarticulação entre as formas de intervir e os instrumentos de preservação dos aspectos culturais, observa-se, nas Áreas Centrais Históricas, aspectos da Urbanização e do Processo de Containerização do Espaço Urbano.

Primeiramente, observamos a recuperação da estrutura física e valorização dos aspectos visuais, que indicam um direcionamento à valorização do Patrimônio Arquitetônico, representativo de um determinado período da história. Este processo não leva em conta outros elementos constitutivos

da Identidade Cultural, o que se revela pela eliminação, ou tentativa de, das relações anteriormente estabelecidas. As referências simbólicas são, neste contexto, manipuladas, apropriadas segundo uma visão dirigida dos referenciais culturais locais, ignorando os significados atrelados a outras formas de apropriação, relativas aos diferentes grupos sociais (GRIMSON, 2012, p. 125, 164).

Em um segundo momento temos que, além do Patrimônio Arquitetônico, também o Patrimônio Imaterial pode ser englobado a este processo. Este, que em sua origem está diretamente vinculado às populações locais, passa também a fazer parte deste processo de tematização da paisagem, a transformação de lugares autênticos em paisagens homogêneas, a partir do comprometimento da integridade histórica local. Isso ocorre a partir do momento em que as intervenções urbanas vinculam o elemento cultural reunido pelo Patrimônio Imaterial ao novo cenário da intervenção sem, no entanto, considerar a população por ele responsável, deturpando seus significados.

Este desvirtuamento aparece, por exemplo, em Salvador, em que as manifestações da cultura tradicional e popular foram incorporadas às formas de intervir como chamariz para a visitação sem, no entanto, considerar a população por elas responsável. Estes aspectos, também fundamentais à identidade local, são sobrepostos pelas novas formas de consumo, contribuindo para o processo de espetacularização das áreas centrais, resultando na transformação da história e da cultura em objetos de consumo, assim levando ao comprometimento dos

aspectos culturais locais.

A estes processos, Grimson (2012, p. 178, 179) denomina “economia política de produção de identidades”, produção esta pautada nas disputas entre os diferentes referenciais culturais que as áreas históricas abrigam, vinculados aos diferentes grupos sociais. Como resultado deste conjunto de ações e interferências sobre os aspectos que caracterizam as áreas históricas evidencia-se, em decorrência dos efeitos levantados em relação aos aspectos culturais, também um processo de disputa, resultando no conflito, este articulado aos movimentos sociais. Com isso, estes espaços passarão também a representar locais de resistência, onde estes processos de transformação, que se articulam a partir das alterações de grupos sociais, removendo e trazendo novos, serão colocados a prova.

Este conflito, aos olhos de Grimson (2012), decorre da relação entre cultura e política e pode representar, também para este autor, a possibilidade de discussão quanto ao resgate da heterogeneidade. A partir do momento em que as Áreas Centrais Históricas abrigam atores sociais que estabelecem com elas relações de identidade, estes poderão contestar estes processos de expulsão, exclusão e privatização do espaço urbano, ao mesmo em que poderão recriar as formas de interação estabelecidas com a área, configurando novas identidades.

A partir do momento em que se direciona a questão da preservação da cultura local apenas à conservação do Patrimônio Arquitetônico, uma visão reducionista da complexa rede de elementos e aspectos (espaciais, visuais, funcionais e sociais), que

definem o valor do bem cultural, e portanto interferem diretamente nos aspectos culturais ali presentes, estas áreas se tornam vazias de significado. A singularidade da paisagem urbana que a arquitetura guarda, privada das dinâmicas, vivências e formas de apropriação que têm por função lhe conferir significado, é empobrecida e reconfigurada. O singular dá lugar à banalidade, marca de espaços fragmentados, atribuições funcionais dirigidas, relações sociais sem vínculos e elementos culturais transformados em objetos de consumo imediato, destituídos de seu significado fundamental, a identidade e a memória do lugar.



Cruzeiro de São Francisco - Centro Histórico de Salvador (BRAGA, Out. 2012)

CONCLUSÃO

O reconhecimento de determinadas Áreas Centrais Históricas de nossas cidades como bem cultural a ser preservado se dá a partir da identificação e caracterização de um conjunto de elementos que lhes conferem o atributo de Patrimônio Cultural. Estes dizem respeito ao acervo arquitetônico que estas áreas guardam, elemento material do patrimônio, às formas de representação e o saber fazer que ali têm lugar, face imaterial deste patrimônio, e aos vínculos estabelecidos entre a população e o lugar a partir de formas cotidianas de apropriação do espaço, a Identidade Cultural que confere ao Patrimônio Cultural significado. A manutenção e conservação destes elementos, garantindo assim a salvaguarda do valor cultural destas áreas no tempo, são fundamentais, exigindo a elaboração de políticas e mecanismos de atuação específicos a este fim.

Neste contexto, os projetos de intervenção urbana são apresentados como meio através do qual seria possível alcançar estes objetivos. No entanto, ao analisarmos as formas de intervir aplicadas ao Centro Histórico de Salvador e ao Bairro do Recife constatamos que, valendo-se da necessidade de preservação do Patrimônio Cultural, o que há de fato por detrás destes discursos é a busca por legitimar, e assim viabilizar, as reais ações que intencionam promover no território. Nos casos analisados, as formas de atuação identificadas revelaram o direcionamento das intervenções ao atendimento da atividade turística, valendo-se do entendimento do Turismo Cultural como meio de valorização, divulgação e conservação do Patrimônio Cultural.

A reflexão quanto às intervenções realiza-

das em cada caso nos apontou que, mesmo sendo estas áreas distintas quanto aos processos históricos de fundação e transformações no território e conformação do Patrimônio Cultural, as intervenções se deram pautadas em elementos semelhantes. Ao incidirem sobre os aspectos espaciais, visuais, funcionais, sociais e culturais que as caracterizam, as ações empreendidas revelaram que o objetivo final não era a preservação do lugar, mas a consolidação de um modelo que permitisse o consumo do lugar. A partir destas observações, colocou-se a possibilidade de analisar estes projetos no contexto do processo de empresariamento da produção da cidade, a partir de ações que configuram a financeirização da cultura.

Na medida em que os aspectos particulares a estas áreas passam a ser entendidos como peça chave à competitividade, a diferenciação como base para a inserção no mercado mundial de cidades, as formas de intervir identificadas implicam em mecanismos de intervenção que trabalham através do processo de mercantilização da cultura, resultando na conversão dos atributos particulares em objetos de consumo. Ao intencionarem a incorporação destas áreas, como espaços de consumo, ao cenário global, estas intervenções trabalham apenas com a lógica do que o Patrimônio Cultural pode proporcionar em termos de rentabilidade econômica através da exploração turística. Contraditoriamente, não são considerados os efeitos que estes mesmos mecanismos de intervenção, através dos quais se revela a sobreposição do Turismo Cultural por um turismo predatório, podem causar. Transforma-se o discurso

da preservação do Patrimônio e da Identidade Cultural, elementos fundamentais ao reconhecimento de uma paisagem como singular, em uma prática predatória que destitui do lugar estes mesmos referenciais.

Observa-se, nestas situações, a sobreposição do particular pelo banal, através da descaracterização de elementos singulares que, a princípio, corresponderiam ao principal instrumento das intervenções. O processo de banalização, do qual resulta a banalidade, pode ser observado, nestes casos, a partir do entendimento das Áreas Centrais Históricas como um produto a ser vendido para o consumo. Segundo a lógica apresentada por Pardo (2004), a relação entre processo de banalização e banalidade, associada ao campo da propaganda, diz respeito à comercialização de produtos que gerem, no consumidor, a sensação de satisfação, segurança, bem estar e divertimento. Transpondo a análise destas percepções ao campo da promoção turística das Áreas Centrais Históricas, os mesmos referenciais podem ser encontrados.

As intervenções, tendo em vista o atendimento ao turista de média e alta renda, seu público alvo, buscam gerar sensações semelhantes. Para tanto, trabalham com a redução, simplificação e controle dos aspectos que caracterizam estas áreas, abrangendo as dinâmicas urbanas locais, as formas de uso e ocupação estabelecidas no território e os grupos sociais a elas vinculados, camuflando conflitos, disputas e problemáticas existentes. A intenção é tornar a apreensão do lugar superficial, gerando uma sensação de satisfação momentânea que não abra espaço ao questionamento, anulando a pos-

sibilidade da crítica. Esse processo ocorre a partir da manipulação dos referenciais que caracterizam o Patrimônio Cultural local, fruto de um processo hegemônico de escolha e decisão quanto o quê deve ser preservado e veiculado como imagem midiática destas áreas.

Sob esta ótica, deve-se questionar de que forma as políticas de intervenção, ao trabalharem com a relação entre capital e cultura, empreendem ações que transformam o espaço urbano em mercadoria, gerando uma paisagem homogênea, tematizada e espetacularizada. Este processo contraria a preservação do Patrimônio Cultural pautada no reconhecimento da pluralidade das formas de representação cultural que abriga e coloca o questionamento quanto à necessidade de revisão das políticas e dos instrumentos de intervenção. Neste contexto, reavaliar o papel das políticas públicas é fundamental posto que elas, diretamente ou através de parcerias com o setor privado, interferem nas formas de produção e apropriação destes espaços, favorecendo processos de Privatização do Espaço Urbano, ao contrário da valorização dos diferentes grupos que conformam o tecido social da cidade.

Esta relação contraditória nos exige a reflexão quanto ao Papel do Patrimônio Cultural no contexto dos projetos de intervenção urbana em Áreas Centrais Históricas. Estes questionamentos devem considerar, quanto aos projetos de intervenção, sua incorporação às diretrizes destas propostas e aos mecanismos de atuação, observando os objetivos alegados e os de fato viabilizados. Quanto ao resultado final destas ações, deve-se avaliar os efeitos

negativos de formas de intervir que se valem da imagem singular do Patrimônio Cultural, mas que resultam na sua homogeneização. A partir deste quadro, faz-se necessário reavaliar e recolocar o papel do Patrimônio Cultural como meio de contestação de formas de intervir predatórias e como possibilidade de garantia de manutenção das particularidades locais frente a processos contemporâneos de produção e conformação de espaços urbanos similares e paisagens urbanas indistintas.

Neste contexto, delineou-se a possibilidade de incorporação de um novo aporte conceitual, pautado nos aspectos definidores da Urbanização e do Processo de Containerização do Espaço Urbano, à análise de intervenções urbanas em Áreas Centrais Históricas. Estes, que são auxiliares à crítica aos processos de empresariamento da produção da cidade e das conseqüências sobre a conformação do espaço urbano que deles decorrem, se mostraram, a partir dos estudos de caso em Salvador e Recife, pertinentes às análises aqui pretendidas. As interferências provocadas pelas ações de intervenção sobre os aspectos espaciais, visuais, funcionais, sociais e culturais característicos do Centro Histórico de Salvador e do Bairro do Recife permitiram a identificação entre os processos abrangidos pelos conceitos e as conseqüências decorrentes das formas de intervir analisadas.

Tanto em Salvador quanto em Recife, no que diz respeito aos aspectos espaciais, as intervenções empreendidas trabalharam a partir da definição de um perímetro delimitado de atuação, evidenciando um processo de segregação do espaço urbano

em relação ao entorno. Em Salvador, as ações se concentraram em um setor do Centro Histórico que abriga importantes monumentos, representativos do acervo arquitetônico local. Da mesma forma, em Recife, as ações de intervenção foram dirigidas aos Pólos Alfândega e Bom Jesus, igualmente representativos do Patrimônio Arquitetônico do Bairro do Recife. Dentro destas áreas, os aspectos visuais ganharam destaque, reforçando o processo de fragmentação e diferenciação destas áreas em relação àquelas adjacentes. As ações de restauro e conservação em monumentos e espaços públicos chamaram a atenção ao Patrimônio Arquitetônico, ao mesmo tempo ressaltando seus atributos particulares e destacando-o do entorno ainda degradado.

A clara identificação da área de intervenção, utilizando-se como instrumentos a demarcação do espaço físico e a definição das edificações a serem privilegiadas neste processo, é fundamental. Ela permite aos promotores da intervenção maior controle sobre o território e as ações que envolvem os demais aspectos. Esta forma de atuação permite ainda a vigilância nas zonas de transição entre a área selecionada para intervenção e o entorno. Com isso, controlam o acesso dos visitantes e impedem a inserção de grupos não desejados, o que muitas vezes fica claro diante da presença policial. Estes aspectos são, deste modo, elementos fundamentais ao direcionamento das ações de intervenção e indicam as primeiras correlações destes projetos com características da Urbanização e do Processo de Containerização, também pautados na segregação morfológica e na fragmentação do espaço urbano e

que irão se estender aos demais aspectos e dinâmicas envolvidas nestes processos.

Já aqui podemos perceber aspectos dos processos hegemônicos quanto o quê e como preservar que caracterizam estas intervenções. O direcionamento das ações ao patrimônio construído, desconsiderando outros elementos constitutivos do Patrimônio Cultural, preserva o cenário, mas não os protagonistas da cena. Os aspectos sociais são atingidos através da inserção de novos atores a partir da destituição dos anteriores. Este processo de substituição da população local por outro grupo usuário, representado pelo visitante, ficou evidente em Salvador pela expulsão da população moradora da área, no momento do Programa de Recuperação, e na sua exclusão e confinamento em um setor específico do Centro Histórico a partir da revisão da proposta e elaboração do Plano de Reabilitação. Exclusão semelhante é o que se observa no Bairro do Recife, em que as ações de intervenção no Pólo Pilar, local de moradia da Comunidade de mesmo nome, foram relegadas a segundo plano em favor da intervenção turística nos pólos Alfândega e Bom Jesus.

A extensão das intervenções aos aspectos funcionais reforça o direcionamento ao atendimento das demandas do público visitante, negligenciando as necessidades da população local. Nesse sentido, essas áreas sofrem um processo de especialização econômica e funcional, através do qual é possível verificar a sobreposição de usos ligados ao cotidiano da vida na cidade, como a habitação, por outros, atrelados à atividade turística, o entendimento do tempo de permanência nestas áreas como tempo do

ócio e entretenimento. Da relação entre redefinição dos aspectos funcionais e dos grupos a eles vinculados, resultam novas dinâmicas urbanas, marcadas pelo consumo a tempo parcial.

O que se observa como resultado do conjunto de intervenções que estes projetos empreendem é o comprometimento dos aspectos culturais reconfigurando, o que até então se constituía em paisagens autênticas, em paisagens banais. Deste conjunto de interferências no espaço urbano depreende-se que, o que se preserva, é a materialidade do espaço. No entanto, não é garantida a manutenção das interações, vivências e manifestações imateriais até então abrigadas nestes mesmos espaços. Contraditoriamente, o Patrimônio Cultural, ainda que, em muitos casos, carregue o título de Patrimônio da Humanidade, deixa de servir até mesmo a quem nele habita, passando a servir, de fato, ao mercado.

Da forma de incorporação dos aspectos culturais às ações de intervenção decorre o questionamento quanto à definição sobre qual é, de fato, a imagem de cidade que se deseja preservar e veicular a partir destes projetos. Em decorrência do olhar dirigido das ações de intervenção, pautadas em uma visão parcial deste patrimônio, que seleciona e determina os elementos do Patrimônio Cultural, materiais e imateriais, a serem incorporados como fator de promoção das Áreas Centrais Históricas, os aspectos culturais são resignificados e simplificados. Compromete-se, assim, a visão ampla e diversificada que a Cultura, a princípio, representa. Este processo de síntese é resultado da imposição de uma visão hegemônica que institui a história oficial, desle-

gitimando outras vozes que poderiam também contar sua versão desta mesma história.

Neste processo, questões fundamentais, atreladas ao reconhecimento de determinado bem como cultural, são deixadas de lado. Uma delas coloca a discussão quanto à determinação das qualidades que fazem com que este bem seja representativo. Quanto a este aspecto deve-se considerar que não apenas o Patrimônio Arquitetônico é representativo do valor cultural, mas também o Patrimônio Imaterial e as formas de vivência e vínculos estabelecidos no território. Sendo estes últimos diretamente vinculados à população, da qual dependem para ocorrer, temos aí colocada uma segunda indagação, para quem este bem é significativo e para quem conservar. Considerando que o Patrimônio Cultural é fruto de um processo que envolve formas de apropriação diversas ao longo do tempo, estando, em diferentes momentos, relacionado a grupos sociais distintos, os impactos das intervenções devem considerar os grupos populacionais diretamente implicados nos processos de intervenção.

Esta relação conflituosa é claramente percebida no Centro Histórico de Salvador, em que os rumos do processo de conformação e configuração do Patrimônio Cultural local estabeleceram uma relação singular entre Patrimônio Arquitetônico e Imaterial. Ambos os aspectos são fundamentais à divulgação deste Centro Histórico como centro do turismo mundial. No entanto, sua incorporação às ações de intervenção não considera as interações cotidianas estabelecidas entre eles pela população moradora local. O Patrimônio Arquitetônico, restau-

rado e adaptado, serve às atividades de comércio, serviços e visitação. O Patrimônio Imaterial é representado na música, no acarajé, na mulher vestida de baiana fazendo pose para a fotografia. Prevalece, assim, um aspecto de artificialidade neste cenário. Isso ocorre porque tanto o Patrimônio Arquitetônico quanto o Imaterial prescindem da vivência cotidiana para ter significado.

Em Recife, observa-se este mesmo processo de perda da vivência cotidiana com a área como parte da composição e identificação dos aspectos culturais locais. Isso ocorre, de um lado, pelas restrições do uso habitacional, que possibilitaria um uso contínuo dos espaços. A habitação, ausente nos Pólos Bom Jesus e Alfândega, concentra-se no Pólo Pilar que, por sua vez, encontra-se segregado do conjunto, tanto pela forma de inserção urbana no Bairro do Recife, o que lhe garante pouca visibilidade, quanto pelas problemáticas sociais e econômicas ali vivenciadas. Quanto ao Patrimônio Imaterial, a referência aos seus elementos fica registrada na venda dos guarda-chuvas parte do Frevo e no Museu dos Bonecos Gigantes. Resta ao Patrimônio Arquitetônico, restaurado e aberto à visitação, contar parte da história do núcleo fundador da cidade do Recife.

As formas de apropriação cotidiana influenciam diretamente na conformação das particularidades locais e na produção simbólica destes espaços. Ao desconsiderarem estes elementos, o que se evidencia principalmente na remoção da população local, tratada como um aspecto inconveniente que deve ser evitado, as intervenções reconfiguram o Patrimônio Cultural. De atributo complexo e plural,

ele é transformado em objeto de consumo, simplificado e, por isso, empobrecido. Estas considerações, levantadas a partir das intervenções analisadas, nos permitiram indagar, nas Áreas Centrais Históricas, onde reside a Urbanização e o Processo de Containerização do Espaço Urbano e de que forma esta relação contraditória entre identidade fundada nos aspectos culturais e banalidade está presente.

Quanto a estas interações, deve-se ter atenção a uma condicionante determinante entre os marcos teóricos e os estudos empíricos realizados, o fato desta relação pautar-se na sobreposição dos aspectos particulares locais, vinculados ao cotidiano do lugar, por uma imagem simplificada e homogênea, o que não quer dizer a eliminação dos primeiros. Ou seja, ainda que os elementos definidores da Urbanização e do Processo de Containerização estejam presentes nestas áreas via intervenção urbana, os aspectos culturais particulares também permanecem, de alguma forma, presentes. Ainda que estes conceitos representem um conjunto de elementos que caracterizam a redefinição dos aspectos particulares locais através das intervenções urbanas, a percepção e / ou aceitação destes elementos dependerá da postura adotada por diferentes atores em relação às Áreas Centrais Históricas e às formas de interação e vínculos por eles estabelecidos com o lugar.

Para análise desta questão, iniciamos com a postura dos agentes responsáveis pelas intervenções, geralmente pautadas em parcerias público-privadas. Estes, como promotores das ações de intervenção, delimitam o espaço de atuação, segre-

gando-o do entorno. Neste setor restrito intencionalmente a mudança de usos e o direcionamento à atividade turística, caracterizando a especialização funcional. Promovem a alteração dos grupos usuários locais ao separarem visitante e morador, este último expulso ou excluído da área. Pautam a questão da preservação na recuperação do Patrimônio Arquitetônico e em elementos do Patrimônio Imaterial, ignorando outros componentes do Patrimônio Cultural e privilegiando o consumo da cultura. A valorização apenas da história oficial contribui para a banalização do Patrimônio Arquitetônico ao ignorar a complexidade da formação do território e dos significados que as vivências atribuem ao construído, assim como a apreensão dos elementos do Patrimônio Imaterial sem a população por ele responsável. Estes agentes podem ser considerados, deste modo, promotores dos elementos que os conceitos denunciam.

Considerar também a postura do turista é fundamental, pois ele é o público alvo destas intervenções. Quando o visitante assume exclusivamente o papel de consumidor, hábito atrelado ao divertimento, este impede que o visitante interaja com a área visitada a fim de conhecer de fato sua realidade e aprender sobre a cultura do outro. Ao participar cordialmente do consumo do espaço, há a ausência do questionamento e a aceitação daquilo que lhe é apresentado, reforçando e legitimando as ações de intervenção. Quando o visitante chega a uma área histórica, ele se depara imediatamente com o Patrimônio Arquitetônico, edificações conservadas, ornamentos, traçado de ruas e calçamento específicos daquele lugar. Neste espaço em que será con-

dicionado a circular, visitar lojas, comprar objetos e tirar fotografias, normalmente acompanhado de um grupo, não irá interagir com a população local e tão pouco conhecerá a realidade do lugar. Se o turista aceita vivenciar a experiência de visitar as Áreas Centrais Históricas em conformidade com o que lhe é apresentado, respeita e se sente confortável com a clareza dos limites estipulados para a área a ser visitada, ele pode carregar um olhar preconcebido. Este olhar não lhe permite o deslocamento para verdadeiramente conhecer o outro, banalizando a experiência de conhecer o diferente, assim aceitando e perpetuando estes modelos de intervenção.

Temos por fim a posição adotada pela população local, principal agente afetado pelas ações de intervenção, cuja postura dependerá dos vínculos anteriormente estabelecidos com o lugar. Se a população local, como no caso do Bairro do Recife, não tiver vínculos fortemente estabelecidos entre si e com o lugar, não terá representatividade diante da imposição das intervenções. No entanto, quando a população se identifica com o lugar e ali passa a constituir um sentimento de pertencimento e a formação de vínculos, esta poderá questionar os mecanismos hegemônicos e homogeneizantes das intervenções. A partir do momento em que a população questiona as formas de intervir a ela impostas, coloca em evidência as problemáticas até então mascaradas pela postura adotada tanto pelos agentes das intervenções quanto pelo visitante.

Temos como exemplo desse processo a ação da AMACH no Centro Histórico de Salvador. Nesta situação, os papéis exercidos são invertidos.

Os moradores do Centro Histórico de Salvador, ao se posicionarem como “moradores e resistentes”, como anunciam, e questionarem o processo de simplificação da cultura que a intervenção obriga, passam a exercer o papel de agentes do resgate e da preservação dos aspectos culturais que caracterizam o centro histórico. Ao contrariarem as formas de intervir impostas ao Patrimônio Cultural e reafirmarem a vivência como elemento fundamental à Identidade Cultural singular do lugar, agem em defesa da sobrevivência deste centro histórico, contra o processo de banalização. Estes moradores assumirão assim o papel de contestadores das formas de intervir, ao mesmo tempo evidenciando e colocando à prova seus efeitos.

Observando a ação deste movimento, e o conflito por ele deflagrado, temos que as transformações que as intervenções imprimem ao espaço urbano, evidenciando características da Urbanização e do Processo de Containerização, podem não se estabelecer de forma definitiva no território. Esta disputa coloca em evidência a fragilidade das fronteiras instituídas no espaço urbano, demarcação territorial que faz com que este passe a funcionar de forma fragmentada em relação ao conjunto, com dinâmicas específicas e autônomas, separando o socialmente construído e o politicamente legitimado. As intervenções urbanas, ao incidirem sobre a diversidade e as manifestações plurais da cultura, não as eliminam de forma definitiva. Práticas anteriores, construídas ao longo do tempo e fundadas na Identidade Cultural entre o grupo e o lugar que ocupa, ao persistirem, agirão de forma contrária à imposição de uma paisa-

gem homogênea e de relações superficiais.

A cultura retorna, deste modo, a ser o ponto central de todo o processo. Ela é objeto da preservação, slogan das ações de intervenção e vítima de suas conseqüências, sendo seus aspectos particulares subjugados pelas paisagens homogêneas que a Urbanização representa. Cabe a nós a reflexão quanto ao papel das Áreas Centrais Históricas na contemporaneidade, o particular como contraponto à produção banal do território. A esta imagem sintética e sem contradições, que são inerentes à vida cotidiana no espaço urbano, ao consumismo que esvazia a essência da Identidade Cultural e destrói referências historicamente construídas, deve-se questionar as fronteiras, físicas e simbólicas, e a ausência da diversidade de usos e usuários que as intervenções impõem. Garantir a resistência do particular ao banal nos exige restituir à Cultura, ao Patrimônio Cultural, o papel de memória, identidade e combate ao esfacelamento da diversidade que desafia a produção do espaço urbano contemporâneo, colocando à prova estes projetos de intervenção que, inseridos no contexto dos processos de empresariamento da produção da cidade, trabalham no estreito limiar em que se transita perigosamente entre o particular e o banal.



7ª ETAPA DE RECUPERAÇÃO
DO CENTRO HISTÓRICO
50 UNIDADES HABITACIONAIS

EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO DE
11 LÔCAIS/IMÓVEIS, INTEGRANTES DA 7ª ETAPA DO
CENTRO HISTÓRICO

Valor Total da Obra: R\$ 8.196.507,85
Comitê: Programa Intersecretaria
Secretaria Públ. Edificações - PRONACIT 1
Bairros: Salvador - BA
Objeto: Reforma e Restauração

Inicio: 23/11/2008
Término: 23/11/2008

TEBRASA - CONSTRUTORA

Rua do Bispo - Centro Histórico de Salvador (BRAGA, Jun. 2012)

BIBLIOGRAFIA

Referências Bibliográficas

ABREU, Maurício. Sobre a memória das cidades. In CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org). *A produção do espaço urbano. Agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 19-39.

ACSELRAD, Henri. Sentidos da sustentabilidade urbana. In ACSELRAD, Henri (Org). *A duração das cidades. Sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p. 43-70.

_____. *Sustentabilidade no contexto do Planejamento Urbano*. Palestra proferida junto ao Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, em 04 set 2012.

ADORNO, Theodor W. *Os Pensadores. Adorno*. São Paulo: Nova Cultura Ltda, 1999.

_____. *Indústria Cultural e Sociedade*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento. Fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

Agence Nationale pour la Renovation Urbaine. Disponível em <<http://www.anru.fr/>>. Acesso em 18 nov 09, às 15h10.

ALMEIDA, Érika Audet de. A articulação dos espaços públicos na paisagem do Recife através da evolução urbana. In PONTUAL, Virgínia; CARNEIRO, Ana Rita Sá (Org). *História e Paisagem. Ensaios urbanísticos do Recife e de São Luís*. Recife: Bagaço, 2005, p. 113-146.

ALMEIDA, Maria Geralda de. Uma leitura etnogeográfica do Brasil Sertanejo. In SERPA, Angelo (Org). *Espaços Culturais. Vivências, imaginações e representações*. Salvador: EDUFBA, 2008, p. 313-336.

ALVES, Ana Claudia Lima e. A instrução dos processos de registro de bens culturais imateriais. Material do curso *Patrimônio Imaterial. Política e instrumentos de identificação, documentação e salvaguarda*. DUO Informação e Cultura, 2008.

ALVES, Glória da Anunciação. A mobilidade / imobilidade na produção do espaço metropolitano. In CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org). *A produção do espaço urbano. Agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 109 – 122.

AMARAL, Eduardo Lúcio G. Museu, memória e turismo: por uma relação de liberdade. In MARTINS, Clerton (Org). *Patrimônio Cultural. Da memória ao sentido do lugar*. São Paulo: Roca, 2006, p. 51 – 63.

ANDRADE, Adriano Bittencourt; BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro. *Geografia de Salvador*. Salvador: EDUFBA, 2009.

ARANTES, Antonio A. As dimensões do patrimônio. Material do curso *Patrimônio Imaterial. Política e instrumentos de identificação, documentação e salvaguarda*. DUO Informação e Cultura, 2008.

ARANTES, Otília Beatriz Fiori. Uma estratégia fatal. A cultura nas novas gestões urbanas. In ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (Org). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 11-74.

ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1968.

AUGÉ, Marc. *Não-Lugares. Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papirus, 1994.

AUTHIER, Jean-Yves. A Gentrification do Bairro Saint-Georges, em Lyon: a convivência de mobilidades diferenciadas. In BIDOZ-ZACHARIASEN, Catherine (Org). *De volta à cidade. Dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos*. São Paulo: Annablume, 2006, p. 121-143.

AVILA, Marco Aurélio. Política e planejamento em turismo cultural: conceitos, tendências e desafios. In CAMARGO, Patrícia de; CRUZ, Gustavo da (Org). *Turismo Cultural: Estratégias, sustentabilidade e tendências*. Ilhéus: EDITUS, 2009, p. 109-124.

BARBERO, Jesús Martín. Dinâmicas urbanas de la cultura. Seminario “La ciudad: cultura, espacios y modos de vida” Medellín, abril de 1991. Extraído de la *Revista Gaceta de Colcultura* Nº 12, Diciembre de 1991, editada por el Instituto Colombiano de Cultura. ISSN 0129-1727 Disponível em: <<http://www.naya.org.ar/articulos/jmb.htm>>. Acesso em 27 abr 2009.

_____. Transformaciones comunicativas y tecnologicas de lo publico. In *Metapolítica*, Vol. 5, Nº 17, México, 2001, p. 46-55. Disponível em <<http://www.scribd.com/doc/7405406/Transformaciones-tecnologicas-y-comunicativas-de-lo-publico>>. Acesso em 04 nov 2010, às 16h50.

_____. La globalización en clave cultural: una mirada latinoamericana. In *Globalisme et Pluralisme Colloque Internacional*, ogues, Montreal, abril, 2002. Disponível em <http://www.infoamerica.org/documentos_pdf/martin_barbero3.pdf>. Acesso em 04 nov 2010, às 17h00.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

_____. *Ensaio sobre o conceito de cultura*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BEZERRA, Amélia Cristina Alves. Festa e identidade: a busca da diferença para o mercado de cidades. In ARAÚJO, Frederico Guilherme Bandeira de; HAESBAERT, Rogério (Org). *Identidades e Territórios: questões e olhares contemporâneos*. Rio de Janeiro: Access, 2007, p. 69-92.

BIDOZ-ZACHARIASEN, Catherine (Org). *De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos*. São Paulo: Annablume, 2006.

BONDUKI, Nabil. *Intervenções urbanas na recuperação dos centros históricos*. Brasília: IPHAN / PROGRAMA MONUMENTA, 2010.

BOTELHO, Tarcísio R. Revitalização de centros urbanos no Brasil: uma análise comparativa das experiências de Vitória, Fortaleza e São Luís. *Revista Eure*, Santiago de Chile, v. XXXI, n 93, ago 2005, p. 53-71.

BOTLER, Milton. Depoimento concedido. Recife, jul. 2012.

BRAGA, Paula Marques. *Reabilitação Urbana no Centro Histórico de Salvador: Patrimônio Cultural, Turismo e Participação Social*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2008.

BRAGA, Paula Marques; SANTOS JÚNIOR, Wilson Ribeiro. O Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador e as lições das Cartas Patrimoniais. In *Arquitextos Vitruvius*, 107.04, ano 09, abril 2009. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/09.107/59>>. Acesso em 21 nov 2012.

BRITO, Marcelo. Urbis, uma estratégia de atuação. *Vitruvius*. *Arquitextos* 022, Texto Especial 120, mar. 2002. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arc000/esp120.asp>>. Acesso em 18 nov 2009, às 10h40.

Caïsse Des Dépôts. Disponível em <<http://www.caissedesdepots.fr/>>. Acesso em 18 nov 09, às 15h05.

Caixa Econômica Federal. *Programa de Revitalização de Sítios Históricos*. Disponível em <<https://webp.caixa.gov.br/urbanizacao/Publicacao/Texto/programa/prsh.htm>>. Acesso em 14 set 2009, às 20h19.

CALMON, Pedro. *História da Bahia – Resumo didactico*. São Paulo, Rio de Janeiro: Companhia Melhoramentos de São Paulo, Cayeiras, 1925.

CAMARGO, Patrícia de. Os impactos do turismo cultural. In CAMARGO, Patrícia de; CRUZ, Gustavo da (Org). *Turismo Cultural: Estratégias, sustentabilidade e tendências*. Ilhéus: EDITUS, 2009a, p. 69-88.

_____. Museus e turismo: formando e fidelizando as demandas a partir dos programas educativos. In CAMARGO, Patrícia de; CRUZ, Gustavo da (Org). *Turismo Cultural: Estratégias, sustentabilidade e tendências*. Ilhéus: EDITUS, 2009b, p. 317-330.

CANTARINO, Carolina. Monumenta muda pelos moradores dos centros. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 2, nov.-dez. 2005. Disponível em: <<http://www.revista.iphan.gov.br/materia.php?id=103>>. Acesso em 16 fev 2007.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A natureza do espaço fragmentado. In SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adelia Aparecida de; SILVEIRA, Maria Laura (Org). *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, Anpur, AnnaBlume, 2002, p. 191-197.

_____. *O espaço urbano: Novos escritos sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2004.

____. *A condição espacial*. São Paulo: Contexto, 2011.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. Conservação e Valores. Pressupostos teóricos das políticas para o patrimônio. In CORRÊA, Elyane Lins; GOMES, Marco Aurélio Filgueiras (Org). *Reconceituações Contemporâneas do Patrimônio*. Salvador: EDUFBA, 2011, p. 49-66.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

CLAVAL, Paul. A geografia cultural: o estado da arte. In ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Org). *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999, p. 59-97.

CONDER, Governo do Estado da Bahia (Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Secretaria da Cultura e Turismo). *Centro Histórico de Salvador*. Salvador, 2004.

Conselho Gestor do Centro Antigo. Escritório de Referência do Centro Antigo. *Centro Antigo de Salvador. Plano de Reabilitação Integrado e Participativo*. Salvador, BA, 2008.

CORIOLOANO, Luzia Neide. Espaço, poder e exclusão: contexto econômico-social do patrimônio cultural do lugar turistificado. In MARTINS, Clerton (Org). *Patrimônio Cultural. Da memória ao sentido do lugar*. São Paulo: Roca, 2006, p. 31 – 37.

CORRÊA, Elyane Lins. As últimas ruínas. In CORRÊA, Elyane Lins; GOMES, Marco Aurélio Filgueiras (Org). *Reconceituações Contemporâneas do Patrimônio*. Salvador: EDUFBA, 2011, p. 67-99.

COSTA, Everaldo Batista da. *A dialética da construção destrutiva na consagração do Patrimônio Mundial*. São Paulo: Humanitas, Fapesp, 2010.

COSTA, Jurandir Freire. *O vestígio e a aura: corpo e consumismo na moral do espetáculo*. Coleção A Lei do Desejo. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

CRIEKINGEN, Mathieu Van. A cidade revive! Formas políticas e impactos da revitalização residencial em Bruxelas. In BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine (Org). *De volta à cidade. Dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos*. São Paulo: Annablume, 2006, p. 89-120.

CRUZ, Gustavo da. Marketing turístico para cidades culturais. In CAMARGO, Patrícia de; CRUZ, Gustavo da (Org). *Turismo Cultural: Estratégias, sustentabilidade e tendências*. Ilhéus: EDITUS, 2009, p. 183-203.

CURY, Isabelle (Org). *Cartas Patrimoniais*. Brasília: IPHAN, Edições do Patrimônio, 2004.

DELGADO, Manuel. La ciudad mentirosa, fraude y miséria del “modelo Barcelona”, *Capítulo 3 El espacio público como crisis de significado*. Madrid: Catarata, 2007.

DOMINGUES, Alfredo José Porto; KELLER, Elza Coelho de Souza. *Bahia – Guia da excursão número 6, realizada por*

ocasião do XVIII Congresso Internacional de Geografia. Rio de Janeiro: Edição do Conselho Nacional de Geografia, 1958.

DUQUE, Felix. *Habitar la tierra*. Madrid: Abada Editores, 2008.

FERRAZ, Marcelo Carvvalho (Org). *Lina Bo Bardi*. São Paulo: Empresa das Artes, 1996.

FERREIRA, Cláudia Márcia. Fomento, salvaguarda e processos de empoderamento das comunidades. Material do curso *Patrimônio Imaterial. Política e instrumentos de identificação, documentação e salvaguarda*. DUO Informação e Cultura, 2008.

FIGUEROLA, Valentina. Projeto Urbanístico Recife-Olinda. Território de oportunidades. In *Revista AU*, Ano 21, n. 149, ago 2006, p. 46-55.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Construção das políticas internacionais de referência para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. Material do curso *Patrimônio Imaterial. Política e instrumentos de identificação, documentação e salvaguarda*. DUO Informação e Cultura, 2008.

FRANCISCO, Luiz. Prostitutas e mendigos voltam ao Pelourinho – Turistas, moradores e comerciantes locais estão se sentindo acuados na região e deixando o centro histórico de Salvador. *Jornal Folha de São Paulo*, São Paulo, 15 jul. 2007. Caderno Cotidiano.

FRANCO, Ângela. Não só de referência cultural (sobre)vive o centro de Salvador. In GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras (Org). *Pelo Pelô. História, Cultura e Cidade*. Salvador: Edufba, 1995, p. 31-46.

FREITAG, Bárbara. O Pelourinho: Centro Histórico de Salvador. *Correio Brasiliense*, 18 dez. 2005. Disponível em: <<http://www.unb.br/ics/sol/itinerancias/grupo/barbara/Artigos/pelourinho.htm>>. Acesso em 16 fev 2007.

GARZEDIN, Maria Aruane Santos. Espaços livres urbanos, paisagem e memória. In CORRÊA, Elyane Lins; GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras (Org). *Reconceituações contemporâneas do patrimônio*. Salvador: EDUFBA, 2011, p. 171-192.

GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras; FERNANDES, Ana. Pelourinho: Turismo, identidade e consumo cultural. In GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras (Org). *Pelo Pelô. História, Cultura e Cidade*. Salvador: Edufba, 1995, p. 47-58.

GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras. Preservação e urbanismo. Encontros, desencontros e muitos desafios. In CORRÊA, Elyane Lins; GOMES, Marco Aurélio Filgueiras (Org). *Reconceituações Contemporâneas do Patrimônio*. Salvador: EDUFBA, 2011, p. 129-144.

GOTTSCHALL, Carlota de Sousa; SANTANA, Mariely Cabral de (Org). *Centro da Cultura de Salvador*. Salvador: EDUFBA, 2006.

GOTTSCHALL, Carlota de Sousa. Depoimento concedido. Salvador, 30 jul. 2007.

Governo do Estado da Bahia, IPAC, Conder. *Bahia Centro Histórico de Salvador Programa de Recuperação*. Salvador: Editora Corrupio, 1995.

Governo do Estado da Bahia, Secretaria de Cultura, Escritório de Referência do Centro Antigo, Unesco. *Centro Antigo de Salvador: Plano de Reabilitação Participativo*. Escritório de Referência do Centro Antigo, 2010.

GREGOTTI, Vittorio. *Território da Arquitetura*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

GRIMSON, Alejandro. *Los límites de la cultura: crítica de las teorías de la identidad*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2012.

GUATTARI, Felix. *Caosmose. Um novo paradigma estetico*. São Paulo: Editora 34, 2006.

GUTIÉRREZ, Mónica Lourdes Franch; QUEIROZ, Tereza Correia da Nóbrega. Bairro de João Pessoa e suas praças: encontros e desencontros nos processos de requalificação. In SCOCUGLIA, Jovanka Barsacuhy Cavalcanti (Org). *Cidade, Cultura e Urbanidade*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012, p. 165 – 182.

HABERMAS, Jürgen. L'Espace Public, 30 ans Après. *Les Espaces Publics*. Quaderni n. 18 Automne, p. 161-191, 1992.

_____. *Mudança estrutural da esfera pública. Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais. In ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Org). *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999, p. 169-190.

_____. Identidades territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades). In ARAÚJO, Frederico Guilherme Bandeira de; HAESBAERT, Rogério (Org). *Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos*. Rio de Janeiro: Access, 2007, p. 33-56.

HIERNAUX-NICOLAS, Daniel. A reapropriação de bairros da Cidade do México pelas classes médias: em direção a uma Gentrification? In BIDOZ-ZACHARIASEN, Catherine (Org). *De volta à cidade. Dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos*. São Paulo: Annablume, 2006, p. 229-264.

IPAC. *Intervenções do Setor Público*. Salvador, BA, 1996.

_____. *Censo Sócio Econômico do Centro Histórico de Salvador, Parte I*. Salvador, BA, 1998.

IPHAN. *Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Disponível em <<http://www.iphan.gov.br>>.

IPHAN. *PAC Cidades Históricas*. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1250>>. Acesso em 18 nov. 2009, às 12h05.

LACERDA, Norma; MARINHO, Geraldo; ZANCHETTI, Sílvio. *Revitalização do Bairro do Recife. Plano, Regulação e Avaliação*, s.d.

LEÃO, Bernadete Cordeiro. Depoimento concedido. Recife, jun. 2010.

LEITE, Rogério Proença. *Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Campinas: Editora da Unicamp; Aracajú: Editora UFS, 2007.

LUBAMBO, Catia Wanderley. Reforma Urbana: o que há de novo depois de um século? (A experiência do Bairro do Recife). In FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras (Org). *Cidade e História. Modernização das Cidades Brasileiras nos Séculos XIX e XX*. Salvador: UFBA / Faculdade de Arquitetura. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo; ANPUR, 1992, p. 117-123.

MARINS, Paulo César Garcez. Requalificação de áreas urbanas no Brasil: caminhos para um balanço crítico em relação às práticas de turismo e lazer. *Revista Eletrônica Patrimônio: Lazer & Turismo*, COEAE, Unisantos, Santos, mar. 2004. Disponível em: <<http://www.unisantos.br/pos/revistapatrimonio/artigos.php?cod=15>>. Acesso em 16 fev 2007.

MELLO, Jecilda. Depoimento concedido. Salvador, out. 2012.

MILFONT, Magna. Caminhos e marcas na cidade: a influência do transporte fluvial nos rios e mares do Recife, do século XIX. In PONTUAL, Virgínia; CARNEIRO, Ana Rita Sá (Org). *História e Paisagem. Ensaios urbanísticos do Recife e de São Luís*. Recife: Bagaço, 2005, p. 77-112.

Ministério da Cultura. *Revitalização de Salvador. Governos federal, municipal e estadual se reúnem na capital baiana elaborando uma pauta para a revitalização da área central*. 01 set. 2005. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/noticias/noticias_do_minc/index.php?p=11596&more=1&c=1&pb=1>. Acesso em 16 fev 2007.

____. *Programa Monumenta*. Disponível em <<http://www.monumenta.gov.br/site/>>. Acesso em 18 nov 2009, às 10h20.

Ministério das Cidades. Reabilitação associada ao patrimônio histórico, A experiência de Salvador. In *Reabilitação de Centros Urbanos* 3. s.n.t., p. 52-56.

____. *A Cooperação franco-brasileira para a reabilitação de áreas centrais*. Disponível em <<http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/programas-urbanos/Imprensa/reabilitacao-de-areas-urbanas-centrais/noticias-2009/novembro/a-cooperacao-franco-brasileira-para-a-reabilitacao-de-areas-centrais/?searchterm=governo%20francês>>. Acesso em 18 nov 09, 15h20.

____. *Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais*. Disponível em <<http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/programas-urbanos/programas/programa-de-reabilitacao-de-areas-urbanas-centrais/>>. Acesso em 18 nov. 2009, às 11h10.

MOURA, Milton. A música no centro histórico de Salvador. In GOTTSCHALL, Carlota de Sousa; SANTANA, Mariely Cabral de (Org). *Centro da cultura de Salvador*. Salvador: EDUFBA, 2006, p. 112-133.

MOURAD, Laila Nazem. *A verdadeira face do processo de reabilitação do Centro Histórico de Salvador*. S.d.

_____. *O Processo de Gentrificação do Centro Antigo de Salvador 2000 a 2010*. Tese de Doutorado, Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, 2011.

MUÑOZ, Francesc. "Lock living". Paisajes urbanos de la seguridad. In *CCCB Centre de Cultura Contemporània de Barcelona*. Debate Traumas Urbanos. La Ciudad y los Desastres, 2004, p. 227 a 237. Disponível em <<http://www2.cccb.org/transcrip/urbanitats/traumes/pdf/FrancescMunoz.pdf>>. Acesso em 04 nov 2010.

_____. Paisajes banales: bienvenidos a la sociedad del espetáculo. In SOLÀ-MORALES, Ignasi; COSTA, Xavier (Org). *Metrópolis*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2005, p. 78-93.

_____. *Urbanización. Paisajes comunes, lugares globales*. Barcelona: Gustavo Gili, 2008.

MURTA, Stela Maris. Interpretar o patrimônio: um desafio para o turismo cultural. In CAMARGO, Patrícia de; CRUZ, Gustavo da (Org). *Turismo Cultural: Estratégias, sustentabilidade e tendências*. Ilhéus: EDITUS, 2009, p. 137-162.

NOBRE, Eduardo A. C. *Revitalização de áreas centrais degradadas: experiências nacionais e internacionais*. AUP0274 – Desenho Urbano e Projeto dos espaços da cidade, Fau Usp Departamento de projeto. Disponível em: <<http://www.fau.usp.br/index2.html>>. Acesso em 16 fev 2007.

ONG *Moradia e Cidadania*. Disponível em <<http://www.moradiaecidadania.org.br>>.

OUTTES, Joel. O Corpo de um herói esquartejado: a reforma do Bairro de Santo Antonio em Recife no Estado Novo. In FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras (Org). *Cidade e História. Modernização das Cidades Brasileiras nos Séculos XIX e XX*. Salvador: UFBA / Faculdade de Arquitetura. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo; ANPUR, 1992, p. 131-138.

PARDO, José Luis. *La Banalidad*. Barcelona: Anagrama, 2004.

PEREIRA, Honório Nicholls. Tendências contemporâneas na teoria da restauração. In CORRÊA, Elyane Lins; GOMES, Marco Aurélio Filgueiras (Org). *Reconceituações Contemporâneas do Patrimônio*. Salvador: EDUFBA, 2011, p. 101-116.

PONS, José Fortaleza; PLÚA, Paola. Metodologia de um inventário de recursos gastronômicos – A costa equatoriana. In CAMARGO, Patrícia de; CRUZ, Gustavo da (Org). *Turismo Cultural: Estratégias, sustentabilidade e tendências*. Ilhéus: EDITUS, 2009, p. 297-313.

Prefeitura do Recife, ERBR. *Revitalização do Bairro do Recife 1986/2001*. Centro de Documentação da Prefeitura do Recife, 2001.

Prefeitura do Recife, *Projeto de Trabalho Técnico Social Comunidade do Pilar*. Material cedido pela Prefeitura do Recife, Jun 2010.

Prefeitura do Recife, Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural, Gerência de Projetos & Gerência de Documentação, Promoção e Educação Patrimonial. *Comunidade do Pilar, Bairro do Recife – ZEPH 09*. Material cedido pela Prefeitura do Recife, Jun 2010.

Projeto Rememorar. Disponível em <<http://www.projetoememorar.com.br>>. Acesso em 18 nov. 2009, às 9h20.

PUTERMAN, Paulo. *Indústria Cultural: A agonia de um conceito*. São Paulo: Perspectiva, 1994.

REIS, Nestor Goulart. Patrimônio Cultural e problemas urbanos. In CORRÊA, Elyane Lins; GOMES, Marco Aurélio Filgueiras (Org). *Reconceituações Contemporâneas do Patrimônio*. Salvador: EDUFBA, 2011, p. 117-127.

SÁNCHEZ, Fernanda. A (in) sustentabilidade das cidades-vitrine. In ACSELRAD, Henri (Org). *A duração das cidades. Sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p. 171-192.

____. *A reinvenção das cidades para um mercado mundial*. Chapecó: Argos, 2010.

SANTAMAURO, Antonio; MOLINA, Lígia. *Experiência francesa em proteção e conservação de monumentos históricos serve de modelo para projetos de recuperação de centros urbanos brasileiros*. Disponível em <http://www.conteudoeditora.com.br/franca_brasil/281_cultura.htm>. Acesso em 18 nov. 2009, às 15h30.

SANT'ANA, Márcia. A recuperação do centro histórico de Salvador: origens, sentidos e resultados. *Revista Rua*, Campinas, n. 8, 2002, p. 44-59.

____. O patrimônio imaterial – Políticas em curso: a legislação brasileira e os programas de fomento. Material do curso *Patrimônio Imaterial. Política e instrumentos de identificação, documentação e salvaguarda*. DUO Informação e Cultura, 2008.

SANTOS, Adriane Hortêncio Pereira dos. Artesanato local como expressão diferencial para o lugar turistificado – arte e ofício de artesão no Ceará. In MARTINS, Clerton (Org). *Patrimônio Cultural. Da memória ao sentido do lugar*. São Paulo: Roca, 2006, p. 91 – 104.

SANTOS, Jocélio Teles dos. *O poder da cultura e a cultura no poder. A disputa simbólica da herança cultural negra no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2005.

SANTOS, Milton. Centro e centralidade na cidade contemporânea. In GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras (Org). *Pelo Pelô. História, Cultura e Cidade*. Salvador: Edufba, 1995, p. 11-29.

SASSEN, Saskia. La identidad em la ciudad global: encasillamientos económicos y culturales. In SOLÀ-MORALES, Ignasi; COSTA, Xavier (Org). *Metrópolis*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2005, p. 20-33.

SCHICCHI, Maria Cristina. Restauração, Renovação, Revitalização, Requalificação, reabilitação. *Revista Quadra*, Campinas, Boletim Pet n. 1. Disponível em: <<http://www.puc-campinas.edu.br>>. Acesso em 2004.

SCHLÜTER, Regina G. Patrimônio Imaterial e Turismo: A gastronomia como recurso natural. In CAMARGO, Patrícia de; CRUZ, Gustavo da (Org). *Turismo Cultural: Estratégias, sustentabilidade e tendências*. Ilhéus: EDITUS, 2009, p. 251-277.

SCOCUGLIA, Jovanka Baracuhy Cavancanti. Espaço público, Ser-Ação e Urbanidade. Por uma arquitetura humanista e um planejamento sensível. In SCOCUGLIA, Jovanka Baracuhy Cavancanti (Org). *Cidade, Cultura e Urbanidade*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012, p. 71-120.

Secretaria de Cultura do Estado da Bahia. Ouvidoria no Pelourinho. *Plug Cultura*, Salvador, Ano I, n 1, jan.-jun. 2007, p. 18-19.

Secretaria de Turismo do Estado da Bahia. Disponível em <<http://www.setur.ba.gov.br>>.

Secretaria de Turismo do Estado de Pernambuco. Disponível em <<http://www.setur.pe.gov.br>>.

SERPA, Angelo. *O espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo: Contexto, 2007.

SILVA, Fernando Fernandes da. *As cidades brasileiras e o patrimônio cultural da humanidade*. São Paulo: Edusp, Editora Peirópolis, 2003.

SINGER, Paul Israel. *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife*. São Paulo: Editora Nacional, 1ª reimpressão, 1974.

SMITH, Neil. A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à “regeneração” urbana como estratégia urbana global. In BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine (Org). *De volta à cidade. Dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos*. São Paulo: Annablume, 2006, p. 59-87.

SOLÀ-MORALES, Ignasi de. *Territórios*. Barcelona: Gustavo Gili, 2002.

SORKIN, Michael. La cantinela del contenedor. *XIX Congreso de la Unión Internacional de Arquitectos - UIA - Barcelona 1996 D + A* (niveles superiores). Disponível em <http://www.cccb.org/rcs_gene/container_cast.pdf>. Acesso em 04 nov 2010, às 16h37.

_____. *Variaciones sobre un parque temático. La nueva ciudad americana y el fin del espacio público*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2004.

SOUSA, Ana Carolina. Depoimento concedido. Recife, jul. 2012.

SOUZA, Marcelo Lopes de. A cidade, a palavra e o poder: práticas, imaginários e discursos heterônomos e autônomos na produção do espaço urbano. In CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org). *A produção do espaço urbano. Agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 147 – 166.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A produção do Espaço Urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org). *A produção do espaço urbano. Agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 123 – 145.

UNESCO. *Organização das Nações Unidas para a Ciência, a Educação e a Cultura*. Disponível em <<http://www.unesco.org>>.

UNESCO; CONDER; Planejamento e assessoramento técnico ao Prodetur. *Relatório de análise crítica da pesquisa sócio-econômica do Projeto Centro Histórico – Sétima etapa e Barroquinha*. Salvador, BA, s.d.

VARGAS, Icléia Albuquerque de. Territorialidades e representações dos Terena da Terra Indígena Burity (MS). Possibilidades didático-pedagógicas. In SERPA, Angelo (Org). *Espaços Culturais. Vivências, imaginações e representações*. Salvador: EDUFBA, 2008, p. 91-115.

VASCONCELLOS, Lélia Mendes de; FERNANDES DE MELLO, Maria Cristina. Re: atrás de, depois de... In VARGAS, Heliana Comin; CASTILHO, Ana Luisa Howard de (Org). *Intervenções em Centros Urbanos: objetivos, estratégias e resultados*. Barueri: Manole, 2006, p. 53-65.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. *Salvador, transformações e permanências (1549 – 1999)*. Ilhéus: Editus Editora da Uesc, 2002.

VELAME, Fábio Macêdo. As lacunas nos tombamentos de terreiros de candomblé. Permanências do patrimônio afro-brasileiro na cidade. In CORRÊA, Elyane Lins; GOMES, Marco Aurélio Filgueiras (Org). *Reconceituações Contemporâneas do Patrimônio*. Salvador: EDUFBA, 2011, p. 199-230.

VIANNA, Letícia C. R. Metodologias de inventário e pesquisa aplicada ao patrimônio imaterial. Material do curso *Patrimônio Imaterial. Política e instrumentos de identificação, documentação e salvaguarda*. DUO Informação e Cultura, 2008.

VIEIRA, Natália Miranda. *Gestão de Sítios Históricos: a transformação dos valores culturais e econômicos em programas de revitalização em áreas históricas*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, Fapesp, 1998.

ZUKIN, Sharon. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. In ARANTES, Antonio A. (Org). *O espaço da diferença*. Campinas: Papyrus, 2000, p. 80-103.

Bibliografia Consultada

ADORNO, Theodor W. *Teoria Estética*. Lisboa: Edições 70, 1982.

AMORIM, Luiz Manuel do Eirado. Do Bom Jesus ao Pilar, que caminho tomar? In ZANCHETI, Sílvio; MARINHO, Sérgio; MILLET, Vera (Org). *Estratégias de intervenção em áreas históricas*. Recife: MDU / UFPE, nov. 1995, p. 110-119.

ARAGÃO, Lucia Maria de Carvalho. *Razão Comunicativa e Teoria Social crítica em Jürgen Habermas*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

ARANTES, Antonio A. A guerra dos lugares. Sobre fronteiras simbólicas e liminaridades no espaço urbano. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 23, 1994, p. 190-203.

ARENDDT, Hannah. *Crises da República*. São Paulo: Perspectiva, 2006.

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BOTLER, Milton; PEREIRA, Romero; JUREMA, Silvia. Estratégias recentes e perspectivas de revitalização do Bairro do Recife. In ZANCHETI, Sílvio; MARINHO, Sérgio; MILLET, Vera (Org). *Estratégias de intervenção em áreas históricas*. Recife: MDU / UFPE, nov. 1995, p. 36-41.

CAMPOS, Heleniza Ávila. Permanências e mudanças no quadro de requalificação sócio-espacial da área central do Recife (PE): Estudo sobre territorialidades urbanas em dois setores “revitalizados”. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ, dez 1999.

CARNEIRO, Ana Rita Sá. A paisagem cultural e os jardins de Burle Marx no Recife. In PONTUAL, Virgínia; CARNEIRO, Ana Rita Sá (Org). *História e Paisagem. Ensaios urbanísticos do Recife e de São Luís*. Recife: Bagaço, 2005, p. 49-76.

CARVALHO, Inaiá; PEREIRA, Gilberto Corso (Org). *Como anda Salvador e sua Região Metropolitana*. Salvador: EDUFBA, 2008.

CATTEDRA, Raffaele; MEMOLI, Maurizio. A reapropriação do patrimônio simbólico do centro histórico de Nápoles. In BIDOU_ZACHARIASEN, Catherine (Org). *De volta à cidade. Dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos*. São Paulo: Annablume, 2006, p. 167-195.

DEL RIO, Vicente. Voltando às origens. A revitalização de áreas portuárias nos centros urbanos. *Vitruvius*, São Paulo, Texto especial 091, ago. 2001. Disponível em <[HTTP://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp091.asp](http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp091.asp)>. Acesso em 27 out 2007.

DEUTSCHE, Rosalyn. *Evictions. Art and spatial politics*. Cambridge: Mit Press, 1998.

Estação das Docas, Pará 2000 (a). *Palcos deslizam sobre os aplausos. Revitalização de estrutura metálica centenária permite que o talento musical nortista sobrevoe o encantamento do público*. Disponível em <<http://www.estacaodasdocas.com.br/palcos.html>>. Acesso em 24 out 2007.

..... (b). *Estação das Docas*. Disponível em <<http://www.estacaodasdocas.com.br/estacao.html>>. Acesso em 24 out 2007.

FERNANDES, Paulo Chaves; LIMA, Rosário. Centro Cultural e Comercial, Belém-PA. *ArcoWeb*. Disponível em <[HTTP://www.arcoweb.com.br/arquitetura/arquitetura89.asp](http://www.arcoweb.com.br/arquitetura/arquitetura89.asp)>. Acesso em 27 out 2007.

FINGUERUT, Silvia. Cores da Cidade – Os casos do Rio de Janeiro e Recife. In ZANCHETI, Sílvio; MARINHO, Sérgio; MILLET, Vera (Org). *Estratégias de intervenção em áreas históricas*. Recife: MDU / UFPE, nov. 1995, p. 53-54.

GOMES, Geraldo. Porque o Bairro do Recife? In ZANCHETI, Sílvio; MARINHO, Sérgio; MILLET, Vera (Org). *Estratégias de intervenção em áreas históricas*. Recife: MDU / UFPE, nov. 1995, p. 89-94.

HABERMAS, Jürgen. *O discurso filosófico da modernidade. Doze lições*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HOYOS, Carmen Guerra. Contra-espaco ou contra-o-espaco. Material apresentado na disciplina *Cidades (s): Processos Sócio-Espaciais e Transformações Urbanas*. Ministrada no curso de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos – USP, ministrada pelos professores Cibele Saliba Rizék, Manoel Rodrigues Alves, Carlos Tápia Martín, Carmen Guerra de Hoyos, Mariano Pérez Humanez. 2010

JEUDY, Henri.-Pierre. *Espelhos das cidades*. Rio de Janeiro: Editora Casa da Palavra, 2005.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

LEITE, Rogério Proença. Contra-usos e espaco público: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown. In *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 17, n. 49, São Paulo, jun 2002.

LIMA, José Júlio; TEIXEIRA, Luciana G. Janelas para o rio: projetos de intervenção na orla urbana de Belém do Pará. In VARGAS, Heliana Comin; CASTILHO, Ana Luisa Howard (Org). *Intervenções em centros urbanos. Objetivos, estratégias e resultados*. Barueri: Manole, 2006, p. 189-222.

MARIUZZO, Patrícia. O centro em disputa. In *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Disponível em <<http://www.revista.iphan.gov.br/materia.php?id=105>>. Acesso em 31 out 2007.

MELO, Marcus André B. C. de. O Estado, o Boom do século e a crise da habitação: Rio de Janeiro e Recife (1937-1946). In FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras (Org). *Cidade e História. Modernização das Cidades Brasileiras nos Séculos XIX e XX*. Salvador: UFBA / Faculdade de Arquitetura. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo; ANPUR, 1992, p. 147-157.

MENEZES, José Luiz Mota. Horizontes das intervenções em áreas centrais. In ZANCHETI, Sílvio; MARINHO, Sérgio;

- MILLET, Vera (Org). *Estratégias de intervenção em áreas históricas*. Recife: MDU / UFPE, nov. 1995, p. 27-29.
- MILET, Vera; LIRA, José Tavares de; PERRUCCI, Marília; COELHO, Gilvan; HAZIN, Maria Cristina. Pina: imagens e representações simbólicas do morar. In FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras (Org). *Cidade e História. Modernização das Cidades Brasileiras nos Séculos XIX e XX*. Salvador: UFBA / Faculdade de Arquitetura. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo; ANPUR, 1992, p.263-274.
- Ministério da Cultura. *Comitiva de prefeitos pede apoio ao ministro da Cultura para a valorização das cidades históricas*. 19 mar. 2009. Disponível em <<http://www.cultura.gov.br/site/2009/03/19/cidades-historicas>>. Acesso em 14 set 2009, às 15h43.
- MONTANER, Josep Maria. *La modernidad superada. Arquitectura, arte y pensamiento del siglo XX*. Barcelona: Gustavo Gili, 1999.
- MOURA, Éride. Com respeito às origens, nova vida é revelada. *Revista AU*, Ano 19, n. 121, abr. 2004, p. 24-53.
- NAJJAR, Rosana (Org). *Arqueologia no Pelourinho*. Brasília: IPHAN / Programa Monumenta, 2010.
- PONTUAL, Virgínia. Experiências urbanísticas e representações de cidade: o Recife civilizado. In PONTUAL, Virgínia; CARNEIRO, Ana Rita Sá (Org). *História e Paisagem. Ensaios urbanísticos do Recife e de São Luís*. Recife: Bagaço, 2005, p. 23-48.
- _____. Práticas urbanísticas em áreas históricas: O Bairro do Recife. In *Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales*. Serie documental de Geo Crítica, Universidad de Barcelona, Volume XII, n. 725, 5 out 2007. Disponível em <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-752.htm>>. Acesso em 31 out 2007.
- PORTA, Paula. *Política de Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil: Diretrizes, linhas de ação e resultados: 2000 / 2010*. Brasília: IPHAN / Programa Monumenta, 2010.
- SILVA, Rachel Coutinho Marques da. A urbanidade na cidade contemporânea entre fronteiras e trincheiras. In SILVA, Rachel Coutinho Marques da (Org). *A cidade pelo avesso. Desafios do urbanismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Viana & Mosley, 2006.
- SIMÃO, Maria Cristina Rocha. *Preservação do Patrimônio Cultural em cidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- SOLÀ-MORALES, Ignasi de. *Diferencias: topografía de la arquitectura contemporánea*. Barcelona: Gustavo Gili, 1995.
- SOLÀ-MORALES, Manuel de. *De cosas urbanas*. Barcelona: Gustavo Gili, 2008.
- TRINDADE JÚNIOR, Saint Clair Cordeiro da; AMARAL, Márcio Douglas Brito. Reabilitação urbana na área central de Belém – Pará. Concepções e tendências de políticas urbanas emergentes. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n. 111, p. 73-103, jul.-dez. 2006. Disponível em <[HTTP://www.ipardes.gov.br/webasis.docs/rev_pr_111_saint_clair](http://www.ipardes.gov.br/webasis.docs/rev_pr_111_saint_clair)>.

pdf>. Acesso em 06 nov 2007.

VÁSQUEZ, Carlos García. Lubbock, las cenizas Del espacio público. Lubbock, the ashes of public space. *A+T Revista trimestral de Arquitectura y Tecnología*. N 26, 2005, p. 04 – 15.

VIDLER, Anthony. *Warped Space. Art, architecture, and anxiety in modern culture*. Cambridge: Mit Press, 2000.

ZANCHETI, Silvio Mendes. Revalorização de áreas centrais – A estratégia do Bairro do Recife. In ZANCHETI, Silvio; MARINHO, Sérgio; MILLET, Vera (Org). *Estratégias de intervenção em áreas históricas*. Recife: MDU / UFPE, nov. 1995, p. 100-109.